

# Imperialismo, Subdesenvolvimento e Território

dimensões teóricas, históricas e empíricas

*Organizadores*

*Fábio Antonio de Campos*

*Fernando César de Macedo*

*Carlos Alberto Cordovano Vieira*

*Eduardo Barros Mariutti*

*Humberto Miranda do Nascimento*

*Mariana Fix*

*CEDE*

*Centro de Estudos do Desenvolvimento Econômico*





Fábio Antonio de Campos  
Fernando César de Macedo  
Carlos Alberto Cordovano Vieira  
Eduardo Barros Mariutti  
Humberto Miranda do Nascimento  
Mariana Fix  
(Organizadores)

IMPERIALISMO,  
SUBDESENVOLVIMENTO  
E TERRITÓRIO: dimensões  
teóricas, históricas e empíricas

Coleção Centros e Núcleos

Editora CRV|Unicamp. IE.  
Curitiba – Brasil  
2021

Copyright © da Editora CRV Ltda.  
**Editor-chefe:** Railson Moura  
**Diagramação e Capa:** Designers da Editora CRV  
**Revisão:** Analista de Escrita e Artes

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
CATALOGAÇÃO NA FONTE

Bibliotecária responsável: Luzenira Alves dos Santos CRB9/1506

---

IM34

Imperialismo, Subdesenvolvimento e Território: dimensões teóricas, históricas e empíricas / Fábio Antonio de Campos, Fernando César de Macedo, Carlos Alberto Cordovano Vieira, Eduardo Barros Mariutti, Humberto Miranda do Nascimento, Mariana Fix (organizadores) – Curitiba : CRV | Campinas, SP: Unicamp, 2021.

344 p. (Coleção Centros e Núcleos)

Bibliografia

ISBN Coleção Digital 978-65-251-0958-9

ISBN Volume Digital 978-65-251-0957-2

DOI 10.24824/978652510957.2

1. Economia 2. Desenvolvimento econômico 3. Subdesenvolvimento 4. Desenvolvimento urbano I. Campos, Fábio Antonio de, org. II. Macedo, Fernando César de, org. III. Vieira, Carlos Alberto C., org. IV. Mariutti, Eduardo B. V. Nascimento, Humberto M. do, org. VI. Fix, Mariana, org. VII. Título VIII. Coleção Centros e Núcleos.

CDU 33(81)

CDD 330.0981

---

Índice para catálogo sistemático

1. Economia - 330



2021

Foi feito o depósito legal conf. Lei 10.994 de 14/12/2004

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Editora CRV

Todos os direitos desta edição reservados pela: Editora CRV

Tel.: (41) 3039-6418 - E-mail: [sac@editoracrv.com.br](mailto:sac@editoracrv.com.br)

Conheça os nossos lançamentos: [www.editoracrv.com.br](http://www.editoracrv.com.br)

## **Conselho Editorial: Comitê Científico:**

Aldira Guimaraes Duarte Domínguez (UNB)	Ana Maria Ferreira Menezes (UNEB)
Andréia da Silva Quintanilha Sousa (UNIR/UFRN)	Ana Monteiro Costa (UPE)
Anselmo Alencar Colares (UFOPA)	Anderson Catapan (UTFPR)
Antônio Pereira Gaio Júnior (UFRRJ)	André Nunes (UnB)
Carlos Alberto Vilar Estêvão (UMINHO – PT)	Antonio Isidro da Silva Filho (UNB)
Carlos Federico Dominguez Avila (Unieuro)	Armando João Dalla Costa (UFPR)
Carmen Tereza Velanga (UNIR)	Breno de Paula Andrade Cruz (UFRJ)
Celso Conti (UFSCar)	Carlos Alberto Ramos (UNB)
Cesar Gerónimo Tello (Univer .Nacional Três de Febrero – Argentina)	Clailton Ataídes de Freitas (UFSM)
Eduardo Fernandes Barbosa (UFMG)	Claudio Gontijo (UFSJ)
Elíone Maria Nogueira Diogenes (UFAL)	Daniel Arruda Coronel (UFSM)
Elizeu Clementino de Souza (UNEB)	Eduardo Armando (FIA)
Élsio José Corá (UFS)	Jose Carlos de Souza Santos (USP)
Fernando Antônio Gonçalves Alcoforado (IPB)	Luis Cláudio de Jesus Silva (UFRR)
Francisco Carlos Duarte (PUC-PR)	Maria de Lourdes Rollemberg Mollo (UnB)
Gloria Fariñas León (Universidade de La Havana – Cuba)	Marlete Beatriz Maçaneiro (UNICENTRO)
Guillermo Arias Beatón (Universidade de La Havana – Cuba)	Mauricio Sardá de Faria (UFRPE)
Helmuth Krüger (UCP)	Renata gomes de Jesus (IFES)
Jailson Alves dos Santos (UFRJ)	Vanessa de Oliveira Menezes (UNICENTRO)
João Adalberto Campato Junior (UNESP)	Walter Bataglia (MACKENZIE)
Josania Portela (UFPI)	
Leonel Severo Rocha (UNISINOS)	
Lidia de Oliveira Xavier (UNIEURO)	
Lourdes Helena da Silva (UFV)	
Marcelo Paixão (UFRJ e UTexas – US)	
Maria Cristina dos Santos Bezerra (UFSCar)	
Maria de Lourdes Pinto de Almeida (UNOESC)	
Maria Lília Imbiriba Sousa Colares (UFOPA)	
Paulo Romualdo Hernandes (UNIFAL-MG)	
Renato Francisco dos Santos Paula (UFG)	
Rodrigo Pratte-Santos (UFES)	
Sérgio Nunes de Jesus (IFRO)	
Simone Rodrigues Pinto (UNB)	
Solange Helena Ximenes-Rocha (UFOPA)	
Sydione Santos (UEPG)	
Tadeu Oliver Gonçalves (UFPA)	
Tania Suely Azevedo Brasileiro (UFOPA)	

Este livro passou por avaliação e aprovação às cegas de dois ou mais pareceristas *ad hoc*.

UNICAMP

Reitor

Antonio José de Almeida Meirelles

Coordenadora Geral

Maria Luiza Moretti

INSTITUTO DE ECONOMIA

Diretor

André Martins Biancarelli

Diretor Associado

Celio Hiratuka

Coordenadora de Pós-Graduação

Rosangela Ballini

Coordenadora da Comissão de Pesquisa

Carolina Troncoso Baltar

Assistente Técnica da Comissão de Pesquisa

Geisa Aguiari

Bibliotecária da Comissão de Pesquisa

Célia Maria Passarelli

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	
O SUBDESENVOLVIMENTO BRASILEIRO, “UM MUSEU DE GRANDES NOVIDADES” .....	11
<i>Fábio Antonio de Campos</i>	
<i>Fernando César de Macedo</i>	

## PARTE I IMPERIALISMO E SUBDESENVOLVIMENTO

CAPÍTULO 1	
NOTAS SOBRE O IMPERIALISMO HOJE .....	21
<i>Wilson Cano</i>	

CAPÍTULO 2	
NOTAS SOBRE O “NOVO” IMPERIALISMO.....	25
<i>Eduardo Barros Mariutti</i>	
1. Introdução .....	25
2. O Capitalismo como forma universal: a mercadorização da natureza e da vida social .....	26
3. O imperialismo como período .....	30
4. A década de 1970 marca uma <i>nova fase do capitalismo?</i> .....	35
5. Considerações finais .....	40

CAPÍTULO 3	
IMPERIALISMO E HERANÇA MERCANTIL NA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA .....	43
<i>Fábio Antonio de Campos</i>	
1. Introdução .....	43
2. Ventre mercantil da indústria .....	44
3. Domínio imperialista e indústria pesada .....	49
4. Crise e desestruturação industrial .....	57

CAPÍTULO 4	
IMPERIALISMO E QUESTÃO NACIONAL EM NELSON WERNECK SODRÉ .....	63
<i>Carlos Alberto Cordovano Vieira</i>	
<i>Fábio Antonio de Campos</i>	
1. Introdução .....	63
2. Da colônia à “economia dependente” (1808-1929).....	64
3. Imperialismo e revolução (1930-1964).....	72
4. Conclusão .....	82

**PARTE II**  
**O DESENVOLVIMENTO INTERDITADO**

**CAPÍTULO 5**

**BRASIL – CONSTRUÇÃO E DESCONSTRUÇÃO**

**DO DESENVOLVIMENTO ..... 87**

*Wilson Cano*

1. Introdução ..... 87
2. A construção: 1930-1980..... 87
3. A desconstrução: (1980-...) ..... 94
4. Principais transformações políticas e sociais..... 111
5. E o futuro?..... 118

**CAPÍTULO 6**

**DESENVOLVIMENTISMO E NEODESENVOLVIMENTISMO:**

**tragédia e farsa..... 123**

*Plínio de Arruda Sampaio Jr.*

1. Introdução ..... 123
2. O desenvolvimento nacional como utopia burguesa..... 123
3. A fantasia desfeita e a negação do “desenvolvimentismo” ..... 126
4. O neodesenvolvimentismo como simulacro do desenvolvimento..... 127
5. Ordem global, reversão neocolonial e neodesenvolvimentismo..... 130

**CAPÍTULO 7**

**FLORESTAN FERNANDES E CELSO FURTADO: aspectos históricos-  
estruturais para a interpretação da crise contemporânea no Brasil..... 135**

*Vanessa Follmann Jurgenfeld*

*Carlos Henrique Lopes Rodrigues*

1. Introdução ..... 135
2. Florestan Fernandes e o “imperialismo total”..... 137
3. Celso Furtado e o “pós-nacional” ..... 145
4. Florestan Fernandes e Celso Furtado: aspectos contemporâneos  
da crise brasileira ..... 149
5. Considerações finais ..... 159

**PARTE III**  
**SUBDESENVOLVIMENTO, CONTROLE DO**  
**TERRITÓRIO E DEPENDÊNCIA**

**CAPÍTULO 8**

**REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DO CAPITAL MERCANTIL NA**  
**QUESTÃO REGIONAL E URBANA DO BRASIL ..... 163**

*Wilson Cano*

1. Introdução ..... 163
2. Algumas implicações de sua atuação na questão regional e  
urbana brasileira ..... 165
3. A agricultura itinerante ..... 174
4. A face urbana do capital mercantil ..... 177

**CAPÍTULO 9**

**CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE A TERRA COMO PURO**  
**ATIVO FINANCEIRO E O PROCESSO DE FINANCEIRIZAÇÃO ..... 183**

*Mariana Fix*

*Leda Maria Paulani*

1. Introdução ..... 183
2. Financeirização e mercado imobiliários; retomando conceitos ..... 184
3. A terra como puro ativo financeiro e suas contradições ..... 197

**CAPÍTULO 10**

**TERRITÓRIO, DEPENDÊNCIA E LUTA DE CLASSES NOS**  
**PADRÕES DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL NO BRASIL ..... 203**

*Evaldo Gomes Júnior*

*Fernando César de Macedo*

*Pietro Caldeirini Aruto*

1. Introdução ..... 203
2. Padrão de reprodução do capital agromineral-exportador  
(1822-1930) ..... 206
3. Padrão de reprodução do capital industrializante (1930-1980) ..... 215
4. Padrão de reprodução do capital exportador de especialização  
produtiva (1980-2016) ..... 224
5. Considerações finais ..... 234

## CAPÍTULO 11

DINÂMICA ECONÔMICA E IMOBILIÁRIA NO BRASIL: interpretações  
a partir dos resultados das maiores empresas de capital aberto ..... 237

*Carlos Alberto Penha Filho*

*Beatriz Tamaso Mioto*

1. Introdução: crise econômica e o setor de edificações no brasil..... 237
2. Estratégias de negócios e o ambiente econômico..... 243
3. Considerações finais ..... 258

## CAPÍTULO 12

A REGIÃO DE INFLUÊNCIA DE CAMPINAS (RIC) E SUAS  
TRANSFORMAÇÕES RECENTES (2000-2016) ..... 261

*Humberto Miranda do Nascimento*

*Leonardo Rodrigues Porto*

1. Introdução ..... 261
2. Características Gerais da Região de Influência de Campinas (RIC) 264
3. Dinâmica Demográfica e Nível de Atividade Econômica na RIC ..... 268
4. Condicionantes da Hierarquia Urbano-Regional na RIC..... 287
5. Considerações finais ..... 295

REFERÊNCIAS..... 299

ÍNDICE REMISSIVO ..... 331

SOBRE OS AUTORES ..... 339

# APRESENTAÇÃO

## O SUBDESENVOLVIMENTO BRASILEIRO, “UM MUSEU DE GRANDES NOVIDADES”

*Fábio Antonio de Campos  
Fernando César de Macedo*

---

*“O Brasil é uma terra de amores  
Alcatifada de flores  
Onde a brisa fala amores  
Em lindas tardes de abril  
Correi pras bandas do sul  
Debaixo de um céu de anil  
Encontrareis um gigante deitado*

*Santa Cruz, hoje o Brasil  
Mas um dia o gigante despertou  
Deixou de ser gigante adormecido  
E dele um anão se levantou  
Era um país subdesenvolvido  
Subdesenvolvido, subdesenvolvido, etc. (refrão)*

*E passado o período colonial  
O país se transformou num bom quintal  
E depois de dadas as contas a Portugal  
Instaurou-se o latifúndio nacional, ai!  
Subdesenvolvido, subdesenvolvido (refrão)*

*Então o bravo povo brasileiro  
Em perigos e guerras esforçado  
Mais que prometia a força humana  
Plantou couve, colheu banana  
Bravo esforço do povo brasileiro  
Que importou capital lá do estrangeiro  
Subdesenvolvido, subdesenvolvido... etc. (refrão) [...]”*

(Trecho da música “Canção do subdesenvolvimento” composta em 1962 por Carlos Lyra & Chico de Assis)

*“Sente raiva do passado  
que o mantém acorrentado.*

*Sente raiva da corrente  
a puxá-lo para a frente  
e a fazer do seu futuro o retorno ao chão escuro  
onde jaz envilecida [...]*".

(Trecho do poema "A Corrente" escrito em 1980 por Carlos Drummond de Andrade)

Os textos que compõem este livro representam uma pequena parte do acervo produzido nos últimos anos pelos professores e ex-alunos do Centro de Estudos do Desenvolvimento Econômico – CEDE, do Instituto de Economia (IE) da Unicamp. Como o leitor poderá constatar, na sua maioria não são trabalhos inéditos, mas foram agrupados aqui para atender à pertinente demanda da Comissão de Pesquisa do IE que vem trabalhando dedicadamente para organizar a produção dispersa de seus professores em obras como esta: livros eletrônicos que possam reunir e disponibilizar, em um só lugar e de forma aberta, parte de sua produção acadêmica, distribuída em capítulos de livros, textos para discussão, artigos em periódicos e relatórios de pesquisas, nem sempre de fácil acesso.

O CEDE tem como eixo principal de suas pesquisas a problemática do desenvolvimento econômico em suas múltiplas determinações espaciais no Brasil e na América Latina. A tradição deste Centro sempre foi a de entender o desenvolvimento do capitalismo – brasileiro em especial – numa perspectiva histórica e nos marcos de uma economia cada vez mais subordinada aos ditames da geopolítica dos países centrais que aprofunda as práticas imperialistas e interdita, sistematicamente, a superação do subdesenvolvimento. Especialmente neste momento em que o processo civilizatório – promessa histórica (e hoje visivelmente inalcançável) do capitalismo – retrocede sob a dominação financeira dos mercados que impõe ataques e recuos às conquistas sociais por todo mundo, especialmente na América Latina.

Por seu porte econômico e diversificação produtiva, o Brasil talvez seja o caso mais bem acabado na América Latina dessa tragédia histórica que nos fechou as portas para o desenvolvimento econômico e pulverizou antigos sonhos primeiromundistas. O tempo presente não apenas impossibilita o tão almejado ajuste de contas com o passado como reproduz nos dias de hoje, de forma aprofundada, aquele passado, em bases sociais cada vez mais precárias, posto que conquistas civilizatórias importantes, porém insuficientes das fases ascendentes do nosso desenvolvimentismo, estão sob ataque sistemático. Como diria o poeta: "eu vejo o futuro repetir o passado, eu vejo um museu de grandes novidades".

Lembrando igualmente o mestre Furtado, nunca foi tão grande a distância entre o Brasil que foi sonhado pela geração pioneira, autêntica e verdadeiramente nacionalista de nossos primeiros desenvolvimentistas, e o Brasil de hoje tão discutido pelos neodesenvolvimentistas<sup>1</sup> aderentes à ordem globalizada, ainda a sonhar com a utopia de um Brasil *update*, como se a escada já não tivesse sido chutada a tanto tempo como nos lembra Chang ao parafrasear o economista germânico List do século XIX.

Pode ser que seja esse o fio condutor que amalgame trabalhos que foram produzidos em contextos diferentes e com metodologias distintas, por professores que não necessariamente convergem teoricamente em suas abordagens. Os capítulos desse livro buscam entender, sob perspectivas diferenciadas e em múltiplas escalas, os dilemas do Brasil contemporâneo nos marcos do imperialismo. Vale ressaltar que a ação do imperialismo na formação econômica brasileira não constitui algo exógeno, que possa ser classificado como apenas refratário (“de fora para dentro”), senão um elemento endógeno, constituinte do nosso subdesenvolvimento, de sorte a unificar organicamente interesses desde o capital internacional aos da burguesia nativa, selando a condição dependente e subordinada. Subdesenvolvimento manifesto na segregação social que se mostra também como um verdadeiro *apartheid*; ou ainda, de um colonialismo cultural que estrangula as capacidades internas de pensar outras formas de desenvolvimento, quiçá pós-desenvolvimentistas.

Numa dinâmica específica do padrão de luta de classes, muito mais uma violenta guerra social entre a minoria proprietária e a grande massa desposuída de condições básicas para sua existência material, este capitalismo da miséria teceu sua reprodução em um experimento inovador e avançado de acumulação primitiva – chamado colonização. Toda uma sociedade voltada para os negócios externos foi montada e dela nasceu uma classe dominante de mando, poder, repressão e cooptação nos estertores escravistas, cuja população não proprietária e submetida ao jugo senhorial, além de servir como substrato à reciclagem dos negócios mercantis, sempre foi vítima de uma sociopatia de face racista, patriarcal e genocida que define neste território um permanente cotidiano de barbárie. Não por acaso, o presente em nossa vida social sempre se confunde com o passado, eclipsando o futuro.

Seria deste mesmo passado, específico da América portuguesa, que se permitiu criar uma plataforma singular para que o imperialismo se plasmasse e dele pudesse nascer até uma diferenciação econômica que originou a indústria. Embora muitos lutassem e acreditassem que ela poderia se tornar um meio irreversível para a construção do desenvolvimento nacional, de modo a

---

1 Sobre as diferenças entre os “velhos” e “novos” desenvolvimentistas, ver o capítulo 6 de Plínio de Arruda Sampaio Jr.

sepultar definitivamente o subdesenvolvimento, o imperialismo, complexamente articulado internamente, assim como serviu no Brasil para dinamizar as forças produtivas no nível mais elevado da América Latina, também trouxe seu ocaso, em que as evidências atuais revelam que a construção de um capitalismo autônomo não fora apenas interrompida, mas, talvez, implodida. Em tal colapso socioeconômico brasileiro, cuja tragédia social se combina à devastação ambiental que se exprimem na crise estrutural do capital da atualidade, novamente o espaço econômico brasileiro se mostra como a vanguarda da barbárie e das expressões mais violentas que o imperialismo pode assumir em sua apropriação da vida em nome do lucro – uma verdadeira economia política da morte!

Por isso, a primeira parte deste livro é dedicada à relação entre **IMPERIALISMO E SUBDESENVOLVIMENTO**, sendo esse seu título. Nela aborda-se o significado e atualização do imperialismo nos dias de hoje diante das novas formas de controle intraestatal (externo e interno) do capital que amplifica o escopo da violência, explorados em profundidade por Eduardo Mariutti no capítulo dois, intitulado: **Notas sobre o “novo” Imperialismo**. Como lembra o professor Wilson Cano no capítulo de abertura da obra – **O Imperialismo hoje** –, em sua fase atual, de supremacia da acumulação financeira, o imperialismo tem que se vestir com uma roupagem ideológica de transformação no modo de vida: o neoliberalismo. A consequência, como alerta Cano, é o desemprego, a regressão mercantil e o agravamento da crise social.

A discussão sobre a permanência e regressão mercantil da economia brasileira indicada por Cano é analisada no capítulo três: **Imperialismo e herança mercantil na industrialização brasileira**, por Fábio Campos. O autor aponta os limites da industrialização brasileira no século XX e sua desestruturação no século XXI, com a desindustrialização em marcha, a partir da herança mercantil de nossa economia que remonta os tempos coloniais, de um lado, e, por outro, pelo controle do capital internacional de nossa base produtiva, interditando o avanço da industrialização brasileira. O capítulo seguinte – **Imperialismo e questão nacional em Nelson Werneck Sodré** – de autoria de Carlos Cordovano e Fábio Campos problematiza na obra de Nelson Werneck Sodré a maturação da independência política e da industrialização como promessa de uma revolução brasileira que pudesse se divorciar do imperialismo e do passado mercantil. O desenvolvimento capitalista brasileiro moveu-se, no entanto, à revelia do otimismo democrático-popular de Sodré como mostra os autores, reeditando seu passado de forma antinacional e antidemocrática, em que a revolução brasileira se transmutou em contrarrevolução.

Na segunda parte do livro – **O DESENVOLVIMENTO INTERDITADO** –, os limites da utopia desenvolvimentistas no Brasil se explicitam e, com isso, Wilson Cano no capítulo cinco – **Construção e desconstrução**

**do desenvolvimento** – faz uma minuciosa análise da evolução da economia brasileira da industrialização de 1930 ao golpe de 2016, assinalando os constrangimentos que levaram a interdição (e retrocesso) do processo de desenvolvimento econômico no país. Termina o texto com uma pergunta decisiva para as nossas reflexões: seria possível ainda, para este país, ter um futuro promissor?

Uma possível resposta é dada por Plínio de Arruda Sampaio Jr. no capítulo seguinte – **Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa**. O autor aponta as fragilidades teóricas dos neodesenvolvimentistas que ideologicamente fizeram a defesa do modelo brasileiro de crescimento econômico no século XXI, no período do governo petista, com o que se distanciaram das contribuições pioneiras e originais dos autores latino-americanos da segunda metade do século XX. Plínio é taxativo na crítica à utopia dos neodesenvolvimentistas que acreditam na possibilidade de um capitalismo virtuoso capaz de garantir modernização e inclusão da população nos padrões de consumo, via mecanismos de mercado. Para o autor “o verdadeiro resgate da tradição crítica do pensamento latino-americano passa pela superação de toda ilusão em relação à existência de uma solução burguesa para a tragédia do subdesenvolvimento e da dependência”.

Esta posição é similar à de Vanessa Follmann Jurgenfeld e Carlos Henrique Lopes Rodrigues no capítulo sete que encerra essa parte do livro: **Florestan Fernandes e Celso Furtado: aspectos históricos-estruturais para a interpretação da crise contemporânea no Brasil**. Resgatando mais dois importantes intérpretes do Brasil, os autores discutem como a consolidação do neoliberalismo no Brasil acirra o “imperialismo total”, de modo a inviabilizar o projeto de desenvolvimento nacional, perpetuando, assim, a condição de dependência e de subdesenvolvimento, sob os auspícios de uma burguesia no país que subordina a questão nacional aos interesses externos ao do país e para disso se beneficiar.

Como forma de observar a manifestação do imperialismo e do subdesenvolvimento no controle do território, fundindo formas modernas de apropriação do capital com a reinvenção de formas pretéritas de exploração, expropriação e espoliação, chegamos à terceira e última parte deste livro: **SUBDESENVOLVIMENTO, CONTROLE DO TERRITÓRIO E DEPENDÊNCIA**. No capítulo oito de Wilson Cano – **Reflexões sobre o papel do capital mercantil na questão regional e urbana do Brasil** – fica evidente a capacidade do capitalismo brasileiro se renovar mantendo sua essência colonial inalterada, em que o moderno sempre se alimenta do arcaico. Ao investigar a cristalização mercantil em meio a atividades regionais e urbanas de franco desenvolvimento capitalista no Brasil, o autor mostra de maneira contundente como as ações do capital mercantil se embrenham de

forma, as vezes harmônica, com o capital industrial, sem maiores pudores diante de sua busca incondicional de lucros.

Na mesma trincheira de reflexão, mas, enfocando a conexão da forma mercantil do capital com a fictícia, o capítulo nove do livro apresenta o texto: **Considerações teóricas sobre a terra como puro ativo financeiro e o processo de financeirização** de Mariana Fix e Leda Paulani. Procurando compreender determinados casos concretos de apropriação e espoliação fundiária no Brasil a partir da mediação de categorias marxianas, sobretudo, as do capital a juros, fictício e da renda da terra, o trabalho enfoca o mercado imobiliário e a financeirização da acumulação de capital, assim como aprofunda a reflexão sobre as contradições existentes no tratamento da terra como puro ativo financeiro.

De modo a integrar os elos da reprodução capitalista no Brasil na arena da conquista e da dominação política territorial a serviço da dependência externa e da superexploração da força de trabalho, e em determinados padrões de luta de classes, o livro traz o capítulo dez – **Território, dependência e luta de classes no Brasil** – de Evaldo Gomes Junior, Fernando César de Macedo e Pietro Caldeirini Aruto. Feita essa digressão metodológica sumária, o objetivo deste texto é discutir historicamente a organização territorial brasileira a partir dos determinantes postos sobre a economia nacional, com base nas categorias-padrão de reprodução do capital e da superexploração da força de trabalho – SFT. A hipótese dos autores é a de que os mecanismos históricos da SFT se manifestam pelo uso intensivo e extensivo do território, tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais, de forma regionalmente distinta. Para tanto, como eles apontam, esse movimento diferenciado do capital na formação socioespacial dependente brasileira conta decididamente com o Estado, seja para garantir – por meio de sua política econômica e de fundos públicos – as condições de valorização do capital, seja para intervir/impedir a luta de classes.

A reprodução do capitalismo na sua forma subdesenvolvida, articulada a um mesmo plano espacial ou setor econômico de dimensões mercantis e industriais, que se alavancam por estratégias fictícias de valorização, também pode ser encontrada no negócio imobiliário recente do Brasil com o capítulo onze – **Dinâmica econômica e imobiliária no Brasil: interpretações a partir dos resultados das maiores empresas de capital aberto** – de Carlos Alberto Penha e Beatriz Tamasso Miotto. Tais autores mostram tanto a ascensão desse negócio na segunda metade dos anos 2000, quando se assistiu no país uma retomada em larga escala da produção imobiliária pelo território, cujas principais mudanças das grandes empresas do setor alteraram suas estratégias após se agigantarem via emissão de ações, fazendo com que as determinações do capital fictício estivessem mais presentes na construção do espaço brasileiro; quanto no declínio, a partir de 2012, em que o ciclo expansivo da

produção imobiliária arrefeceu-se, trazendo novos desafios para reciclagem deste modelo de negócios.

O livro é finalizado com o capítulo de Humberto Miranda e Leonardo Rodrigues Porto – **A Região de influência de Campinas (RIC) e suas transformações recentes (2000-2016)** que revela empiricamente como as mudanças estruturais, que dilatam o setor de serviços no Brasil e impõem uma desindustrialização, afetam uma das regiões economicamente mais importantes do país que compreende a região metropolitana de Campinas, assim como as áreas urbanas vizinhas que são influenciadas por ela. Dando ênfase a temas como: indústria, investimento regional, economia rural, comércio exterior e mercado de trabalho, o capítulo versa principalmente sobre os efeitos do processo de reestruturação econômico-espacial decorrente da desconcentração da indústria paulista e do avanço da desindustrialização nacional na região de Campinas.

Boa leitura!



PARTE I  
IMPERIALISMO E  
SUBDESENVOLVIMENTO



# CAPÍTULO 1

## NOTAS SOBRE O IMPERIALISMO HOJE<sup>1</sup>

*Wilson Cano*

---

Ações imperialistas praticadas por estados nacionais (ou prepostos) sobre terceiros, antecederam o capitalismo. Pilhagem, conquista e dominação de povos ou nações foram seus efeitos, obtidos sempre pela violência.

Nos primórdios do capitalismo, o Imperialismo adquire uma nova forma, e aqueles efeitos foram ampliados, com a busca aos metais preciosos, o comércio negreiro, a colonização e os crescentes lucros mercantis. Todos eles foram peças fundamentais para a chamada *acumulação originária*.

Já na *acumulação capitalista* e principalmente na passagem da 1ª para a 2ª Revolução Industrial (segunda metade do Século XIX) o imperialismo sofreria substanciais transformações, passando a ser, segundo Lenin, “estágio superior do capitalismo”. Lembremos a caracterização que esse autor lhe fez:

- i. aumento da concentração do capital e da produção;
- ii. a passagem da pequena para a grande indústria, com o capital industrial e o bancário se “fundindo”, originando o capital financeiro;
- iii. aumento colossal das exportações de capital financeiro;
- iv. divisão dos mercados mundiais, pelos monopólios internacionais;
- v. divisão territorial do mundo, pela moderna colonização. Não é demais lembrar que na década de 1870 esta dominação atingia 11% do território da África, 57% da Polinésia, 51% da Ásia e 100% da Austrália. Ao final do século o percentual da África passou a 90%, o da Polinésia a 99% e o da Ásia a 57%.
- vi. a expansão do capital financeiro e a da sociedade por ações, praticamente criou a classe dos *rentiers*;
- vii. a colonização, de início objetivando a garantia de fontes supridoras de matérias primas e de mercados, altera seu caráter, com o surgimento de estados nacionais, incorporando outros interesses, concessões, monopólios, “áreas de influência”, etc.

O final da II Grande Guerra, explicitando os anseios democráticos por mais justiça, liberdade e democracia, de um lado, e o debilitamento da maior parte das grandes potências por outro, desencadeou, entre outras coisas, o

---

1 Texto originalmente publicado na revista **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 132-135, 1996.

processo de descolonização. A guerra fria, contudo, ao bipolarizar o mundo, obrigou o Imperialismo a praticar também políticas de “ajuda” e de reconstrução. Porém, a tentativa de nova ordenação mundial (Bretton Woods) foi insuficiente e precária, não dando conta do equacionamento financeiro internacional. A década de 1970 assistiria, assim, o agravamento dos desequilíbrios dos países ricos, com inflação e estagnação, que culminariam na chamada “crise da dívida externa” imposta ao 2º e 3º mundos e na *financeirização* mundial.

Assim, o Imperialismo viu-se obrigado a vestir nova “roupagem”, dado que a supremacia da acumulação de excedentes financeiros não pode evitar, por muito tempo, a inevitável crise explicitada pela debilidade da acumulação real. A velocidade necessária para a busca de canais que pudessem converter aqueles excedentes em investimentos produtivos exigiu uma engenhosidade ideológica: o Neoliberalismo.

A perda de controle parcial que as grandes potências sofreram com a transmigração de filiais de suas empresas e seus bancos nacionais, que se internacionalizam entre 1950 e 1980 e a crise fiscal porque passavam seus estados nacionais, foi o fermento para o crescimento daquela ideologia. O Imperialismo, a partir de meados da década de 1970, passava assim a atuar em duas grandes frentes:

- *ataque frontal aos estados Nacionais* já financeiramente debilitados, e que consistiria em acirrar a crítica à “ineficiência” administrativa e produtiva estatal e reafirmar que o mercado dá alocação melhor aos “fatores” e obtém melhor eficiência;
- *apropriar-se, em velocidade vertiginosa, dos novos conhecimentos* já disponíveis da *ciência e da tecnologia* e acelerar a busca de novas descobertas.

Seria até desnecessário dizer que, com isso, deu-se o clássico acirramento da concorrência entre os grandes capitais privados das grandes potências, e isto, naturalmente, desencadeou também mecanismos de defesa, via constituição e fortalecimento da Tríade ou seja: os blocos liderados pelos EUA (NAFTA), Alemanha e França (CEE) e Japão (“espaço asiático”), que, com isso, criaram verdadeiras fortalezas neoprotecionistas (a despeito do discurso neoliberal).

*Ruptura de monopólios públicos* (principalmente em energia, transportes e telecomunicações), *privatizações de empresas estatais, desregulamentação econômica*, especialmente sobre os movimentos de capitais internacionais e políticas de *descentralização* fiscal e de serviços, constituíram a primeira bateria de assalto ao Estado Nacional, abrindo fantásticas “avenidas” para a acumulação real.

A reestruturação produtiva – queimando capital “velho” e utilizando novo – e a concorrência feroz impuseram também um processo de “globalização” produtiva (além da financeira, já comentada). Esta, contudo, se restringe mais à Triade que concentra a parte substancial dos investimentos produtivos, pouco sobrando à periferia mundial:

- ao Leste Europeu e a ex-URSS, iludidos pelo canto da “fácil e harmoniosa” transição ao capitalismo;
- à África, abandonada, como uma nave à deriva;
- à maioria de países latino-americanos e asiáticos, para os quais não se consegue vislumbrar um futuro positivo.

A reestruturação provocou também, descomunal reconcentração do capital privado, através de fusões, *joint-ventures*, compras-vendas parciais de plantas industriais, aberturas e fechamento de plantas etc. Essa reconcentração ampliou consideravelmente o poder monopólico (financeiro, produtivo e comercial) das grandes empresas. Por exemplo, elas hoje detêm 50% do comércio mundial de manufaturados, com parte substancial realizada entre suas matrizes e filiais e entre suas filiais.

Por outro lado, a introjeção de novas tecnologias e a alta velocidade com que isto se fez, impôs:

- i. transformações radicais nos processos produtivos, automatização, informatização etc., exigindo mudanças nas estruturas técnicas, financeiras, comerciais e administrativas das empresas;
- ii. “flexibilização” do trabalho humano e substituição de trabalho não qualificado e grande eliminação de postos de trabalho, aumentando para 35 milhões os desempregados estruturais, só na OCDE;
- iii. sucateamento de capital produtivo, por obsolescência forçada;
- iv. substituição de insumos convencionais (aço, cobre, estanho etc.) por modernos, normalmente produzidos nos países avançados.

Acrescente-se ainda que grande parte dos novos produtos das novas tecnologias são muito mais substituidores de antigos do que propriamente novos, como a fibra ótica que substitui o cabo metálico, o fax, ao telex, novas ligas metálicas, ao aço e ao cobre comum, eliminando assim, de forma direta e indireta, trabalhadores e insumos substituídos.

Assim sendo, o Imperialismo, para “completar” sua globalização nos países subdesenvolvidos, está causando um verdadeiro flagelo, sucateando precocemente capacidade produtiva e infraestrutura, ao exigir a moderna substituição daqueles ativos. Por outro lado, o debilitamento do Estado, que

já era acentuado com a “crise da dívida”, aumentou ainda mais com as políticas de Ajustes Neoliberais, desregulamentações, privatizações, exaustão da capacidade de planejamento e incapacitação da Política Econômica. A estes estados Nacionais pouco tem restado a fazer para escapar de uma “reação passiva”. Isto tudo está agravando sobremodo a atual *crise social*.

Tomados o 2º e o 3º Mundos, creio que apenas alguns poucos países, como China, Rússia, Brasil e Índia, por suas dimensões econômicas e espaciais, suas capacidades produtivas e suas dotações de recursos, têm condições de amenizar os efeitos dessa “globalização”, negociando a subordinação – parcial e relativa – da modernização produtiva às suas condições econômicas e sociais atuais e a uma política de desenvolvimento a longo prazo, com justiça social. Contudo, as forças políticas de direita têm predominado na maioria dos países, anulando suas capacidades de resistência. Por exemplo, no Brasil, o *impeachment* dado a Fernando I (Collor), que aqui introduziu as políticas neoliberais não impediu a vitória de Fernando II (FHC), que as aprofundou ainda mais.

Para os demais países – notadamente para os de menor dimensão econômica e territorial – poucas chances restarão. O Imperialismo os havia proporcionado, a partir do século XIX, mercado para exportações de matérias primas e alimentos, cuja dinâmica econômica gerou alguma industrialização, urbanização e melhoria social. Hoje, ao contrário, a desindustrialização parcial já é uma realidade e as chances de expansão daquelas exportações apresenta tendência comprometedoras a longo prazo. Assim, desemprego, regressão mercantil e agravamento da crise social é o que o Imperialismo tem a lhes oferecer.

# CAPÍTULO 2

## NOTAS SOBRE O “NOVO” IMPERIALISMO

*Eduardo Barros Mariutti*

---

### 1. Introdução

O imperialismo é aqui concebido como um conceito de *periodização* que, enquanto tal, expressa a *unidade* de uma nova fase do capitalismo. Suas feições básicas ganharam nitidez no final do século XIX, mas é a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-18) que explicita e consolida de forma definitiva este novo período. Por conta disto, portanto, não faz sentido classificar o imperialismo como uma *política* particular dentre outras possíveis ou, de forma supostamente alternativa, como uma “prática” exclusiva das grandes potências. O imperialismo sinaliza uma transformação significativa do modo de produção capitalista que, por conta da intensificação da simbiose entre a rivalidade interestatal e a concorrência intercapitalista, situa a guerra e os sistemas de vigilância e controle sobre as populações no cerne do processo de acumulação de capital.

Contudo, além de pensar o imperialismo do ponto de vista da periodização, este capítulo também tem o propósito de formular uma questão: o conjunto de transformações precipitadas entre 1968 e 1973 configuram *uma nova fase do capitalismo, na qual* os elementos típicos do imperialismo foram recombinados e intensificados de tal modo que, por conta disto, é necessária uma abordagem distinta e, inclusive, um novo vocabulário? Embora este tipo de indagação não permita respostas peremptórias, tendo a crer que estamos testemunhando um período inédito que, embora se desdobre da era do imperialismo, possui peculiaridades significativas que devem ser destacadas.

Este capítulo se subdivide em 4 seções. Na primeira, partindo do pensamento de Rosa Luxemburgo, discuto o processo de mercadorização da vida social e sua conexão com o (falso) universalismo do capital na era do imperialismo. Na segunda parte abordo a questão do imperialismo *como período*, explicitando a diferença entre a colonização na era do mercantilismo e a expansão imperialista do final do século XIX. Na terceira, com base no conceito de virada cibernética, discuto a década de 1970 como um marco na metamorfose do modo de produção capitalista. Na última seção apresento as

considerações finais, onde tento concatenar os argumentos apresentados ao longo do capítulo.

## 2. O Capitalismo como forma universal: a mercadorização da natureza e da vida social

A reflexão de Rosa Luxemburgo sobre a peculiaridade do expansionismo capitalista é um bom ponto de partida para analisar o tema do imperialismo como um *período*. A passagem abaixo explicita o eixo do seu pensamento:

O capitalismo é a primeira forma econômica” [*Wirtschaftsform*] “capaz de propagar-se vigorosamente: é uma forma que tende a estender-se por todo o globo terrestre e a eliminar todas as demais formas econômicas, não tolerando nenhuma outra ao seu lado. Mas é também a primeira que não pode existir só, sem outras formas econômicas de que alimentar-se; que tendendo a impor-se como forma universal, sucumbe por sua própria incapacidade intrínseca de existir como força de produção universal. O capitalismo é, em si, uma contradição histórica viva; seu movimento de acumulação expressa a contínua resolução e, simultaneamente, a potencialização dessa contradição (LUXEMBURGO, 1984a, p. 98).

O caráter necessariamente expansionista do modo de produção capitalista deriva do fato de que a acumulação é o meio e, em última instância, *a própria finalidade* do capital. Logo, sua marca distintiva é a necessidade imperiosa de *desatrelar* violentamente o trabalho e os meios de produção das formas sociais distintas dele para, na sequência, subordiná-las ao seu metabolismo.

Mas o capital não age apenas na dimensão “econômica” da realidade, pois a sua reprodução e expansão incessante transforma o conjunto da vida social, afetando o modo como existimos. Logo, é fundamental reconstituir e integrar de forma explícita o papel *construtivo* das transformações engendradas no plano da subjetividade e das formas de vida para que o capital possa ocupar uma posição determinante na reprodução da sociedade e, desse modo, universalizar a sociabilidade centrada na concorrência. Rosa Luxemburgo é uma pioneira neste esforço, como se pode notar em suas ponderações sobre o caráter *destrutivo* da invasão do capital sobre a zona não-capitalista *na era do imperialismo*. Pressionado pela intensa concorrência entre as potências imperialistas, para poder se expandir de forma mais célere para as zonas não capitalistas, o capital precisa destruir os outros “mundos” coerentes e integrados que encontra para conseguir impor o seu próprio. Isto fica particularmente claro quando Rosa discute a diferença da exploração da Índia levada a cabo pelos ingleses e da Argélia pelos franceses. Estas zonas foram

invadidas por milênios, mas os invasores simplesmente impunham tributos e evitavam transformar significativamente a família e as organizações comunais. Os ingleses e os franceses, enquanto portadores da rivalidade intercapitalista, não podiam se contentar meramente com tributos: para acessar os fatores de produção e a força de trabalho e, desse modo, orientar integralmente estas zonas para a valorização do capital, foi necessário destruir as formas pretéritas de organização social. Ou seja: o capital precisa destruir os mundos que ele coloniza para poder impor um que seja compatível com o seu metabolismo.

Este me parece ser o entendimento de Rosa sobre a afirmação de Marx de que a consolidação do capitalismo envolveu a criação de um *mercado mundial* e uma “História Universal”. É necessário, contudo, ter cuidado com estas expressões. Elas denotam a tendência do capitalismo em romper os limites à *mercadorização*<sup>1</sup> de todas as dimensões da vida, isto é, de subordinar todas as relações e formas sociais ao processo de autovalorização do capital. É essa sua luta eterna contra as “economias naturais” e princípios de sociabilidade alternativos que revela a sua natureza *totalitária*. O quadro se agrava pela sua habilidade em *incorporar* e subsumir os mecanismos de exploração herdados de outros modos de produção, que, por conta disto, tendem a ser redefinidos e intensificados.<sup>2</sup>

É neste trágico sentido que devemos entender a expressão “História Universal”: a tendência à mercadorização de todas as dimensões da vida social. Ao sustentar-se sobre seus próprios pés, o modo de produção capitalista se converte em uma gigantesca e violenta força homogeneizadora, que se manifesta na tendência em articular as diversas esferas de intercâmbio humana pela troca mercantil indexada pela moeda, um tipo novo de moeda que congrega simultaneamente três funções: veículo das trocas, unidade de conta e reserva de valor. Sociedades não capitalistas geralmente *isolam* esferas de intercâmbio distintas, onde cada uma delas envolve bens e serviços específicos que são

1 O termo mercadorização ao invés de mercantilização é aqui utilizado para ressaltar a diferença entre uma sociedade de mercadorias (ou sociedade de mercado na percepção de Karl Polanyi) de uma sociedade comercial. Uma sociedade de mercadorias é subordinada ao capital que, amparado pelo Estado, em seu processo incessante de valorização, luta para se assenhorar do conjunto da vida social, impondo o seu ritmo e suas finalidades sobre ela. Já uma sociedade mercantil não assume necessariamente esta forma. Pequenos produtores que trocam o produto do seu trabalho em mercados simples formam uma sociedade comercial não-capitalista. O liberalismo do século XVIII tinha exatamente este arranjo em mente. Neste caso, a ordenação comercial era vista como uma alternativa às relações pessoais que fundamentavam o Antigo Regime e as demais formas despóticas. Exatamente por isto os liberais clássicos acreditavam representar uma postura revolucionária e libertadora frente à velha sociedade, baseada nas relações de compadrio.

2 Era essa habilidade que faltava ao *capital mercantil*, pois esta forma de capital não era capaz de penetrar fundo na natureza e na vida social, a ponto de transformá-la radicalmente, pois dependia da vigência de sistemas de exploração que não podia controlar diretamente, bem como vivia necessariamente nos interstícios das grandes civilizações.

organizados por valores e princípios de integração diferentes e geralmente incomensuráveis (DALTON, 1961).<sup>3</sup>

Estas segmentações se manifestam concretamente em várias configurações distintas, embora seja muito comum o isolamento da zona que envolve bens de subsistência (alimentos básicos, terra arável, água, madeira para combustão etc.), que raramente é indexada por um mercado formador de preços, isto é, onde mercadorias similares provenientes de fontes distintas disputam o mesmo espaço mercantil. Outras zonas que costumam ser independentes do sistema mercantil são as que envolvem as relações matrimoniais e os sistemas de poder. Os tabus e o prestígio social são os seus alicerces e, enquanto tais, operam de forma independente dos circuitos da riqueza e do comércio. Logo, além da expansão geográfica, o capital também luta – geralmente apoiado pelo Estado ou outras formas de violência organizada – para colonizar estas esferas e fundi-las ao mercado estruturado pela produção e circulação de *mercadorias*. É precisamente esta expansão transversal do mercado *capitalista* indexado pela moeda que destrói estas formas alternativas de vida e que, simultaneamente, permite uma concepção *econômica* – e economicista – da realidade social.

Esta é uma perspectiva privilegiada para se abordar a complexa questão da relação entre a dinâmica do capital e as zonas “externas” a ele. A despeito de suas inúmeras tergiversações, Marx nunca abandonou a noção exposta em **Contribuição à Crítica da Economia Política** de que há uma diferença entre o método da investigação (que concerne o “concreto figurado”) e o método de exposição, o qual só pode ser apresentado depois da compreensão *da unidade do diverso/síntese das múltiplas determinações*, isto é, a compreensão da forma de articulação que estrutura uma determinada realidade histórica. Em termos mais simples: somente *depois* de desvendada a lógica e a dinâmica do capital é possível retratar a *sua* história pretérita e analisar o seu movimento prospectivo.

Esta percepção fica mais clara se ressaltarmos o que Dipesh Chakrabarty (2000, p. 63-6) chama de os “dois sentidos da história” do capitalismo sugeridas por Marx. O primeiro sentido envolve a “história” posta diretamente pelo capital plenamente constituído, isto é, referente à *lógica estrutural do capital*, onde as *condições* para a produção capitalista são *simultaneamente* as suas consequências. No entanto, ao iniciar a sua expansão o capital encontra um conjunto de “antecedentes” e outras formas históricas que *ele não constituiu*,

3 Dentro de cada esfera é possível que exista algo *que nós* interpretamos como similar a uma moeda (um bem capaz de operar como equivalente geral). Mas, mesmo nestes casos, as esferas permanecem *separadas* e não podem ser influenciadas por um mercado geral ordenado fundamentalmente por preços. Além disto, é muito rara a coincidência entre a reserva de valor e a função de veículo das trocas em um mesmo bem.

isto é, que não fazem parte do seu próprio metabolismo.<sup>4</sup> Logo, o capital precisa dissolver ou *destruir* a unidade destas formas independentes para poder incorporá-las. Mas nada garante que ele conseguirá (CHAKRABARTY, 2000, p. 65). É precisamente isto que gera a história em sentido 2 que, embora distinta da sua lógica formal, *não pode ser dissociada da história efetiva do capital*. Não se trata, portanto, de elementos *totalmente externos* pois, uma vez desagregados, eles são assimilados pelo metabolismo do capital e, deste modo, ajudam a transformá-lo.

Mas o raciocínio pode e deve ser ampliado para abarcar também as formas de dominação que o capital encontra e consegue assimilar, nos mesmos termos anteriormente descritos. E é precisamente esta “segunda história” que revela as diversas formas de controle sobre o trabalho que o capital consegue subsumir e converter em uma forma *capitalista* de acumulação: a escravidão, o trabalho infantil, o sexismo e o racismo estrutural etc. O outro aspecto desta história 2 concerne as diversas *resistências* à acumulação capitalista, cuja feição não deriva *apenas* ou fundamentalmente da sua *oposição* ao capital, pois, uma vez inseridas no âmbito da reprodução do capitalismo, elas configuram um campo maleável de forças que podem coexistir e, simultaneamente, entrar em tensão com a ordem disciplinar do capital, pressionando para que ela se transforme.<sup>5</sup> O ponto decisivo é que o despotismo do capital deriva *da sua lógica intrínseca*, isto é, de sua propensão a colonizar todas as dimensões da vida social e, simultaneamente, dissolver as relações sociais estranhas a ele. É precisamente o seu ímpeto de se impor como forma universal que gera o conjunto de resistências que podem eventualmente destruí-lo.

O leitor atento de Rosa Luxemburgo nota sem muita dificuldade que a era do imperialismo *exacerba* essa pressão universalizante do capital. A elevação

4 O dinheiro e a mercadoria são alguns destes exemplos. No primeiro caso, contudo, não é o dinheiro do capitalismo (que congrega as 3 funções já descritas) e, neste último, é importante marcar uma distinção. A “mercadoria” que o capital encontra “pronta” foi necessariamente produzida pela violência direta (como, por exemplo, os cativos apesados pelas *raids* das tribos africanas sobre organizações sociais mais vulneráveis e vendidos aos europeus) ou pela ação dos grandes comerciantes. “Aqui o produto se torna mercadoria por meio do comércio. É o comércio que, neste caso, possibilita que o produto se transforme em mercadoria, não é a mercadoria produzida que, por seu movimento, faz surgir o comércio” (MARX, 2017 p. 372).

5 Chakrabarty expressa com bastante clareza este ponto: “From where does such resistance arise? Many labor historians think of resistance to factory work as the result of either a clash between the requirements of industrial discipline and preindustrial habits of workers in the early phase of industrialization or a heightened level of worker consciousness in a later phase. In other words, they see it as the result of a particular historical stage of capitalist production. Marx, in contrast, locates this resistance in the very logic of capital. That is to say, he locates it in the structural “being” of capital rather than in its historical “becoming.” Central to this argument is what Marx sees as the “despotism of capital,” which has nothing to do with either the historical stage of capitalism or the empirical worker’s consciousness. It would not matter for Marx’s argument whether the capitalist country in question were a developed one or not. Resistance is the Other of the despotism inherent in capital’s logic. It is also a part of Marx’s point about why, if capitalism were ever to realize itself fully, it would embody the conditions for its own dissolution” (CHAKRABARTY, 2000, p. 58-9).

da produtividade da indústria dos países avançados acirra a concorrência entre os capitais que, por sua vez, *obriga* a incorporação de virtualmente *todas as sociedades* e de todo o planeta à órbita do capitalismo. Quanto mais se intensificam e se desenvolvem as relações capitalistas, *maior a sua necessidade de englobar o meio não capitalista à sua dinâmica*:

É pura ilusão esperar que o capitalismo se contente somente com os meios de produção que for capaz de obter por via comercial. A dificuldade que o capital enfrenta neste sentido reside no fato de que em grandes regiões da Terra as forças produtivas se encontram sob o controle de formações sociais que rejeitam o comércio, ou não podem oferecer ao capital os meios principais de produção que lhe interessam, porque suas formas de propriedade e o conjunto de suas estruturas sociais excluem de antemão tal possibilidade. Isso acontece sobretudo com o solo e com a riqueza que este contém em minerais, externamente com os pastos, bosques e reservatórios de água, ou com os rebanhos e povos primitivos que se dedicam ao pastoreio. *Esperar pelos resultados do processo secular de desagregação dessas regiões de economia natural, até que esse resultasse na alienação, pelo comércio, dos meios principais de produção, significaria, para o capital, o mesmo que renunciar totalmente às forças de produção nesses territórios* (LUXEMBURGO, 1984a, p. 32 – grifo meu).

Rosa está se referindo especificamente à *era do imperialismo*, onde é a própria concorrência dos capitais que impele os capitalistas a se apoderarem dos recursos presentes na arena externa, e não resquícios da era da acumulação primitiva como, infelizmente, como se costuma argumentar.

### 3. O imperialismo como período

Os primeiros sinais da reorganização do capitalismo que culminou no imperialismo já começaram a surgir em 1870, mas só assumiram uma forma mais definida na passagem para o século XX, particularmente na iminência da eclosão da Grande Guerra, época em que despontaram as primeiras reflexões mais sistemáticas sobre a *peculiaridade* do fenômeno em curso. Embora muito distintas, todas as interpretações que hoje reputamos de “clássicas” possuíam um aspecto comum: a percepção de que se testemunhava *uma época singular*, cuja marca mais visível era uma nova forma de rivalidade política internacional, mas cuja dinâmica não repousava *apenas* nas relações internacionais. Todos os grandes intérpretes do tema – John Hobson, Rosa Luxemburgo, Karl Kautsky, Joseph Schumpeter, Rudolf Hilferding, Bukharin e Lênin, por exemplo – identificaram os vínculos entre estas transformações no plano da política mundial e a metamorfose das formas de concorrência capitalistas

plasmadas na reorganização da produção. Foi exatamente este esforço de aproximar estes dois aspectos do problema sem perder de vista as demais dimensões da realidade social que garantiu a força e a perenidade do debate clássico sobre o imperialismo que, por conta disto, com as devidas mediações, ainda é relevante para iluminar as características do nosso presente imediato.

Em termos formais, a constituição do imperialismo foi comandada pelo imbricamento entre a centralização dos capitais e a transformação e concentração do poder do Estado. O aparelho estatal foi decisivo na consolidação dos grandes monopólios em escala nacional e, ao fomentar as exportações de capitais, ajudou a transpor a rivalidade intercapitalista para o terreno da política mundial. Não há muita novidade nisto. Porém, como mostrou Rosa Luxemburgo, o Estado cumpriu outro papel – também fundamental – para a gestação da ordem imperialista: ajudou a eliminar as resistências sociais à destruição dos espaços autárquicos no campo e à desagregação das economias mercantis simples herdadas dos períodos anteriores, impondo violentamente a tirania do tempo abstrato e seu ritmo peculiar de vida a uma população ainda imersa em outra temporalidade, pautada pela peculiaridade dos vínculos entre a sua organização sociotécnica específica e o meio natural. Tais arranjos configuravam uma forma de viver o tempo incompatível com as pressões de uma sociedade industrial subordinada à acumulação incessante de capital. Transformações intensas e abruptas como esta geram levantes sociais radicais que precisam ser violentamente reprimidos.

O imperialismo, portanto, não pode existir sem a intensificação do poder estatal que, desde então, teve de fomentar e articular duas grandes tendências: i) garantir a constituição de um forte e ramificado aparelho de repressão interno, destinado a conter os distúrbios provocados pelo impacto da mecanização da produção sobre os trabalhadores e, simultaneamente, apto a garantir a operacionalidade da complexa moldura institucional necessária à generalização da concorrência como forma prioritária de ordenamento social; ii) uma transformação radical da capacidade militar que envolve não apenas uma mudança de escopo – a necessidade de ultrapassar o teatro europeu e conduzir conflitos em escala realmente mundial – mas, sobretudo, uma transformação na própria *conduta* da guerra que teve de combinar de forma sinérgica a finança, a indústria, a propaganda e novas formas de recrutamento. O aspecto decisivo repousa, portanto, na *fusão* da rivalidade política à econômica em níveis até então nunca vistos, a ponto de engendrar um sinistro mecanismo de retroalimentação, onde a monopolização crescente do capital, amparada na concentração de poder e aumento do escopo de atuação do Estado eleva a magnitude e a escala da concorrência intercapitalista e interestatal.

O fato é que, tomadas isoladamente, nenhuma destas características são *absolutamente* novas. Dentro da vigência de um mesmo modo de produção

as rupturas raramente envolvem transformações integrais de conteúdo ou a formação significativa de novos elementos. É muito mais comum a combinação entre algumas mudanças quantitativas associadas a uma complexa *recombinação* dos elementos prévios que, em conjunto com a transformação das hierarquias sociais, resultam em novos padrões e tendências. Neste caso, traços ou características derivadas de elementos que eram dominantes perdem a proeminência e passam a atuar de forma residual ou subordinada. Elementos que eram secundários, ao se tornarem dominantes, também alteram significativamente o seu peso específico no conjunto, promovendo transformações que podem repercutir em dimensões que antes eram imunes à sua influência. Pensando de forma abstrata as possibilidades são bastante numerosas fato que, seguramente, alimenta os acalorados debates sobre a tensão entre continuidade e mudança.

Além disto, e situando a questão em um plano mais com concreto, praticamente todos os elementos destacados pelas análises sobre o imperialismo podem ser retraçados a um período muito mais remoto. O mercantilismo – que é uma das faces do absolutismo – deve ser entendido principalmente como um violento processo geral de indução estatal à concentração dos capitais em escala nacional, combinado com o apoio à expansão do capital mercantil sobre o mundo não-europeu, processo marcado pelo uso de procedimentos extremamente violentos. Em que sentido, portanto, podemos marcar uma mudança de *período* no final do século XIX, tendo como referência principal a indução do Estado e a violência?

A colonização na era mercantilista é fundamentalmente diferente da expansão imperialista: a projeção europeia para o ultramar dependeu de um conjunto de tensões presentes em diversas dimensões da realidade social inicialmente *desarticuladas*, mas que, no fim das contas, acabaram por estimular e multiplicar as esferas de atuação do capital mercantil. O capital comercial *não determinava as transformações*. Pelo contrário, adaptava-se ao jogo múltiplo de tensões e pressões que favoreceram a sua expansão (Mariutti, 2020b). A intensa rivalidade entre católicos e protestantes derivada da reforma induziram a cristandade dividida a apoiar a colonização do novo mundo que, deste prisma, era percebida como uma disputa entre católicos e protestantes pelo gentio em um tenebroso quadro escatológico. A burocracia dos estados absolutistas, frente à percepção de que as fronteiras territoriais na Europa estavam cristalizadas, tendia a apoiar qualquer anexação territorial que oferecesse *menos* resistência do que um rival organizado militarmente nos moldes dos monarcas. A nobreza secundogênita sempre teve interesse na colonização das novas terras. Os comerciantes, por sua vez, simplesmente seguiam o cortejo. Logo, não foi o capital comercial que engendrou as principais condições para a colonização. Já a expansão do século XIX não é meramente comercial, mas

um produto das *exportações de capital*, ou seja, se explicam pelo próprio movimento do capital que, desde então, entrelaçado à rivalidade entre os Estados, passou “a andar sobre seus próprios pés”.

Assim, a situação muda radicalmente de figura se tomarmos como referência a nova *dinâmica* do capitalismo que estava em vias de se consolidar no final do século XIX. O elemento formal mais característico é o novo *nexo entre a dominação econômica e política* que tende a imprimir a sua marca específica sobre todos os níveis e dimensões da vida social. O aspecto mais imediatamente observável está no terreno da rivalidade entre as grandes potências, sujeitas a uma forma de competição militar e estratégica radicalmente distinta da era pré-industrial que, doravante, passa a depender da sinergia entre a ciência e o aparato produtivo nacional e de um controle crescentemente granular sobre as populações. Mas o mesmo ocorre também na transformação das relações de propriedade que, por conta da monopolização da produção por parte das grandes corporações, precisam transcender a sua velha forma “individual” – aquela que produziu a miragem do pensamento liberal do século XVIII, que vê os arranjos sociais como emanações espontâneas das ações de indivíduos e de pequenos proprietários – para um tipo novo de propriedade, correspondente à concentração da produção típica da era imperialista, que se baseia numa nova forma institucional, aparentemente mais “coletivizada” e crescentemente *líquida* (PINTO, 2009).

Estas transformações estão umbilicalmente associadas a uma nova forma de gestão das corporações e da composição e organização da burocracia do Estado. A crescente similitude organizacional das grandes burocracias públicas e privadas atesta com eloquência as novas condições de competição forjadas na era do imperialismo, onde as organizações se convertem em aglomerados complexos que precisam gerir uma ampla variedade de ativos e, ao mesmo tempo, concentrar recursos gigantescos em uma cadeia logística extremamente complexa, que exige uma gestão científica aplicada à produção, às técnicas de venda e propaganda, executada por uma profusão de profissionais com qualificações distintas. Além disto, por conta da concorrência se manifestar em escala mundial, a corporação deve ser suficientemente dinâmica e maleável para se adaptar às peculiaridades dos vários mercados e, também, para conseguir enfrentar eventuais mudanças abruptas no mercado mundial, crescentemente sujeito ao impacto dos conflitos militares e insubordinações civis. Por fim, tudo isto se articula de forma dinâmica à uma nova estratificação social cujo eixo repousa em uma tensa associação entre a “oligarquia financeira” e a “aristocracia operária”, para usar a terminologia típica da discussão clássica sobre o imperialismo, popularizada por Lênin. O suporte a essas novas relações de propriedade é garantido em última instância pelo Estado e seus diversos mecanismos de dominação ideológica e de repressão.

É exatamente este conjunto articulado que amplia a fluidez, multiplica o volume e acelera a rotação de capitais, impelindo o capital – sempre amparado pelo Estado – a se espalhar por todo o planeta e, ao mesmo tempo, a penetrar e em praticamente todos os setores da atividade econômica. Esta tendência é muito discutida entre os economistas de todas as orientações ideológicas. Mas nem sempre se destaca um outro movimento do capital, que também é uma expressão da dinâmica peculiar do período imperialista, que o compele a invadir e a colonizar *todas as demais esferas da vida social* (a “cultura”, a vida familiar, as relações afetivas etc.), impondo sobre elas o seu ritmo e o seu propósito único, isto é, a acumulação pela acumulação de forma cada vez mais acelerada. É neste sentido preciso que o imperialismo inaugura uma nova era, cuja raiz fundamental é um tipo novo de violência que se manifesta em dois planos. O mais imediatamente observável é o caráter destrutivo sem precedentes da guerra que, inclusive, criou a possibilidade concreta de aniquilar a humanidade. O plano mais sutil decorre da tendência totalitária do capital, que se vê forçado a erradicar toda e qualquer resistência à mercadorização da vida social, desagregando todas as formas de sociabilidade alternativas ao tirânico mundo das mercadorias. Isto não pode ser feito sem o suporte do Estado e seus aparelhos rizomáticos de dominação social.

A era do imperialismo inaugura o princípio da *Guerra Total*, que envolve uma articulação simbiótica entre a finança, indústria, tecnologia, propaganda e a capacidade de conscrição por parte do poder público para sustentar um esforço prolongado de uma guerra em três dimensões (terra, mar e ar (com a inclusão do Espaço), cujo limite último é o emprego em grande escala dos armamentos nucleares (HEUSER, 2010, cap. 4). Esta transformação na dimensão externa ocorre em sincronia com as mudanças no plano interno onde, dada a penetração das tecnologias da informação em praticamente todas as atividades sociais cotidianas, os aparelhos de vigilância sobre os cidadãos estão sendo associados a sistemas preditivos, elevando a capacidade de repressão aos “distúrbios civis” que não param de se multiplicar, criando o que Paulo Arantes denominou como uma “sociedade securitária de risco”, capaz de suspender a qualquer momento os direitos de cidadania e as garantias constitucionais (MARIUTTI, 2020a). A implementação destes sistemas de vigilância teve início durante a Guerra Fria, onde o mecanismo de retroalimentação da violência passou a mesclar sistematicamente a ameaça “interna” à “externa”, criando uma sensação de insegurança perene, que fortalece e legitima os dispositivos de controle social e, simultaneamente, tenta eliminar do horizonte todas as perspectivas genuinamente emancipatórias. A criminalidade, a xenofobia e o temor de epidemias têm contribuído para ampliar esta sensação generalizada de insegurança que, por sua vez, acaba por legitimar os aparelhos de vigilância sobre os cidadãos.

#### 4. A década de 1970 marca uma *nova fase do capitalismo*?

É abundante a bibliografia que assinala em algum momento do final do século XX a manifestação de uma nova fase ou um novo tipo de capitalismo: regime pós-fordista, acumulação flexível, império (Negri), capitalismo cognitivo, capitalismo de plataforma, capitalismo de vigilância, pós-modernismo etc. A lista é grande e bastante variada. Que algo começa a mudar depois de 1968 não resta dúvida. Mas os diagnósticos sobre o que – e como – muda são muito divergentes. No entanto, a obsessão em se pensar este período como o marco inicial da “desconstrução” dos Anos Dourados - uma espécie de vingança da finança internacional – tirou a maioria dos analistas de uma via mais profícua para se entender o que de fato começou a ocorrer.

A noção de *virada cibernética* ajuda a pensar esta questão. Este termo foi cunhado por Laymert Garcia dos Santos tendo como referência a ideia de “virada cultural” proposta por Fredric Jameson. O argumento é bastante conhecido: o capitalismo se transfigura ao incorporar a cultura ao seu processo de valorização. Uma importante característica desta transformação se manifesta de forma mais explícita no mundo das artes e da crítica cultural: a distinção *moderna* entre alta cultura e cultura e massas é abolida, fato que produz um descentramento generalizado em todos os planos, expresso em um meio cultural predominantemente imagético, onde desaparece a singularidade do sujeito como ser criativo. Outro traço distintivo se manifesta no campo que usualmente é rotulado como “economia”: a indústria cultural, ao fundir a economia com a cultura, transformou ambas. A produção de mercadorias, a alta finança e os serviços se tornam “culturais”, ao mesmo tempo em que a própria cultura se torna plenamente mercantilizada e perpassada pelos circuitos do capital. A este *sintoma* se costuma dar o nome de pós-modernismo, um rótulo precário que se desdobra da própria polissemia do termo moderno. Para conter a inflação da crítica – a cada acepção de moderno surge uma contraposição “pós-moderna” – Jameson prefere utilizar a expressão “condição pós-moderna”, termo que deve ser entendido como um conceito de periodização que expressa uma *nova fase do capitalismo* (JAMESON, 1998).

Laymert parte deste diagnóstico e o ultrapassa, explicitando elementos e tendências que escapam à análise de Jameson e de seus epígonos. Sem perder a dimensão da arte e da crítica cultural, ele explicita com detalhes a *conexão* entre as transformações no plano da ciência, dos novos regimes de acumulação e da sociotécnica que se desdobram da irradiação das novas tecnologias da informação que fundamentam a virada cibernética. Foi precisamente o amálgama entre o capital, a tecnociência e as novas institucionalidades interestatais posto em marcha na década de 1970 que mudou o conceito de informação e, sobretudo, permitiu a ela permear o homem, a natureza e os objetos técnicos

que, por meio deste *substrato comum*, são convertidos em matéria-prima à disposição dos circuitos mundiais de valorização do capital.

Isto nos permite pensar o apagamento da diferença entre a natureza e a cultura em uma nova chave. O raciocínio possui dois momentos: i) a natureza, o homem e a cultura são convertidas à forma mercadoria; ii) as mercadorias são reduzidas e codificadas à padrões informacionais que, tendo como diretriz a valorização do capital, podem ser *recombinados* de múltiplas maneiras. É precisamente esta possibilidade que dissolve *na prática* as fronteiras entre natureza e cultura, animado e inanimado, natural e artificial, social e cultural. Além disto, a virada cibernética desencadeou uma *avalanche tecnológica* que rompe as fronteiras sociotécnicas existentes e, ao mesmo tempo, possibilita a fusão de linhagens tecnológicas que até então caminhavam separadamente. Estas rearticulações sinérgicas libertam um potencial gigantesco que, de fato, possui possibilidades emancipadoras. Mas este potencial não floresce totalmente, dado que a virada cibernética permanece instrumentalizada e posta a serviço da valorização do capital. O esforço do capitalismo de ponta é, portanto, traduzir, controlar e se apropriar das *informações* que constituem o homem, a natureza e a cultura. Logo, o interesse da vanguarda do capital está muito mais no controle dos processos do que nos produtos, mais nas potências, virtualidades e performances do que pelas coisas mesmas.

Ao acessar a dimensão das informações e iniciar um processo de valorização capaz de explorar as virtualidades, a acumulação capitalista aumentou e intensificou o seu potencial de espoliação, dissolvendo as principais fronteiras demarcadas na aurora da modernidade. A base institucional que fundamentou o novo regime de patentes e de propriedade intelectual que tornou possível se apropriar das informações e da dimensão virtual da realidade foi o acordo TRIPS (1994), que garantiu não somente a propriedade das informações genéticas e digitais, mas também o patenteamento de pesquisas em escala experimental. Como se sabe, o acordo foi elaborado predominantemente pela pressão das empresas transnacionais dos setores de alta tecnologia, apoiadas pelos Estados mais proeminentes (EUA, Europa e Japão principalmente). O período não é fortuito: a queda do muro de Berlim em 1989 e o subsequente colapso da URSS, que pegou a todos de surpresa, abriu espaço para este tipo de investida.

No entanto o acordo TRIPS não deve ser visto apenas como a instauração de um “novo regime jurídico” que simplesmente emergiu em um momento geopoliticamente favorável. Ele expressa a concretização de forças estruturais postas em marcha pelo menos desde a eclosão da Grande Guerra em 1914, quando a guerra total se consolida de fato e, com isto, emerge um conjunto complexo de transformações que culminaram no direcionamento da acumulação e da concorrência intercapitalista de ponta para a apropriação dos

elementos intangíveis – a informação – e suas virtualidades. Esta tendência entrou em choque com os fundamentos dos regimes jurídicos vigentes até então. O sistema jurídico “clássico” partia de uma diferenciação entre o “natural” e o “artificial” que remonta às origens sagradas e cartesianas da modernidade: era precisamente esta diferenciação que não permitia a apropriação dos seres vivos (vegetal, animal ou humano), pois estes eram concebidos como “totalidades não apropriáveis”. O fato é que as novas bases tecnológicas tornaram cada vez *menos* nítida a diferença entre o “natural” e o “artificial”, mente e corpo, físico e o não físico e, principalmente, a diferença entre vida natural e artificial (HARAWAY, 1991, p. 152-3). Neste sentido, o que sempre esteve em causa foi não somente a capacidade de se apropriar das informações, mas, sobretudo, de *ressignificar* – e, principalmente, dessacralizar – a vida.

O principal precedente para o novo regime jurídico foi o *Plant Patent Act* de 1930 que, pela primeira vez, abriu a possibilidade de se patentear novas variedades de plantas que se reproduzem de forma assexuada. O entendimento básico era que este tipo de planta *não é um produto direto da natureza*, mas o fruto da intervenção humana sobre o meio natural, o que torna possível patentear este procedimento (U.S. CONGRESS, 1989, p. 71). Dois outros eventos – decisões da Suprema Corte dos EUA – foram decisivos para ampliar o escopo dos direitos de propriedade. O caso *Diamond vs Chakrabarty* (1980) é paradigmático. A General Electric criou uma bactéria geneticamente modificada que conseguia quebrar moléculas de petróleo e, portanto, poderia ser usada para combater grandes vazamentos. A patente foi negada na alegação de que não se pode patentear seres vivos. Após a apelação a suprema corte validou a patente aceitando o argumento que a bactéria não é um “produto da natureza”, mas, essencialmente, um produto *manufaturado* pelo homem. Já *Diamond vs Dieher* (1981) foi o segundo caso emblemático, pois possibilitou o patenteamento de um software (SANTOS, 2012 p. 104-5). Uma nova oposição passou a se sobressair: não a cada vez menos nítida contraposição entre o natural e o artificial, mas a oposição entre “produtos da natureza” e “produtos das intervenções humanas/atividade humana.”

Mas esta saída jurídica simplesmente estava validando as novas possibilidades sociotécnicas já em curso.<sup>6</sup> Na prática, o desenvolvimento da engenharia

6 Mais uma vez, Laymert é incisivo: “As normas jurídicas foram pensadas para uma situação de reprodução humana que não corresponde às possibilidades técnicas que a biotecnologia oferece. O primeiro passo é a constatação do descompasso. O segundo é questionar se e como o direito dá conta da transformação. Pelo menos nos últimos 20 anos, a normatização jurídica corre atrás da aceleração tecnológica. O direito não normatiza o que acontece, ele é quase convocado pela tecnociência a validar aquilo que a biotecnologia propõe. O direito vai a reboque nesse processo. A biotecnologia vai criando situações de fato e colocando o direito na situação de ter de formular uma maneira para lidar com elas. A expectativa é que o direito avalize a transformação.” E, em outro trecho: “Hoje, há duas esferas que não admitem limites: o capital e a tecnociência. Esses dois parâmetros categóricos não são postos em questão e, pelo visto, não há nem o

genética rompeu a brecha entre o ser vivo e o inanimado e, ao mesmo tempo, ofuscou a diferenciação entre o “natural” e o “artificial”. Além disto, com o surgimento dos computadores reprogramáveis – sem os quais a genética e as tecnologias da informação não poderiam se desenvolver tanto – o próprio domínio do inanimado passou a ser problematizado em duas frentes que, no final, se entrelaçaram. A *automação da percepção* com base em imagens digitais e a crescente convergência entre a mecânica e a eletrônica deram um importante passo nesta direção. E isto é inseparável da dinâmica do imperialismo. Pelo menos desde o início da Guerra Fria, dada a velocidade e a complexidade inerentes à garantia dos meios de dissuasão em um teatro geopolítico de 3 dimensões, a tendência foi transferir o máximo possível de “decisões” e controles a um *sistema interligado de máquinas* comandadas por microprocessadores que, por sua vez, operando com um conjunto cada vez mais variado de sensores (sonar, radar, sensores térmicos, infravermelho etc.), tornam-se capazes de *perceber* e interferir na realidade em uma escala e com uma velocidade muito maior do que a percepção humana (VIRILIO, 1994). A segunda fonte de ofuscamento da separação entre o animado e o inanimado, um pouco mais recente, deriva da crescente centralidade da Inteligência Artificial e do *machine learning* na guerra, nos negócios e na nossa vida cotidiana. Quando as máquinas começam a interpretar a realidade e a estabelecer comunicações diretas entre si (M2M) e os algoritmos ganham uma grande autonomia, inclusive decisória, o plano do “inanimado” perde a sua suposta nitidez. Logo é esta dissolução de fronteiras que, frente à pressão da acumulação de capital, abriu caminho para a cristalização de um novo nexos entre direitos de propriedade e a informação<sup>7</sup> que se expande a ponto de englobar os seres vivos que, até então, eram protegidos pela distinção entre seres vivos (todos eles) e seres inanimados.

---

desejo de colocá-los em questão. O direito age, às vezes até limitando e normatizando, mas sempre dentro do pressuposto de que aquilo que é proposto pela biotecnologia é possível de fazer e, porque é possível de fazer, deve ser feito. A expectativa que se tem, tanto da tecnociência quanto do mercado, é de que, por meio da bioética, o processo seja legitimado. É aquilo que os americanos chamam de “slippery slope”: uma espécie de deslizamento progressivo. Alguma coisa que, em tese, não seria aceitável ou permitido aos pouquinhos vai se tornando aceitável, à medida que se flexibiliza a norma” (SANTOS, 2011).

7 “Com efeito, a propriedade intelectual não funciona da mesma forma que a propriedade sobre bens corpóreos. Enquanto esta tem a pretensão de perpetuidade e as faculdades do sujeito recaem sobre o objeto material, a propriedade intelectual é temporária e recai sobre o um bem intangível, incorpóreo, muito mais adaptada à lógica do acesso, como explica Rifkin. Funcionamentos diferentes, mas com a mesma lógica proprietária. Assim como a abstração jurídica da propriedade sobre coisas materiais permitiu a criação de valor econômico de titularidade individual sobre bens que antes da modernidade eram de uso comum, a propriedade intelectual permite a criação de valor econômico de titularidade individual sobre bens intangíveis que antes eram de uso comum, ou pelo menos não econômico. E, se a criação da propriedade privada permitiu a primeira apropriação privada exclusiva dos bens, a apropriação da invenção pela patente e da criatividade pela propriedade literária e artística permitiu uma sobreapropriação do real” (SANTOS, 2012, p. 103).

Neste novo regime jurídico a barreira imposta pelo *Plant Act* foi transposta. Depois de “inventado”, todo ser vivo geneticamente modificado, mesmo que se reproduza autonomamente, é patenteável:

Operou-se uma transformação notável na concepção jurídica do ser vivo. A natureza que até então era oposta à vida humana passa a ser oposta à atividade humana. A natureza passa a ser concebida a partir daí como um complexo: inanimado + ser vivo animal ou vegetal, a qual se opõe à atividade humana: ‘A distinção pertinente a se fazer não é mais entre as coisas vivas e inanimadas, mas entre os produtos da natureza - vivos ou não - e as invenções humanas’, nos diz Edelman. Transformação importante na medida em que não se trata só da ampliação do regime de propriedade intelectual, mas de uma ruptura epistemológica fundamental que vai valer para todo o direito aplicado ao ser vivo (SANTOS, 2012 p. 122).

Logo, a consolidação jurídica de que o saber sociotécnico aplicado é suficiente para garantir os direitos de propriedade intelectual sobre, por exemplo, um gene ou um princípio ativo, abriu um campo gigantesco para a acumulação de capital. Como já foi apontado as aplicações dos princípios ativos identificados por pesquisadores podem ser patenteadas por um novo entendimento: o que agrega valor *não é o produto em si, mas o conhecimento técnico dos cientistas que viabiliza as suas aplicações*. Logo, a patente protege este conhecimento e suas virtualidades, e não o “produto” em si. O mesmo se aplica aos “bens” genéticos. O genoma humano em estado “natural”, isto é, no corpo de alguém é um bem corpóreo e extrapatrimonial. Mas a informação genética que atribui a ele um valor prático e econômico é patenteável e venal.<sup>8</sup> Os marcos regulatórios acordados entre empresas e governos, formalmente, impedem a criação ou a manipulação genética de seres humanos, mas, a rigor, nada pode efetivamente evitar que estas pesquisas sejam feitas de forma clandestina, aguardando uma mudança no direito.

Mas o que isso tem a ver com o imperialismo? Em primeiro lugar, todo este ordenamento jurídico exclui os saberes ditos tradicionais da sua alçada. Um exemplo hipotético ilustra isto com clareza. Utilizando uma sabedoria coletiva centenária, um curandeiro produz um elixir que cura diversas enfermidades, dentre elas, a dor de cabeça. Por acaso, algum funcionário de uma grande corporação farmacêutica tem contato com o produto e, ao analisá-lo, descobre que o princípio ativo é da propriedade de sua empresa, embora eles

8 “A concepção de informação formulada pela cibernética está na base da noção de informação genética apreendida pelo direito para delimitar os requisitos de patenteabilidade. Com efeito, a informação genética é concebida como um comando que desempenha uma função no organismo. Para que um gene seja patenteável é preciso que se identifique a informação genética e sua função. Quer dizer, qual é o comando dado por essa informação para a constituição do organismo” (SANTOS, 2012, p. 64-5).

não soubessem que esta aplicação era possível. A explicação “mágica” do curandeiro não lhe garante a patente – o elixir existia muito antes do próprio sistema de patentes – ou o controle sobre os usos do elixir: ele é, portanto, expropriado por um regime jurídico que só aceita o conhecimento científico como fundamento da propriedade. Isto legitimou toda a biopirataria realizada durante a década de 1980, fato que configura uma clássica forma de pilhagem *imperialista*. O segundo ponto é que as novas tecnologias de ponta são protegidas por um tenso acordo entre as grandes potências e secundado pelas grandes corporações, onde os sistemas nacionais de patente foram paulatinamente substituídos por uma harmonização internacional que, inclusive, mesclou os direitos autorais aos “direitos industriais”, configurando um grupo único de direitos protegidos em escala internacional (SANTOS, 2012, p. 80-101).

O aspecto curioso é que o sistema internacional de patentes atual, acordado na OMC, conta com um novo e improvável membro: a China. Como os chineses estão na fronteira de aplicações valiosas com uso bélico e de controle sobre a população civil (biometria, computação quântica etc.), de crônicos infratores a tais direitos (pelo menos do ponto de vista de Washington), eles passaram a defender o sistema de patentes forjado na década de 1990 muitas vezes *contra os EUA* que, ao perceber que está perdendo a primazia, se mostra mais propenso a arroubos nacionalistas. Mas, a despeito da retórica, uma ofensiva mais veemente contra os direitos de propriedade intelectual contraria os interesses das principais corporações estadunidenses. Este argumento é uma forte evidência da tese de que a era do imperialismo ainda não terminou. Mas isto também pode ser pensado sob outra ótica: a tensão imperialista entre as grandes potências ainda se manifesta, só que em um novo cenário, onde a penetração do capital na realidade informacional transforma significativa a nossa forma de existência, bem como as nossas concepções sobre a vida social.

## 5. Considerações finais

O cenário contemporâneo explicita um momento crítico na marcha do capital: apoiada na tecnociência e em uma reconfiguração do direito, a acumulação capitalista adentrou no nível da manipulação das informações genéticas e digitais, configurando uma rede de valorização simultaneamente molecular e global que, ao ser implementada, dissolveu as fronteiras entre o natural e o artificial, o biológico e o cibernético, matéria e vida, humano e não-humano, corroendo os parâmetros tradicionalmente usados para se pensar a humanidade, a vida, as máquinas e a técnica (SANTOS, 2003). Não há dúvida que esta transformação é um elemento fundamental das forças que nos aprisionam no presente contínuo engendrado pela acumulação capitalista.

Esta, no entanto, é uma forma de olhar o problema da perspectiva do próprio capital, isto é, da *história universal* que ele procura impor sobre a zona que o circunda. Ao se espriar para praticamente todos os pontos de planeta e, na sequência, colonizar a dimensão das informações, a zona não capitalista quase desapareceu. Porém, durante a sua trajetória efetiva, a cada território ou dimensão da realidade social incorporada, a ordem do capital se transforma em dois sentidos. No primeiro, quando penetra em sociedades estruturadas em outras bases, o capital *amplia* o leque de recursos violentos ao seu dispor. É precisamente este movimento que, como já foi apontado, converteu o(s) racismo(s) e o sexismo em elementos estruturais da acumulação de capital. Não se trata, portanto, de “arcaísmos” que seriam superados pela marcha do próprio capital, mas dispositivos violentos de poder e dominação que, uma vez subsumidos e adaptados ao seu metabolismo, são reforçados e ampliados pelo próprio capital. Mas há um segundo sentido: a pulsão homogeneizadora e violenta do capital fragmenta, mas, ao mesmo tempo, *multiplica* as resistências a ele. É precisamente o turbilhão disforme de insurreições e rebeldias incessantes que cria uma “história” fundamentalmente plural das resistências *biopolíticas* que, ao se manifestar, reivindica o presentismo para poder destruí-lo (COCCO; CAVA, 2018 p. 51). *Agora* é o momento da transformação, de abalar uma estrutura que só fica de pé pelo desespero, violência e pelas utopias de um “futuro” cujo horizonte deriva de uma miragem construída em 1917 ou 1945-73. Esse mundo está agonizando e não sabemos o que pode substituí-lo. Mas é precisamente este cenário que *amplia* as possibilidades de transformação radical.



# CAPÍTULO 3

## IMPERIALISMO E HERANÇA MERCANTIL NA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA<sup>1</sup>

*Fábio Antonio de Campos*

---

### 1. Introdução

Reflexo da crise mundial capitalista que se anuncia no próprio colapso de sua formação, a economia brasileira atualmente sofre um processo de desindustrialização combinado à reprimarização<sup>2</sup>. O país, que apresentava a indústria mais complexa da América Latina e exibia as maiores taxas de crescimento econômico no século passado, hoje vive uma profunda estagnação e regressão das forças produtivas, cujos maiores sintomas são a submissão sistemática ao imperialismo e a ampliação da segregação social.

Os efeitos nefastos de tais determinantes na conjuntura atual podem ser mais bem elucidados quando se ultrapassam as fronteiras dos acontecimentos e buscam-se na história as raízes dessa contradição. Embora tenha conquistado entre os anos 1950 e 1970 uma estrutura produtiva similar às das economias centrais, o Brasil manteve na essência dois elementos em sua formação capitalista: i) sua herança mercantil, que remonta ao período colonial e que jamais se desgarrou da forma como a economia se industrializou; ii) o capital internacional, que controla por meios imperialistas a direção, o ritmo e a intensidade da industrialização desde a sua origem.

Como forma de decifrar os elos que conectam a desestruturação atual da indústria na economia brasileira com seu período de auge na fase desenvolvimentista, mostraremos que, apesar dela ter se diferenciado da economia agrário-exportadora no limiar do século XX, ou mesmo avançado no processo de substituição de importações até a implantação de setores pesados e

---

1 Agradecemos os comentários de Fernando Macedo, eximindo-o, obviamente, dos erros e das incompreensões da nossa parte sobre o tema. Com ligeiras modificações, este texto também tem servido de base às inúmeras aulas que ministramos nas edições do curso de extensão para movimentos sociais coordenado por Henrique Novaes (IBEC/GEPOD/UNESP), "Movimentos Sociais e Crises Contemporâneas à Luz dos Clássicos do Materialismo Histórico". Assim, o presente capítulo já foi publicado no próprio livro do curso, com o título **Movimentos Sociais e Crises Contemporâneas à Luz dos Clássicos do Materialismo Crítico** (2017), organizado por Paulo Alves de Lima Filho, Henrique Tahan Novaes e Rogério Fernandes Macedo. Ele também integra Novaes *et al.* (2019) e Campos (2020).

2 Questão que desenvolvemos com mais profundidade em Campos (2020).

de produção de bens de alto valor agregado com encadeamentos produtivos diversos, jamais deixou de ser dependente do imperialismo e de ter um caráter mercantil. Tão logo a economia brasileira passasse a moldar-se conforme as exigências da mundialização financeira<sup>3</sup>, tendo como eixo a própria mudança no tipo de articulação do capital internacional com o espaço econômico nacional, aquele sistema industrial que sustentava determinada rota desenvolvimentista seria substituído por uma regressão produtiva<sup>4</sup>. Tanto a dependência ao imperialismo, que se explicita através da desnacionalização, financeirização e desemprego estrutural, quanto as relações mercantis que marcam a reprimarização da economia, o rentismo e a especialização, revelam na exata medida a fusão entre o arcaico e o moderno na reprodução do capitalismo brasileiro<sup>5</sup>.

## 2. Ventre mercantil da indústria

Mesmo sendo uma realidade no final da segunda metade do século XIX em diante, a indústria no Brasil nasceu como uma diferenciação da economia mercantil, cuja concepção e forma forjaram-se no secular processo de colonização. Desse modo, entender na longa duração a experiência de industrialização no país, inserida em suas articulações externas, bem como os rumos internos de sua classe dirigente, diz respeito, acima de tudo, ao “sentido da colonização” conforme Caio Prado Jr. (2000) ensinou. A história que antecede a origem de nossa indústria confunde-se com a própria modernização europeia na transição do feudalismo para o capitalismo, particularmente, com a precocidade lusitana na centralização estatal voltada à colonização. A formação absolutista de Portugal ilumina o entendimento de como o espaço colonial brasileiro ascendeu-se a partir de determinações profundas da antiga sociedade portuguesa. Um traço essencial diz respeito à matriz patrimonialista, ao espírito aventureiro e ao oportunismo que guiavam nossos colonizadores. Desde cedo, aqui se imperou a lógica da especulação mercantil. Com nexos morais precários e instabilidades diversas, a colonização tinha nessa origem portuguesa sua especificidade, isto é, uma organização econômica periférica voltada para negócios externos e, portanto, estranha à consolidação de um espaço minimamente estável de povoamento com pretensões de fixação nacional das gerações futuras (PRADO Jr., 2000). Os tipos senhoriais que aqui chegaram eram fidalgos disfarçados de nobres, visto que se inseriam como negociantes desvinculados da terra natal em termos de propriedade,

3 Para o conceito de mundialização financeira, ver Chesnais (1998).

4 Ver Vieira (2020) e Sampaio Jr. (2020).

5 Sobre a “arcaização do moderno” e a “modernização do arcaico” em nosso processo histórico, ver Fernandes (1981).

mas com grande desenvoltura para financiar a mercancia. Ao mesmo tempo, foi a centralização estatal do Reinado Português que definiu a escala dos seus empreendimentos, ou seja, a burguesia mercantil estava presa às relações, muitas vezes em redes de corrupção, da coroa com o modelo colonial de negócios.

Mesmo que significasse a edificação de uma estrutura custosa de engenhos para a produção de açúcar, com investimentos, técnicas e meios comerciais dependentes da Holanda, a montagem do empreendimento agrícola na América Portuguesa não se afastava um centímetro sequer da obsessão ibérica de encontrar metais preciosos. Daí a manutenção de bandeiras de exploração que se utilizavam das formas mais bárbaras possíveis para o extermínio ou exploração indígena, com a função de manter inalterado o “sentido da colonização” (HOLANDA, 1994; PRADO Jr., 2000)<sup>6</sup>. Não por outro motivo que a escravização africana foi priorizada em relação à indígena, como meio de garantir os ganhos que se angariavam no tráfico externo vinculados à lógica de acumulação primitiva (MARX, 2013; NOVAIS, 1995). Justamente dessa relação toda a sociabilidade brasileira seria constituída, com heranças escravocratas que penetram até os dias de hoje no comportamento psicossocial, principalmente de nossas classes dominantes, de modo a revelar uma estrutura social duradoura de racismo.

Quando tratamos da escravidão no Brasil, é necessário entender que não seria possível apenas produzir para acumular no comércio, mas produzir de maneira que permitisse acumulação para a meta de acumulação primitiva (NOVAIS, 1995; 2005). Além de ter mercadorias-chave, volume e ritmo ajustados à lógica mercantil, o modo de vida teria que ser voltado para tal princípio. Assim, todo o sistema estaria adaptado para viabilizar o progresso burguês dentro do mercantilismo. Daí a necessidade de acelerar o quanto fosse possível a acumulação primitiva, como mostrou Fernando Novais (1995; 2005). Para tanto, seria necessária a adoção de formas compulsórias de trabalho (escravismo). Não se poderia correr o risco de implantar na colônia o trabalho assalariado, em virtude de a terra ser muito acessível e, com isso, o assalariado virar produtor independente, apartando-se dos interesses do exclusivismo mercantil português. Por conseguinte, seria na escravidão, por meio da exploração humana sem limites e conforme os mais avançados métodos de barbárie da época, que se garantiria o “ambiente de negócios” colonial.

A colonização brasileira, portanto, assentada no sentido externo da acumulação primitiva e desenvolvida através do trabalho escravo, se ampliou em diversos complexos econômicos, como assinalou Celso Furtado (1961). Desse modo, tivemos um litoral açucareiro a partir do Nordeste, que absorveu

6 Paulo Arantes (2014, p. 321) recentemente atualizou o “sentido da colonização” de Caio Prado Jr. como sendo uma espécie de “eterno retorno” no Brasil.

o sertão, e a partir dele foi criado um setor exportador que subjugava o de subsistência. Ocorreu, posteriormente, uma integração interior-litoral, por meio da mineração com a pecuária. Nesta vasta formação territorial não existiriam conexões orgânicas na forma predominante de relacionamento entre as regiões, uma vez que tendiam a prevalecer lógicas distintas às “centrípetas”, visto que as regiões inseridas se fortaleciam por meio de relações “centrífugas”, do mesmo modo que surgiam vazios de baixa densidade demográfica. A formação territorial só poderia se consolidar de forma impositiva pelo reinado lusitano.

Como requisito central do absolutismo português, a forte dependência externa condicionou, dessa maneira, a formação da economia colonial em parte do espaço sul-americano. As condições para articular um mercado local que conseguisse sobredeterminar a formação territorial brasileira eram extremamente limitadas e subordinadas ao oportunismo da valorização mercantil externa. Tornou-se mais patente tal característica na economia do açúcar e menos na dos minérios. Quanto à pecuária, ainda que tivesse uma natureza por definição interiorizadora, foi mesmo assim submetida aos dois complexos possuindo capacidade limitada de engendrar por força própria um caráter nacionalmente unificador. Com baixos fluxos internos de renda e dependente da dinâmica de valorização mercantil externa, como ensina Celso Furtado (1961), tal economia colonial só garantiria força integradora via interesses patriarcais, que tinham na escravidão o nexos principal por onde articulavam a reserva de valor de suas riquezas (FERNANDES, 2006).

Com a transição da acumulação primitiva na Europa para uma acumulação tipicamente capitalista mediante a Revolução Industrial, o domínio mercantil lusitano sobre sua colônia sofreria um duro golpe, dando início ao processo de emancipação política brasileira. Esse momento deve ser entendido a partir das transformações provenientes da transição da acumulação primitiva para a industrial e da imposição do capital na descolonização da América Portuguesa. A natureza especulativa e oportunista do capital mercantil, sempre à procura de movimentos rápidos e compensatórios, se pautava por grande mobilidade e adaptação a múltiplas formas de negócios. Optava por integrar-se ao comércio, desenvolvendo atividades como circulação de matérias-primas, mercadorias, difusão de meios de transporte e de financiamento, do que prender-se à produção. Isto é, preferia a subordinação indireta, ao comando absoluto na esfera produtiva. Porém, seria a própria dilatação das esferas do capital mercantil, em sua acumulação primitiva, que faria explorar novos negócios como na fabricação de bens finais, diminuindo sua mobilidade (MARX, 2013).

A maturação e a diferenciação do capital mercantil impuseram a própria Revolução Industrial. Dessa crise, seriam desarticuladas as integradas teias

de dominação que ligavam a colônia à metrópole a partir do mercantilismo. A resposta portuguesa por meio das políticas pombalinas na segunda metade do século XVIII, além do próprio jugo das potências capitalistas diante das guerras napoleônicas no limiar do século XIX, aumentaram os limites do antigo regime em espaços periféricos e, deles, nasceria o questionamento sobre o pacto colonial. A despeito de ser resultado de tais vicissitudes no sistema capitalista em processo de afirmação, o Brasil particularizou-se na América Latina (DONGHI, 1975). Da mesma forma que transitava para um novo *status* periférico dentro da órbita industrial inglesa, o país mantinha a ordem escravocrata, que lhe dava sentido econômico e unidade nacional diante das inúmeras revoltas regionais e independentistas latino-americanas (PRADO Jr., 1969).

No século XIX, aqui se abriu uma tensão permanente entre o processo histórico que evoluíra por meio da reprodução contraditória do sentido da colonização e a diferenciação de um mercado interno (PRADO Jr., 1989). A tendência colonial impunha a continuidade da nossa formação econômica dependente, tal como o intermitente impulso para os negócios externos movidos por lucros da classe dominante subordinada à metrópole (SODRÉ, 1978). Ainda que tenham se alargado os horizontes dos negócios mercantis e se reestruturado a produção nacional e seus canais de financiamento e de distribuição, a Independência do Brasil manteria o país como espaço marginal, participando de um novo sistema econômico internacional. Seria sua condição periférica e subsidiária no capitalismo que delinearía um território genuinamente mercantil a ser determinado no final do século pelos impulsos imperialistas. Tratava-se, de fato, de uma fase de neocolonização que implicava uma retenção de parte do mais-valor internamente e a constituição de um mercado interno a serviço da valorização da Inglaterra no âmbito mundial. É importante ressaltar que esse processo não foi algo exógeno às relações de produção na economia brasileira, mas intrínseco, por meio de uma adaptação interna e subordinada da burguesia brasileira à dominação externa do capital internacional.

A construção do Estado brasileiro em todo o século XIX seguiu essa reprodução combinada da dependência externa e do subdesenvolvimento. Florestan Fernandes (2006) diz que o liberalismo, como elemento de libertação colonial, foi instrumentalizado pelo poder senhorial com o intuito de organizar um Estado nacional que permitisse às classes dominantes integrarem-se politicamente sem se emanciparem economicamente do país recém-criado. Com isso, cristalizou-se um liberalismo de “senhores-cidadãos” que, distante de introduzirem instituições democráticas burguesas como nas economias centrais, teriam como objetivo a construção de um novo espaço mercantil, nacionalizado, mas especializado em exportações para o capitalismo inglês

em ascensão. Por outro ângulo, a gênese do aparelho estatal brasileiro na época imperial teve seu principal impulso na esfera privada – remanescente do período colonial, mantendo a escravidão e controlando com extrema violência as terras sob domínio senhorial. Essa conservação planejada do privatismo escravocrata necessitava do monopólio estatal da violência como instância estratégica para manter a “dupla articulação” que se revelava pela submissão às economias centrais, o que garantia retornos rápidos e menos incertos para os negócios mercantis da burguesia brasileira e a perpetuação do *apartheid* social. Impunha-se, com isso, uma unidade à burguesia brasileira, fruto da sistemática domesticação e repressão das classes populares.

Nesse contexto, o desenvolvimento da economia mercantil nacional e especializada no café – produto extremamente demandado como estimulante para explorar os trabalhadores em jornadas cada vez mais estafantes nas fábricas inglesas – criou suas próprias contradições que forçariam o surgimento da indústria no Brasil<sup>7</sup>. O nascimento da indústria no país constituiu uma diferenciação dentro do capital mercantil cafeeiro, cuja dinâmica estava subordinada ao capital internacional em sua valorização externa. Assim, a indústria nasceu de um ventre mercantil no qual ela era apenas uma dimensão dentre várias outras que integravam o *portfólio* da burguesia cafeeira. Essa classe dominante estava representada em atividades comerciais de bens de consumo, agrícolas, bancárias, transporte etc. (SILVA, 1976).

À medida que se cejavam as burguesias brasileiras conforme os interesses exógenos de acumulação, as relações imperialistas garantiam o comércio, o financiamento, o beneficiamento, os seguros e o transporte para o desenvolvimento da economia cafeeira no âmbito da reprodução ampliada do capital (PRADO Jr., 1985; SODRÉ, 1976; SILVA, 1976). Com a expansão extensiva dos negócios do café e o deslocamento permanente de suas fronteiras (FALEIROS, 2010), passou a ocorrer o crescente aumento dos custos de transporte e de beneficiamento, o que só seria definitivamente solucionado por meio de financiamento externo e de investimento direto estrangeiro (IDE). Tal fato introduziu igualmente uma lógica industrial capitalista que aos poucos iria colocar novos condicionantes estruturais para o desenvolvimento contraditório dessa mesma economia (SILVA, 1976). Não seria diferente com a substituição de formas precárias de financiamento por um sistema bancário; ou com a transição de um meio de transporte, predominantemente de tração animal, para a construção de ferrovias. E, fundamentalmente, a substituição do trabalho escravo por imigrantes assalariados que fortaleceriam o mercado consumidor, permitindo criar as bases para a reprodução dos salários de subsistência.

7 Uma síntese sobre as diferentes vertentes historiográficas que discutem a origem da indústria no Brasil pode ser encontrada em Saes (1989).

Tanto o sistema financeiro, que em nada se parecia com um padrão de financiamento autônomo similar ao caso prussiano ou nipônico, como as ferrovias onde não foram criadas para unificar as diferentes regiões brasileiras, mas, simplesmente, para alimentar a especialização neocolonial, o moderno fundiu-se ao arcaico (FERNANDES, 1981; SAES, 1981, 1986). Na mesma direção, a abolição da escravatura serviu para substituir uma reserva de valor que antes era estoque de escravos e agora se fazia com a mercantilização da terra (a partir da “Lei de Terras” de 1850) via latifúndio e contra a reforma agrária (FERNANDES, 2006; COSTA, 1998; SILVA, 2008). Por todas estas razões, a origem da indústria no Brasil não se divorciou do seu passado colonial. Sempre localizada entre as casas comerciais e o investimento produtivo, conforme determinadas apostas nas variações cambiais, essa indústria nasceu de um capital mercantil que alimentava o oportunismo e a especulação, modo no qual sempre foi funcional ao imperialismo, numa conexão específica por meio do capital internacional que expandia os negócios e renovava o velho “sentido da colonização” (PRADO Jr., 1985; 2000). Dessa maneira, partindo da contribuição de Caio Prado Jr. (1987), reafirmamos que a estrutura socioeconômica herdada do período colonial – de origem ibérico-lusitana, diferenciada da colonização castelhana e do restante do império português – permitiu que o imperialismo no final do século XIX se plasmasse aqui ante uma plataforma de sustentação singular do capitalismo dependente. Ocorreu, portanto, a um só tempo, a dinamização dos negócios internos da burguesia brasileira e a intensificação da remuneração externa do capital internacional, a partir de uma herança mercantil específica da América Portuguesa.

### **3. Domínio imperialista e indústria pesada**

Não havia oposição entre a divisão internacional do trabalho e a política econômica na época da Primeira República. Enfatizamos que tal articulação era peça integrante na reprodução do capital cafeeiro e do capital internacional no país, conforme o domínio do imperialismo e sua manifestação endógena por meio do controle político da burguesia brasileira na extração de mais-valor. A indústria, sobretudo de bens de consumo não duráveis como tecidos, bebidas, fumos, calçados etc., de origem privada nacional, seria parte constituinte dessa relação. Com a Crise de 1929 e o acirramento das contradições da superprodução de café, todavia, o padrão de dominação oligárquico-burguês se esgotaria. Do ponto de vista econômico, tanto o bloqueio das linhas externas voluntárias de financiamento às políticas de valorização do café, influxos de IDE, quanto as adversas condições de comercialização internacional de *commodities* fortaleceram os determinantes internos para a eclosão da Revolução de 1930.

Dentro do conturbado processo de afirmação no poder, o governo de Getúlio Vargas passaria a conceber a indústria, principalmente a pesada, na antessala do Estado Novo, como a possibilidade de integração do mercado interno em uma tentativa de afirmação nacional. Naquele momento em que as atenções das potências imperialistas se voltavam para a recuperação da depressão econômica e para a edificação de um complexo industrial militar que arrastaria novamente as potências capitalistas para mais uma guerra mundial, abriu-se um dilema diante das contradições da formação econômica do Brasil que se aceleravam: i) como fazer um acerto de contas com o passado, rompendo as mazelas do subdesenvolvimento que se expressavam, principalmente, pela segregação social originária da escravidão e da persistência do latifúndio? ii) como criar uma indústria pesada que fosse resultado de padrões autônomos de financiamento e de tecnologia em relação ao capital internacional?

Sem enfrentar os principais impasses que amarravam o destino brasileiro a uma condição marginal e periférica no sistema capitalista, Vargas avançou na constituição de algumas indústrias de base e em reformas institucionais como as trabalhistas, que estavam limitadas a uma parte da população economicamente ativa, em sua maioria urbana, que, inclusive, lutara por meio de inúmeras greves desde o início do século para conquistar alguns direitos (RODRIGUES, 1996). Porém, nem mesmo a forma ditatorial do Estado Novo, assim como o peculiar contexto da Segunda Guerra Mundial ou a breve Guerra da Coreia sob o desiderato da Guerra Fria fizeram o Governo Vargas abandonar as linhas de menor resistência, ou seja, avançou-se, mas sem romper na totalidade com o passado colonial.

No que tange especificamente ao desenvolvimento industrial desde os anos 1930, ocorreram transformações qualitativas que deslocaram o “centro dinâmico” para o mercado interno, em função de uma diversificação produtiva na substituição de importações (FURTADO, 1961). Mesmo assim, os setores pesados, em especial bens de capital, continuaram deficitários, visto que, ao guiar a industrialização para os bens finais, recolocava-se permanentemente a necessidade de importação de máquinas e equipamentos. Isso teria que ser realizado com divisas acumuladas principalmente pelo setor agrário-exportador, como a venda externa de café, algodão e cacau, além de outros produtos primários de menor expressão na pauta (“gravosos”). Como mostrou Celso Furtado (1980), aqui a industrialização brasileira não alterava sua inserção externa na economia, pelo contrário, agravava-a, uma vez que as importações de matérias-primas e de bens de capital eram ainda mais onerosas devido à deficiência tecnológica. Contrariamente às economias da II Revolução Industrial como Estados Unidos (EUA), Alemanha e Japão, cujos sistemas nacionais com autonomia relativa se desenvolveram a partir de uma

diversificação e verticalização da estrutura produtiva, movidas pela inovação tecnológica e pelo financiamento de longo prazo, a economia brasileira não conseguia romper com seus laços de dependência externa.

Assim, a indústria no Brasil não se desenvolveu como nas economias tardias do centro capitalista, articulando-se a uma inserção externa via exportação de manufaturados. Mesmo havendo a iniciativa de investimentos em indústrias de base pelo Estado, de modo a desenvolver setores de bens intermediários no campo da siderurgia e da química, por exemplo, a dependência externa permaneceu, se revelando pelos seguintes condicionantes: i) continuidade da exportação de poucos produtos primários; ii) importação de tecnologia, mesmo desenvolvendo indústrias locais de equipamentos; iii) demanda diversificada, mas com um nível de acumulação baixo; iv) reduzido aproveitamento das possibilidades de tecnologia em razão da dispersão de investimentos (Furtado, 1980). Para piorar, a dependência de divisas geradas pelo setor primário reforçava o controle do território pelos latifundiários e a subordinação da força de trabalho às formas arcaicas de superexploração, consolidando um círculo vicioso que seria impossível de ser rompido sem reformas radicais em nossa formação econômica.

O imediato pós-Segunda Guerra Mundial foi um momento que abriu as condições externas para a implantação da indústria pesada no Brasil. Passou-se a internalizar setores novos de bens de capital e de bens de consumo duráveis sob a liderança de empresas estrangeiras, em especial as de origem europeia, se vinculando às empresas estatais, que criariam a infraestrutura interna, e às sócias privadas nacionais, que seriam subcontratadas. Por trás da euforia desenvolvimentista do governo Juscelino Kubitschek, que até hoje rende apologismos os mais anacrônicos possíveis, estava a redefinição do domínio imperialista na América Latina diante de um momento decisivo da Guerra Fria. A exportação de capital, na forma de investimento direto estrangeiro (IDE), não significava meros fluxos de bens e moedas capazes de alavancar, junto do Estado, a industrialização periférica, imprimindo-lhe uma forma autodeterminada de reprodução do capital endogenamente<sup>8</sup>, mas uma arte de conquista cujo processo permitia o controle do mercado interno brasileiro e, com ele, a imposição de uma relação social de subordinação em que as empresas multinacionais eram o vértice desse poder (CAMPOS, 2009, 2015). Essas corporações não estariam vinculadas apenas ao padrão mundial de acumulação vigente, que estabeleceria por meio do fordismo um novo nexu definido por um regime centralizado de acumulação capaz de efetivar o “tripé

---

8 Conceito definido por Tavares (1998) e Mello (2009). A crítica a tal conceito pode ser conferida em Sampaio Jr. (1999).

desenvolvimentista”<sup>9</sup>. Metamorfoseando-se no futuro, esse padrão mundial de acumulação, ao determinar uma inserção global das corporações cravada numa lógica cada vez mais financeirizada e antagonica ao desenvolvimento de sistemas econômicos nacionais, reconfiguraria transnacionalmente o domínio imperialista, de modo a impor a regressão da indústria pesada que ele próprio havia criado no Brasil (PRADO Jr., 1989; FURTADO, 1992; CAMPOS; COSTA, 2012; CAMPOS; RODRIGUES, 2014).

Antes de tratar da transição desse padrão mundial de acumulação que comprometeria a indústria pesada no país, vamos compreender as implicações de uma industrialização dominada pelo imperialismo nessa fase de “50 anos em 5”. Em primeiro lugar, as empresas multinacionais que se fixaram no Brasil a partir de 1956, desenvolvendo a indústria pesada, o fizeram com o objetivo de valorizarem o patrimônio de suas matrizes. A garantia de manutenção dessa valorização externa exigia o controle do mercado interno e um domínio imperialista que, ao ter o suporte interno do Estado brasileiro e de sua burguesia fornecedora de infraestrutura, bens intermediários e capital, criavam uma base de associação não apenas de fora, como ocorrera no auge da economia cafeeira, mas, principalmente, a partir de dentro.

Como mostrou Caio Prado Jr. (1966, 1985, 1987), as empresas estrangeiras fixariam as normas, o ritmo e os limites do desenvolvimento capitalista brasileiro, em função do montante de lucros que a economia brasileira pudesse gerar. Não era interessante que os lucros extraídos mediante a superexploração da força de trabalho fossem realizados em moeda nacional, cruzeiros na época, mas teriam que ser transformados em moeda de origem, no caso dólares, conforme o sistema monetário internacional de Bretton Woods. Os saldos financeiros que o Brasil teria que oferecer vinham de seu intercâmbio comercial em que o agronegócio era praticamente o único responsável, já que tanto as indústrias de capital estrangeiro quanto a nacional estavam voltadas ao mercado interno, sem capacidade de geração de divisas.

Em segundo lugar, a internacionalização do mercado interno permitiu a implantação das forças produtivas, garantindo o desenvolvimento capitalista e viabilizando a implantação da industrialização pesada. O capital internacional, porém, calcularia a rentabilidade futura ao deslocar as suas plantas

9 Entendemos o regime central de acumulação como “um estágio de expansão do capital internacional, sobretudo durante as duas primeiras décadas após a Segunda Guerra Mundial – período em que se associou ao mercado interno de destino –, sendo possível estabelecer certa articulação do espaço econômico nacional definido pela sua fronteira geográfica com a concorrência intercapitalista em escala mundial – como foi o caso do processo de industrialização latino-americano nos anos 1950 e 1960” (CAMPOS, 2009, p.5). Circunscrito à escala nacional periférica, esse regime permitia que a produção industrial pesada, mesmo que controlada pela empresa multinacional, desenvolvesse um encadeamento intersetorial com empresas estatais e privadas nacionais, refletindo uma diminuição nos coeficientes de importação.

produtivas, tendo como garantia a capacidade da economia brasileira de sancionar a acumulação. A dependência foi selada através de uma associação subordinada da burguesia brasileira, em que, por meio do controle político do Estado, defendia-se um mais-valor esperado capaz de remunerar o arco de negócios de dentro para fora. Distintamente das experiências pretéritas de industrialização pesada no final do século XIX, que no início disponibilizaram de financiamento externo, naquele momento de “imperialismo total”, como denominou Florestan Fernandes (2006), as empresas multinacionais controlavam a tecnologia, as finanças e dominavam os mercados periféricos, integrando-os em função do capital monopolista (BARAN, 1984; HYMER, 1983; MAGDOFF, 1972).

Em terceiro lugar, a indústria que surgiu nessa fase imperialista no Brasil foi pouco entrosada e orgânica, no que dizia respeito à superação das principais necessidades materiais da população. Continuava objetivada em substituir importações, no caso, de bens de luxo que não respondiam às carências da maior parte da coletividade. O setor mais dinâmico dessa indústria e responsável por toda sua expansão era justamente o setor de bens de consumo duráveis, de alto valor unitário, com intensa diferenciação na oferta para o consumo das camadas de alta renda, e com capacidades ociosas planejadas para atender as demandas futuras. Desse modo, aqueles padrões de consumo formados no passado mercantil permanecem, sendo a estrutura produtiva que os sustenta comandada por uma tecnologia do produto sobreposta à do processo (FURTADO, 1980). Como a dinâmica da indústria sempre foi dinamizada pelos setores de bens finais no Brasil, o controle da tecnologia do produto seria fundamental para o exercício interno do poder das empresas multinacionais. Dada a impossibilidade de a empresa privada nacional enfrentar em igualdade a estrangeira, ela se submetia aos preços administrados pelas empresas estrangeiras e ao seu severo regime de subcontratação.

Os efeitos dessa indústria pesada seriam, portanto, a continuidade na deformação dos padrões de consumo que só seria viável mantendo-se o subdesenvolvimento por meio do subemprego e da segregação social ou, em poucas palavras, a perpetuação da heterogeneidade estrutural no mercado de trabalho. O mais-valor gerado nessa estrutura industrial internacionalizada não seria canalizado para investimentos produtivos capazes de estender a substituição de importações para os setores de mais alta complexidade, como bens de capital, mas para viabilizar a modernização do consumo diferenciado da classe dominante com o auxílio do Estado. É possível estabelecer, assim, um elo – por meio de algumas mediações – entre a herança colonial em seu passado mercantil e o modo como ela penetrava no que existia de mais moderno, ou seja, a indústria pesada (PRADO Jr., 1966; 1989). Essa indústria seria uma combinação da estrutura mercantil precária, determinada por uma

relação capital e trabalho extremamente frouxa, e a dominação imperialista avançada<sup>10</sup>. A volatilidade de tal conexão no espaço econômico brasileiro gerava um vazio socioeconômico que impedia a consolidação de um mercado interno capaz de reter os frutos da valorização do capital nos termos das economias centrais. Nesse sentido, o desenvolvimento das forças produtivas, inseridas em relações sociais de produção que recompunham formas pretéritas no mercado de trabalho e desenhavam um padrão específico de luta de classes, originava uma industrialização cujas necessidades de expansão eram estranhas à homogeneização do mercado interno, incapazes, portanto, de entrosarem produção e consumo afim de atenderem as diferentes camadas da sociedade<sup>11</sup>.

Em um esforço de desmistificar o Plano de Metas de JK, percebemos que não foi o capital internacional que se adaptou ao mercado interno e às condições de planejamento latino-americanas, tal como ocorrera na II Revolução Industrial. De modo contrário, foi o capital internacional que instrumentalizou o desenvolvimentismo à sua escala multinacional, com vistas a garantir a valorização externa. As necessidades crescentes de remessas de lucro e de outras remunerações ao exterior forçariam o aumento constante da capacidade de exportações, estruturalmente caracterizado por sua baixa agregação de valor em razão da dependência do setor primário. Se o saldo entre o ingresso de capital internacional e sua remuneração externa se manteve praticamente positivo entre a segunda metade dos anos 1950 e o fim dos anos 1970<sup>12</sup>, a década de 1980, cujas remessas totais assumiam um patamar explosivo para a conta de serviços, deu razão à abordagem caiopradiana de longa duração (PRADO Jr., 1989). A situação tornar-se-ia cada vez mais desestruturante e instável, incidindo sobre recorrentes desequilíbrios e déficits no balanço de pagamentos. Essa vulnerabilidade externa serviria no futuro de moeda de troca para diversas chantagens de regularização cambial oriundas do financiamento de órgãos mundiais controlados pelos EUA, como o Fundo Monetário Internacional (FMI).

As instabilidades citadas já se faziam sentir no início dos anos 1960, no período da conturbada posse do governo João Goulart, tendo como determinante estrutural a reversão do ciclo expansivo industrial. Isto se deu graças às incertezas relativas a investimentos e à capacidade interna de remuneração ao exterior, bem como a questões conjunturais. Tais questões eram expressas pelo déficit público, inflação, estrangulamento cambial, perdas salariais reais, sem falar das negociações truncadas da dívida externa e do valor da indenização de filiais estrangeiras do setor elétrico com os EUA. A crise econômica,

10 Para entender a herança colonial como um trunfo de dominação imperialista na América Latina, ver Gonzáles-Casanova (1969).

11 Interpretação de Sampaio Jr. (1999), com base em Caio Prado Jr.

12 Conferir esses dados nas séries históricas compiladas neste trabalho (CAMPOS, 2009).

contudo, era apenas uma face de uma crise muito maior. Por conta do avanço das forças produtivas capitalistas e das modificações nas relações sociais de produção, essa era na verdade uma crise entalhada no acirramento das contradições da nossa formação histórica e que poderia iniciar uma verdadeira “revolução brasileira” (FERNANDES, 2006; FURTADO, 1962; PRADO Jr., 1989; SODRÉ, 1997).

De um lado, havia um “complexo multinacional”<sup>13</sup> que exigia reformas que aprofundassem a dominação imperialista e, com ela, o subdesenvolvimento, de modo a garantir uma rentabilidade por meio da extração de mais-valor à custa da superexploração da força de trabalho e dos benefícios do padrão elitizado de consumo. De outro lado, a maioria dos trabalhadores rurais e urbanos organizados, alguns setores da pequena burguesia com os burocratas, estudantes, intelectuais e militares de baixa patente exigiam, por meio de um “complexo nacional-popular” (CAMPOS, 2016), reformas estruturais capazes de domesticar o capitalismo brasileiro para o bem-estar da maior parte da coletividade.

O Golpe de 1964 e as reformas paridas na ditadura significaram o fim da possibilidade de um desenvolvimento capitalista no Brasil que conciliasse soberania, igualdade social e democracia. Ao permitir a conexão das filiais estrangeiras aqui sediadas com o financiamento internacional via Euromercado, tornando o país o mais endividado da América Latina no final dos anos 1970, as reformas financeiras do Governo Castelo Branco dilataram os canais institucionais internos para a penetração da dominação imperialista de forma mais abrangente (CAMPOS; RODRIGUES, 2014). Tanto o financiamento externo, quanto o novo ciclo de IDE, integrados a renovadas formas de intermediação financeira, como a rolagem de papéis da dívida pública, distribuição seletiva e regionalizada de fundos estatais, além das reformas tributárias, trabalhistas, urbana, educacional e agrícola, permitiram que o país crescesse apresentando as maiores taxas de expansão do produto interno bruto

13 Segundo o presente trabalho (CAMPOS, 2016, pp.20-21): “i)- o complexo é, por um lado, resultado da dependência externa e do subdesenvolvimento de longo prazo, em que o caráter mercantil, antissocial e subordinado da burguesia brasileira, sedimenta tal relação; ii)- essa característica perene de nossa formação interpõe-se, por outro lado, a um estágio peculiar de dominação do capital internacional na industrialização pesada a partir de 1956; iii)- tal dominação tem no ‘imperialismo total’ [FERNANDES, 2006] seu polo externo, que se manifesta internamente na junção de interesses estrangeiros ante as necessidades de desenvolvimento capitalista da burguesia brasileira; iv)- o complexo responde de fora para dentro, tanto pela necessidade de extração de mais-valor, quanto da difusão de uma promessa civilizatória antagônica ao socialismo, bem como pela segurança política, que, no limite, pode se substanciar em segurança militar; v)- a associação dependente em que se baseia o complexo, da mesma forma que viabiliza as rentabilidades dos principais negócios que se articulam à industrialização pesada, e, assim, sustentam a ampliação da base material do mercado interno, funde, de dentro para fora, interesses comuns que se solidificam no domínio político do Estado brasileiro, a serviço desse arco multinacional”.

(PIB) no continente; em que igualmente aprofundava, na mesma intensidade, a concentração de renda e a opressão dos trabalhadores no meio rural e urbano.

Do ponto vista da repressão, já a partir de abril de 1964 e com mais intensidade de 1968 em diante, desarticulou-se todo o acúmulo político das forças populares que lutavam desde o limiar do século XX por reformas estruturais que eliminassem a segregação social. A serviço do imperialismo – desde a ação das burguesias nativas até às redes de comando do capital internacional –, esse aparato repressor daria origem no Brasil a uma força de contrarrevolução preventiva e permanente definida a partir do “Estado autocrático burguês”, assim denominado por Florestan Fernandes (2006). Mesmo com o fim da ditadura nos anos 1980, esse caráter antinacional, antipopular e antidemocrático manteve-se a serviço das classes dominantes na Nova República, radicalizando seu poder até hoje (FERNANDES, 2014; FREDERICO, 2004; ARANTES, 2014).

Em síntese, a indústria pesada desenvolvia-se aprimorando a dominação imperialista e reproduzindo as velhas relações mercantis presentes na formação econômica do Brasil. Com isso, a burguesia brasileira, como integrante do complexo multinacional, garantia uma parcela do avanço do desenvolvimento industrial e a possibilidade, com apoio das empresas estatais, de reter uma parte do mais-valor gerado internamente. Sua obsessão mercantil marcada pelo curtoprazismo e oportunismo, cegou, no entanto, a capacidade de entender que a crise que nascia no início dos anos 1970 não correspondia apenas a um problema conjuntural representado pelo aumento do preço do petróleo, mas a uma crise estrutural do capital que iria modificar o padrão mundial de acumulação, exacerbando suas contradições não apenas econômicas, mas também ambientais no século XXI (FURTADO, 1974; MÉSZÁROS, 2009; CAMPOS, 2020). Por ser um momento de transição, não estava claro no devaneio ufanista do governo Geisel com o II PND (Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento) de 1974, que a articulação entre o capital internacional e o espaço econômico brasileiro iria se modificar radicalmente, de modo a alterar e, no limite, impor a própria regressão das forças produtivas industriais que se iniciaram nos anos 1950<sup>14</sup>. Eis o início do processo de desconstrução do aparelho desenvolvimentista, que, embora tivesse servido às empresas multinacionais, naquele momento se modificava a favor da reestruturação mundial do capital.

14 Sobre a natureza dessa reversão neocolonial que se inicia com a ditadura, ver Sampaio Jr (2020).

## 4. Crise e desestruturação industrial

A crise dos 1970 marcou um momento de mutação financeira e produtiva segundo as necessidades de reprodução do capital neste estágio imperialista. Também significou um período de inúmeras reformas, com o intuito de garantir maior mobilidade ao capital internacional em seu trânsito global de valorização. Assim, os espaços econômicos nacionais seriam adaptados à nova mundialização, com permeabilidades entre países garantidas por políticas econômicas, intelectuais, sociais e regionais liberalizantes. As mudanças a serem praticadas passavam pela flexibilização da regulação no mercado de trabalho e pelo desmonte das políticas sociais, enquanto a revolução da microeletrônica – reitora desse processo gestado no complexo industrial militar – intensificava a reestruturação produtiva das grandes corporações e garantia as compensações monetárias globais das finanças. Seriam também necessárias modificações profundas nos marcos institucionais de regulação comercial, tecnológica e financeira definidas em Bretton Woods, assim como de redefinir nas décadas seguintes a exploração e apropriação de informações, desde as biológicas até as computacionais (SANTOS, 2003), com o objetivo de unificar os mercados nacionais à lógica planetária de dominação do capital financeiro. Em suma, o espaço econômico de valorização mundial, antes definido pela internacionalização dos mercados internos e protegido nacionalmente, passaria naquele momento em diante pela integração global condicionada por acordos regionais, integrando cadeias produtivas verdadeiramente transnacionais e submetendo nações a incertezas e vulnerabilidades em dimensão jamais vista (FURTADO, 1974, 1976, 1992; ARANTES, 2014).

Essa mudança estrutural que estava em curso nas economias centrais do capitalismo só seria totalmente incorporada no Brasil nos anos 1990. Antes, porém, mesmo quando o governo Geisel anunciava a conclusão da substituição de importações da indústria pesada brasileira em sua fase mais difícil, ou seja, dos setores de bens de capital, a metamorfose do padrão mundial de acumulação já se estabelecia. Tanto pelas mudanças de estratégia das empresas multinacionais que haviam ingressado na produção de bens de consumos duráveis no período Kubitschek, quanto pelas novas empresas do circuito internacional de comércio, voltadas para o processamento de minérios estratégicos e recursos naturais à revelia das legislações ambientais em sua origem, prenunciavam-se novos tempos de conquista imperialista. Um governo como o de Geisel, que pretendia fortalecer a “perna fraca” do tripé desenvolvimentista (empresa privada nacional), a fim de torná-la ofertante de bens de capital para as empresas estatais e estrangeiras inseridas em novos esquemas de negócios, saiu com as duas “pernas” nacionais (privada e estatal) fraturadas. A outra, a

do capital internacional, saía ainda mais fortalecida, o que denunciava a nossa velha vocação para ser periferia do sistema.

Incapaz de perceber que a crise mundial colocava em xeque a própria continuidade da industrialização brasileira estabelecida por um regime central de acumulação, – visto que aquela montagem da base produtiva fordista quase concluída no Brasil, além de ser controlada pelo capital internacional desde sempre, trazia consigo uma obsolescência já implícita no IDE do período Kubitschek –, Geisel, um típico governante de país periférico e subdesenvolvido, sucumbiu-se à megalomania. Aliás, esse é um traço característico de economias cujo ponto de observação localiza-se no elo fraco do sistema – sem passarem por revoluções que impliquem em autonomia relativa ante o imperialismo –, sujeitas, portanto, às adversidades do “desenvolvimento desigual e combinado”<sup>15</sup>. O governo Geisel acreditava que, passando a “tempestade”, um “céu de brigadeiro” mostraria como a economia brasileira concluiria sua industrialização nos moldes da II Revolução Industrial, mesmo que fosse financiada por dinheiro do Euromercado e dominada pelo vasto controle das empresas estrangeiras no mercado interno. Como num passe de mágica, projetava-se que o Brasil transformar-se-ia rapidamente em uma potência capitalista.

Todavia, tanto o tipo dependente do desenvolvimento capitalista brasileiro, quanto os limites do planejamento que já eram conhecidos desde o período Vargas imprimiram as marcas de uma economia satélite novamente. Um dos grandes problemas foi assumir um nível de centralização estatal, se sobrepondo aos interesses privados do complexo multinacional, tendo por base um padrão financeiro extremamente dependente do financiamento externo. Ademais, a tentativa de disciplinar a entrada de novas filiais estrangeiras a fim de impor uma transferência de tecnologia, com raras exceções, como no caso da aviação ou de alguns ramos de máquinas e equipamentos, teve diversas dificuldades de se firmar. A forma de articulação dos setores industriais tinha sua dinâmica determinada ainda pela internacionalização dos mercados internos, cujo controle vinha das filiais estrangeiras do setor de bens de consumo duráveis e de bens de capital. Mesmo as novas empresas estrangeiras que ingressaram no mercado tiveram alguns projetos abandonados, enquanto outros só iriam frutificar em meados dos anos 1980. Em suma, a possibilidade de desenvolver capacidade tecnológica autônoma, usufruindo de uma possível subordinação das empresas multinacionais ao poder estatal, mesmo sob o manto da ditadura, não foi possível diante do longo prazo de maturação do investimento em ciência e tecnologia, ou mesma na dificuldade de forçar a filiais transferirem *know-how* para as empresas locais. Estas, se submetiam

15 Para aprofundamento de tal conceito a partir da formação econômica russa, ver Lenin (1982) e Trotsky (1978). Recentemente, analisamos tal formulação em Campos (2019).

a cronogramas e padrões de eficiência vindos de fora, sem capacidade ou interesse de sobrepor-se ao capital internacional (CAMPOS, 2009).

O aumento da subordinação ao imperialismo num momento de transição do padrão mundial de acumulação expressava-se também na economia brasileira devido ao fim do financiamento externo privado voluntário, em um contexto em que o próprio governo tornava-se refém da estatização da dívida externa, assumindo o estoque do setor privado em dólares, em troca de cruzeiros via *hedge* cambial gentilmente disponibilizado pelo Banco Central. Mediante o choque de juros estadunidense e o aperto monetário do dólar, as economias latino-americanas iriam sucumbir a partir de 1982, com a Moratória Mexicana e a consequente incapacidade de refinanciamento da dívida externa, sendo o Brasil o país do continente americano que tinha a maior parte dela, com cerca de 80% pertencente ao Estado. Obviamente que a variável de ajuste recaiu sobre as empresas estatais brasileiras, que serviram, por meio de cortes de gastos e quebra planejada, para subsidiar o setor privado e gerar divisas com exportações; sendo que antes, como outra face do processo de estatização da dívida, as estatais foram forçadas a captarem dólares para fechar o balanço de pagamento e reduzir investimentos que significava também diminuição de importação de bens de capital. Assim, foi possível transferir recursos líquidos reais ao exterior, dentro do programa de reciclagem imposto pelo FMI nos anos 1980. Em um país que dependia de financiamento externo e de importação de bens de capital, bens intermediários e petróleo para avançar na industrialização, tal ajuste recessivo estaria decretando o fim do desenvolvimentismo.

Em toda a década de 1980, a estagflação e a explosão do desemprego estrutural foram as marcas de um processo industrial que entrava em exaustão. A crise da dívida externa impôs, portanto, uma política de geração de divisas a qualquer custo, não só expandindo as exportações, mas comprimindo as importações. Aconteceu, conseqüentemente, uma contração violenta no mercado interno, resultando em drástica queda nos investimentos, sendo a indústria de transformação a principal atingida. Adicionalmente, mesmo os setores mais dinâmicos, que por sua vez eram controlados por filiais, sofreram grande defasagem de produtividade e de incorporação de novas tecnologias de suas matrizes. A estratégia foi esperar a economia brasileira intensificar as reformas neoliberais, que teriam sua última etapa via estabilidade da moeda com a introdução do real. A partir daí, passou a haver a internalização de novos padrões de organização industrial, por meio de fusões e aquisições que iriam catalisar a regressão produtiva a partir dos anos 1990, com privatizações,

desnacionalizações e destruição de importantes cadeias produtivas montadas desde os anos 1950<sup>16</sup>.

Dessa maneira, ao analisarmos a crise pela qual o Brasil passaria na década de 1980, não se pode pensar apenas em dificuldades no financiamento da indústria pesada, ou em equívocos e limites do planejamento estatal que marcariam desde então uma estagnação que perdura até hoje, mas, sobretudo, em uma crise da própria formação econômica. Houve a imposição de uma nova inserção externa à economia brasileira, não mais determinada pelo desenvolvimento industrial em um regime centralizado de acumulação, senão por uma “especialização regressiva” (COUTINHO, 1997). Assim, a herança colonial e a subordinação ao imperialismo recolocavam-se com maior intensidade, sincronizando o tempo mercantil pretérito com as expectativas futuras do capital fictício em detrimento da indústria, cujos paralelos só seriam comparáveis com o período anterior aos anos 1930.

A abertura econômica e a flexibilização do marco institucional para uma maior liberdade ao capital internacional marcaram, desse modo, um novo momento do capitalismo brasileiro. Estabilizar a moeda não seria resultado de um plano de contenção inflacionária concebido por economistas “brilhantes” de credo liberal, mas a necessidade de substituição de um negócio rentável que passava pela especulação com juros da dívida pública e de estoques com o câmbio em permanente desvalorização nos anos 1980. Todo o ajuste que se concluiu nos anos 1990, inclusive denominando em dólar os ativos reais e financeiros de boa parte do “empresariado”, seria a forma de substituir um negócio por outro disfarçado em ancoragem cambial. Assim sendo, as desnacionalizações, privatizações, aumento do desemprego estrutural e regressão das forças produtivas, em meio a um novo ciclo de ingresso de capital internacional, revelariam que a industrialização, nos termos de encadeamentos produtivos e redução dos coeficientes de importação, não seria mais o nexos que organizava as apostas do complexo multinacional constituído por empresas multinacionais e diferentes frações da burguesia brasileira.

Enfatizamos, então, os diversos componentes de um mesmo todo neoliberal que só se reforçaram na barbárie e se intensificaram nos últimos governos, desde as reformas tucanas liberalizantes, passando pelo período “neodesenvolvimentista” petista, até à radicalização autoritária dos últimos anos. Um deles refere-se ao domínio imperialista, marcado por um alto nível de internacionalização produtiva nas cidades e nos campos. Outro, seria a política macroeconômica, que viabilizou o vasto condomínio do capital financeiro

16 Para o detalhamento dessa transição do ponto de vista dos setores industriais na economia brasileira, sua origem e as estratégias, principalmente das empresas multinacionais, ver Suzigan (1992), Coutinho (1997), Gonçalves (1999) e Campos (2009).

em suas múltiplas dimensões oligárquicas de poder e acesso, fazendo da picotagem de papéis protegidos de inflação, na rolagem da dívida pública e ancorada no regime fiscal austericida, um estratégico espaço de valorização. Ressaltamos também as relações mercantis que respondem pela reprimarização da economia brasileira, depredação ambiental, intensificação da superexploração da força de trabalho, aumento da violência urbana e rural, segregação de classe, raça e gênero e repressão constante. Não podemos deixar de citar, outrossim, a manutenção de uma lógica rentista e oportunista por parte da burguesia brasileira com o espaço econômico nacional. Em síntese, o processo de desindustrialização, como manifestação interna de novas etapas do imperialismo, que por hora se intensifica cada vez mais<sup>17</sup> repõe de forma complexamente determinada a velha herança mercantil que se adéqua, em seu caráter ultraespeculativo, espoliativo e de desastre ecológico, à necessidade de mobilidade do capital inerente a uma economia dependente e subdesenvolvida como a do nosso país.

---

17 Sobre o processo de desindustrialização recente no Brasil, ver Cano (2012) e Espósito (2016).



# CAPÍTULO 4

## IMPERIALISMO E QUESTÃO NACIONAL EM NELSON WERNECK SODRÉ<sup>1</sup>

*Carlos Alberto Cordovano Vieira*  
*Fábio Antonio de Campos*

---

### 1. Introdução

No momento atual, em que as principais conjunturas revolucionárias latino-americanas se converteram em contrarrevoluções e a transnacionalização do capitalismo reconfigura o estatuto do Estado nacional, a releitura de uma obra clássica torna-se fundamental<sup>2</sup>. Ao buscar as dimensões mais estruturais de nossa formação nacional nos quadros do imperialismo, a obra de Nelson Werneck Sodré se projeta para além de seu próprio contexto histórico, constituindo-se como uma chave para apreender as contradições de nossos dias e suas raízes históricas mais profundas<sup>3</sup>.

Recentemente inúmeras contribuições sobre a obra de Sodré surgiram para se antepor a certas visões estigmatizantes que lhe identificavam como mero ideólogo do PCB (Partido Comunista Brasileiro), e para preencher o vácuo da ausência de estudos aprofundados de sua vasta obra no mesmo nível que de outros grandes intérpretes brasileiros. Nesse sentido, destacamos a pesquisa de Cunha (2002, 2006), que buscou a gênese da formação do autor ainda nas casernas, ou de Netto (2011), que mobilizou uma leitura sob o prisma da crítica literária e da trajetória intrincada de vida e obra do autor, bem como os tratamentos historiográficos específicos que aprofundaram o debate da formação histórica brasileira, tais como Silva (2001, 2008) e Vieira (2008). Embora alguns trabalhos tenham avançado na investigação da relação entre imperialismo e questão nacional em Sodré, de modo a derivar a anatomia da Revolução Brasileira em seu legado, como mostraram, particularmente, Toledo (2001), Oliveira Filho (2006) e Segato (2006), acreditamos que seria necessário desenvolver com maior precisão a conexão entre o condicionante externo que define revolução e contrarrevolução na matriz marxiana e a sua

---

1 Artigo originalmente publicado em *História Econômica & História de Empresas*, v. 22 n.1, p. 115-142, 2019.  
2 Sobre a contextualização atual da formação econômica brasileira e seus dilemas, ver Campos (2020).  
3 Indicamos como introdução bibliográfica do autor Campos (2019).

assimilação interna nas periferias de origem colonial como o Brasil à luz da questão nacional<sup>4</sup>.

O presente capítulo propõe discutir a questão nacional na obra de Nelson Werneck Sodré a partir de sua investigação em torno dos momentos cruciais da formação histórica do Brasil, entre o processo de Independência e da Revolução Brasileira (1822-1964). Para tanto, pretendemos examinar as articulações entre as dimensões universal e particular, em especial, a apropriação do materialismo histórico pelo autor, a partir de certas categorias marxianas, e sua concreção no estudo de uma formação específica, de origem colonial, e, posteriormente, subordinada ao imperialismo. Para Sodré (1962, 1967), a questão nacional nasceria da consciência coletiva de parte da população, que assim vai se forjando como “povo”, na luta contra as condições sociais deletérias impostas pela dominação imperialista.

Ao lado dos intérpretes clássicos de nosso país, temos por hipótese que Sodré observou um movimento histórico ascensional da colônia à nação, do subdesenvolvimento ao desenvolvimento, da escravidão à emancipação, da opressão à democracia, do colonialismo e do imperialismo à Revolução Brasileira; tudo isso inscrito numa quadra histórica também ascensional que veio, senão da Revolução Francesa, certamente da Revolução Russa e da dinâmica revolução/contrarrevolução que se instaurou a partir da crise do imperialismo. Mais do que isso, no ocaso dessa época, esses intérpretes ao lado de Sodré viram, não sem certa perplexidade, a vitória da contrarrevolução, as tendências à reversão neocolonial e, enfim, a interrupção do processo de formação nacional, cuja essência revelou as raízes mais profundas, as dimensões mais estruturais da crise contemporânea. Para enfrentar tal problemática na obra de Sodré, além desta introdução, abordaremos no próximo item a transição da colônia à “economia dependente” entre 1808 e 1929. Em seguida, trataremos da concepção de Sodré entre imperialismo e revolução, entre 1930 e 1964, finalizando com algumas considerações.

## **2. Da colônia à “economia dependente” (1808-1929)**

### **2.1 Origem colonial e emancipação**

As tensões entre a dimensão conceitual, em que se caracteriza o “modo de produção” na colônia, e a da narrativa de nossa formação histórica, as tensões entre o “particular” e o “universal” na obra de Werneck Sodré, foram

---

4 Conscientes das enormes polêmicas em relação ao nacionalismo no marxismo, não temos a pretensão neste trabalho de fazer uma análise exaustiva sobre as produções clássicas de tal tema até chegar ao nosso objeto de investigação que é Sodré. Para uma abordagem mais ampla desse universo, ver Hobsbawm (1990), Löwy (2000) e Pinsky (1980).

objeto de crítica em diversos trabalhos que não pretendemos retomar aqui. Registre-se somente a hipótese de que, no delineamento do sentido da formação, operavam forças concernentes menos a especificidades dos referidos “modos de produção” coloniais que a nexos propriamente mercantis. Tomado o plano da narrativa, o movimento de cada núcleo de povoamento em diferentes momentos da história da colônia, a constituição, o crescimento e a crise de cada centro de produção da vida material, era dinamizado pelo mercado mundial, mais que por determinantes engendrados a partir da reprodução, digamos, “interna”, das relações de produção vigentes. Dinâmica mercantil, que Caio Prado Jr. colocara no âmago do “sentido da colonização”. Considere-se também que, posto que houvesse, por outro lado, sustentação empírica para a caracterização do mosaico de “modos de produção” (SODRÉ, 1997A; CUNHA, 2002), a tensão entre o conceito e a história devia-se não a uma mera transposição mecânica de esquemas prestabelecidos – crítica recorrente ao historiador –, mas à reprodução de tendências teóricas disseminadas no materialismo histórico da época que, restringindo o conceito de “modo de produção” praticamente à dimensão das relações de produção, terminara por estreitar os conceitos de escravismo e capitalismo e estender, em compensação, o de feudalismo. Tal tendência não era estranha, por exemplo, ao debate historiográfico entre Maurice Dobb e Paul Sweezy, que como outros debatedores, ao cabo, referiam-se a “feudalismos” (VIEIRA, 2004, 2012). Assim formalmente definido o “modo de produção”, toda a especificidade do concreto corria à margem do próprio conceito.

Nesta primeira parte do presente trabalho cumpre concentrar a observação no plano da narrativa proposta por Sodré para ressaltar um traço, para nós, fundamental no equacionamento do debate brasileiro, qual seja, a preservação, ao longo do tempo, de estruturas herdadas do passado colonial.

Para Sodré, o momento crucial no processo histórico de diferenciação da sociedade colonial residiu na formação da economia mineira durante o século XVIII. O crescimento da colônia, que passou, então, de 300.000 a 3.300.000 habitantes, foi uma expressão quantitativa de mudanças substanciais em sua conformação, que produziram reflexos no desenvolvimento de uma consciência nativista e, enfim, no acirramento da luta de classes. À diferença de Caio Prado Jr. (2000), que tomava, digamos, por circunstanciais as especificidades do negócio das minas, Sodré sublinhava – como fizera, aliás, Furtado (1961) –, em contraste com o açúcar, o caráter mais rudimentar da estrutura técnica da exploração do ouro de aluvião, e, pois, as exigências menos restritivas em termos de capitais e, pois, das escalas de produção, que correspondiam a uma maior dispersão da propriedade. Naturalmente, a centralidade da propriedade da terra como fundamento da estratificação, típica da sociedade do açúcar, dava lugar, nas minas, à concessão de licenças para minerar. Tal conformação

e, sobre essa base, o próprio crescimento demográfico, combinados à natureza essencialmente monetizada da economia – em que o ouro funcionava ao mesmo tempo como moeda e mercadoria –, concorreram para o avanço da divisão do trabalho e para os primeiros esboços de entrelaçamentos mais orgânicos no nível do “mercado interno”.

Essas mudanças correspondiam a uma transformação no regime escravista colonial. Com as mudanças quantitativas expressas no aumento do tráfico marítimo e do comércio local de escravos a preços sempre mais elevados, a economia mineira engendrou, entre os estratos tradicionais da vida colonial, uma camada média vinculada à expansão do trabalho livre. Tudo isso concorria para um agravamento das tensões concernentes à exploração do butim colonial. Tal tensão se radicalizava tanto mais porquanto o vetor da exploração deixava de ser o mecanismo, de certa forma mais velado, do controle das linhas de financiamento e comércio pelo monopólio do capital mercantil, para ser – dada a natureza do negócio do ouro – um regime progressivamente violento de controle da produção e de taxaço direta. A clausura do Distrito Diamantino, espécie de presídio, constitui um exemplo paradigmático. Na economia açucareira, os espaços de controle das classes dominantes metropolitanas e coloniais eram delimitados por uma separação relativamente bem definida entre as esferas da circulação e da produção. O monopólio metropolitano, com o concurso do capital mercantil holandês, permanecia restrito à circulação, operando nas linhas de financiamento e comercialização, ao passo que ao senhorio local cumpria comandar a produção escravista. Na economia mineira, a metrópole invadiu a órbita da produção, o peso dos tributos entre suas expressões. Abriu-se, pois, um conflito mais explícito<sup>5</sup>.

Significa na verdade uma mudança profunda, de consequências políticas cruciais no nível dos realinhamentos da luta de classes. Para Sodré, se, na sociedade do açúcar, os proprietários de escravos operavam, de certa forma, como representantes locais das classes dominantes metropolitanas, não obstante o regime do exclusivo nas minas, a diferenciação do espaço colonial em tensão com os desígnios da exploração produzia uma fratura entre os estratos dominantes. Nesse palco, florescerão os primeiros traços de uma consciência nacional, cujos desdobramentos resultarão nos conflitos políticos mineiros e, mais à frente, na própria emancipação. Na obra de Sodré, Minas Gerais, ainda no período colonial, é que revelaria os primeiros esboços do choque entre as

5 “A mudança singular que a mineração opera é a de tornar evidente o mecanismo de transferência da renda para o exterior, de desvendá-lo. Isso contribuirá para expandir a consciência da exploração colonial. O regime de monopólio de comércio, e sua consequência natural – a clausura – atinge dimensões larguíssimas e profundas com a mineração. [...] O regime de monopólio comercial, numa etapa muito mais avançada do desenvolvimento da colônia, faz aflorar e aprofunda a contradição entre a classe dominante colonial e a classe dominante metropolitana” (SODRÉ, 1975, p. 34-35).

classes dominantes locais e a dominação colonialista – mais tarde, especificamente, “imperialista” –, bem como, e não por acaso, o nascimento de uma camada média que jogará sempre, para Sodré, um papel político fundamental.

Trata-se dos embriões de elementos fundamentais na construção de sua teoria da Revolução Brasileira<sup>6</sup>.

Em *Razões da Independência*, Sodré (1978a) circunscreveu com mais rigor a tensão entre a diferenciação da colônia e os limites da condição colonial no quadro geral da crise que consumia o movimento de transição do feudalismo ao capitalismo: nesse momento, as tensões confluem para o processo de emancipação.

Posto que o desenvolvimento do capital mercantil, fundado no sistema colonial, engendrara, mesmo que em limites estreitos, a diferenciação das formações coloniais, a ruptura que consuma a transição se exprime também, naturalmente, num agravamento das tensões entre as classes dominantes coloniais e metropolitanas. Nesse quadro de crise estrutural, a diferenciação da economia mineira no século XVIII, que entrava em sinergia com a constituição do capitalismo na Inglaterra por meio do franqueamento da economia portuguesa a suas manufaturas, precipitava também conflitos emancipatórios. A Revolução Industrial, ao criar as forças produtivas correspondentes às novas relações de produção fundadas no trabalho “livre”, deslocou o predomínio do capital mercantil em favor das formas mais plenamente desenvolvidas do capital. A consolidação do capitalismo britânico colocou em causa a necessidade de expansão dos mercados que se chocava contra os velhos monopólios mercantis.

Os conflitos que se estendiam nos desdobramentos da revolução burguesa, entre os quais a colisão definitiva entre colônias e metrópoles, eram episódios do confronto do novo contra o velho modo de produção. A luta que envolveu as pretensões da Inglaterra pelo deslocamento dos entrepostos ibéricos para a conquista dos mercados americanos e, de outro lado, a resistência das metrópoles e o emaranhado de conflitos internos ao mundo colonial eram os episódios derradeiros do longo movimento de transição. O ponto crucial, portanto, consiste na emancipação como passagem da subordinação ao sistema colonial de caráter feudal ibérico ao capitalismo britânico em expansão. Nesse processo, não eram indiferentes as posições relativas das monarquias nos conflitos “geopolíticos” que jogavam seu papel na forma da

6 “A uma nova situação econômica corresponde sempre uma nova estrutura de classes. No caso, os efeitos foram o aparecimento de uma camada média e a ampliação da área de trabalho livre. A sociedade mineiradora é diferente da sociedade açucareira. A taxação espoliativa, a cisão de interesses entre a classe dominante na Colônia e a Coroa, o caráter brutal que assume o regime de monopólio comercial levam, finalmente, ao quadro da Inconfidência Mineira, que caracteriza o declínio minerador e define a referida cisão. Da Inconfidência à independência decorrem, por isso mesmo, pouco mais de três décadas” (SODRÉ, 1976, p. 139-140).

transição – nas colônias espanholas, por meio de um processo revolucionário de ruptura com a metrópole, em que a penetração britânica era mais difícil; na colônia portuguesa, por meio da introjeção da metrópole no espaço colonial, por meio do que a posição privilegiada da Inglaterra se fazia de forma direta (SODRÉ, 1978A; NOVAIS, 1995)<sup>7</sup>.

## 2.2 Formação nacional e herança colonial

O que se segue é a preservação, no novo quadro, de traços essenciais do passado colonial. Particularmente, a “externalidade da acumulação”.

Com efeito, porquanto a emancipação das colônias correspondesse a projeções do desencadeamento da revolução burguesa, o processo, no conjunto, não produziu, na América Latina, rupturas revolucionárias com o mesmo conteúdo. Para Sodré, se a emancipação na América Latina não redundou num processo de revoluções burguesas, isso se deve, essencialmente, ao caráter colonial dessas formações – e, nesse caso, o desfecho revolucionário tardio na Guerra Civil nos Estados Unidos, última experiência de ruptura democrático-burguesa, viria atestar a especificidade de uma colônia, digamos, “de povoamento”. Enfim, esse traço de heterocronia marcará toda a formação histórica do Brasil. No momento em que as condições estiverem consolidadas para a Revolução Brasileira, seu caráter, como veremos, será também transfigurado por força das condições históricas gerais do capitalismo em crise do século XX. No século XIX, as posições da burguesia britânica e dos proprietários locais confluíram quanto aos limites da emancipação, o que fez preservar os traços coloniais. A manutenção da estrutura primário-exportadora, posto que cristalizava o poder senhorial local, era também funcional ao capitalismo em consolidação, escravidão à parte. Este é o sentido do desfecho do processo nas revoltas do período regencial (SODRÉ, 1939).

Tal linha de continuidade se preservou, no entanto, com especificidades dadas por uma nova quadra histórica: a passagem do predomínio do capital mercantil às formas mais desenvolvidas do capital, sob o modo de produção capitalista já constituído; a passagem do domínio das classes metropolitanas “feudais” ao domínio da burguesia em nível mundial; de uma sociedade essencialmente rural a outra, no centro europeu, em progressivo processo de urbanização e industrialização, no limiar de uma transição demográfica.

7 “A consolidação da classe senhorial no poder [...] responde pelo longo período de lento desenvolvimento, quando as características fundamentais do que havia de essencial no sistema colonial persistiram atuando. Passávamos da dependência política de metrópole decadente para a dependência econômica e financeira de metrópole próspera. Realizávamos um avanço, sem a menor dúvida. Mas o processo da independência ficava em meio, por força das condições dominantes no mundo e no Brasil” (SODRÉ, 1978a, p. 261).

Tudo isso marcaria um novo tipo de subordinação do polo colonial ao centro que Sodré (1976), em *Formação histórica do Brasil*, caracterizou nos termos de uma condição de “dependência”<sup>8</sup>. A nova divisão do trabalho promove uma organicidade maior entre os polos da economia mundial, baseada não mais nos parâmetros ecológicos, que pautavam uma espécie de especialização absoluta, mas em condicionantes da concorrência capitalista, que levam a uma especialização relativa, dada pela equação das “vantagens comparativas” – a subordinação política dá lugar à “dependência” econômica. Mantido o invólucro colonial, a “economia dependente” terá, no entanto, nesse novo quadro, dinamismos que não existiam na economia colonial do passado. A reprodução da velha estrutura colonial nos quadros de um novo modo de produção, o capitalismo plenamente constituído, permitia certa expansão, mesmo que limitada, do mercado interno. Mais que isso, removido o exclusivo metropolitano, gestavam-se condições para uma acumulação capitalista local, ainda que debilitada pelas vicissitudes de seus traços coloniais.

Visto em seu conjunto, o desenvolvimento pleno da “economia dependente” viria somente em fins do século XIX, quando a dominação a partir do centro do capitalismo mundial tomasse a forma de uma dominação propriamente imperialista.

Dos traços constitutivos dessa nova etapa, destaca-se a tendência à sobreposição da circulação de capitais à circulação de mercadorias (LENIN, 1979). Portanto, no último quartel do século XIX, a “economia dependente” era marcada pela presença dos capitais estrangeiros, especialmente britânicos, com o que, sobre o balanço de pagamentos, além da deterioração dos termos de troca e dos serviços do endividamento, pesavam as remessas de lucros. Para delinear os nexos dessa nova articulação, há que considerar que os dinamismos da “economia dependente” fizeram avançar a diferenciação e levaram a transformações, muito embora localizadas, profundas a partir de meados do século XIX. Essencialmente, entre o fim do tráfico e a Abolição, avançava, no Centro-Sul, a expansão de relações de produção já propriamente capitalistas e, no bojo da economia cafeeira do Sudeste, os primeiros ensaios de uma indústria. Ilustra esse movimento o crescimento demográfico que faz saltar a população de 4 milhões para 15 milhões de habitantes. Mas esse núcleo dinâmico avançava em meio a um emaranhado de formas denominadas

8 “Conceituamos como economia dependente aquela em que se operam mudanças qualitativas suficientes para distingui-la da economia colonial; as mudanças mais significativas, no caso, consistem na existência e desenvolvimento, lento ou não, do mercado interno, e na gestação de pré-condições para a acumulação capitalista, decorrentes do fato de que parte da renda gerada se conservava no interior [...]. A rigor, no entanto, a estrutura dependente, e a economia a que corresponde, guarda muito da estrutura colonial e da economia a que esta corresponde; particularmente no que diz respeito à característica essencial: o fluxo da renda volta-se ainda, em grande parte, para o exterior” (SODRÉ, 1975, p. 36).

“pré-capitalistas”, dominantes no conjunto da formação social brasileira. Para Sodré, essas formas, os tão controversos “resíduos feudais”, constituíam obstáculos ao pleno desenvolvimento de um capitalismo em bases nacionais, condicionando diversos fluxos de transferências do excedente, de renda, em prejuízo das camadas médias e mesmo de uma burguesia nascente.

A natureza colonial da formação brasileira permanecia preservada no caráter de “economia de exportação”. Em que pese as críticas explícitas ao tratamento cepalino do problema e o léxico próprio do marxismo, devidamente considerada, a leitura de Sodré não difere, a rigor, por exemplo, de proposições paradigmáticas como as de Celso Furtado<sup>9</sup>.

No curso do século XIX, entre a crise dos primeiros decênios e a consolidação do café, a concentração da pauta de exportações nos produtos tradicionais se acentuou, o café predominando progressivamente sobre o açúcar, a erva-mate, o fumo, o algodão, a borracha, os couros e as peles. De outro lado, a diversificação da pauta de importações, constituída basicamente por produtos de consumo generalizado como vestuários, calçados, alimentos e utensílios em geral – traço típico de economias coloniais –, permaneceu, embora registre, no bojo da expansão cafeeira, uma pequena elevação da importação de produtos como carvão ou máquinas, o que revelava a presença de alguma indústria insipiente. Com efeito, a expansão do café produziu, pelo menos desde o decênio de 1860, uma inversão da tendência crônica ao déficit na balança comercial e, nesse quadro, a dinâmica do endividamento ganhou novos contornos. Se num primeiro momento o endividamento respondia à necessidade do financiamento de déficit comerciais, depois disso viria fazer frente às pressões sobre o balanço de pagamentos gerados pelo serviço das dívidas precedentes, bem como pelas remessas de lucros dos novos investimentos estrangeiros que se elevavam na nova etapa do capitalismo. Numa economia dessa natureza, não admira que os princípios supostamente universais do padrão-ouro fossem subvertidos na prática – como de resto, o conjunto dos preceitos liberais, numa economia de origem colonial e escravista –; e, com efeito, as desvalorizações monetárias foram constantes no curso do século, mesmo nos períodos de superávit na balança comercial – superávit, como vimos, contrarrestados, em parte, pelo peso do serviço da dívida. Dadas as discrepâncias entre as elasticidades da produção primária e as da manufatureira – esta mais elástica que aquela –, as conjunturas de crise cíclica produziam tendências à deterioração dos termos de troca, respondidas com desvalorizações cambiais. Como mostrara Furtado (1961), tratava-se de um mecanismo de “socialização” dos prejuízos. Além disso, o encaminhamento

9 É sintomático que Octávio Rodriguez tivesse sugerido uma proximidade entre o paradigma cepalino e as teses do Partido Comunista.

dos problemas fiscais operava também como mecanismo de transferências. A partir de 1844, com Alves Branco, passada a vigência das tarifas preferenciais, a concentração da tributação nas importações, porquanto preservasse as classes exportadoras, promovia transferências de renda do conjunto da população à grande propriedade; e, sempre que o mecanismo cambial corresse os tributos, cobrados a taxas fixas de câmbio, o governo recorria às emissões que redundavam, por sua vez considerados os seus efeitos sobre os preços relativos, numa espécie de tributação inflacionária. O quadro se agravava porquanto a defesa da moeda, nos termos do padrão-ouro, levasse à escalada dos empréstimos, cujos serviços eram financiados por esse mesmo sistema tributário regressivo.

Tais os nexos entre as bases precárias do balanço de pagamentos, do sistema monetário, do orçamento público e do circuito do endividamento; cada peça funcional a uma complexa engrenagem de espoliação que fazia transferir a renda da economia colonial ao capital estrangeiro, ao núcleo imperialista, e, internamente, do conjunto do povo às classes dominantes locais – particularmente, de uma insipiente “burguesia” ao latifúndio exportador. Estes eram, para Sodré, os limites ao pleno desenvolvimento do capitalismo em bases nacionais pela preservação do caráter essencialmente colonial da “economia dependente”<sup>10</sup>.

No exame da dinâmica da luta de classes que atravessa esse movimento secular, da emancipação à liquidação da escravidão e do Império, Sodré propõe a mediação que parte da seguinte pergunta: “Quem é o povo no Brasil?”. Dado que a constituição da sociedade de classes ponha a distinção entre povo e população e, portanto, o conceito de “povo”, sem se reduzir a determinismos econômicos, seja sempre intimamente ligado à dimensão da estrutura de classes; e, sendo essa mesma estrutura de classes uma realidade em permanente movimento em virtude de particularidades históricas e geográficas, “povo” encerra uma determinada historicidade.

Para Sodré, “em todas as situações, povo é o conjunto das classes, camadas e grupos sociais empenhados na solução objetiva das tarefas do desenvolvimento progressista e revolucionário na área em que vive” (SODRÉ, 1967, p. 197). Entre a emancipação e a Abolição, como vimos, a sociedade brasileira passou por um profundo processo de diferenciação que foi tornando mais complexa a caracterização do “povo” e a dinâmica da luta de classes. Desde

10 “Estabelece-se, assim, a associação profunda que ainda hoje existe, sob condições diversas das que antes imperavam, entre empréstimos externos, déficits orçamentários, déficits de balanço de comércio exterior, investimentos externos, mecanismo de câmbio e emissões, gerando a aparente complexidade que disfarça uma espoliação continuada da economia nacional. Tudo isso ocorre e se processa numa estrutura colonial de produção. Na medida em que essa estrutura se modifica, surgem resistências, os antagonismos claríssimos, que desvendam o caráter daquela estrutura e demandam a sua modificação” (SODRÉ, 1976, p. 265-266).

meados do século XVIII, a atividade mineradora, como vimos, ensejou o crescimento de uma camada média de pequenos proprietários, comerciantes, funcionários, militares, clérigos e intelectuais, entre o estrato dos senhores, grandes proprietários, e os escravos e servos. De outro lado, naquela quadra histórica, o regime de monopólio colocava o estrato dos grandes proprietários em linha com as “tarefas do desenvolvimento progressista”, a emancipação. Assim, no momento da ruptura, todos são o “povo”: a camada média, radicalizada; o estrato superior, também favorável, embora hesitante diante dos riscos de perder o controle do processo; e os escravos e servos, malformados propriamente como “povo”, cumprindo um papel relativamente passivo, à exceção dos episódios de radicalização no período regencial.

O quadro muda com os desenvolvimentos do século XIX. O avanço do capitalismo, com o crescimento das cidades, das estruturas do Estado, com uma expansão do mercado interno e com os primeiros esboços da indústria, produziu o desenvolvimento da divisão do trabalho e, como corolário, um aumento e diversificação das camadas médias. Para Sodré, nessa quadra é possível falar, com mais rigor, de uma “classe média”, de uma “pequena burguesia”. Aliás, em Sodré (1967), este é um dos pontos cruciais na História da burguesia brasileira: no Brasil, uma pequena burguesia precedeu a grande e operou como vanguarda da mudança social. Também os estratos superiores se tornam mais diversos com as mudanças ocorridas nas relações de produção. A corrosão da escravidão, desde o fim do tráfico, e a expansão das áreas de servidão e de salariedade colocaram em choque, entre si, proprietários ligados às velhas e novas formas de produção. Com isso, uma burguesia nascente se destaca dos estratos dominantes, outrora homogêneos, para compor, com as camadas médias e a massa passiva dos trabalhadores, o “povo”. Vale dizer: na ruptura da República, a classe dominante ligada ao chamado latifúndio “feudal” ou “semifeudal” e as últimas resistências escravistas estão excluídas, segundo essa classificação, do “povo”. Mas, posteriormente, conforme a burguesia proprietária consolidava o controle do processo e estabelecia os limites da mudança social, ela mesma promoveu a rearticulação do velho latifúndio ao estrato dominante em prejuízo das camadas médias e dos trabalhadores. Nos conflitos da República e, pois, da Revolução Brasileira, o “povo” será outro.

### **3. Imperialismo e revolução (1930-1964)**

A crise do imperialismo perfilaria um feixe de possibilidades para a periferia alforriar-se do domínio externo, enraizado desde o antigo sistema colonial até o período de rivalidade intercapitalista que culminaria com a Primeira Guerra Mundial. Na formação econômica brasileira, em particular, tal contexto radicalizaria o choque entre o desenvolvimento industrial e a

resiliência da economia agroexportadora, em meio a um processo de proletarianização e de consolidação de uma vanguarda nacionalista representada pela pequena burguesia que se antagonizava aos interesses dos latifundiários e do imperialismo. Foi com base nessa interpretação histórica que Sodré (1967, 1976, 1997a) delimitou a gênese da revolução democrática burguesa no Brasil. Para tanto, sua reflexão se definiu pelas seguintes questões:

- 1) a compreensão de como a dinâmica universal do capitalismo penetrava na sociedade brasileira cristalizando um padrão de dominação imperialista;
- 2) o avanço nas forças produtivas que se refletia nas diferentes estratégias de desenvolvimento capitalista de cada governo brasileiro;
- 3) a conjunção das relações sociais de produção que compunha a dinâmica da luta de classes nesse período.

### 3.1 Dinâmica universal do capitalismo

O sentido da Revolução Brasileira em Sodré tinha como eixo a maturação do imperialismo na forma de crise capitalista e sua negação com a Revolução Russa. O autor mostrou que nossa identidade revolucionária guardava relação direta com essa transformação na história mundial, e não com o processo de revoluções burguesas dos capitalismo originários, assim como os da Segunda Revolução Industrial. Desse modo, a Revolução Russa abriria um novo tempo histórico, cujas implicações diluvianas à ordem imperialista se projetavam sobre a periferia, ampliando tensões só solucionadas em rupturas coloniais revolucionárias. Podemos observar na obra de Sodré que a revolução burguesa no Brasil se desenvolveria justamente quando intensificava a crise do modelo revolucionário burguês clássico por conta do imperialismo, marcando uma nítida decomposição entre superestrutura e infraestrutura conforme determinados padrões de desenvolvimento capitalistas desiguais e combinados, numa típica relação de “heterocronia” (SODRÉ, 1997a). Em outras palavras, o desenvolvimento do capitalismo na periferia era contemporâneo ao da crise capitalista no centro, visto que o ciclo revolucionário burguês em economias de origem colonial seria correlato não às revoluções burguesas clássicas ou prussianas, mas à revolução socialista. Portanto, a condição de dependência em relação às potências imperialistas – e não de concorrência – condicionaria um ciclo revolucionário burguês caracterizado pela descolonização<sup>11</sup>. Nesse

11 Sodré desenvolveu tal proposição nos seguintes termos: “o desenvolvimento capitalista brasileiro é contemporâneo do declínio capitalista em escala mundial. Quando aquele atinge o nível em que define plenamente suas linhas, este atravessa a sua fase de crise geral. Os surtos capitalistas atrasados, isto é, os que se processaram mais tarde, no tempo – o da Alemanha, o do Japão –, guardam com os que iniciaram mais

sentido, as reformas de conteúdo burguês a ele concernentes faziam parte de uma mesma fratura exposta pela crise do capitalismo central e pela revolução mundial, em que não haveria, segundo nosso autor, “muralhas” entre reforma e revolução a ser introduzidas nas periferias do sistema (SODRÉ, 1967)<sup>12</sup>.

O modelo soviético e o enraizamento das alternativas ao modo de produção capitalista exacerbariam as lutas de classe no mundo, inspirando inúmeros movimentos libertários nas economias periféricas. Apoiando-se em autores influenciados por Lenin, como Rosental (1959) e Nikitin (1967), Sodré (1968a) apreendeu como o capitalismo de livre-comércio se converteu historicamente em seu oposto, capital monopolista; e como dessa ordem nasceu a lei do desenvolvimento desigual do imperialismo, permitindo armar o proletariado com um diagnóstico certo da dominação do capital financeiro e suas consequências. Dessa teoria resultou também a reflexão do autor sobre o desenvolvimento político desigual, cujas contradições de classes se colocariam de formas distintas em cada região e conforme sua especificidade histórica, sendo que a decisão revolucionária dos proletariados, e sua capacidade de arrastar o campesinato consigo, obedeceriam a uma lógica intrínseca às especificidades de cada país. Descartava-se, assim, a teoria da revolução socialista simultânea e combinada a partir das economias centrais.

Segundo Nikitin (1967), a própria questão nacional na periferia não poderia ser compreendida sem o impacto da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa nos povos dominados pelo imperialismo. A industrialização que germinava em alguns espaços periféricos como reação à crise imperialista não guardava relação com os efeitos diretos do capital monopolista, mas um traço progressista das economias subdesenvolvidas para tornarem-se menos reféns do seu domínio. Articulada às condições mínimas de reprodução material dos povos de origem colonial, a luta pela emancipação nacional engendraria as condições históricas de descolonização via revoluções democráticas burguesas ou socialistas. As lutas pela emancipação nacional tenderiam a aglutinar proletários, camponeses e burguesias nacionais contra o imperialismo, sedimentando experiências concretas como as da China, da

---

cedo uma relação de concorrência, por vezes belicosa; os que avançaram na fase de declínio do regime em escala mundial guardam com os que se iniciaram cedo uma relação de dependência. As contradições, num e noutro caso, são de ordem diferente: as primeiras, como se constata pela história contemporânea, desembocam nas guerras; as últimas, nos movimentos de libertação nacional, em que, no entanto, o regime é posto em causa, na sua essência” (SODRÉ, 1975, p. 58).

12 “Qual o fim das reformas [de base], realmente? Vitoriosas, corresponderiam a liquidar a dominação imperialista em nossa economia, a liquidar o poder dos latifundiários como classe, à ampliação da base democrática do poder. Programa modesto? Não, – programa gigantesco. Mas, evidentemente, programa não socialista, programa desenvolvido dentro dos marcos capitalistas da sociedade brasileira. Levando entretanto a substancial alteração na disposição das forças sociais e políticas do País [...]. O que nossos pretensos ultrarrevolucionários não sabiam, o imperialismo sabia: que as reformas tinham sentido revolucionário, que não se tratava de simples reformismo” (SODRÉ, 1978b, p. 231).

Índia, da Indonésia, da Birmânia, do Ceilão, de Cuba, da Coreia e do Vietnã. Para Sodré (1968b) seria, desse modo, fundamental estabelecer um elo determinado entre o universal e a questão nacional nos termos de Lenin (1980) e seus seguidores, cuja tarefa essencial da luta de classes seria estudar, investigar e analisar cada particularidade histórica, em que cada nação enfrentaria internamente a correlação de forças entre o avanço da revolução nacional e o ataque contrarrevolucionário imperialista.

Da mesma forma que o imperialismo estava acossado por um vivo processo revolucionário mundial difundido pelo socialismo russo, encarnava, segundo a visão de Sodré, uma dimensão contrarrevolucionária internacional, cuja “natureza moribunda” se expressava por duas guerras mundiais intermediadas pela Crise de 1929. Tendo como matriz histórica uma plêiade de contradições do capital monopolista que fecundava descolonização e socialismo, o resultado da crise do capitalismo constituía a prova de que as potências imperialistas não tinham nada a oferecer, visto que o imperialismo sepultara a promessa civilizatória oriunda da revolução clássica burguesa. Deixar a América Latina dependente de tal dominação seria o mesmo que mantê-la alijada do componente nacional e democrático, justamente a base da autodeterminação dos povos. Daí ter que recorrer à força, inclusive militar, para iniciar revolucionariamente sua descolonização.

### **3.2 Desenvolvimento das forças produtivas e relações sociais no Brasil**

Com base nessas premissas foi que Sodré (1978b, 1997a) definiu o surgimento da Revolução Brasileira, tendo como parâmetro dois ângulos de análise: a especificidade do desenvolvimento das forças produtivas e as mudanças nas relações sociais de produção. No que se refere ao primeiro enfoque, o autor concebeu o avanço da industrialização na década de 1930 como resultado progressista proveniente da crise do imperialismo, assim como da intervenção do Estado em determinadas estratégias de desenvolvimento capitalista que se inscreviam na Revolução de 1930 e na “época de Vargas” (1930-1945, 1951-1954). Ainda que não significasse uma ruptura com o imperialismo nem com o passado feudal marcado pelo domínio do latifúndio, o período que se abria seria um importante passo para o avanço das forças produtivas (SODRÉ, 1967, 1997a).

O autor dividiu o processo de industrialização em três etapas (Sodré, 1975). Na primeira, a origem da indústria no país (1850-1930) esteve marcada pela introdução no mercado interno das mercadorias do imperialismo, impondo preços e condições submetidos às tarifas de alfândegas. Não obstante, mesmo na época em que se procurava defender a “vocação agrícola”, a indústria tentava satisfazer o mercado interno, exigindo proteção. Em uma

segunda etapa, que coincidia com a “época de Vargas” (1930-1945, 1951-1954), ainda que o imperialismo passasse a produzir à sombra das tarifas, a indústria brasileira usufruía do protecionismo e do desenvolvimento das relações capitalistas, disputando diretamente com os monopólios estrangeiros. Momento distinto marcou o início da terceira etapa, cuja implantação da indústria pesada na segunda metade da década de 1950, e seu avanço pelas décadas seguintes, eram condicionados diretamente pelo imperialismo. Segundo Sodré, foi justamente quando se abriram as oportunidades internas para uma maior autonomia econômica que os monopólios estrangeiros, ligados aos setores de bens de capital e de consumo duráveis, fincaram sua estrutura imperialista no mercado interno, controlando o dinamismo da economia brasileira.

Fica nítida aqui a conexão que Sodré conceberia das forças produtivas com determinados estilos capitalistas de desenvolvimento, denotando uma complexa articulação entre a evolução da infraestrutura e as descontinuidades da superestrutura, cujos arranjos de poderes políticos e militares poderiam desencadear conciliação ou subordinação ao imperialismo. Em Vargas, embora tivesse sido o momento que o Brasil vislumbrou uma certa independência econômica ante os interesses imperialistas, o caminho trilhado pelas linhas de menor resistência se mostrou de difícil conciliação entre Estado, burguesia brasileira e forças externas. Na verdade, ao tentar regular o acesso do imperialismo na economia brasileira, Getúlio Vargas, na abordagem de Sodré (1976, 1997a), acabou por fracassar como governo.

A quadra histórica que se abriu em seguida foi totalmente distinta, porquanto o período Kubitschek (1956-1961), antecedido por Café Filho (1954-1955), e radicalizado após o Golpe de 1964, apresentou uma ruptura na estratégia varguista de desenvolvimento autônomo segundo o autor. A forma pela qual o Plano de Metas servia como instrumentalização estatal para cessão de benefícios aos monopólios internacionais e a associação dependente de parte da burguesia brasileira definiria, na visão de Sodré (1975, 1997a), o padrão de subordinação ao imperialismo nas décadas seguintes, de tal modo que na longa duração seria possível delimitar com exatidão o período Vargas e as implicações futuras de sua queda. De acordo com Sodré (1997a), até o segundo governo Vargas, o país tinha um capitalismo monopolista de Estado que impulsionava o desenvolvimento das forças produtivas, além de possuir elementos de estímulo institucional à dinamização industrial, uma vez que a área estatal da economia funcionava como componente nacional dessa mesma economia via, por exemplo, Companhia Siderúrgica Nacional – CSN (1941), Fábrica Nacional de Motores – FNM (1942), Companhia Vale do Rio Doce – CVRD (1942), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE (1952), Petrobrás (1953), resistindo ao componente imperialista. A partir de JK, essa forma de integrar o Estado mudou, porque se utilizou do capitalismo

monopolista nacional para cumprir as finalidades da exploração imperialista. A mudança de eixo no comando interno da economia foi, assim, reflexo do “desenvolvimentismo” de Kubitschek composto por forças formadas principalmente pelos setores ligados ao imperialismo, com bases políticas no latifúndio, diferentemente do segundo governo Vargas, que privilegiava a ação estatal em consonância com um projeto de revolução tipicamente burguesa. A internacionalização produtiva da economia como pressuposto fundamental do Plano de Metas significou uma “opção deliberada” ao imperialismo, uma vez que se assentou fundamentalmente na entrada maciça de investimentos estrangeiros, fortemente subsidiados pelo Estado<sup>13</sup>.

Não foi por outro motivo que esse desenvolvimento capitalista e suas contradições que desaguavam em uma assimilação mais intensa do imperialismo na vida social brasileira, iriam radicalizar a luta de classes exacerbando os conflitos que encaminhavam o desfecho para a revolução democrática burguesa. Desse modo, entramos no segundo ângulo de análise de Sodré sobre a dinâmica das relações sociais de produção na sociedade brasileira que inseriam revolução e contrarrevolução nos quadros da crise mundial do imperialismo.

Sodré (1978b) identificou na implantação da indústria pesada, e, conseqüentemente, na elevação do grau de incorporação do imperialismo, por meio das empresas multinacionais, no mercado interno brasileiro, bem como na radicalização dos conflitos no campo e nas cidades, uma dinâmica contraditória das forças sociais em jogo que transitava para uma relação antagônica, portanto, de posições inconciliáveis<sup>14</sup>. Os termos da polarização se davam entre classes e suas frações que se alinhavam ao imperialismo *vis-à-vis* o nacionalismo. O problema brasileiro refletia a etapa imperialista na qual sua restauração no pós-Segunda Guerra enfrentava um bloqueio da dinâmica de transformação das economias coloniais em nacionais. O próprio capital internacional nesse momento havia modificado seu papel ao mesclar-se com elementos nacionais, subordinando o Estado brasileiro e as burguesias nativas ao seu ímpeto de conquista. Em correspondência, os grandes proprietários

13 “No desenvolvimento do capitalismo brasileiro, até a metade da década dos cinquenta, ficara marcado o seu crescimento quantitativo, em extensão, pelo alastramento das relações capitalistas, inclusive a faixas rurais, pela integração de camadas da população à economia de mercado; a partir de então, começava nova etapa, de crescimento qualitativo, em profundidade, com a acumulação tendo atingido certo nível que permitia passar a nova escala, com o mercado tendo sido ampliado ao máximo, nas limitações que, precisamente, vão levar à crise do sistema. Porque a primeira fase esgotara as possibilidades de crescimento compatíveis com tais limitações: a do latifúndio, estreitando o mercado interno, disputado ainda pelo imperialismo; as deste, fechando o mercado externo, situando-o como inacessível. [...] O que se processa, nessa base de transição, é a criação de laços de estreita dependência, que subordinam a estrutura econômica brasileira aos interesses externos” (SODRÉ, 1975, p. 88-89). Sobre as descontinuidades entre o período Vargas e Kubitschek, ver Campos (2003, 2015).

14 Interpretação parecida a outros autores que analisaram o fenômeno da Revolução Brasileira, como o caso de Caio Prado Jr. (1987) e Florestan Fernandes (2006).

rurais exportadores, setores industriais dependentes de filiais estrangeiras, comerciantes que ganhavam com os importados, constituíam a ampla base interna para sua valorização. Opostamente, as indústrias voltadas ao mercado interno que sofriam a concorrência assimétrica do capital internacional, pequenos produtores rurais em disputa com o latifúndio, comerciantes que colocavam produtos nacionais contra a oferta de similares importados e as classes trabalhadoras em geral constituíam em seu conjunto a luta pelo elemento nacional e democrático capaz de destruir o que restava de colonial na estrutura produtiva brasileira. Nosso autor expunha assim os contornos básicos da Revolução Brasileira em curso, cujo sujeito histórico seria o “povo” (SODRÉ, 1962).

Ao analisarmos diacronicamente, retomando o item anterior, a constituição do povo brasileiro em Sodré seria derivada de um processo não linear e eivado de conflitos, avanços e retrocessos. Sodré (1976) classificava em três períodos decisivos o surgimento e ascensão dessa categoria histórica. Durante o primeiro ciclo, o da Independência e Abolição (1822-1888), as forças sociais em jogo estavam dispostas em pesos muito desiguais como visto no item anterior, sendo a classe dominante colonial persistente e acompanhada de vácuos econômicos que mantinham espessos laços de servidão. Não obstante, a decadência da economia mineira criou fissuras na estrutura de poder colonial que se definia nesse período pela consolidação de uma classe intermediária entre os senhores e os escravos ou servos. Uma camada média que começava a lutar pela autonomia política. Assim, surgia o povo brasileiro, que, mesmo sofrendo a repressão da classe dominante, acumulava consciência e participava de momentos-chave no século XIX com o abolicionismo.

No segundo ciclo, o da República (1889-1929), as forças arcaicas permaneciam se impondo por uma população submetida a relações servis nas zonas rurais, pela política econômica ortodoxa em defesa do café e financiada pelo imperialismo e por uma classe de grandes capitalistas do café que negavam a pequena burguesia. Por sua vez, a pequena burguesia se fortalecia em vários flancos, como a do comércio, a do meio militar por ideias positivistas que lastrearam movimentos como o do tenentismo, as vanguardas artísticas que culminariam na “Semana de 22”, ou determinadas diferenciações tanto no latifúndio, quanto na indústria. Sua organização e seu tensionamento contra o atraso revelavam sua precocidade tanto em relação ao aburguesamento da classe dominante brasileira, quanto da proletarização das classes subalternas.

A junção de diferentes camadas da sociedade brasileira em nome da questão nacional sob vanguarda democrática da pequena burguesia permitiu que parisse o terceiro ciclo, o da Revolução (1930-1964), de um lado, a burguesia nacional e outras camadas do povo brasileiro, de outro, as burguesias e outras frações de classe associadas ao imperialismo e ao latifúndio. Mas afinal

quem era a burguesia nacional para Sodré? Quantitativamente, quanto maior sua fração menor era sua adesão à causa da Revolução Brasileira; qualitativamente, ela era contra o imperialismo e as forças autoritárias que se vinculam ao comércio e ao latifúndio. Quem era o povo nesse ciclo? Partes de todas as frações da burguesia (alta, média e pequena) que se definiam em posições contrárias à associação com o imperialismo, e o proletariado, o semiproletariado e os camponeses, que agora estavam em crescente organização política.

O acirramento da luta de classes nos anos que antecediam o Golpe de 1964 moldaria sincronicamente as partes que integravam a totalidade da revolução democrática burguesa para Sodré (1978b). A questão nacional seria caracterizada por diferentes estágios para o desenvolvimento capitalista em países de origem colonial como o Brasil, sendo a burguesia nacional nessa quadra um elemento decisivo do povo brasileiro como sujeito histórico da transformação social<sup>15</sup>. A agenda de reformas se reorganizaria pelas seguintes questões:

- 1) a ruptura com o imperialismo nacionalizando as empresas estrangeiras e destruindo seus meios materiais que financiavam atividades políticas, econômicas e de propaganda internos para a contrarrevolução;
- 2) a superação do latifúndio integrando-o na economia de mercado via reforma agrária que concederia aos camponeses propriedade privada da terra e condições creditícias e políticas para a comercialização de sua produção agrícola;
- 3) a alavancagem de um genuíno desenvolvimento nacional por meio da ampliação e renovação das técnicas nacionais, da transformação das fontes de energia, das alterações no comércio exterior, do desenvolvimento da produção industrial, da preponderância do mercado interno, da ampliação do mercado de trabalho, do desenvolvimento do setor estatal e do desligamento de compromissos militares externos.

---

15 "O processo de Revolução Brasileira, em que a burguesia nacional tem um lugar e que, no seu desenvolvimento, fracionará provavelmente essa classe, poderá, finalmente, resolver-se pela forma violenta ou pela forma não violenta, dependendo das condições que se apresentem na sucessividade de seus episódios. De qualquer forma, ele segue o seu desenvolvimento, já estamos em seu curso, não se trata do futuro, mas do presente, trata-se de processo objetivo e natural, e levará, fatalmente, ao problema fundamental, que é o problema do poder. Dependerá muito da burguesia a forma pacífica ou não pacífica do curso revolucionário, que é a essência das transformações em processo. Porque não é o proletariado, nem é o campesinato, que está com a sua sorte de classe em jogo. É a burguesia que está decidindo seu próprio destino" (SODRÉ, 1967, p. 378-379).

O que se observa com essas proposições é que, ao dilatar os canais democráticos para as classes mais baixas, assim como enfrentar os nexos de dependência, rompia-se para Sodré com as forças externas e internas e buscava-se a substitui o da classe dominante não por outra classe minoritária, mas pelo povo. Embora essa interpreta o histórica de Sodré estivesse hermeticamente ajustada   sua fundamenta o teórica marxista, concatenada, geralmente, com suas premissas para forma o econômica brasileira, a própria história surpreendeu-o em 1  de abril de 1964<sup>16</sup>. De igual maneira, toda essa agenda democrático-burguesa de reformas radicais sucumbiu   contrarrevolu o sob uma ditadura de longa dura o. O recuo interpretativo de nosso autor para justificar o malogro da Revolu o Brasileira e os enigmas de seu sujeito histórico, o povo, assinalavam, por um lado, os próprios limites de sua abordagem sobre a manifesta o do imperialismo numa economia de origem colonial como a brasileira; por outro, sua leitura era equivocada sobre o *ethos* da burguesia brasileira, que pareceria não se constituir nem como nacionalista e tampouco preocupada com a amplia o das forças democráticas no país.

Nas edi es posteriores de *Introdu o   Revolu o Brasileira* de 1958 e outras obras, Sodré (1978b, 1975, 1997b) tentou explicar o Golpe de 1964 como resultado da articula o de uma ultradireita composta pelo imperialismo e pelas burguesias não nacionalistas e subordinadas; por via de regra, classes dominantes não classificadas como povo, que promoveram uma “intervens o cirúrgica” para anestesiar e destruir o componente revolucionário das reformas. De outro lado, um “esquerdismo” que não aceitava a ausência dos componentes socialistas das reformas, e com isso se opunha   luta pela revolu o democrática burguesa. Igualmente responsabilizava os militares brasileiros, os quais sempre tiveram em sua visão um comportamento vacilante entre a “questão nacional-legalista” e o “imperialismo-golpista”. Na verdade, os militares para Sodré (1997b) sempre foram facilmente manipulados em virtude da nossa “revolu o burguesa tardia”, de modo a aglutinar ao seu redor forças reacionárias de outras classes e do próprio imperialismo. Sobre a burguesia nacional, Sodré (1975) admitia que sobrestimou seu componente democrático, mas continuava a acreditar que seu elemento nacional fosse majoritário, exemplificando iniciativas de estatiza o da ditadura militar. Nem mesmo diante da “farsa do neoliberalismo”, e de toda a transnacionaliza o da economia internacional que ele denominava de “novo imperialismo” a partir da década de 1970, Sodré (1975, 1995) abandonou a crença que pudesse haver um reconhecimento por parte da burguesia brasileira da questão nacional de modo a desencadear novamente a revolu o democrática burguesa.

16 Importante notar na trajetória pessoal de Sodré como o filtro da própria história impõe certas mudanças em seu universo analítico, as vezes sendo surpreendido pela marcha da conjuntura e tendo que atualizar a aplica o do categorial marxista (NETTO, 2011; CAMPOS, 2019).

Sem deixar de admitir na obra de Sodré um inegável avanço na análise entre a apreensão do modo de produção capitalista, dinâmicas específicas do imperialismo em determinados contextos de luta de classes e espaços nacionais periféricos, a utilização do método e sua aplicação sem as devidas depurações fazem com que nosso autor, ao priorizar a ortodoxia da análise marxista, se coloque sempre em atraso às vicissitudes da formação histórica brasileira. Em todo momento há uma pretensão de reconstruir a história econômica brasileira respeitando uma suposta pureza das categorias analíticas de Marx, principalmente as que dizem respeito ao desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção seguindo à risca referências soviéticas, como as de Afanasiev (1968) e Konstantinov (1959). Dessa maneira, a reconstrução histórica e a categorização parecem andar sempre justapostas, sem grandes mediações e com a necessidade de atualizar a todo momento a sua interpretação, já que na maior parte das vezes a história surpreende a aplicação teórica de Sodré. Tal problema foi percebido por Netto (2011) como um descompasso entre as concepções teórico-metodológicas e a narrativa histórica em função de generalizações com insuficiências empíricas.

Assim, o caso marcante desse problema na obra de Sodré aparece na formulação da Revolução Brasileira superestimando a suposta “burguesia nacional” e o componente democrático das Forças Armadas, ao mesmo tempo em que subestima as implicações econômicas, sociopolíticas e ideológicas já alcançadas pela assimilação acelerada do imperialismo tanto na burguesia brasileira, quanto no próprio Exército. Em fase embrionária, o nacionalismo seria mais um elemento em construção nas forças populares não burguesas, do que na própria burguesia brasileira. Ao ter como perspectiva o Exército, e sua ala nacionalista e legalista geralmente de baixa patente, Sodré acabou por transpor uma demasiada dosagem de substância nacional e democrática às classes burguesas, deixando seu instrumental analítico teórico lento em relação às rápidas mudanças no processo histórico que dinamizavam a dominação imperialista e sua internalização precoce na formação da burguesia brasileira. Foi justamente por esse flanco que Caio Prado Jr. (1987) lançou severas críticas no âmbito do PCB, tanto a suposição de “origem feudal” que marcava o latifúndio exigindo reforma agrária para sua superação, quanto a existência de uma “burguesia nacional” que tivesse identidade popular capaz de levar adiante o programa de revolução democrática burguesa contra o imperialismo. Diferente de Sodré, para Prado Jr. a herança mercantil da formação histórica brasileira trazia consigo um espaço rural integrado à lógica de exploração capitalista mercantil voltada para as exportações, assim como uma burguesia incorporada tanto à especialização agrícola, quanto às vantagens de associação subordinada ao imperialismo; participantes, pois, de um *portfólio* de negócios que lhes impedia creditar determinado nacionalismo e

pendor democrático. Na mesma direção dessa crítica, Florestan Fernandes (2006), que dedicou ampla investigação sobre a correlação de forças políticas que definia o padrão de luta de classes na revolução burguesa do Brasil, revelou em sua análise o caráter compósito da burguesia brasileira, que, além de ser herdeira do passado mercantil de dominação, encarnava a vanguarda na contrarrevolução orientada pelo capitalismo monopolista perante os desdobramentos da Revolução bolchevique. O Golpe de 1964 para Fernandes não seria apenas a realização de uma lógica imperialista exógena que se impunha contra as reformas radicais internas. Na verdade, essa era a própria conclusão da revolução burguesa possível na periferia de origem colonial, em que a burguesia brasileira, como escudeira endógena do “imperialismo total”, era protagonista na contrarrevolução defensiva ao perigo socialista, de modo a sacramentar políticas antipopulares e antidemocráticas, perpetuando o capitalismo dependente e a segregação social no país.

#### 4. Conclusão

O presente trabalho pretendeu problematizar a questão nacional na obra de Nelson Werneck Sodré. Para tanto, procurou discernir o fio condutor da formação histórica do Brasil como um lento processo de diferenciação e de formação nacional. Em cada momento, o processo de formação avança sob os condicionamentos estruturais do movimento de constituição e desenvolvimento do capitalismo mundial, em suas diversas etapas. Mas, contraditoriamente, em cada quadra histórica o avanço da formação põe em causa a emancipação de caráter nacional em relação a esses mesmos condicionamentos. Noutros termos, o desenvolvimento do capitalismo, de sua formação à sua maturação, sempre um processo desigual e combinado, condiciona as possibilidades e os limites do polo periférico, e em cada ruptura repõe, em novas bases, a dominação colonial ou neocolonial. Assim foi na passagem da etapa da economia colonial à economia dependente, quando a superação do capital mercantil pelas formas mais plenamente desenvolvidas do capital correspondeu à substituição do “antigo sistema colonial” pela hegemonia britânica; ou, na consolidação da economia dependente, quando a maturação do desenvolvimento capitalista correspondeu ao fenômeno do imperialismo. No entanto, para Sodré, no curso da formação, a sociedade nacional vai se diferenciando e se consolidando em progressiva tensão com o quadro da dominação externa.

O ponto crítico desse movimento secular será o século XX, quando, na formação brasileira, os primeiros desenvolvimentos de forças produtivas e relações de produção tipicamente capitalistas são coetâneos da crise e da fratura da ordem imperialista, das guerras mundiais e da Revolução Russa. Esse

novo quadro marca o caráter daí em diante revolucionário da consumação da formação nacional no Brasil. Não por acaso, essa mesma quadra vê eclodir, sob os escombros dos velhos impérios coloniais, um conjunto de lutas de caráter nacional na periferia do capitalismo com desfechos revolucionários. Nesse entroncamento entre a consumação da formação nacional e a crise disruptiva do capitalismo mundial, Sodré procura equacionar as tensões entre o universal e o particular para, enfim, captar o sentido da Revolução Brasileira – e seu respectivo sujeito. A luta em torno do comando e da direção do processo de desenvolvimento capitalista, da industrialização, e seus reflexos na superestrutura – que culminam no Golpe de 1964 – constituem o momento crítico.

Na leitura ora proposta, atestamos os percalços, nessa obra, para se coadunar a dimensão conceitual e a narrativa histórica – e, portanto, os limites para a apreensão do sentido das transformações então em curso na sociedade brasileira. Se tal descolamento entre o conceito e a história deve ser observado na tensão entre o sentido da colonização e a caracterização dos modos de produção coloniais – tema não tratado no presente trabalho –, também deverá ser na caracterização da Revolução Brasileira e, em particular, do estatuto da burguesia, então qualificada como “nacional”. O movimento da obra de Sodré, constantemente reavaliada pelo próprio autor, revela a necessidade permanente de reencontrar esses elos perdidos da história em curso. Por certo, em suas revisões, Sodré não abriu mão da tese em torno da revolução burguesa no Brasil de caráter nacional e democrático, o que supunha o caráter também nacional e democrático de nossa burguesia ou, pelo menos, de parte dela. De nossa parte, entendemos que o Golpe de 1964 e seus desdobramentos revelam que o passado colonial havia forjado uma burguesia consonante com a preservação da estrutura do campo e com a subordinação ao imperialismo. O golpe não era a ruptura externa de uma revolução burguesa democrática em curso, mas seu próprio desfecho, nas condições históricas em que se realizou.



PARTE II  
O DESENVOLVIMENTO INTERDITADO



# CAPÍTULO 5

## BRASIL – CONSTRUÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO<sup>1</sup>

*Wilson Cano*

---

### **1. Introdução**

Este texto tem por objetivo central fazer uma síntese sobre o movimento geral da economia brasileira, bem como de alguns de seus principais fatos de 1930 aos dias atuais. Dois períodos são analisados, o de 1930 a 1980 e o de 1980 até hoje. A análise não só considera os fatos mais marcantes que alteram, pelo menos em parte, a trajetória histórica de cada período, mas também outros, anteriores, muito relevantes, que continuam a exercer efeitos cumulativos em períodos subsequentes; leva ainda em consideração as principais circunstâncias internacionais que, em cada momento, também exerceram forte influência nessas transformações.

O período de 1930 a 1980, que compreende nossa fase áurea de crescimento e de industrialização, será tratado no tópico 1, e o de 1980 até hoje, que compreende o da desconstrução, será tratado na parte 2. Na parte 3, centrada no pós-1980, tento, resumidamente, apontar alguns efeitos políticos e sociais sofridos pela sociedade brasileira, que, a meu juízo, foram fortemente – mas não exclusivamente – influenciados pelas principais transformações econômicas e institucionais ocorridas, principalmente no segundo período.

Na parte 4, resumo o aprofundamento da crise atual e indago sobre o futuro imediato de nosso desenvolvimento.

### **2. A construção: 1930-1980**

#### **2.1 Principais circunstâncias externas**

A década de 1920 mostrava uma economia mundial que não superara os maiores estragos da Primeira Guerra, com o comércio mundial desintegrado

---

<sup>1</sup> Este capítulo foi originalmente publicado na revista **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 2 (60), p. 265-302, ago. 2017.

e com grande volatilidade financeira. Os EUA foram os grandes ganhadores do conflito, em termos militar, econômico e financeiro, já antecipando seu papel de futura potência hegemônica do capitalismo.

Ao mesmo tempo em que as debilitadas nações europeias tentavam se recuperar, os EUA viveram um extraordinário *boom* industrial, que terminaria no segundo semestre de 1929, convertendo-se na maior depressão que o capitalismo até então vivenciara. A “Crise de 29” estendeu-se, na maioria dos países, até 1937, só diminuindo seus devastadores efeitos, através de políticas anticíclicas do tipo keynesiano, e, principalmente, pela economia de guerra que se instaurou já a partir de 1937<sup>2</sup>.

Mas o envolvimento na guerra até fins de 1945 e a reconstrução dos principais países envolvidos se estende até o início da década de 1950. Os grandes vencedores foram, do lado do capitalismo, os EUA, e do lado do socialismo, a URSS, que passaram, a partir daí, a exercer o papel de potências hegemônicas desses sistemas.

O pós-Segunda Guerra, entretanto, seria paradoxal: geraria grande otimismo pelo fim do conflito, pela derrota nazifascista, pelo prenúncio do fim do colonialismo e pela ilusão que o *american way of life* despertou no mundo ocidental; mas geraria também um enorme temor pela possibilidade de uma Terceira Guerra, agora nuclear, temor de que os EUA usariam não só para assegurar seu papel militar mundial, mas para conter a expansão soviética. Assim nascia a política internacional da Guerra Fria, que afetaria a todos.

Ao mesmo tempo, os esforços e os gastos norte-americanos com a reconstrução e a cooperação com a Europa e com o Japão proporcionariam uma retomada de crescimento e de desenvolvimento ímpares no capitalismo, os famosos *Golden Years* (1950-1975) – período de alto crescimento e de alta industrialização principalmente na Europa Ocidental e no Japão, que incorporaram, em grande medida, o padrão norte-americano<sup>3</sup>.

Contudo, se as coisas iam bem daquele lado do planeta, o mesmo não ocorria com os EUA. Ao final do conflito, tinham o duopólio do poder militar e das armas nucleares, o poder da moeda “única”, bem como de suas capacidades financeira, produtiva e tecnológica. Além das grandes transferências de dólares para a Europa e para o Japão (principalmente via Plano Marshall, ajuda ao Japão e manutenção de bases militares no exterior), também realizaram uma grande extroversão de capital produtivo e financeiro (empresas e bancos dos EUA) principalmente para a Europa. Acrescente-se que, com a reconstrução daqueles países, os EUA perdiam parte de seu privilegiado mercado externo, excepcionalmente acrescido durante o conflito e o imediato pós-guerra.

2 Sobre o tema, ver Bleaney (1985), Fano (1979) e Kindleberger (1985).

3 Sobre o tema, ver Teixeira (1983) e Torres Filho (1983).

A combinação desses fatos engendrou um processo de enorme saída líquida de dólares, mais que compensando os positivos saldos acumulados durante a guerra, ao mesmo tempo que aqueles países passaram a acumular grandes excedentes de dólares, cada vez mais desvalorizados.

Esse fenômeno foi responsável, em grande medida, pela criação do chamado Euromercado de Dólares, que crescia, à medida que aumentasse o fluxo líquido negativo dos EUA, agravando ainda mais a desvalorização do dólar e aumentando a inflação americana.

Com isso, o sistema financeiro internacional cresceu ainda mais, ampliando também as bases para a especulação, volatilidade e inflação – impulsionada, inclusive, pelos dois choques do petróleo, em 1973 e 1979 –, fazendo crescer as pressões externas, principalmente da Alemanha, da França e do Japão, reclamando da “falta de austeridade” dos EUA, o maior devedor internacional, e reforçando a ideia equivocada de que esse país havia perdido sua hegemonia sobre o capitalismo mundial.

A reação americana não se faria esperar: em 1979, logo após a reunião internacional do FMI, os EUA usariam uma medida de política fiscal que só aparentemente era paradoxal: embora fossem os maiores devedores do mundo, elevaram sua taxa de juros, que passaria de 7% para cerca de 21% ao longo de 1979-1983!<sup>4</sup>

Mas há que destacar, contudo, que o crescimento virtuoso entre 1950 e 1975 foi acompanhado, na Europa e no Japão, por forte aumento do emprego, dos salários, e pela instauração de políticas de bem-estar social, proporcionando maior ascensão social à classe trabalhadora e à classe média, bem como perspectivas de um grande futuro pessoal e familiar. Além disso, o progresso econômico, político e social traria também enorme desenvolvimento científico e cultural.

Os anos de ouro terminariam em 1974-75, abrindo caminho para a crise internacional que se estenderia para os países desenvolvidos até 1980, mas que se prolongaria por toda a década aos países subdesenvolvidos e aos países socialistas muito endividados.

Mas a humanidade, naquele momento, ainda não se dera conta de que o American Dream há muito havia acabado, e que dias sombrios estavam prestes a chegar.

## **2.2 Brasil: circunstâncias internas e principais transformações**

Nosso país, até a Revolução de 1930, era constituído por uma economia mercantil-agrário-exportadora e, naturalmente, livre cambista. Já possuíamos

4 Sobre o tema, ver Tavares e Melin (1997).

uma indústria leve, embora criada, induzida e subordinada pelo setor exportador, como nos ensinou Furtado. Não contávamos, até então, com um efetivo processo de industrialização.

A “Crise de 29” foi demolidora: enquanto durasse a crise internacional, não haveria lugar para o liberalismo e o livre-câmbio. Sua profundidade e sua longa duração não permitiriam a “volta ao passado”, notadamente àqueles poucos países que já dispunham daquela indústria induzida pelas exportações, incipiente, mas que, diante da severa crise, seria capaz de suprir parte da demanda interna<sup>5</sup>.

Embora incipiente, essa economia já fizera brotar a produção de alguns manufaturados e de vários serviços, e uma urbanização que perfazia cerca de 30% da população. Mas as pré-condições para o desencadeamento da Construção eram insuficientes. Nossa burguesia era eminentemente mercantil e eram raríssimas as lideranças industriais; além disso, tínhamos uma classe política liberal frágil e um Estado livre-cambista. Poucas vozes opinariam pela necessidade de mudança.

Contudo, algumas alterações haviam se dado no processo de acumulação, criando novos interesses, um pouco divergentes daqueles praticados pela oligarquia rural. Assim, e como na maior parte dos processos de industrialização, as lideranças políticas mais críticas, que pensam na nação e no progresso, desencadearam um processo político revolucionário.

Liderada por Vargas, a Revolução de 1930 foi amplamente vitoriosa. Construímos um novo Estado, necessariamente interventor e desenvolvimentista. Criamos um incipiente sistema de Planejamento e Administração Pública e formamos um novo quadro técnico de funcionários públicos. Retomamos o caráter público do Banco do Brasil, dirigindo o crédito público para os novos objetivos da nação. A Política Econômica passou a ser efetivamente administrada para a industrialização.

Recuperamos o crescimento já em 1933 e atravessamos a tempestade da Grande Depressão e da Segunda Grande Guerra, avançando na industrialização. Com ela, cresceu a urbanização e a classe trabalhadora, para a qual o Estado criou uma legislação protetora.

Terminada a Guerra, as forças liberais depuseram Vargas e tentaram a “volta ao passado”, elegendo Dutra. Mas o país já havia andado muito à frente. Apresentara elevadas taxas de crescimento do PIB e da indústria; ampliara a classe trabalhadora; as forças políticas de Vargas haviam crescido; surgiram novas lideranças políticas e industriais; a urbanização e a estrutura econômica avançaram com a implantação da siderurgia, do papel e do cimento,

5 Sobre o tema, ver, para a América Latina, Seers (1962) e para o Brasil, Furtado (1961, cap. 28-32) e Cano (2006).

cristalizando novos interesses dificilmente removíveis.<sup>6</sup> Para sorte do país, o apelo ao retrocesso durou pouco e o novo governo viu-se impelido a dar uma certa continuidade ao processo. A indústria já adquirira o comando político da acumulação de capital.

Vargas retorna e governa o país de 1951 a 1954, quando aprofundaria sobremodo suas intenções de industrialização. Avança na formação de quadros (com a famosa Assessoria Econômica da Presidência da República) e, mesmo com um Congresso em grande parte hostil, pôde usar toda sua habilidade política e realizar enorme avanço da estrutura industrial, especialmente na indústria de base<sup>7</sup>.

Para isso, fez o importante Plano de Reparcelamento Econômico e várias regulamentações, criou grandes empresas estatais, como o BNDE e a Petrobrás. A despeito dos resultados positivos, a situação política foi se tornando mais grave, e para isso certamente a questão da Guerra Fria muito colaborou, com as crescentes pressões dos EUA contra governos latino-americanos nacionalistas e progressistas. Seu suicídio, em agosto de 1954, seguramente adiou, por dez anos, o golpe que a direita daria em 1964.

Após esse impasse político, é eleito Juscelino Kubitschek, também progressista e de grande habilidade política, que, entre 1956 e 1960, através, principalmente de investimentos externos, intensificou o desenvolvimento da estrutura industrial, com a implantação ou expansão da produção de bens de consumo duráveis (entre os quais veículos) e de produção. Lembremos que a participação da indústria de transformação no PIB, que era de 12,5% ao final da década de 1920, alcançava 20% em 1955, saltando para 26% em 1960! A participação dos bens de consumo não durável, que em 1920 era de 78%, caíra para 45% em 1960<sup>8</sup>.

Isto, além do elevado crescimento econômico, aprofundaria ainda mais o processo de industrialização e de urbanização de 1930 a 1960. A intensidade e a velocidade desse processo causaram grandes efeitos – positivos e negativos. Os positivos, além do crescimento da oferta de bens e serviços, também se refletiam no emprego, nos salários e na ascensão social do trabalhador e da classe média. Acrescente-se que o fenômeno da expansão urbano-industrial também amplifica a conscientização política, o crescimento sindical, a expansão da cultura e da arte; amplifica também a reivindicação maior dessas melhorias.

A urbanização se tornaria explosiva, mostrando claramente o *déficit* habitacional, de saneamento e de transporte público. No campo, pouco se

6 Sobre o tema, ver Cano (2015).

7 Ver a respeito Cano (2015) e Lima (2013).

8 Ver a respeito Furtado (1988) e Lessa (1975).

fez, aumentando o êxodo rural e o crescimento do pleito pela reforma agrária. Os serviços públicos de educação e de saúde também mostravam suas insuficiências. A ameaça ou o sentimento de ingerência externa, que poderia paralisar ou pôr em risco a continuidade do processo de crescimento, acirrou também os ânimos nacionalistas. O conjunto de todos esses problemas fez crescer as manifestações sociais, consubstanciadas nas chamadas Reformas de Base (Agrária, Urbana, Tributária, Educação e outras).

A continuidade do crescimento se daria até 1962, e a partir daí se desencadearia uma crise econômica, política e social, culminando no golpe civil-militar de 1964. A crise econômica se manteve até 1965, quando mudam os parâmetros da política econômica, alterando as bases do crescimento.

Cabe lembrar que vários instrumentos de política econômica estavam muito debilitados, pois o Congresso não concedia ao governo as reformas necessárias. Exemplo maior disso residia na carga fiscal e na estrutura tributária, que se encontrava congelada desde meados da década de 30, quando a indústria ainda era incipiente.

O lado positivo da ditadura militar foi o de assumir uma postura um pouco mais nacionalista e acentuadamente desenvolvimentista, atuando fortemente na modernização do setor agrário exportador, da infraestrutura, e acelerando a industrialização. As Reformas pleiteadas pela esquerda foram implantadas pela direita, porém, em sua maior parte, com sentido muito diverso ao daquele pleito<sup>9</sup>.

A estrutura tributária foi modernizada, mantida sua regressividade. A reforma do sistema financeiro atendeu à necessidade de modernização e de expansão do crédito (notadamente para o setor agroexportador), e instituiu a correção monetária como mecanismo que tentava preservar os valores reais dos ativos e passivos do sistema, notadamente da dívida pública. Além disso, foram também instituídos vários incentivos fiscais estimulando investimentos e exportações. A reforma trabalhista eliminou a estabilidade do emprego, trocando-a pela instituição do atual FGTS. Com isto, o regime pôde criar um forte fundo financeiro que lastrou a nova política habitacional e de saneamento, com a qual foram construídas cerca de 4 milhões de residências.

Essas reformas além de dar maior base à economia do setor privado, provocaram radical transformação e expansão das finanças públicas, permitindo ao setor público ampliar fortemente seu gasto e principalmente seus investimentos, além de proporcionar o crescimento e expansão das empresas estatais.

Com isso, a taxa de inversão cresceu, chegando a atingir 25% nos anos médios da década de 1970; o PIB cresceu 7% e a indústria de transformação cresceu em cerca de 9%, ampliando ainda mais sua participação no PIB, indo

9 Sobre a crise e as reformas, ver Tavares (1972 e 1998a).

para 31% em 1980; além disso, aumentou o peso dos bens de produção em sua estrutura. As exportações tiveram elevado crescimento e apresentaram expressiva diversificação de sua pauta<sup>10</sup>.

Mas o lado negativo do regime foi também alto. Além da retirada de direitos trabalhistas, a política de reajustes salariais prejudicou os trabalhadores. A intensidade do crescimento – industrial, notadamente – induziu forte expansão da demanda de trabalho mais qualificado, abrindo ainda mais o leque salarial urbano e, com isso, agravando a distribuição de renda no país. O pecado maior talvez tenha sido o bloqueio feito à reforma agrária, com o que foram mantidas as estruturas rurais mais conservadoras do país.

A elevação dos investimentos públicos foi problemática, pois exigiu elevado financiamento externo (privado e público) enquanto suas metas, em parte irrealistas, pressionaram demais as finanças públicas, restringindo as possibilidades de maior e melhor atendimento da crescente demanda por educação e saúde. A “solução” deste último problema viria através da forte privatização do ensino e da saúde. Os piores efeitos econômicos foram os do enorme aumento da dívida externa, gerados pelo elevado financiamento internacional.

Além disso, não esqueçamos do largo uso do cerceamento das liberdades civis dos cidadãos, da censura, da tortura e da corrosão da política e da classe política nacional, com sua parte mais conservadora apoiadora do regime, reduzida a massa de manobra, do que, aliás, não se curou. Por último, é preciso também lembrar que até hoje a sociedade está pagando muito caro pela omissão e pelos maus tratos sofridos pelo sistema educacional público, que também não se recuperou.

Já a partir de 1974-75, a crise internacional restringia fortemente o crédito externo aos países subdesenvolvidos, forçando a desaceleração da economia brasileira. A ameaça de desvalorização cambial, que fatalmente quebraria muitas empresas no país, fez com que o Estado assumisse grande parte do endividamento privado, em dólares, o que ampliou o rombo nas contas públicas externas e nas finanças públicas.

O longo período de 1930-1980 também nos trouxe algumas das benesses do desenvolvimento: maiores e melhores empregos, salários, urbanização<sup>11</sup> e indicadores sociais — insuficientes, todavia, para apagar as sequelas de nosso subdesenvolvimento; ou seja, para liquidar com nossas endemias rurais e urbanas, nosso analfabetismo, nossa enorme carência de saneamento básico.

A expansão quantitativa do ensino infelizmente foi acompanhada por uma piora qualitativa. A política habitacional foi bastante atuante, mas incapaz de diminuir o *déficit* habitacional da população de mais baixa renda; as

10 Ver a respeito Tavares (1988a).

11 Em 1980 a população urbana já atingira 67,6% do total.

condições urbanas já apontavam também para um difícil quadro bem como as do transporte urbano.

De forma mais otimista, tivemos enorme criatividade cultural, especialmente na música, no cinema, no teatro e nos esportes, com muitos expoentes que inclusive adquiriram renome internacional.

Passamos a ter melhores perspectivas de futuro: as famílias tinham expectativas de que seus filhos teriam melhor educação e saúde; e que encontrariam melhores empregos; a sociedade acreditava no fim próximo da ditadura e na restauração da política. Esperávamos, enfim, que a crise passasse e que pudessemos continuar nossa industrialização.

A Construção do desenvolvimento havia sido interrompida, mas como o país ainda crescera a taxas altas, entre 1975 e 1980, eram muito poucos os críticos que se davam conta disso; menos ainda, que o pior estava à nossa espera, e que o “Sonho” havia acabado<sup>12</sup>.

### **3. A desconstrução: (1980-...)**

#### **3.1 Principais circunstâncias externas**

A desregulamentação do sistema financeiro nos EUA já vinha desde a década de 1960, aumentando nos anos 70, soltando as amarras para o reinado do Império do Dinheiro, estimulado pela inflação e pelos petrodólares no euro mercado de dólares. Nos EUA, famílias e empresas já vinham mudando a estrutura de seus ativos – de reais para financeiros –, crescendo o endividamento de ambas. Os enormes rombos financeiros externos dos EUA eram cobertos principalmente pela Alemanha e pelo Japão, cujos capitais eram inexoravelmente atraídos pelas elevadas taxas de juros dos EUA. No entanto, os enormes rombos comerciais impulsionaram a retomada do crescimento para a Europa e Japão ao mesmo tempo que barateavam parte do Consumo e do Investimento internos dos EUA, diminuindo as pressões salariais e os custos de inversão.

Assim, a financeirização da economia se estendia basicamente pelos EUA, Europa e Japão, promovendo profundas inovações nas instituições e mercados financeiros, e fazendo surgir expressivos movimentos especulativos em vários países. Entre 1980 e 1995, os ativos financeiros mundiais totais cresceram à taxa média anual de 15%, quatro vezes maior que a do PIB! Dessa forma, o dólar se valorizava e a política fiscal americana ditava as regras à economia mundial, restaurando a hegemonia supostamente perdida no final do período anterior pelos EUA<sup>13</sup>.

12 Ver a respeito: Cano (2000), Cardoso de Mello e Belluzo (1982), Furtado (1992) e Lessa (1998).

13 Ver a respeito Belluzo e Tavares (1980).

Em 1985, no Acordo de Plaza, os EUA praticamente obrigaram Europa e Japão a aceitar “gradativamente” a desvalorização do dólar, que provocaria uma desaceleração do crescimento daquelas regiões, valorizando suas moedas, encarecendo suas exportações e barateando suas importações. Após anunciar em 1983 seu programa de defesa “Star Wars”, praticamente precipitaria a crise da URSS, que não teria condições financeiras – principalmente orçamentárias – para competir com aquele programa. No mesmo ano, a URSS lançava, precipitadamente, a *perestroika* e a *glasnost*, iniciando sua desintegração, que culminaria em 1989 com a queda do Muro de Berlim, e em 1991 com a dissolução da URSS – extinguindo a bipolaridade mundial – e do Comecon.

Esses estragos possibilitaram aos EUA o reenquadramento político, econômico, tecnológico e militar do mundo, criando plenas condições para a imposição do Neoliberalismo e da Globalização, que já vinham sendo ensaiados desde os anos 70<sup>14</sup>. Os estragos também se estenderiam aos países subdesenvolvidos e a alguns socialistas, que, pela dimensão de suas dívidas externas, quebraram com a alta dos juros. Estes sofreriam, ainda, o duro, costumeiro e ineficaz remédio dos ajustes ortodoxos sobre suas economias, a feição do FMI e do BIRD.

O longo período de crescimento chegara ao fim, desacelerando fortemente a taxa de lucro, a de inversão e o “estoque disponível” de novas tecnologias; por outro lado, o período áureo de crescimento havia proporcionado importantes ganhos (de direitos e pecuniários) à classe trabalhadora, através de suas lutas ou pelo Estado de Bem-Estar Social, que, além disso, e por conta das necessidades objetivas da Reconstrução e do Desenvolvimento, coordenara as principais decisões de investir, além da forte regulação que exercia sobre a economia e a sociedade.

É comum, na história do capitalismo, vermos que em períodos de crise profunda, os capitalistas se voltam contra a classe trabalhadora – para lhe reduzir a fatia do bolo –, contra as benesses “populistas” do Estado, assim como contra a “excessiva intervenção” nos negócios, reivindicando a “volta ao mercado”.

Essa grita se inicia ainda no começo da década de 1970 nos EUA e na Inglaterra e teve como um dos lances mais pitorescos o início da reaproximação com a China, em 1971. A inflação e desaceleração dos EUA, vis-à-vis a expansão da Europa e do Japão retardou até o fim da década a guinada neoliberal, que só poderia se iniciar a partir da retomada da hegemonia americana, em 1979-1980, após o magistral jogo de xadrez internacional representado pela brutal elevação da taxa de juros reais nos EUA.

Duas eram as questões centrais a enfrentar:

14 Ver a respeito Tavares e Melin (1997).

- i) *a reestruturação produtiva*<sup>15</sup>: visando a retomada do crescimento, via profunda reestruturação produtiva, econômica e financeira dos sistemas produtivos nacionais.

Este objetivo tinha em mira a reorganização e modernização das grandes empresas – algumas delas se converteriam nas futuras ETs – para prepará-las para as novas formas exigidas pela concorrência internacional, reduzir custos e elevar a produtividade.

Isso envolveu, de um lado, a criação ou o aprimoramento de *layouts*, fluxogramas, novos processos produtivos, minimização de estoques de produtos e insumos, novos materiais, nova logística e novos procedimentos comerciais; de outro, as questões mais cruciais:

- a) automatização da produção: transformando processos e produtos da II RI e desencadeando o que se convencionou chamar de III RI, a revolução da microeletrônica, da informática e da automação, reduzindo a necessidade de trabalho vivo e outros custos de produção;
- b) a da concentração e centralização de capitais, indispensável para a concretização das tarefas acima e poder enfrentar a concorrência internacional. Nunca se viu nada semelhante ao elevado número de fusões e aquisições e do capital nelas envolvido.

Foi através desse processo que as grandes empresas mundiais venderam entre si linhas de produção nas quais uma empresa A tinha menor poder de mercado, mas que, para outra, B, representava uma excelente aquisição. Com isto, não concentrou e centralizou apenas o capital envolvido, mas, principalmente, a produção de tais bens, e o acervo privado das novas tecnologias, desmistificando, com isso a balela teórica da tecnologia como “bem público”.

Obviamente, a reestruturação se apoiou em várias fontes, como estas operações ajudaram a expandir ainda mais o sistema financeiro internacional, alargando sobremodo o mercado de títulos e o capital fictício.

A despeito da crítica à intervenção do Estado, esses procedimentos contaram com o franco apoio dos Estados Nacionais de origem dessas empresas, através da formulação de políticas industriais, de financiamento público e de incentivos fiscais.

O grande uso de IDE para essa reestruturação tornou-se necessário, pois a internacionalização privada se confrontava com a intensificação das ações das maiores instituições de integração regional como o MCE (em 1986) e

15 Ver a respeito Fajnzylber (1983).

do NAFTA, integrando os EUA e o Canadá em 1988, e o México em 1994, onde aliás, os EUA já haviam implantado um conjunto importante de indústrias maquiladoras.

Esse movimento integracionista objetivava, naturalmente, proteção aos seus mercados regionais, obtenção de economias externas e de escala, além de trabalho barato, no caso das maquiladoras. Os dados do registro desses fluxos mostram centenas de bilhões de dólares dos EUA para a Europa, e vice-versa, poucos fluxos em direção ao Japão, e grandes fluxos deste para os EUA e Europa.

Acrescente-se que, no mesmo período, o Japão fazia grandes investimentos na Ásia – principalmente na Coreia do Sul –, criando um processo de integração de mercados tecnológico, produtivo e financeiro com os principais países do Sudeste Asiático. Nos anos 90 também se inicia um processo de grandes investimentos de capital na China, na maioria asiáticos, mas também dos EUA e da Europa. Assim era consolidada essa internacionalização de capital nas décadas de 1980 e de 1990.

A reestruturação no hemisfério norte ocorreu praticamente em todos os países industrializados, basicamente durante a década de 1980, mas continuou nos anos seguintes, à medida em que a renovação tecnológica prosseguisse, dando novos saltos. Passado o período inicial, havia a necessidade de o capitalismo reestruturar suas plantas também no mundo subdesenvolvido.

Contudo, havia que remover três obstáculos na maior parte dos países subdesenvolvidos: a enorme dívida externa acumulada por esses países, e multiplicada pelos juros reais a partir de 1979-1980; a alta inflação que irrompe a partir da crise da dívida; e o fato de que, para isso, o capital externo teria que negociar a adoção das “reformas necessárias” com os governos desses países.

Mas isto não seria problema maior, haja vista o apoio e a assessoria dados pelo FMI e BIRD a esses países, e ainda, o fato de que a maioria dos governos latino-americanos que assumem nos períodos de “redemocratização” já haviam sido “depurados” politicamente, dados os maléficos efeitos da crise e da inflação. A receita foi facilmente vendida: implantar as reformas, sem o que não haveria reestruturação, retomada do crescimento, e, nem muito menos, o acesso à globalização.

## *ii) o Neoliberalismo e a Globalização*

As medidas preconizadas pelo Consenso de Washington praticamente cobrem o conjunto das reformas de caráter neoliberal sugeridas formalmente em 1989<sup>16</sup>. A elas deve-se juntar o Acordo de Basileia (a partir de 1986), com

16 Ver a respeito World Bank (2005); para uma visão crítica: Chang (2004), e para América Latina e Brasil (Cano (2000).

recomendações e normas regulatórias sobre o capital dos bancos (públicos e privados) e de seus riscos de crédito. Elas foram implantadas, na América Latina, a partir do final da década de 1980<sup>17</sup>. Esse conjunto de reformas pode assim ser resumido:

a) *reforma financeira*

Propunha a desregulamentação sobre a movimentação internacional do capital, sendo que a abertura plena exigia a abertura da conta de capital do Balanço de Pagamentos. China, Índia e Rússia foram os únicos países que se recusaram a abrir essa conta<sup>18</sup>.

*Reforma interna:* para viabilizar a abertura financeira internacional era necessário também reformar os sistemas financeiros nacionais, além de cumprir com os Acordos de Basileia. A reforma nacional deveria conter, ainda, a implantação do sistema de metas de inflação, a independência do Banco Central e a adesão ao Acordo de Basileia. Além de tornar o mercado de câmbio e o do dinheiro o mais livres possível.

b) *abertura comercial*

Adesão ao livre comércio, reforçada em 1994 com o fim da Rodada Uruguai e a constituição da OMC. Para isso era necessário o máximo de rebaiamento de tarifas e eliminação de outras regras protecionistas ou restritivas ao comércio internacional.

c) *reformas do Estado*

Sugeria reformas administrativas, fechamento de órgãos, dispensa de funcionários, abandono de várias funções e intervenções públicas, como sistemas de planejamento, de controle de investimentos privados e restrições sobre algumas políticas sociais. Propugnava o equilíbrio fiscal e monetário.

*Privatização de ativos públicos:* indicada como meio de obter recursos para “pagar” a dívida pública e acabar com os altos custos e ineficiências da produção pública de bens e serviços. É a busca, enfim, do Estado Mínimo.

*Reforma e Privatização da Previdência Social (pública e privada):* como meio de também enxugar o Estado e o gasto social, aumentando as contribuições dos trabalhadores, eliminando direitos e alongando as datas para

17 Houve tentativas “precoces” (e fracassadas) durante os regimes militares de alguns países, como os do Chile Uruguai e Argentina, ainda nos anos setentas Cf. Cano (2000).

18 Sobre as linhas gerais da evolução recente desses países, ver: China: Jinping (2014), Medeiros (2005) e Singh (1993); Índia: Nassif (2006); Rússia: Paulino (2010).

obtenção dos benefícios. Ao mesmo tempo, a lógica da medida era também criar mercados privados para esse serviço social, para o sistema financeiro.

#### *d) Reformas da legislação sobre Contratos de Trabalho*

São as reformas de objetivos mais transparentes: buscam tornar legais certas demissões, implantar a “flexibilização” e a terceirização do trabalho, adaptando-o às novas “necessidades” e efeitos da III RI, e, com isso, reduzir o custo do trabalho, eliminando, inclusive, direitos trabalhistas sacramentados em leis anteriores.

Os EUA foram os maiores beneficiários dessas mudanças, porém também sofreriam com o aumento da volatilidade financeira e da instabilidade da produção, mas ainda assim cresceriam, entre 1990 e 2007, bem acima dos países da OCDE, graças aos seus elevados *déficits* fiscal e comercial financiados pelos países credores.

A década de 1980 representa uma pequena recuperação do crescimento para os EUA, graças à sua já comentada política fiscal. O Japão teria uma taxa ainda alta (4,5%), enquanto a Europa já mostrava sua desaceleração (2,5% contra 3,4% na década de 1970).

A de 1990 daria continuidade ao crescimento dos EUA, mas Europa e Japão despencariam numa recessão. De 2000 aos dias de hoje, as três economias seriam fortemente afetadas pela gravíssima crise financeira de 2007-2008, que se prolongaria até os dias de hoje.

A financeirização já havia dado muitos passos, mais do que compensando, via lucros financeiros do capital fictício, a debilitação do setor produtivo, em especial o da indústria de transformação, a qual, desde a década de 2000, sofreria ainda mais, com preços relativos cadentes no mercado internacional.

A grande exceção seria a China, que recebeu grande fluxo de investimentos externos que estavam na incessante procura por trabalho barato<sup>19</sup>. Com o grande fluxo de IDE, sua própria e elevada taxa de inversão (40% a 50% do PIB) e sua competente e controladora política econômica, consolidaram a reestruturação e a expansão de seu parque industrial na passagem da década de 1990 para a de 2000.

Passou rapidamente de maior exportadora de bens de consumo não duráveis à maior exportadora de eletrônicos. Em 2015, seu PIB já era equivalente a 61% do dos EUA, atingia o primeiro lugar mundial em exportações e o segundo em importações, e, ainda, acumulando cerca de US\$ 3 trilhões de reservas cambiais.

19 Esse influxo de capital teve origem menos concentrada, dele fazendo parte EUA, Europa, Japão, Coreia do Sul, Taiwan e outros países do sudeste asiático.

Ao mesmo tempo, ao transferir do campo para a cidade cerca de 500 milhões de pessoas, converteu-se também no maior importador de alimentos e insumos de toda ordem, cumprindo o papel de “locomotiva” do crescimento, notadamente para os países subdesenvolvidos exportadores daqueles bens.

Contudo, o “efeito China” não seria suficiente para conter a crise financeira já anunciada. Ela eclode em 2008 nos EUA, estendendo-se para a maior parte dos países desenvolvidos até 2016, mas ainda com taxas baixas de crescimento. Os efeitos da crise só não foram mais catastróficos porque seus Estados nacionais salvaram seus principais bancos, evitando seu aprofundamento<sup>20</sup>. Mas é necessário dizer que a crise não foi inteiramente debelada, e, aliás, nem poderia ter sido, dado que a expansão do sistema financeiro não foi contida e tampouco se voltou a regulá-lo, deixando-se o “animal” solto, para novas estripulias.

Os principais efeitos econômicos da implantação da reestruturação e das políticas neoliberais – excetuada a crise – foram a retomada do crescimento (embora a taxas muito baixas), a continuidade da renovação tecnológica e a elevação da competitividade, mas aos elevados custos da precarização do trabalho, do avanço da desindustrialização “normal” e da prática de políticas de “austeridade” notadamente com os “PIGS” (Portugal, Itália, Grécia – a mais atingida –, e Espanha).

Contudo, esses efeitos econômicos desenvolveram, direta ou indiretamente, efeitos políticos e sociais nefastos, que atingiram a maior parte da população, em especial a classe trabalhadora. Tais efeitos, dadas as especificidades de cada país, podem ter tido amplitudes distintas, em termos mundiais e nacionais. E vários deles são, na verdade, sequelas deste longo processo de neoliberalização, e se apresentam com um caráter estrutural e de larga permanência. Eles decorrem, dentre outras causas, do desemprego; da precarização crescente do trabalho; da forte diminuição do papel do sindicato; da eliminação de direitos trabalhistas e sociais; da crise e deterioração do papel do estado e de políticas sociais; da perda de sentimento nacional e falso cosmopolitismo; do consumismo; da perda de solidariedade; da insegurança social; do aumento da poluição; da banalização do crime, da corrupção e da prisão; da mediocridade cultural, dentre outros.

Esses efeitos não serão tratados nesta parte internacional do texto, não só por questão de espaço, mas, principalmente, por sua complexidade e extensão. Lembremos que muitos desses efeitos foram amplamente divulgados pela imprensa internacional, como, por exemplo, o elevado desemprego e a precarização do trabalho, a piora da distribuição de renda, o crescimento

20 Os EUA, praticaram déficits fiscais médios de cerca de 10% do PIB, entre 2008 e 2013; além disso, nos EUA, a política monetária utilizou *quantitative easing*, da ordem de US\$ 4,5 trilhões, e na UE e no Japão, atingiram cerca de US\$ 1,5 trilhões cada.

do crime e do uso de drogas, o elevado número de prisões, o consumismo, o individualismo, a corrosão da política, e outros. Contudo, além da ressalva feita no parágrafo anterior, sobre as especificidades de cada país, cabe lembrar que as bases econômicas, sociais e políticas dos países desenvolvidos são muito mais resistentes do que as dos países subdesenvolvidos, como se verá na parte final.

### 3.2 Brasil: circunstâncias internas e a longa crise pós-1980

O choque norte-americano dos juros e o corte do financiamento externo foram fulminantes para a América Latina, em especial para o Brasil, que mergulhou numa profunda crise entre 1980 e 1983, com o PIB crescendo em média anual de apenas 2,2% na década, e a indústria de transformação em 0,9%. Do enorme conjunto de investimentos programados pelo regime militar – iniciados ou já em andamento –, a maior parte sofreu paralisação; com isso, a taxa de investimento, antes em torno de 25%, cairia para a média de cerca de 17%.

A inflação, já de 100% em 1980, após duplicar em 1983-85, arrefece para 65% em 1986 graças ao Plano Cruzado (heterodoxo); em seguida, voltou a subir em 1987, atingindo 1.780% em 1989, a despeito dos vários “Planos de Combate à Inflação” então postos em prática, quase todos nos moldes do figurino do FMI. A “estatização” da dívida externa privada aumentou ainda mais o gasto público financeiro, com as receitas já debilitadas pelo baixo crescimento e a elevada inflação<sup>21</sup>.

A estagnação e as desvalorizações cambiais cortaram as importações, mas a crise e a política de incentivo às exportações expandiram fortemente estas, gerando grandes *superávits* comerciais, que tinham que ser comprados pelo Estado, para fazer frente ao serviço da dívida externa. Mas isto, ao mesmo tempo que enxugava o mercado de divisas, acrescia fortemente a oferta de moeda nacional, anulando, com isso, as tentativas ortodoxas de conter o fluxo monetário e debelar a inflação.

Esta modalidade de ajuste (Ajuste Macroeconômico dos anos 80) continha inclusive, medidas para sanar as finanças públicas, com cortes de gastos, controle do crédito e do câmbio, e ainda medidas de contenção salarial pública e privada. Contudo, não solucionou nenhum dos problemas para os quais era aconselhada: debelar a inflação, retomar o crescimento, pagar integralmente o serviço da dívida e reequilibrar as contas públicas<sup>22</sup>.

21 Sobre a “estatização” da dívida eterna, ver Davidoff Cruz (1983).

22 Sobre os principais efeitos econômicos e sociais das políticas macroeconômicas e do neoliberalismo na América Latina e no Brasil, nas décadas de 1980 e 1990, ver Cano (2000).

São por demais conhecidos os efeitos decorrentes desses ajustes, mas vale lembrar os principais:

- a) *econômicos*: Além dos citados fracassos acima, cabe lembrar os seguintes: i) constrangimento no processo de acumulação de capital, restringindo o investimento, a introjeção tecnológica e a produtividade; ii) debilitação e desorganização do Estado nacional; iii) desnacionalização e redução do poder de decisão nacional público e privado de investir; iv) início de nossa desindustrialização, com o peso do valor adicionado da indústria de transformação no PIB caindo de 31% para 25%.
- b) *sociais*: i) desemprego e queda do salário real; ii) piora na distribuição da renda; iii) deterioração de vários serviços públicos, como, por exemplo, educação e saúde; iv) desaceleração dos processos de ascensão social.

São raros os efeitos positivos do período, e talvez o principal deles tenha sido a maior conscientização política, com significativa expansão de movimentos e Partidos Políticos progressistas, que tanto lutaram pelo fim da ditadura e pela retomada da democracia. Lembremos também que a elaboração da Constituição de 1988 – Constituição Cidadã –, que repôs ou introduziu vários instrumentos de ampliação e respeito aos direitos civis e do trabalho, resultou desse mesmo movimento.

Alguns efeitos maléficos da década de 1980 se tornariam cumulativos na de 1990, tornando-a ainda mais problemática do que a anterior. O Neoliberalismo, que já havia entrado em vários países da América Latina, dava mostras de impaciência para ingressar no Brasil. Poucas tentativas se fizeram, mas já em 1989, se dá pequeno início da abertura comercial, e na eleição desse ano, o futuro governo para 1990/1994 (Collor e Itamar) anunciava algumas medidas neoliberais genéricas<sup>23</sup>.

Lembremos que nos anos noventa, os países desenvolvidos já haviam avançado na reestruturação de seus parques produtivos, estavam em plena incursão asiática (notadamente na China), e não tiveram grande trabalho para impor a Nova Ordem na América Latina. O problema central para eles não era mais o de receber juros da dívida, mas sim renegociá-la e debelar a inflação, para reconverter a América Latina ao circuito internacional do dinheiro, além de alargar o espaço da globalização e do neoliberalismo.

23 Os casos mais notórios foram os de Collor (1989) e FHC (1994) no Brasil, Menen em 1989 na Argentina, Gavéria em 1990 e Samper em 1994 na Colômbia, Fujimori em 1990 no Peru, Perez (reeleito) em 1989 na Venezuela e Alwin em 1990 no Chile. Este último, embora da social democracia – como FHC – manteve a maior parte das reformas neoliberais de Pinochet. Sobre o assunto, ver Cano (2000).

Os “milagrosos” Planos Anti-inflacionários continuaram até 1993, e a inflação também: 1.480% em 1990, e de, respectivamente, 480%, 1160% e 2.710% nos três anos seguintes e em 1.110% de janeiro a julho de 1994, quando se altera radicalmente essa política, com o Plano Real.

Dados os novos objetivos, era mister debelar a inflação e, para isso, a “engenhosidade” desse plano foi diferente: a ancoragem do nível de preços não se daria mais com os “repressivos” controles de preços, e sim com o câmbio valorizado e com o orçamento federal para suportar a enorme carga de juros que viria sobre a dívida pública líquida, que chegaria, em 2002, a representar 59,9% do PIB. Isto, por sua vez, exigiu forte elevação da regressiva carga tributária, insuficiente, contudo, para dar conta das amortizações e dos juros da dívida pública.

O novo Ajuste (Ajuste Macroeconômico dos 1990’s) agora sob a orientação do BIRD, mantinha algumas regras do anterior, como o corte no gasto público, juros elevados, controle restritivo do crédito e equilíbrio orçamentário. Também constrangeu a política salarial, e a nova forma de correção do salário mínimo manteve grande parte de sua perda real acumulada. Ao contrário do anterior, que desvalorizava o dólar para estimular o saldo comercial para pagar os juros, o novo estimulava as importações, via dólar valorizado e o forte rebaixamento de tarifas e outras restrições.

A taxa média anual do crescimento do PIB, ao longo do período 1989-2002 foi de apenas 1,9% e a da indústria de transformação, de apenas 0,9%. Com isto, nossa desindustrialização dava mais um passo, caindo a participação do setor de transformação no PIB, de cerca de 22% para 20%. As variáveis que mais contribuíram para o aumento do PIB foram as exportações e o consumo das famílias, que passa de 76,9% do PIB em 1989 para 81,3% em 2002, graças à contenção inflacionária e ao forte barateamento das importações, cujo crescimento relativo foi bem maior do que o das exportações. O aumento mais expressivo destas, graças à crise e ao baixo crescimento, foi causado pelos produtos manufaturados, cuja participação na pauta passa, de 54,2% para 60,7% – o ponto mais alto atingido até hoje.

Os principais efeitos econômicos do conjunto dessas reformas, além dos acima mencionados, podem assim ser resumidos:

– *expansão da financeirização da economia – o Domínio do dinheiro* –, aumentando a valorização do capital fictício em detrimento do produtivo, com lucros exacerbados do sistema financeiro; aumento do endividamento privado e principalmente público; aumento da riqueza do segmento *rentier* na sociedade. Acrescente-se que foi dada grande autonomia à condução, pelo Banco Central, da política monetária, cambial e creditícia, cuja diretoria,

embora não eleita pela população, toma decisões sobre juros, crédito e câmbio, afetando toda a população do país;

– *aumento do desequilíbrio fiscal e financeiro do Estado*, graças aos encargos da dívida. Em 2001, a Lei de Responsabilidade Fiscal – além de outras determinações –, limitava em 60% os gastos com pessoal. Porém, a “negociação” da dívida dos estados e dos municípios feita em 1995, impôs elevados juros a essa dívida, agravando sobremodo o desequilíbrio das esferas estadual e municipal. Com isso, houve forte rigidez na estrutura orçamentária, a qual, para preservar o pagamento dos juros, “ajustou” os demais gastos correntes e de capital, fazendo cair o investimento público e causando sensível piora nos serviços públicos em geral;<sup>24</sup>

– *a abertura comercial*: nosso ingresso na OMC em 1994 nos obrigou a escancarar nosso comércio exterior, com forte rebaixamento de tarifas e outras restrições, e, graças ao Plano Real, operar com câmbio valorizado (em 20% a 30%), prejudicando seriamente nossa competitividade internacional;

– *processo de desindustrialização*, que agora, além da debilitação do investimento industrial, também era atingido pela valorização do câmbio e pela abertura comercial;

– *forte aumento da carga tributária*, que passou de 28% para 32% entre 1994 e 2002; regressiva, não só alterando os custos da produção, como principalmente piorando a distribuição de renda;

– *a reforma administrativa*, no afã de instaurar o Estado Mínimo, fechou e fundiu vários órgãos, demitiu, afastou e disponibilizou dezenas de milhares de funcionários públicos e alterou direitos de estabilização. Criou as OS – Organizações Sociais –, que substituíram algumas empresas, Fundações e Institutos públicos, principalmente de pesquisa, que passaram a vender serviços para obter recursos necessários às suas atividades. Criou também dez Agências Reguladoras Nacionais (como a ANP, do petróleo, por exemplo) que regulam e fiscalizam vários dos mais importantes setores da vida nacional, concedendo mandato fixo de seus dirigentes – que em geral, vêm da área privada do próprio setor –, e cujo objetivo maior é fazer uma “administração técnica” e evitar a “ingerência da política”, mas que introduzem a ingerência privada. Essa retirada da “administração” de seus respectivos ministérios, obviamente repassa importante poder decisório às ANs. Essa reforma teve grande contribuição na desorganização do Estado e na perda de interesse público pelo funcionalismo mais qualificado;

– *a reforma trabalhista* deu alguns passos, sendo aplicada por FHC entre 1995 e 1998, de forma “gradativa”, para atenuar as resistências. Suas principais medidas foram: a) instituição de salário “variável”, via distribuição

24 Uma importante discussão e análise sobre o tema está em Oliveira (2009).

de lucros, desfocando a centralidade do salário real e da produtividade; b) revogação da Convenção 158 da OIT, eliminando fatores que inibem a demissão sem justa causa; c) eliminação da indexação salarial, forçando a negociação com as empresas e trabalhadores; d) eliminação da indexação legal do salário mínimo, substituindo-a por reajustes anuais negociados; e) diminuição da punibilidade das infrações trabalhistas constatadas pelo Ministério do Trabalho; f) várias outras mudanças, como criação do Banco de Horas; jornada de 25 horas semanais com redução de salários; permissão maior para o trabalho temporário; criação das Cooperativas de prestação de serviços (terceirização) profissionais; diminuição do poder e amplitude da ação sindical, e outras.

Como aspectos positivos, cito o aumento do tempo de seguro desemprego e o aumento da idade mínima do trabalho do menor, de 14 para 16 anos; mas, com o baixo crescimento do PIB e menor ainda da indústria, a precarização do trabalho e o desemprego aumentaram. Este, no setor urbano do país, passou de 4,3% para 10,7% enquanto o desemprego aberto da Região Metropolitana de São Paulo passava de 7,4% para 12,1%.

– *a reforma do sistema de previdência* teve como principais mudanças: a) no setor público: para os funcionários em geral, o Tempo de Serviço (35 H e 30 M) foi substituído, no cálculo, pelo Tempo de Contribuição; e os aposentados e pensionistas também passaram a pagar contribuições de 11%; b) para o setor privado, Tempo de Contribuição e Idade (65 H e 60 M); e outras medidas de menor alcance;

– *a privatização de ativos públicos* foi anunciada como restauradora da ineficiência estatal, redutora de custos e preços, e geradora de recursos “para o pagamento da dívida”; mas a realidade seria bem diferente: cerca de 100 unidades foram privatizadas, entre empresas, bancos, jazidas de petróleo e outras instituições públicas, encarregando-se o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para ser seu “gestor”, manchando sua imagem de construtora nacional. Alguns críticos chegaram a pensar que talvez devesse mudar seu nome, para “Banco Nacional de Desestatização”.

A quantia apurada pela privatização de ativos federais somou US\$ 46,1 bilhões (o total nacional foi de 68,5), valor equivalente a 1,2% do PIB médio anual de 1991 a 1998, quantia pequena demais para enfrentar o pagamento da dívida pública, que, como falei mais acima, atingiria quase 70% do PIB em 2002! Mas, na verdade, a operação foi ainda mais barata pois:

– a conversão dos valores nacionais em dólar causou mais um alto prejuízo pois a taxa cambial esteve valorizada entre 20% e 30% no período;

– cerca de US\$ 8,9 bilhões foram pagos com as chamadas “moedas podres”, que eram alguns títulos públicos fortemente desvalorizados – mas que

foram recebidos por seu valor nominal integral –, que jaziam principalmente em cofres privados, à espera de incautos ou de especuladores profissionais;

– para “embelezar a noiva”, o Estado teve que realizar altos investimentos prévios em várias dessas empresas, que totalizaram o equivalente a US\$ 23,9 bilhões, entre 1991 e 1998, os quais, obviamente, não foram repassados aos compradores.

Se descontarmos do valor total (46,1): um deságio médio das moedas podres (4,0); uma depreciação cambial de 20% (9,2); e os investimentos prévios (23,9), restariam apenas a bagatela de US\$ 9 como pagamento “efetivo”, além dos US\$ 16,5 bilhões referentes às dívidas dessas empresas, assumidas pelos novos donos. Contudo, os compradores ainda obtiveram, do BNDES, Banco do Brasil e Fundos de Pensão de funcionários públicos o equivalente a US\$ 13,3 bilhões, de empréstimos (a juros subsidiados) e a venda de ações privatizadas.

O prejuízo foi ainda maior por outras razões: a) ao contrário do que afirmava o governo, os novos preços, praticados pelos compradores, subiram em relação aos antigos preços públicos; b) parte das compras e gastos que antes eram feitos no Brasil, passaram a ser feitos no exterior, em geral em suas matrizes; c) isso, mais as demandas que passaram a fazer por serviços internacionais (fretes, seguros, financiamentos, etc.) e pela remessa de lucros e de juros de empréstimos, passaram a pressionar ainda mais nosso déficit em Transações Correntes, elevando ainda mais nosso endividamento externo.

Mas o maior deles talvez tenha sido a forte diminuição de controle do Estado sobre setores estratégicos para o desenvolvimento nacional; ou seja, o processo decisório nacional perdeu mais alguns graus de soberania. O Neoliberalismo nos impôs restrições traumáticas, como as da abertura comercial e da financeira; o câmbio valorizado, para conter a inflação; juros elevados para atrair capital externo para enfrentar o desequilíbrio de balanço de pagamentos; mas o problema adicional e crucial é que o montante de juros atinge tal nível que consome cerca de 43% sobre a receita líquida federal (ou cerca de 8% do PIB), constringendo fortemente a inversão e o gasto corrente públicos.

Isso é uma verdadeira “camisa de força” para a política econômica, o que impede ou dificulta a realização de suas políticas específicas, dado que estas não conseguem compatibilizar suas metas e instrumentos com os da macroeconomia. Abertura e câmbio barato estão desindustrializando o país, embora tenhamos construído várias políticas industriais nos últimos anos. Como nossa dependência externa aumentou sobremodo, grande parte das decisões de investir passou ao capital externo, o qual, por exemplo, poderá ou não estar interessado em atender objetivos fixados por uma política regional ou industrial.

Mas é necessário lembrar que isso não foi uma imposição via uso de força, e sim uma deliberada cessão gratuita de soberania nacional. Nesse sentido, lembremos que China, Rússia e Índia foram os únicos países a recusar abrir suas contas de capital do Balanço de Pagamentos; Nigéria e Tanzânia são outro exemplo, ao recusarem, recentemente, acordos de abertura e de livre comércio com os EUA e a EU para proteger seus parques industriais.

Essa é também a razão básica que explica a radical mudança de nossas outrora (até 1980) altas taxas de crescimento para as medíocres dos últimos 36 anos, que nos colocaram num verdadeiro modelo de voo da galinha, com a taxa de inversão (média e industrial) se reduzindo e piorando sua estrutura.

É preciso entender que o insucesso de várias políticas específicas – a regional, p.ex. – não se deve apenas porque as instituições públicas que a regem tenham se debilitado, ou que tal política contenha algumas inconseqüências, mas porque os interesses que antes a envolviam estão agora esgarçados. Ainda que tal política figure na Agenda Pública, é mais retórica do que proposta decisória.

Mais grave é que as estruturas de poder mudaram, com o que a dominância sobre o padrão de acumulação, com essas reformas, passasse para o sistema financeiro. E esse domínio também se dá na valorização do capital: hoje, os balanços das grandes empresas internacionais (e também de várias nacionais) mostram uma perigosa proporção de cerca de 2:1 dos lucros financeiros sobre os operacionais, o que explica a menor disposição do empresário privado em investir no setor produtivo ou na infraestrutura, e cada vez mais aplicar o capital no financeiro.

Dessa forma, tornou-se difícil encontrar empresários que aceitem investir em infraestrutura e na produção, ou governos que pretendam exercer uma ação pública “desenvolvimentista”.

Entre 1980 e 1994, o fracasso das políticas anti-inflacionárias e a elevada dimensão da própria inflação, de um lado, e a desorganização do Estado, de outro, fizeram com que agentes públicos, políticos, academia e mídia, concentrassem suas atenções no curto prazo, melhor dizendo, no cotidiano, nos juros, nos preços e no câmbio. O longo prazo foi afastado, reduzindo-se sobremodo o ato de pensar em “objetivos nacionais públicos (ou privados) de longo prazo”.

Com o Plano Real, isso foi institucionalizado, dado que os grandes objetivos da política econômica eram o de manter baixa a inflação e o do equilíbrio das contas públicas. Como não se preocupava com o longo prazo, o próprio Ministério do Planejamento, antes um dos mais atuantes, foi perdendo espaço, convertendo-se, até hoje, num “Ministério das Contas Públicas”. O Neoliberalismo, dessa forma, mostrava não ter compromisso com o futuro do país,

nem, muito menos, com o de sua população. Assim, economia e sociedade também eram obrigadas a diminuir suas expectativas futuras.

O constrangimento do gasto público corrente piorou muito os serviços públicos. A taxa de desemprego cresceu e o aumento de ocupações se deu, basicamente, em serviços, e em trabalho precarizado. Ao final do período 1989-2002, a perda de expectativas com o futuro não foi total, haja vista as eleições marcadas para outubro-novembro de 2002, momento em que surgia uma “luz no fim do túnel” com a perspectiva de uma vitória de Lula. Essa era a perspectiva da maior parte da classe trabalhadora e da militância política progressista.

Mas em 22 de junho de 2002, Lula assinou a Carta ao Povo Brasileiro, documento que, embora de caráter progressista, comprometia o candidato a “respeitar contratos e obrigações do governo brasileiro”, numa clara alusão ao problema da dívida pública externa e interna, tentando com isso acalmar o sistema financeiro, ao mesmo tempo que prometia uma política desenvolvimentista e de justiça social junto ao eleitorado. Foram raros os críticos que entenderam que aquilo, na verdade, era muito mais um acordo com o sistema financeiro do que mera promessa eleitoral.

Os dois mandatos de Lula – 2003 a 2010 –, apresentam importantes contradições em relação ao Neoliberalismo: de um lado, continuou cumprindo com quase todos os ditames da política macroeconômica; de outro, foi progressista em relação às políticas sociais, a alguns investimentos de infraestrutura e à política externa.

Além disso, teve a coragem de: dar forte reajuste ao salário mínimo real; regulamentar a Constituição de 1988, estendendo esse benefício ao setor rural e atingindo cerca de 18 milhões de pessoas; aumentar, de 50% para 100% do salário mínimo, o Benefício de Prestação Continuada (idosos e inválidos); ampliar consideravelmente o programa de renda mínima (Bolsa Família), levando comida a cerca de 45 milhões de pessoas. Além disso, implementou o Programa Luz para Todos e criou, em 2009, o Programa Minha Casa Minha Vida, dando fortes subsídios para a população de baixa renda.

Ao final de seu governo, 35 milhões de pessoas haviam deixado a linha de pobreza da distribuição de renda. Para isto, sem dúvida, também colaborou o aumento da fiscalização do Ministério do Trabalho e seus incentivos e estímulos para a formalização dos contratos de trabalho. Contudo, há que ter presente que essa melhoria na distribuição de renda não se deu por mudanças estruturais (por exemplo, via reforma agrária, ou por fortes mudanças na estrutura ocupacional, e sim por decisões políticas que podem ser alteradas por um governo não progressista.

Sua política externa foi muito importante para aumentar nossas exportações a países com os quais tínhamos comércio muito modesto – especialmente

na Ásia e na África –, estimulando e financiando o capital nacional para a realização de investimentos – notadamente de infraestrutura- no exterior. No plano político, sua atuação junto a governos mais progressistas da América Latina (Venezuela, Equador, Bolívia e Cuba) foi muito importante para apoiar esses países, estreitar nossas relações e dar continuidade ao Mercosul, quadruplicando nossas vendas para essa área, entre 2002 e 2010.

Contudo, o compromisso assumido (“respeito aos contratos”) e as circunstâncias externas e internas que envolveram seus mandatos, não permitiram que seu governo se livrasse da “camisa de força” acima mencionada. Assim, os juros permaneceram muito altos e o câmbio se manteve muito baixo, em quase todos os anos de seus mandatos. Aí a “surpresa”: como pode o país pagar (parte) dos juros e ainda crescer?

Ocorre que, além dos efeitos econômicos positivos decorrentes de sua política social, seu governo foi bafejado por fortes “ventos de popa”. Isto é, o *boom* ocorrido na China durante os anos 90 e na primeira década do século XXI elevou rapidamente sua demanda internacional por alimentos e matérias-primas, aumentando não só as quantidades requeridas, mas, principalmente, os preços.

Foi assim que nossas exportações cresceram, entre 2002 e 2010, à taxa média anual de 16,3%, dinamizando principalmente o setor agrícola, o mineral e secundariamente os serviços. Como as importações cresceram ainda mais (21%), o setor serviços foi ainda mais beneficiado, crescendo acima dos demais setores e do PIB, cuja taxa foi de 4,0%. A indústria de transformação, contudo, foi o setor que menos cresceu (3%), não se desviando da rota da desindustrialização. O governo elaborou no período políticas setoriais bem estruturadas, como a Regional e a Industrial, sem, contudo, lograr bons resultados, face à “camisa de força”.

Os elevados saldos comerciais do período minimizaram os *déficits* em transações correntes, que ainda assim totalizaram US\$ 46 bilhões, soma menor do que a da década perdida, e muito inferior ao do período 1989-2002, que atingiu a soma de – US\$ 186 bilhões.

Uma das contradições em relação ao neoliberalismo foi a criação do crédito consignado a trabalhadores e aposentados – com desconto direto na folha de pagamentos –, que permitiu um crescimento expressivo do Consumo das Famílias (4,4%). O total de empréstimos ao setor privado, que estava contido no equivalente a 24% do PIB em 2002, foi elevado, chegando a 50% em 2010.

Ainda que o crescimento do PIB não tenha sido exuberante, proporcionou um aumento da arrecadação fiscal que suportou a carga de juros e as políticas sociais. Permitiu uma modesta retomada da Taxa de Investimento – de cerca de 16% para 19% –, com inversões principalmente em infraestrutura

de transportes e de energia. Conseguiu também diminuir fortemente a taxa de desemprego urbano do Brasil, de 11,2% em 12/2002 para 5,9% em 12/2010.

A crise internacional de 2008 ameaçou abalar esse ambiente, com queda do PIB em 2009, mas o governo praticou uma política anticíclica, especialmente para a indústria, evitando a continuidade da recessão. Contudo, os ares seriam outros, com a extensão da crise internacional para a Europa e Ásia, desacelerando ainda mais o crescimento e o comércio internacional. Os ventos do barco de Dilma Rousseff soprariam da proa para a popa, em seu primeiro mandato (2011 a 2014), atravessando tempestades durante o primeiro ano de seu segundo mandato, e terminando seu governo, em 2 de dezembro de 2015, com seu afastamento pelo *impeachment*.

Dilma acreditava que baixando os juros e ampliando a política anticíclica, o país voltaria a crescer. Esqueceu do câmbio e parece não ter se dado conta da profundidade da crise externa. Os juros (Selic) baixaram, de 11% em 2011, para 10% no início de 2012 e para 7,5% entre 4/2012 e 8/2013, quando o câmbio subiu e a inflação começou a ameaçar. Os juros voltaram a subir para 11% em 2013 e 14% em 2015.

Embora sua política anticíclica tivesse aumentado o número de setores beneficiados com incentivos fiscais e com desoneração de encargos sociais na folha de pagamento, isto não pôde dar conta da crise, e ainda agravou a situação fiscal. As pressões políticas e econômicas aumentaram e, em 2015, Dilma sucumbe e adota uma política ortodoxa, que agravou ainda mais a crise<sup>25</sup>.

Ainda que o investimento tenha crescido à taxa média anual de 3,3%, a do PIB foi de apenas 2,2% e a da indústria de transformação foi de -0,5%: era a fase de descida do voo da galinha. No quadriênio 2011-2014, as exportações cresceram à média anual de apenas 1,5%, mas a das importações, foi de 11,3%, atingindo em cheio o setor industrial. O desequilíbrio externo cresceu, acumulando saldos em transações correntes de -US\$ 279,5 bilhões (!), e a dívida externa bruta passou de (em bilhões de dólares), 453 em 2010 para 712 em 2014.

Dilma deu continuidade às políticas sociais de Lula, notadamente a da habitação. Nos dois governos do PT (2003 a 2015), foram construídas cerca de 4 milhões de residências, tanto quanto nos 21 anos do regime militar. O desemprego urbano do país, que era de 5,9% em 12/2010, aumentou pouco, até 12/2015, para 6,9%, enquanto o desemprego aberto da RMSP, nas mesmas datas, passou de 8,8% para 10,9%. O drama viria em 2016, quando essa última taxa sobe para 17% e para 18,5% em 3/2017!

Parte do legado da abertura comercial e financeira pode ser sintetizado nos seguintes dados, para os anos 2002, 2010 e 2014, em US\$ bilhões:

25 Sobre as políticas sociais no período, ver: Gentil (2015) e Fagnani (2015).

- i) ativos brasileiros no exterior: 114/580/768;
- ii) ativos estrangeiros no Brasil: 341/1.485/1.541;
- iii) passivo líquido (ii-i): 227/906/793;
- iv) dívida externa bruta: 236/453/712;
- v) reservas totais: 36/288/364.

As reservas cresceram, mas à custa da enorme entrada de investimentos em carteira e de empréstimos, e não de saldos em transações correntes, pouco reduzindo nossa vulnerabilidade externa. Há que considerar que o período 1980-2002 foi o precursor do aumento da dívida que se torna uma “bola de neve”; no de 2002-2010, graças ao programa de investimentos (infraestrutura) do governo e aos estimulantes preços dos ativos nacionais, o IDE salta (em US\$ bilhões) de 100 para 680 e, ainda, explodem os investimentos em carteira, principalmente compras de títulos da dívida (maiores juros do planeta) e as baratas ações de empresas brasileiras. Em 2010-2014, com o agravamento da crise internacional, o movimento arrefece, com aumentos moderados no IDE, em títulos da dívida e em empréstimo e financiamentos, caindo muito o movimento de ações.

A desnacionalização avançou ainda mais no período, e esse efeito nefasto atingiu em especial à indústria de transformação, já fortemente debilitada, e que teria sua participação no PIB reduzida para apenas 12% em 2014. Com isso, o poder decisório nacional sobre uma possível reversão da desindustrialização desse estratégico setor diminuía fortemente<sup>26</sup>.

#### 4. Principais transformações políticas e sociais

Nossa História mostra que o *Colonialismo*, *Patrimonialismo* e *Escravidão* deixaram marcas profundas em nossa Formação Social, e esses fatos geraram efeitos nefastos tão profundos que muitos deles continuam a se reproduzir na atualidade. Obviamente, tais fatos não serão aqui tratados, mas apenas quero deixar claro que não são apenas os fatos recentes enunciados nestes dois últimos tópicos os causadores únicos dessa desorganização social.

Assim, voltemos a eles. O sentido do Neoliberalismo e da Globalização, embora aparentemente novos, são fatos que o Capitalismo já havia criado antes, através da expansão do comércio internacional durante o século XIX (com a doutrina do livre-cambismo e das vantagens comparativas) e de sua ideologização liberal. É verdade que isto se iniciou primeiro com o Império Britânico, porque os futuros países industrializados eram todos

26 Ver a respeito Cano (2014).

fortemente protecionistas, enquanto davam seus primeiros e difíceis passos na industrialização.

A História nos ensina que ao mesmo tempo que a tecnologia e o progresso técnico causaram transformações positivas para a sociedade, causaram também muita dor e sofrimento pelo dismantelamento da primitiva sociedade da solidariedade e da reciprocidade e do sofrimento pela submissão do trabalho a baixos salários. Ela também relata que, notadamente entre o final do século XIX e o final da Segunda Grande Guerra, o capitalismo, por uma série de razões que aqui não podem ser tratadas, foi obrigado a tomar um “banho de civilização”, regulando e concedendo direitos ao trabalho, permitindo os Sindicatos e Partidos políticos Progressistas, concedendo direitos civis, e, finalmente, instituindo políticas públicas de *welfare state*.

Mas a partir da década de 1970, estamos vivendo um processo cada vez mais regressivo, desde a instauração do Neoliberalismo e da Globalização, que, em moldes “modernos”, vem destruindo parte daqueles direitos conquistados, alterando nossas estruturas e instituições, e criando um clima geral de desorientação e perplexidade. Para tanto, vem submetendo a maior parte da humanidade às Reformas e Regras acima relatadas. Resumidamente, vejamos os principais efeitos políticos e sociais nocivos e seus desdobramentos mais gerais, fortemente influenciados pelas reformas neoliberais e pela globalização:

- i) ninguém sabe melhor do que as lideranças capitalistas que o Estado não só é o Pronto Socorro para suas crises, mas principalmente uma espécie de “guia” para a tomada de decisões do investimento privado. Mas elas querem a todo instante se ver livres das regulamentações e controles do Estado; querem que o Estado deixe de ser “perdulário”, por cuidar das populações de menor renda, para poupar recursos orçamentários e alocá-los em algo mais “objetivo” ao capital. Por isso, a regra número um do Neoliberalismo é a do Estado Mínimo, e a restauração da supremacia do mercado;
- ii) o Pensamento Único tenta nos impor a ideia de que o sentido do Nacionalismo é coisa do passado, arcaico, e que a modernização e desenvolvimento são frutos da Globalização e da internacionalização de todos os países. Para isso faz a falsa promessa de um acesso competitivo a todos os mercados do planeta, diz que isso será alcançado com o uso de novas C&T — e vários de seus gurus afirmam que ela é um “bem livre”, e prega a ascensão, pela concorrência, a um novo cosmopolitismo (o “primeiro mundismo”). Essa ilusão se estendeu e desdobrou a países, regiões e cidades, que passariam a ser “competitivos entre si”;

- iii) o Neoliberalismo estendeu, o quanto lhe foi possível, a ideia da mercantilização geral, não só de bens e serviços – notadamente da cultura, saúde e educação –, mas também de direitos e obrigações. A regra geral é que “tudo tem que ser objeto de compra, preço, lucro (“eficiência privada”), e venda;
- iv) como o capitalismo se encontrava (entre 1970 e 1980) com lucros deprimidos, e a Terceira Revolução Industrial reduziria seus custos e preços, abriu-se um espaço ainda maior ao capital fictício, que, com seus lucros financeiros, compensou a contração de lucros produtivos e deu mais do que “sete fôlegos” ao capitalismo “renovado”. Foi a vitória do Império do Dinheiro!;
- v) tudo nesse novo sistema é efêmero: marcas, produtos (consumismo), processos, inovações e trabalho (precarização); instituições nascem e morrem com grande rapidez; a redução do Estado, cortando o Investimento Público, aumenta ainda mais a incerteza sobre o futuro. As principais preocupações da política econômica se concentram no curto prazo – os preços, o juro, o equilíbrio das contas públicas, o câmbio – não há, praticamente, o longo prazo. Aliás, o efêmero não tem futuro.

Vejamos, num exercício de reflexão, mas também de observação da realidade, como esse veneno se espalha por toda a sociedade, atingindo praticamente todas as suas instituições.

### *Estado Nacional*

Como vimos, ele foi pesadamente atingido pelos efeitos cumulativos da crise dos anos 80, do Neoliberalismo, da Globalização e, ainda, por erros praticados por nossos dirigentes. Entendido aqui como o conjunto dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), converteu-se no maior gerador e difusor da desorganização e ineficiência dos serviços públicos em geral, disseminando seus efeitos junto às principais instituições do país.

Foi debilitado em termos fiscais, financeiros, administrativos e políticos, ampliando assim o desgoverno, quebrando o equilíbrio entre os Poderes Constituídos e estimulando com isso a burocratização maior, a generalização da corrupção, a falcatrua e o uso descarado da mentira. Poderíamos citar muitos exemplos, mas fico apenas em quatro deles:

- a) o fato de o Executivo manter, até hoje, vários ministros indiciados em crimes de corrupção no Estado;

- b) a raridade de pedidos de impedimento por parte de vários juízes, em casos em que a necessidade do impedimento é transparente;
- c) a mudança feita pelo IBGE, no início de 2017, da base de dados dos setores de vendas a varejo e de serviços de 2011 para 2014, conseguindo, com isso, a “proeza” de transformar as taxas negativas de crescimento de 12/2016 para 1/2017, já antes divulgadas (-0,7% e -2,2%, respectivamente), em positivas (5,5% e 0,2%), tentando alentar os cânticos e louvores pela “recuperação” da economia...<sup>27</sup>;
- d) o governo projetou o crescimento da população, usando dados da PNAD de 2014 (que, como se sabe, sobrestimam a população) e que continham ainda erro de projeção na população idosa, superestimando-a — tudo para vender a ideia de uma futura “catástrofe” nas contas da Previdência Social,

No que tange à política, lembremos que a ditadura militar já havia marginalizado grande parte de nossos representantes no Congresso Nacional e os fatos posteriores mostram uma inequívoca e gradativa piora do plantel. Sua constituição hoje é fracionada em blocos de interesses diversos, mas que se juntam sempre nas votações de temas conservadores e reacionários<sup>28</sup>. Acrescente-se a corrosão da política e de seus principais partidos, a judicialização da política e o crescente uso político pelos aparelhos de repressão. Uma deplorável e insólita demonstração desse estado de coisas foi o ato da votação do *impeachment* (17 de abril de 2016) pela Câmara Federal, um verdadeiro (mau) espetáculo circense barato.

### *Mídia*

Não se poderia esperar da Mídia outro comportamento diferente daquele conivente – salvo raras exceções –, que teve durante a ditadura militar. Ela aprofundou e estendeu ainda mais essa conivência com o poder, reproduzindo à larga e acriticamente as “pós-verdades” emanadas por aqueles que mantêm sua sobrevivência financeira. Seria necessário fixar algumas regras para o seu funcionamento democrático, mas o governo Lula engavetou seu próprio Projeto de Regulamentação da Mídia. Como a maior parte da classe média e também do Judiciário, ela demonstra, explicitamente, concentrar seu ódio aos partidos progressistas, notadamente a Lula e ao PT.

27 Matéria extraída de Carta Capital, n. 950, 3 maio 2017, p. 16-22.

28 O Brasil atualmente tem 35 partidos, 28 deles com representantes eleitos na Câmara dos Deputados.

## *Empresário*

Esse segmento social também foi contaminado, aumentando sua descrença no Estado, defendendo cada vez menos os interesses nacionais, e parte de seus membros aderiu ativamente à corrupção. A retirada quase total do Estado no processo de acumulação de capital e a adesão empresarial ao credo da acumulação financeira, aumentou-lhe o risco da incerteza e tirou-lhe a expectativa de futuro. A especulação financeira tornou-se mais estimulante do que produzir mercadorias.

## *Trabalhadores*

Com o aumento do desemprego e da precarização do trabalho cresce a competição entre os trabalhadores, afrouxam os movimentos grevistas e diminui a sindicalização, reduzindo o poder político da classe. Isto também costuma causar desalento na militância política trabalhadora. O aumento do número de anos de estudo, nessa situação, também causa um certo desapontamento, face ao desemprego que também atinge trabalhadores mais qualificados, reduzindo seus salários e dificultando sua ascensão social. Essas situações, quando prolongadas, afetam sensivelmente as relações pessoais e afetivas.

## *Sociedade*

Ela é atingida como um todo, pelos efeitos mais “gerais”, ainda que de forma diferenciada, por classe social, renda, educação, credo religioso, e identificação política ou ideológica. A acelerada competição (por emprego, por educação ou por outros direitos), consumismo, individualismo e insegurança, quebra laços de solidariedade e favorece a corrupção, a contravenção e o crime.

Essa situação de crescente insegurança e impunidade promove a descrença no Estado e em todas as suas instituições, no grande número de políticos “despreparados” e corruptos; na polícia, que “só prende pobres e negros”; no juiz que solta criminosos e corruptos; no hospital público que não tem vagas e “o doente morre na porta”; no péssimo transporte coletivo; na “fraude” do sistema educacional; nas fraudes e falsificações de vários produtos de consumo, e outras mazelas.

O alto desemprego, a grande deterioração do emprego e dos serviços públicos, a reduzida expectativa de futuro, o crescente consumismo, – mas não para todos –, a competição, a escandalosa impunidade às “altas rodas”, aumentou ainda mais a desorientação da população, estimulou a droga, a

contravenção e o crime<sup>29</sup>. Este último – mesmo excluindo o grande número de assassinatos de jovens pobres e negros – foi banalizado, dado o aumento de certas ocorrências, como o parricídio, o filicídio, o estupro com morte, bem como de formas praticadas de barbaridade criminal.

A mercantilização generalizada, o consumismo e esse desalento geral abriram as portas para uma mediocrização em vários segmentos da produção e principalmente do consumo de serviços. Vejamos alguns exemplos:

- *mediocrização no futebol*: já não há mais craques, pois todos foram exportados para o Império do Dinheiro. Os “bons jogadores” que aqui ficaram cometem verdadeiras barbaridades nos jogos, havendo pouca regularidade na qualidade durante a sequência dos jogos. Nunca vi, em toda minha vida, tantos goleiros defenderem tantos pênaltis: são melhores do que os do passado, ou são os atacantes que não têm mais a maestria necessária de um bom batedor? O que falar dos inúmeros passes errados durante as partidas? E dos escanteios cobrados com erros grosseiros? Não esqueçamos que, pelo menos nos clubes grandes, ganham mensalmente algumas centenas de milhares de reais! Lembremos, ainda, que a cúpula do futebol brasileiro, hoje, graças a décadas de corrupção praticada nesse esporte, está presa ou fugindo da polícia internacional;
- *mediocrização da música popular brasileira*: que saudades sinto da (excelente) música popular brasileira, do samba, do chorinho, do baião, da bossa nova, de Pixinguinha, Noel, Chico Buarque, Luiz Gonzaga e tantos outros! Quando fazemos uma viagem de carro, é uma tortura percorrer o dial do rádio em busca da boa música. Ao que tudo indica, a sociedade trocou aquelas e aqueles, por outros, preferindo hoje o sertanejo inautêntico, o forró eletrônico e outras bregas;
- *mediocrização da Academia*: a (má) educação foi um vetor importante nas transformações do país desde as décadas de 1960 e 1970, quando a ditadura militar se apropriou do projeto de Reforma do Ensino que fazia parte das Reformas de Base do final dos anos 50 e início dos anos 60; porém, a oferta desse serviço pretendeu impor um caráter de formação técnica ao ensino e minimizar a formação humanística, além de incentivar sua privatização<sup>30</sup>.

29 Conforme o Levantamento Nacional sobre uso de Álcool e Drogas (Inpad-Unifesp) o consumo de cocaína e crack tem crescido mais do que a média dos países do mundo. Por outro lado, a OMS divulgou que entre 2006 e 2016 o consumo de álcool no Brasil aumentou 43,5%

30 A participação do setor privado no total das matrículas do ensino superior em 2015, atingiu 87,5%, segundo o MEC.

Em 1976 a Capes criou o Sistema de Avaliação da PG, reforçado pela “ajuda americana” do Acordo MEC-Usaid e a partir daí a PG cresceu e se disseminou pelo país, ampliando as vagas e concedendo bolsas de estudo. Para isso, desenvolveu um sistema de pontuação para avaliar os professores e os cursos, sistema que foi gradativamente perdendo seu caráter qualitativo, instituindo a quantificação de produção, como critério maior de avaliação, instaurando-se o produtivismo na Academia, como meio para se obter mais verbas de pesquisa e mais bolsas de estudos<sup>31</sup>.

Com isso, o professor orientador passou a assinar artigos com seus orientados, “multiplicando” sua produção e as famosas citações bibliográficas. Como a quantidade cresceu rapidamente, tornou-se quase impossível ler criticamente essa produção. Isso deu azo à proliferação de artigos com erros e fraudes cometidos por pesquisadores, “endossados” pelo orientador. A Universidade Pública hoje já conta com vários processos criminais (inclusive no exterior) contra alguns professores e pesquisadores já notificados<sup>32</sup>.

Em 1998 a Capes criava o *Qualis*, um ranqueamento de revistas internacionais (pontos mais altos) e nacionais, deturpado em algumas áreas, que ampliou ainda mais o problema: passamos a ter verdadeiros “campeões” na produção de muitos artigos, que ninguém ou muito poucos os leem; pior ainda: a Academia introduziu a pontuação quantitativa praticamente em todos procedimentos de avaliação de mérito, obrigando o corpo docente a uma verdadeira Olimpíada da Irrelevância, substituindo a *Senioridade por Mérito*, como se fazia antes, pela *Senioridade do Pontinho*.

O quantitativismo, em especial o econométrico, invadiu a área de Ciências Humanas, também nos marcos dos anos 70, principalmente na Economia, tentando “explicar” a realidade, com o uso de modelos matemáticos em geral abstratos e incapazes de examinar a complexidade dos fenômenos sociais. É a tentativa “pedagógica” da alienação e da despolitização. A Economia foi intoxicada pela macroeconomia da miséria<sup>33</sup>.

## *Família*

Como não poderia deixar de ser, a família seria atingida por esse longo processo, em seus valores éticos, em sua segurança, em seu sentimento contra a impunidade, em seus costumes, e na tolerância familiar. O consumismo de eletrônicos de comunicação e entretenimento reduziu fortemente

31 A “quantificação” não ficou só nisso, pois é a partir dos setenta que o quantitativismo foi disseminado na economia, juntamente com o modelismo, em detrimento do conteúdo político, histórico e social.

32 Sobre o produtivismo na Academia, ver: Sguissard (2015) e Wood Jr. (2015).

33 Tomo emprestada esta expressão usada por Belluzzo e Galipolo (2017, cap. V).

sua convivência coletiva, individualizando e segregando seus membros. Isso fatalmente atingiria os padrões educacionais familiares, que se deterioraram.

Os pais duas décadas antes ainda tinham uma perspectiva de futuro para seus filhos: os das classes de menor renda, via mais educação e melhores empregos; os da classe média, via educação superior e continuidade do tipo de ocupação dos pais. Mas as transformações da estrutura econômica, a crise, e as mudanças no mercado de trabalho foram reduzindo aquelas perspectivas. Seus filhos, quando atingem a idade adulta, também as perdem, diante da situação social do país.

A melhora na distribuição de renda entre 2003 e 2014, com a subida nos rendimentos das classes de menor renda e o rebaixamento relativo da pequena e média classe média (e em vários segmentos também absoluto), aumentou a desorientação e o sentimento de perda da segunda, criando alguma expectativa, pequena, na primeira. Mas isso fez crescer o ódio latente das classes médias pelas políticas sociais para as classes de baixa renda, mesmo quando meramente compensatórias. Esse desalento acaba desaguando no terreno político do reacionarismo e na condenação aos partidos progressistas.

## 5. E o futuro?

O ano de 2014 foi difícil para o governo, dado o aumento da inflação para 6% – o que fez o Banco Central elevar a SELIC de 7,5% para 11% –, o irrisório crescimento do PIB (0,5%), mais um tropeço da indústria de transformação (cai -4 %) e a difícil campanha pela reeleição, que ganhou no 2º turno, com 51,6% dos votos.

O quadro se agrava em 2015, subindo a Selic para 13% – ainda assim a inflação foi a 11%, o PIB caindo (-3,8%) e a indústria levando uma queda ainda maior. A situação política foi se agravando até surgir o pedido de *impeachment* em 2 de dezembro de 2015, seu afastamento em 12 de maio de 2016 e a cassação de seu mandato em 31 de agosto de 2016, quando o vice Temer a substituiu.

A Coordenação desse processo por um juiz do STF certamente para tentar dar um ar de seriedade –, não pode evitar o ridículo da farsa jurídica ali montada. O governo Temer desde o início não teve o necessário respaldo moral e, poucas semanas após esse golpe parlamentar, teve de substituir três ministros, por razões éticas e indiciamento por corrupção, e em 26 de maio de 2017, demitiu o novo ministro da Justiça, por razões semelhantes e também por incompetência<sup>34</sup>.

34 Até o momento do início da “turbulência política” de 17 de maio de 2017, oito de seus ministros estavam citados ou indiciados pelo STF em crimes de corrupção.

Em 2016, a Selic foi aumentada para 14% e a inflação se reduziu a 6%, mas o PIB teve outra queda (-3,6%) e a indústria ainda pior. Como a economia não dava mostras de qualquer melhoria a SELIC foi sendo baixada até atingir 11,25% em abril de 2017, momento em que os poucos indicadores econômicos não davam mostras de nenhuma recuperação segura. Nem poderiam, dado que a nova política econômica colocou em prática drásticos cortes de gastos, principalmente do investimento público. Entre as principais medidas adotadas, já estão aprovadas a PEC 241/2016, que congela por 20 anos o orçamento federal, cortando não apenas gastos correntes, mas reduzindo também o investimento e a PLC 257-2016 – cuja versão mais dura é a original, enviada por Dilma em 3/2016 –, que também objetivava o corte dos gastos sobre os orçamentos estaduais e municipais, centrando suas medidas sobre o funcionalismo desses entes, que teria que aumentar sua contribuição previdenciária, de 11% atuais para 14%.

Além disso, estão em tramitação no Congresso as Reformas da Previdência e a do Trabalho. A primeira alega um *déficit* atual que não existe de fato, e que projeta para 2060, uma “catástrofe” em grande parte construída graças a “erros” grosseiros na projeção da população e do déficit na Previdência. Se aprovadas, ambas retirarão direitos dos trabalhadores, aposentados e pensionistas. A do Trabalho, especificamente, pretende conter a Legislação Trabalhista atual e o sistema da Justiça do Trabalho, além de promover a maior precarização do emprego no país. Temer tem usado uma forte campanha publicitária para tentar enganar a opinião pública, afirmando o absurdo de que elas possibilitarão uma grande criação de empregos, para uma economia que hoje tem um volume de cerca de 14 milhões de desempregados.

Encontram-se também em tramitação ou elaboração, algumas decisões que mostram claramente o caráter entreguista e corrupto de seu governo<sup>35</sup>:

- i) usa o pretexto de um suposto déficit na previdência, mas pouco faz para cobrar a dívida previdenciária das empresas e instituições privadas, estimadas hoje em cerca de R\$ 450 bilhões;
- ii) *idem, idem*, porque ao mesmo tempo, para ganhar o apoio de governadores e prefeitos para a votação da reforma, propõe refinar as dívidas dos governos estaduais e municipais, deixando de arrecadar cerca de R\$ 30 bilhões, só com os Municípios;
- iii) *idem, idem*, mais duas tramoias estão em andamento: renegociação e abatimento da dívida dos ruralistas no Funrural (R\$10 bilhões) e do Super Refis (MP 766) tributário de empresas (R\$ 23 bilhões).

35 As cifras abaixo citadas foram extraídas de matéria do O Estado de São Paulo, 21 maio 2017, p. B5, e os “projetos” teriam sido negociados antes de 17 de maio de 2017.

- Para esta última, a Câmara constituiu uma Comissão Especial de 48 membros, dos quais 22 são devedores, legislando em causa própria, portanto;
- iv) já anunciou a abertura de licitações para a venda de vários campos de petróleo do Pré-Sal, prejudicando com isso não só a Petrobrás, mas principalmente nossos projetos de industrialização daquelas jazidas;
  - v) pela MP 759, pretende “regularizar” as terras da União na Amazônia Legal e a regularização fundiária urbana, abrindo espaço para um aumento do desmatamento no Norte do país;
  - vi) ainda no final do governo Dilma, o estratégico satélite brasileiro – que cobrirá toda a América do Sul e as jazidas petrolíferas da “Amazônia Azul” – ficou pronto e Temer inaugurou seu lançamento em abril último. Ele cumprirá, além da expansão da banda larga, objetivos militares do Brasil. A propriedade é estatal (Telebrás 70% e Governo – área militar – 30%). A má notícia é que o Ministro das Comunicações está tramando sua privatização (os 70% da Telebrás), de forma fraudulenta, segundo a imprensa, sendo mais um caso de corrupção e entreguismo;
  - vii) mais um ato entreguista: o governo está abrindo o acesso a estrangeiros para aquisição de terras agrícolas.

Como se vê, boa parte do resultado primário que o governo pretendia fazer, com a PEC 241, já foi gasta com o “pagamento” a essas quadrilhas, significando com isso que as costas do povo terão que ser ainda mais torturadas.

\* \* \*

Encerrei este texto em 29 de maio de 2017, doze dias após a divulgação de uma gravação de áudio clandestina (gravador no bolso) feita por Joesley Batista – maior sócio proprietário da JBS, a segunda maior empresa do país, pelo menos até aquela data –, em reunião oficial (embora “camuflada” por ocorrer na garagem do palácio) concedida por Temer. Nela, além de confessar suas bravatas em comprar juízes, promotores e outros funcionários, conseguiu fazer com que o Presidente da República desse seu “de acordo” para que o empresário continuasse a prover “mesada” ao ex-deputado Eduardo Cunha – há cinco meses na cadeia – para mantê-lo quieto e não fazer delações!

O rebuliço causado por essa gravação foi muito grande e aprofundou a crise que cerca Temer desde o início do *impeachment*. Para salvar seu pescoço, está fazendo das tripas coração, dado que tem hoje três “saídas”: a renúncia; a abertura de um processo de *impeachment* pelo Congresso, que continua a “comer no mesmo prato”; e a do julgamento – provavelmente daqui a uma

semana – pelo TSE, de processo que pede a cassação de Dilma e de Temer por possíveis descumprimentos da Lei Eleitoral<sup>36</sup>.

A menos que haja outra grande impunidade, o governo não chegaria ao fim (31/12/2018), e teríamos uma imediata eleição indireta (por esse Congresso!), certamente de alguém “contratado” especialmente para isso. Contudo, não seria nada fácil conduzir esse governo até o final. Se isso for possível, teremos eleições diretas em 2018.

Existe uma questão maior nisso tudo. O PT já cumprira 13,5 de seus 16 anos de mandato, e a forte presença de Lula em pesquisas eleitorais e de opinião pública anteriores e recentes, parecia indicar sua vitória em 2018. Daí o *impeachment*, a forte campanha da Mídia, as atitudes hostis por parte da população mais conservadora, além do comportamento da Justiça, para condenar Lula, tornando-o inelegível.

Mas o maior problema é que, nos demais partidos políticos e no PT, já eram raras outras lideranças de âmbito nacional para essa disputa. Por outro lado, tantas são as pessoas já condenadas por corrupção e outras mais, indiciadas, que “não sobrou ninguém”. Assim, 2018 converteu-se em grande incógnita política: novo golpe? Indicação de um novo “salvador da pátria”? Parlamentarismo sem Lula?

Esta questão, já em si fundamental para a política, é também de enorme importância para uma radical e necessária mudança da política econômica, por si só muito complexa neste momento.

Mas é preciso lembrar ainda que a queda da taxa de inversão durante essa longa crise (desde 1980) acumulou uma enorme massa de investimentos em infraestrutura econômica e social, que não se realizaram, e que representam uma necessidade adicional de inversões, que são estimadas em cerca de 14% do PIB durante 20 anos!<sup>37</sup>

Acrescente-se também que, para a retomada do investimento privado, a determinação de alta elevação real da taxa de juros de longo prazo (TJLP) por uma nova (TLP) calculada na base da NTN-B de 5 anos, no BNDES, afugentará boa parte da demanda de financiamento para essa inversão. É mais uma medida pró-cíclica, praticada em plena crise. Um anacronismo que inclusive fará encolher muito o atual porte do BNDES.

Então, também perguntamos: é possível ainda, para este país, ter um futuro promissor?

36 Poucos dias depois, o TSE julgou esse processo, vergonhosamente derrotado por 4x3, graças aos votos de dois ministros recentemente nomeados por Temer.

37 Conforme valores estimados pela CGEE (2008). Para um resumo dessas estimativas, ver Cano (2010).



# CAPÍTULO 6

## DESENVOLVIMENTISMO E NEODESENVOLVIMENTISMO: tragédia e farsa<sup>1</sup>

*Plínio de Arruda Sampaio Jr.*

---

### 1. Introdução

Para que a discussão sobre *desenvolvimentismo* e *neodesenvolvimentismo* não enverede para a senda da escolástica, tornando-se vazia e arbitrária, é fundamental relacionar o significado teórico e as consequências práticas dessas duas expressões do pensamento econômico a seus respectivos contextos históricos. Tal contraposição revelará o abismo que existe entre a ideologia burguesa como utopia – expressão trágica de uma vontade política que não tinha condições históricas para se concretizar – e a ideologia burguesa como farsa – expressão falsificada de uma realidade que nega os próprios fundamentos da noção de desenvolvimento.

A argumentação será desdobrada em quatro movimentos. Na seção ii apresentaremos uma síntese das principais teses do desenvolvimentismo, associando-as ao contexto histórico que as engendrou. Na seção iii resumimos os condicionantes históricos que solaparam as bases sociais e políticas do desenvolvimentismo e caracterizamos, em grandes pinceladas, o sentido mais geral do processo de revisão que diluiu suas bases teóricas fundamentais. Na seção iv expomos as linhas mestras do neodesenvolvimentismo, destacando a sua relação com a conjuntura muito particular que o condicionou. Por fim, concluímos, na seção v, com um balanço sobre o significado real dessa nova onda que anima acaloradas tertúlias entre acadêmicos heterodoxos simpáticos ao bloco de poder que governa o Brasil desde 2002.

### 2. O desenvolvimento nacional como utopia burguesa

O desenvolvimentismo é um termo vago utilizado para designar o pensamento crítico sobre os dilemas e os desafios do desenvolvimento nacional

---

1 Este texto foi publicado originalmente na *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 112, p. 672-678, out./dez. 2012. Também integra o livro *Crônica de uma crise anunciada: crítica à economia política* (2017) do mesmo autor.

nas economias latino-americanas enredadas no círculo vicioso da dependência e do subdesenvolvimento. O centro dessa reflexão consiste no esforço de equacionar os nós que devem ser desatados para que a expansão das forças produtivas possa ser associada à solução dos problemas fundamentais da população. Nessa perspectiva, acumulação de capital, avanço das forças produtivas e integração nacional constituem aspectos indissolúveis de um mesmo problema: criar as bases materiais, sociais e culturais de uma sociedade nacional capaz de controlar o sentido, o ritmo e a intensidade do desenvolvimento capitalista. O desenvolvimentismo foi, portanto, uma arma ideológica das forças econômicas e sociais que, no momento decisivo de cristalização das estruturas da economia e da sociedade burguesa, se batiam pela utopia de um capitalismo domesticado, subordinado aos desígnios da sociedade nacional<sup>2</sup>.

Tendo como eixo articulador a preocupação em integrar industrialização e formação da economia nacional, o desenvolvimentismo relaciona a especificidade do capitalismo na América Latina à perpetuação de uma dupla articulação que compromete a capacidade de a sociedade nacional controlar os fins e os meios de desenvolvimento — a situação de dependência externa e a extrema desigualdade entre as classes sociais. A subordinação da vida econômica nacional à lógica ultraespeculativa do capital internacional e à reprodução de estruturas sociais típicas de regimes de segregação social distorcem irremediavelmente as propriedades construtivas da concorrência econômica e da luta de classes — molas propulsoras do desenvolvimento capitalista autodeterminado. A superexploração do trabalho, a irracionalidade do processo de incorporação de progresso técnico, a instabilidade econômica e financeira, o espectro da estagnação e as crises cíclicas de reversão estrutural tornam-se características inerentes ao capitalismo na periferia latino-americana da economia mundial.

O diagnóstico crítico elaborado pelos desenvolvimentistas implica a necessidade inescapável de “mudanças estruturais” que ataquem as causas do subdesenvolvimento. Por conseguinte, a sua agenda política passa pelo enfrentamento do imperialismo, que submete as economias periféricas aos imperativos do desenvolvimento desigual e combinado, bem como por reformas estruturais que liquidem as bases objetivas e subjetivas do regime de segregação social — o latifúndio e os privilégios aberrantes de burguesias dependentes, cuja força se alimenta na pobreza e na miséria de expressivos contingentes da população. Por diferentes caminhos, as formulações desenvolvimentistas partiam do suposto de que as estruturas que bloqueavam o desenvolvimento capitalista nacional eram produto de contingências históricas que poderiam ser superadas pela “vontade política” nacional. Não haveria nenhum

2 Para uma discussão detalhada sobre a problemática do desenvolvimento no capitalismo dependente ver Sampaio Jr. (1999<sup>a</sup>).

obstáculo intransponível que impedisse, inescapavelmente, a possibilidade de conciliar capitalismo, democracia e soberania nacional nas economias da periferia do sistema imperialista.

Nessa perspectiva, a superação do capitalismo selvagem não poderia ser concebida como resultado natural e espontâneo do desenvolvimento capitalista. Sem mudanças de grande envergadura, o crescimento e a modernização não resolveriam as mazelas da população. O desenvolvimento nacional supunha a subordinação da acumulação capitalista a uma “vontade” coletiva que integrasse o conjunto da população nos benefícios do progresso técnico. A importância decisiva da intervenção transformadora do homem como único meio de romper o círculo vicioso do subdesenvolvimento vinculava, assim, o destino do “desenvolvimentismo” à presença de sujeitos sociais dispostos a enfrentar o problema da integração nacional em todas as dimensões – econômica, social, regional, política e cultural. Sem a presença de burguesias nacionais capazes de enfrentar os interesses externos e internos comprometidos com a reprodução da situação de dependência e subdesenvolvimento, a concepção “desenvolvimentista” pereceria, pois não teria como se converter em força real. A sorte do “desenvolvimentismo” confundia-se, assim, com o próprio destino de formação da sociedade nacional<sup>3</sup>.

Na história da América Latina, a gênese e a falência do “desenvolvimentismo” foram condicionadas pelo apogeu e declínio do processo de industrialização por substituição de importações. A reflexão sobre o papel estratégico da industrialização como base de um sistema econômico nacional respondia às necessidades concretas de sociedades nacionais que se encontravam na encruzilhada decisiva de sua formação como sociedade nacional. Logo, a construção da indústria nacional, a organização de centros internos de decisão, a formação da intelligentsia nacional, a consolidação de projetos nacionais que orientassem a ação da política econômica e o desenvolvimentismo como expressão de uma consciência crítica sobre a natureza dos problemas nacionais faziam parte de um mesmo processo, cujo sentido histórico estava indissoluvelmente relacionado com o desfecho da revolução burguesa no continente nas décadas de 1950 e 1960. A expressão máxima dessa corrente de pensamento, que representava no plano das ideias os sonhos românticos das facções burguesas progressistas, está associada aos trabalhos de Raúl Prebisch, que estabeleceram as bases da economia política da Cepal<sup>4</sup>. No Brasil, a crítica ao subdesenvolvimento alcançou sua forma mais elaborada nos trabalhos teóricos e nas análises históricas de Celso Furtado<sup>5</sup>.

3 A problemática da formação como elemento essencial do desenvolvimento nacional é examinada em Ianni (1992).

4 A economia política latino-americana encontra-se sistematizada no trabalho de Rodriguez (1981).

5 Para uma análise detalhada da evolução do pensamento de Furtado, ver Mallorquin (2005). O limite da crítica de Furtado é examinado em Sampaio Jr. (2009a).

### 3. A fantasia desfeita e a negação do “desenvolvimentismo”

Iniciado no Brasil em 1964 e encerrado no Chile em 1973, o ciclo latino-americano de golpes militares que instauram ditaduras do grande capital determina o desfecho do processo de revolução burguesa no continente como uma contrarrevolução permanente. O regime do capital consolida-se na América Latina como um capitalismo dependente. Apoiadas pelo império norte-americano, os setores pragmáticos interromperam violentamente o processo de reformas estruturais, cristalizando definitivamente a dupla articulação – dependência externa e segregação social – como alicerce fundamental da acumulação de capital na região. A contrarrevolução jogou por terra os sonhos desenvolvimentistas<sup>6</sup>. O regime burguês sedimentou-se como uma sociedade mercantil particularmente antissocial, antinacional e antidemocrática. A superexploração do trabalho tornou-se parâmetro estratégico do padrão de acumulação. A intolerância em relação à utilização do conflito como meio legítimo de conquistas coletivas converteu-se na quintessência do padrão de dominação. Pobreza e miséria se transformaram definitivamente na galinha de ovos de ouro da burguesia latino-americana. Acabava a ilusão de um capitalismo civilizado. O brutal desequilíbrio na correlação de forças entre capital e trabalho tornou-se premissa fundamental do capitalismo no continente<sup>7</sup>.

O novo contexto histórico determinou uma revisão radical das bases teóricas do estruturalismo desenvolvimentista, cuja essência consiste na dissolução absoluta da dupla articulação como o problema fundamental da sociedade latino-americana. Primeiro, diluiu-se a contradição entre imperialismo e desenvolvimento. O capital internacional deixou de ser visto como empecilho ao desenvolvimento para se converter em condição *sine qua non* do próprio desenvolvimento. O trabalho de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, **Dependência e desenvolvimento** (2004), foi pioneiro no movimento teórico de harmonização das contradições provocadas pela situação de dependência. Logo em seguida foi diluída a contradição entre pobreza e desenvolvimento capitalista autodeterminado. A integração social deixou de ser vista como obstáculo à incorporação de progresso técnico – pré-requisito do próprio desenvolvimento – para se converter em resíduo colonial sem maiores consequências para o dinamismo capitalista. Além da Estagnação, de Maria da Conceição Tavares e José Serra (1972), é a referência básica dessa nova concepção que oculta o nexos entre modernização dos padrões de consumo, tendência estrutural à concentração de renda e subdesenvolvimento. Ao reduzir desenvolvimento ao simples processo de industrialização e modernização,

6 Furtado faz um detalhado balanço do impacto do ciclo das ditaduras militares sobre sua visão de mundo em Furtado (1989).

7 Sobre os condicionantes e o significado da revolução burguesa no Brasil ver Fernandes (1976) e Ianni, (1981).

deixando de lado a questão da autonomia nacional e o problema da integração social, lançavam-se as bases para uma profunda ressignificação do próprio conceito de desenvolvimento<sup>8</sup>.

Reduzida à relação entre acumulação de capital e modernização dos padrões de consumo, a problemática do desenvolvimento transforma-se em problemática do desenvolvimento capitalista. Antes de superar as insuficiências do desenvolvimentismo, o movimento revisionista negava a própria realidade do subdesenvolvimento. A relação necessária de condicionamento mútuo entre industrialização e formação da economia nacional estava definitivamente rompida. Enfim, impugnava-se a própria noção de subdesenvolvimento como uma realidade composta pela totalidade de nexos orgânicos entre: controle da economia pelo capital internacional, latifúndio, desemprego estrutural, marginalidade social, inadequação tecnológica, heterogeneidade estrutural, estreiteza e precariedade do mercado interno, controle do Estado por burguesias aculturadas, modernização dos padrões de consumo, posição subalterna na divisão internacional do trabalho, transferência de recursos ao exterior, tendência estrutural a concentração do progresso técnico, colonialismo interno, instabilidade monetária, tendência estrutural à estagnação, fragilidade fiscal, deterioração dos termos de troca, tendência estrutural a desequilíbrios externos, irracionalidade econômica, dependência tecnológica, financeira e cultural, precariedade dos centros internos de decisão, ameaça permanente de crises de reversão estrutural.

#### **4. O neodesenvolvimentismo como simulacro do desenvolvimento**

O chamado neodesenvolvimentismo é um fenômeno recente e localizado, indissociável das particularidades da economia e da política brasileiras na segunda metade dos anos 2000. Sua repercussão não ultrapassa as fronteiras da “província” e, mesmo no seu interior, circunscreve-se a pequenos círculos acadêmicos. Mais do que uma nova tendência do pensamento econômico com fôlego para se expandir a outras praças e resistir à prova do tempo, a onda neodesenvolvimentista está diretamente relacionada às intrigas e conspirações palacianas entre as duas facções que disputam o controle da política econômica brasileira: a monetarista – braço direito do neoliberalismo – e a autoproclamada “desenvolvimentista” – braço esquerdo da ordem. Fenômeno análogo já tinha se esboçado no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, contrapondo as diretrizes do Banco Central, liderado por Gustavo Franco, às políticas do BNDES, então sob a influência dos irmãos Mendonça de Barros.

8 O contexto histórico que condicionou o processo de revisão é sistematizado em Faletto (1998, p. 109-117). O movimento de revisão crítica que resulta na negação da problemática desenvolvimentista é analisado com mais detalhe em Sampaio Jr. (1999b).

Na época, a escaramuça já surgiu natimorta porque o choque entre teoria e prática era gritante. A crise de estrangulamento cambial e a subsequente tutela da política econômica pelo FMI jogavam por terra qualquer possibilidade de camuflar a absoluta impotência do Estado brasileiro diante dos ditames do capital financeiro.

A situação que se cristaliza a partir do segundo governo Lula é diferente. A modesta retomada do crescimento econômico, após quase três décadas de estagnação, a lenta recuperação do poder aquisitivo do salário após décadas de arrocho, a ligeira melhoria na distribuição pessoal da renda, o boom de consumo financiado pelo endividamento das famílias e a aparente resiliência do Brasil perante a crise econômica mundial dão um lastro mínimo de realidade à fantasiosa falácia de que, finalmente, o Brasil estaria vivendo um ciclo de desenvolvimento. O chamado neodesenvolvimentismo seria, assim, uma expressão teórica desse novo tempo. Para alguns de seus adeptos mais ingênuos que acreditam fervorosamente no poder criador das fórmulas abstratas, as novas ideias seriam, na verdade, a própria causa determinante da guinada qualitativa na trajetória da economia brasileira.

Acima de suas diferenças e idiossincrasias de ordem teórica e prática, os economistas que reivindicam o novo desenvolvimentismo compartilham um denominador comum: procuram uma terceira via que evite o que consideram o grave problema do neoliberalismo – a cumplicidade com o rentismo – e o que atribuem como as inaceitáveis perversidades do velho desenvolvimentismo – o nacionalismo anacrônico, a complacência com a inflação e o populismo fiscal. O desafio do neodesenvolvimentismo consiste, portanto, em conciliar os aspectos “positivos” do neoliberalismo – compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional, ausência de qualquer tipo de discriminação contra o capital internacional com os aspectos “positivos” do velho desenvolvimentismo – comprometimento com o crescimento econômico, industrialização, papel regulador do Estado, sensibilidade social<sup>9</sup>

As vagas formulações dos economistas que disputam a hegemonia do novo desenvolvimentismo partem do suposto de que o crescimento constitui a chave para o enfrentamento das desigualdades sociais. Nessa perspectiva, desenvolvimento e crescimento confundem-se como fenômenos indiferenciados. As controvérsias dizem respeito às formas de superar os aspectos “negativos” e ao modo de combinar os aspectos “positivos”. O debate gira em torno dos instrumentos que devem ser mobilizados pela política econômica para superar os entraves ao crescimento e conciliar as exigências do equilíbrio macroeconômico com os objetivos da política industrial e as necessidades

9 Sobre as formulações que compõem o neodesenvolvimentismo ver Branco (2009), Bresser-Pereira, Fonseca, Cunha, Bichara, (2012), Mattei (2011) e Sicsú, Paula, Michel (2005).

orçamentárias da política social. Não se coloca em questão a dupla articulação – dependência externa e segregação social – responsável pela continuidade do capitalismo selvagem. O impacto devastador da ordem global sobre o processo de formação da economia brasileira não é considerado. Tampouco são examinados a fundo os efeitos de longo prazo da crise econômica mundial sobre a posição do Brasil na divisão internacional do trabalho. A discussão não ultrapassa o horizonte da conjuntura imediata.

A obsessão em depurar o lado “negativo” e condensar os aspectos “positivos” dos dois polos que condicionam o novo desenvolvimentismo assume a forma de um hibridismo acrítico que se afirma menos pela originalidade de sua interpretação e mais pela contraposição de suas proposições alternativas aos dogmas da ortodoxia. Assim, toda a reflexão neodesenvolvimentista enquadra-se perfeitamente na pauta neoliberal. Na prática, a terceira via torna-se uma espécie de versão *ultra light* da estratégia de ajuste da economia brasileira aos imperativos do capital financeiro. O diferencial do neodesenvolvimentismo se resume ao esforço de atenuar os efeitos mais deletérios da ordem global sobre o crescimento, o parque industrial nacional e a desigualdade social. Não se questiona a possibilidade de a igualdade social e a soberania nacional serem simplesmente antagônicas com a estabilidade da moeda, a austeridade fiscal, a disciplina monetária, a busca incessante da competitividade internacional, a liberalização da economia. Procura-se o segredo da quadratura do círculo que permita conciliar crescimento e equidade.

Ao identificar as suas utopias com a realidade concreta da economia brasileira, o neodesenvolvimentismo revela o seu lado simplório e provinciano, apresentando-se como é: uma grosseira apologia da ordem. O método de ocultação sistemática do negativo e de exaltação acrítica do crescimento e da modernização dos padrões de consumo como fins em si transforma o vício em virtude. A relação indissolúvel entre desenvolvimento e barbárie característica de nosso tempo, que se manifesta com virulência redobrada nas economias periféricas, converte-se, assim, por um passe de mágica no seu contrário: o desenvolvimento capitalista virtuoso capaz de conciliar crescimento com equidade. A supervalorização dos fatos considerados positivos e a pura e simples desconsideração dos aspectos negativos da realidade alimentam a mitologia de que a economia brasileira estaria passando por um ciclo endógeno de crescimento com distribuição de renda e aumento da soberania nacional<sup>10</sup>

Atendo-se aos horizontes restritos da macroeconomia, cujos parâmetros baseiam-se na suposição de que os fundamentos da realidade não sofrem alterações qualitativas, a perspectiva neodesenvolvimentistas fica impedida,

10 A apologia neodesenvolvimentista beira as raias da pura e simples propaganda na tese de doutorado de Mercadante (2010). Para uma análise crítica dos mitos do governo Lula, baseada em dados empíricos, ver excelente síntese de Gonçalves (2002, p. 5-30).

como consequência de suas próprias escolhas epistemológicas, de examinar os fenômenos do desenvolvimento, cuja essência consiste em compreender a capacidade de a sociedade nacional controlar o processo de mudança social impulsionado pela acumulação de capital. Ao ignorar as contradições estruturais que regem o movimento da economia brasileira, o neodesenvolvimentismo incorre num vulgar reducionismo economicista e simplesmente renuncia à problemática do desenvolvimento. Seus modelos explicativos partem de parâmetros dados, sem questionar os efeitos determinantes desses parâmetros sobre o desempenho econômico, quando, a rigor, para ser fiel à tradição crítica, o correto seria fazer o caminho inverso: mostrar a relação entre os parâmetros que determinam o funcionamento da economia brasileira – a dupla articulação – e a incapacidade de a sociedade brasileira controlar o desenvolvimento capitalista que determina a sua submissão ao círculo de ferro da dependência e subdesenvolvimento. Na nova perspectiva, portanto, o desenvolvimento é apenas um simulacro – crescimento e modernização são alçados à condição de desenvolvimento<sup>11</sup>. A aparência crítica é apenas um disfarce para a apologia do *status quo*.

## 5. Ordem global, reversão neocolonial e neodesenvolvimentismo

A abstração dos condicionantes estruturais que determinam a forma específica de funcionamento da economia brasileira impede a percepção dos interesses estratégicos, internos e externos, responsáveis pela continuidade da dupla articulação e seus efeitos perversos sobre a capacidade de a sociedade nacional controlar os fins e os meios do processo de incorporação de progresso técnico. Perdem-se os elos inextrincáveis entre presença dominante do capital internacional, vulnerabilidade externa estrutural, desindustrialização e especialização regressiva das forças produtivas. Desaparecem os nexos entre burguesia dos negócios, especulação mercantil e financeira como base da acumulação capitalista, dependência estrutural da exportação de *commodities* e revitalização do latifúndio e do extrativismo – estruturas típicas da economia colonial. Por fim, a opção por ficar na superfície dos fenômenos impede que se vejam os vínculos indissolúveis entre burguesias rentistas, discriminação contra o investimento produtivo, ajuste fiscal permanente, limites estruturais à expansão do mercado interno e precariedade das políticas públicas. Sem colocar em evidência os poderosos interesses burgueses externos e internos

---

11 Ainda que muitos autores neodesenvolvimentistas reivindiquem explicitamente o legado de Celso Furtado, curiosamente, nenhum deles sequer menciona sua implacável crítica à perspectiva economicista para o entendimento dos problemas do desenvolvimento. As razões de Furtado encontram-se sistematizada em Furtado (1976).

que devem ser enfrentados para que se possam abrir novos horizontes para o desenvolvimento, os neodesenvolvimentistas ficam presos ao fim da história.

A ausência de uma perspectiva totalizante da política econômica não permite que os defensores do novo desenvolvimentismo percebam a complexidade da teia institucional que ata de maneira inescapável o Estado brasileiro aos interesses do grande capital internacional e nacional e estes à perpetuação da dupla articulação – dependência externa e segregação social. A perda da perspectiva do todo faz desaparecer não apenas os vínculos orgânicos entre os diversos componentes do ajuste liberal (processo de liberalização, desregulamentação e privatização, estabilidade da moeda, Lei de Responsabilidade Fiscal, superávits primários, limite ao endividamento do setor público, ataque aos direitos trabalhistas), como também os efeitos da ordem global sobre as condições de funcionamento da economia brasileira (livre mobilidade dos capitais, perda de soberania monetária, impotência dos centros internos de decisão diante dos movimentos especulativos do capital internacional, restrição à expansão do mercado interno, bloqueios à política industrial, antagonismo entre políticas macroeconômicas e gasto público, concorrência entre políticas sociais universalistas e políticas sociais assistencialistas). É impossível imaginar brechas para mudanças parciais que possam provocar transformações substanciais no padrão de desenvolvimento da economia brasileira sem uma profunda e radical ruptura com a institucionalidade vigente. É uma ingenuidade imaginar que a ordem global possa ser rompida pelas “beiradas”, pois a institucionalidade liberal funciona como uma amarra muito bem urdida, que prende o país cada vez mais nas garras do capital financeiro.

A inconsciência em relação à adversidade do contexto histórico leva o neodesenvolvimentismo a inverter o significado do processo histórico em curso que determina uma relação inescapável entre desenvolvimento capitalista e barbárie<sup>12</sup>. No que diz respeito aos condicionantes mais gerais do desenvolvimento, a inversão implica a abstração das características do capitalismo contemporâneo que comprometem a capacidade de as sociedades nacionais, mesmo as mais desenvolvidas, controlarem o seu destino. O neodesenvolvimentismo só pode fantasiar sobre a possibilidade de um desenvolvimento capitalista nacional porque ignora os encadeamentos necessários entre concentração e centralização dos capitais, dominância absoluta do capital financeiro sobre o processo de acumulação, lógica de império que preside a ação das potências imperialistas (Estados Unidos à frente), total subordinação da ordem econômica mundial aos imperativos do capital financeiro, incontabilidade do capital, crise terminal do keynesianismo e tendência à reversão

12 O contexto histórico gerado pela crise estrutural do capital é objeto do estudo de Mészáros (2002). Para uma visão sintética da relação entre capitalismo e barbárie, ver Sweezy (1994) e Mészáros (2003). A relação entre a crise estrutural do capital e o processo de reversão neocolonial é examinada em Sampaio Jr. (2011a).

neocolonial nos países que fazem parte da periferia da economia mundial. No que se refere à peculiaridade da situação do Brasil no contexto mundial, a inversão da realidade assume a forma de uma desconsideração do impacto particularmente devastador da etapa superior do imperialismo sobre todas as dimensões da vida nacional<sup>13</sup>. A perspectiva economicista não permite enxergar os processos que impulsionam o movimento de reversão neocolonial, pois oculta a relação entre o ajuste às exigências da ordem global, a regressão das forças produtivas, a desnacionalização da economia, a naturalização da desigualdade social, a crise federativa, a desarticulação dos centros internos de decisão e a crise da identidade nacional.

Por fim, a expectativa delirante de que o Brasil venha a patrocinar o milagre do desenvolvimento capitalista em um só país, em meio à mais grave crise econômica da história do capitalismo monopolista, é possível apenas porque o neodesenvolvimentismo desconsidera completamente os efeitos perversos de uma conjuntura econômica marcada pela necessidade de digerir um monumental excedente absoluto de capital, pelo caráter ultrarregressivo da solução americana para a crise (que implica uma aposta dobrada no liberalismo), pelo impacto devastador do movimento de desdobramento da crise pelo mundo (que combina especulação e ajuste estrutural como formas perversas de transferência do ônus da crise para o elo fraco do sistema capitalista mundial)<sup>14</sup>.

A ausência de uma avaliação consubstanciada dos efeitos da crise econômica mundial sobre a economia brasileira não permite que se perceba que, por trás da aparente resiliência do Brasil aos efeitos da crise, existem transformações estruturais de grande envergadura que aprofundam e aceleram o processo de reversão neocolonial. Ao omitir as terríveis contradições geradas pela crise econômica mundial, o neodesenvolvimentismo não precisa explicar os nexos inexoráveis entre o crescimento econômico impulsionado pela bolha especulativa global, a revitalização da economia exportadora baseada no latifúndio e no extrativismo, o avanço irreversível da desindustrialização e o espectro de uma crise cambial e financeira de dimensão cataclísmica como desfecho inexorável da farra especulativa financiada pela entrada indiscriminada de capital internacional. Por mais que os trompetes toquem, a apologia da ordem não é capaz, porém, de mudar a dura realidade dos fatos. Sem competitividade dinâmica para enfrentar a concorrência dos países desenvolvidos e sem competitividade espúria para disputar mercados com os países da periferia industrializada que recorrem a relações de exploração ainda mais primitivas (China, por exemplo), só resta à burguesia brasileira uma posição ainda mais subalterna na divisão internacional do trabalho. Nesse contexto, antes de um

13 Sobre a posição particularmente vulnerável do Brasil na ordem global ver Furtado (1992).

14 A interpretação da crise que fundamenta a análise subsequente encontra-se em Sampaio Jr. (2009, 2010, 2011b).

processo sustentável de desenvolvimento, a sociedade brasileira deve esperar novos ataques aos direitos dos trabalhadores e às políticas públicas – única variável de ajuste que resta às burguesias locais para fazer face ao acirramento da concorrência internacional.

A distância entre desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo é proporcional ao fosso que separa duas épocas históricas radicalmente distintas. A economia política da Cepal representava a crítica da ordem e a aposta na possibilidade de mudanças estruturais que criassem as condições objetivas e subjetivas para que se pudesse conciliar capitalismo, democracia e soberania nacional. Ao transformar o Brasil em modelo, o neodesenvolvimentismo não passa de uma tosca apologia da ordem. A perspectiva do velho desenvolvimentismo é um esforço de mostrar a necessidade inescapável de “reformas estruturais” que desatem a dupla articulação responsável pelo caráter particularmente selvagem do capitalismo na periferia do sistema capitalista mundial. O neodesenvolvimentismo naturaliza a dupla articulação responsável pelo capitalismo dependente. Suas formulações ficam limitadas a elucubrações sobre a possibilidade de arquiteturas alternativas de política econômica para administrar as estruturas. A perspectiva desenvolvimentista supõe a presença de sujeitos políticos dispostos a enfrentar o imperialismo e o latifúndio. Os novos desenvolvimentistas são entusiastas do capital internacional, do agrogonócio e dos negócios extrativistas. Defendem a estabilidade da ordem. Não alimentam nenhuma pretensão de que seja possível e mesmo desejável mudanças qualitativas no curso da história. São entusiastas do status quo. Na sua visão de mundo, desenvolvimento e fim da história caminham de mãos dadas.

Existe, portanto, uma incongruência absoluta entre o que o neodesenvolvimentismo pensa ser – uma alternativa qualitativa de desenvolvimento capaz de resolver os problemas renitentes da pobreza e da dependência externa – e o que é de fato: apenas uma nova versão da surrada teoria do crescimento e da modernização acelerada como solução para os problemas do Brasil. Nada mais do que isso. Além de seu papel nas lutas intestinas da burocracia que comanda a política econômica, o “neodesenvolvimentismo” cumpre uma dupla função como arma ideológica dos grupos políticos entrincheirados nas estruturas do Estado: diferencia o governo Lula do governo FHC, lançando sobre este último a pecha de “neoliberal” e reforça o mito do crescimento como solução para os problemas do país, iludindo as massas.

As promessas vazias de um desenvolvimento capitalista virtuoso que nunca se realiza não deixam margem a dúvidas. O verdadeiro resgate da tradição crítica do pensamento latino-americano passa pela superação de toda ilusão em relação à existência de uma solução burguesa para a tragédia do subdesenvolvimento e da dependência. O caminho da crítica encontra-se no polo oposto da perspectiva provinciana, das opções de classe e das escolhas teóricas dos neodesenvolvimentistas.



# CAPÍTULO 7

## FLORESTAN FERNANDES E CELSO FURTADO: aspectos históricos-estruturais para a interpretação da crise contemporânea no Brasil<sup>1</sup>

*Vanessa Follmann Jurgenfeld  
Carlos Henrique Lopes Rodrigues*

---

### 1. Introdução

Florestan Fernandes e Celso Furtado trazem elementos essenciais para se entender as contradições históricas do Brasil contemporâneo. O resgate das interpretações “imperialismo total”, de Fernandes, e “pós-nacional”, de Furtado, permite a compreensão das principais mudanças no capitalismo do pós-Segunda Guerra Mundial e também como o Brasil, principalmente, entre os anos 1950 e 1980, se insere neste contexto atuando para servir aos interesses de uma minoria privilegiada. O país deixa de lado desde então, e sobretudo com a implantação do neoliberalismo, a construção de uma nação a partir de um projeto de desenvolvimento nacional.

Este trabalho não tem a pretensão de abordar tudo que foi exposto em diversas obras por esses dois intelectuais e comparar suas análises e proposições, mas pretende trazer para o debate atual algumas das ideias do “imperialismo total” e do “pós-nacional”. A intenção é a partir desses dois marcos teóricos do século XX buscar elementos históricos e estruturais para a interpretação da crise contemporânea no Brasil.

Entre os aspectos em comum que podem ser elencados na análise desses autores a partir do pós-Segunda Guerra Mundial estão: as interpretações sobre a redução da autonomia do Estado para manejar políticas econômicas em prol da nação; o problema da tutela dos Estados Unidos desde o pós-Segunda Guerra Mundial sobre os países subdesenvolvidos como o Brasil; o avanço de uma industrialização dependente, ancorada nas grandes corporações transnacionais;

---

1 Esta é uma versão atualizada e revisada de uma publicação na **Revista Pesquisa & Debate**, São Paulo, n. 1 (51), p. 63-85, jul. 2017.

a manutenção do desenvolvimento desigual interno e da estrutura heterogênea; e a impossibilidade de um projeto nacional de desenvolvimento<sup>2</sup>.

Com a interpretação do “imperialismo total”, Florestan Fernandes mostrou que a partir da associação das burguesias brasileiras<sup>3</sup> com o capital internacional caracterizou-se o capitalismo monopolista e a industrialização pesada no Brasil, no pós-Segunda Guerra Mundial. Desde então, as burguesias brasileiras optaram pela associação dependente e subordinada ao capital internacional, tendo como desfecho a revolução burguesa brasileira, sem resolver o problema democrático e com baixíssimo teor nacionalista. Isso, para Fernandes, configurou um capitalismo que acirrou a dependência externa e consolidou um Estado autocrático-burguês no contexto da contrarrevolução permanente, a partir do golpe civil-militar de 1964, que fortaleceria as características intrínsecas dessas burguesias: antissocial, antidemocrática e antinacional.

Celso Furtado entendeu a reorganização do sistema capitalista após a Segunda Guerra Mundial como o início do capitalismo “pós-nacional”. O termo foi utilizado por ele no sentido de explicar que a tomada de decisões e, conseqüentemente, o poder de uma nação em particular deixa de estar circunscrito à esfera do Estado Nacional e das indústrias locais e se desloca para as empresas transnacionais, em grande expansão pelo globo. Trata-se de uma fase de grandes transformações estruturais sob comando da hegemonia norte-americana no mundo.

A partir das análises de Fernandes e de Furtado é possível apreender o significado e os efeitos do neoliberalismo no Brasil, que se desdobram em uma política macroeconômica que não tem os interesses da maioria da população brasileira como os mais importantes, mas o rentismo; um agudo processo de desindustrialização relativa<sup>4</sup>; um aumento da sua vulnerabilidade externa<sup>5</sup>; um crescimento exponencial do endividamento público, que alimenta o circuito

2 A impossibilidade de um projeto de desenvolvimento nacional deriva das leituras tanto de Florestan Fernandes (1972, 1975, 2005) quanto de Celso Furtado (1974, 1983). Embora em Fernandes isso esteja mais claramente identificado, em Furtado temos ao longo da sua obra a ideia de possibilidade de superação do subdesenvolvimento presente até a sua morte, em 2004. Porém, apesar dessa esperança, alguns de seus livros, como *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (1974), mostram quão mais consciente ele estava da distância que se ampliava para isso, de fato, ocorrer.

3 Florestan Fernandes utilizou muitas vezes o termo “burguesias brasileiras”, no plural, porque ele as identificou como bastante heterogêneas em seus interesses. Há, entretanto, um padrão composto de hegemonia burguesa que dá unidade a essas burguesias, funcionando como uma colcha de retalhos, ou unidade de diferentes. O que divide essas burguesias na luta política é a polarização entre polo modernizador e polo conservador. O que as unifica, por sua vez, é a superexploração do trabalho, as restrições à emergência do povo no cenário político e a associação dependente com o capital internacional.

4 Ver: Cano (2012; 2014).

5 Ver: Gonçalves (1999), Cap. 1 e Gonçalves (2003), Cap. 4.

financeiro do capital mundial; e a impossibilidade de que o Estado seja um agente que direcione os meios e os fins do desenvolvimento nacional<sup>6</sup>.

Entende-se a crise atual como uma crise de sobreacumulação do capital em escala mundial<sup>7</sup>, ancorada nas mudanças advindas do pós-Segunda Guerra Mundial e do fim dos acordos de Bretton Woods em 1971-73. Essa transformação histórica do sistema capitalista mundial, pela qual passa a prevalecer a lógica do capital financeiro, obviamente tem efeitos sobre o Brasil. O país não só passivamente é absorvido pelas mudanças impostas pelo sistema na sua totalidade como também tem em sua política econômica um papel ativo na mesma direção de satisfação do rentismo<sup>8</sup>.

Feitas essas breves considerações, a seguir o capítulo discutirá de maneira mais detida o “imperialismo total” e o “pós-nacional”. A partir deste legado, discute-se a consolidação do neoliberalismo no Brasil, abordando alguns de seus principais desdobramentos na crise contemporânea.

## 2. Florestan Fernandes e o “imperialismo total”

O aumento da concorrência internacional e a expansão das filiais das empresas oligopolistas na América Latina, por meio da internacionalização produtiva<sup>9</sup>, levaram as burguesias brasileiras a atuarem para garantir internamente os interesses de valorização dos capitais produtivos dessas empresas, colocando tanto o Estado quanto as empresas estatais para este fim<sup>10</sup>.

6 A impossibilidade de um projeto nacional fica evidente com o neoliberalismo, que percorre diferentes governos no Brasil, até mesmo os do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e de Dilma Rousseff (PT), que supostamente foram entendidos como uma fase pós-neoliberal (SADER, 2013) ou representantes de uma fase novo-desenvolvimentista ou social-desenvolvimentista (BRESSER-PEREIRA, 2012; CARNEIRO, 2013). Para uma análise crítica dessas interpretações, ver: Jurgensfeld e Rodrigues (2016).

7 Por crise de sobreacumulação compreende-se que esta é uma situação em que há um volume significativo de excesso de capital na economia, o qual não pode ser investido no setor produtivo à taxa média de lucro normalmente esperada pelos proprietários do capital. Para entender a lei da queda da taxa de lucro, recomenda-se Marx (1984), seção III. Ver: Mészáros (2009).

8 O tripé macroeconômico (regime de metas de inflação, superávit primário e câmbio flutuante) implantado em 1999 no país é um exemplo de política econômica que favorece o rentismo, porque é a partir de juros altos que se controla a inflação, e é por meio do superávit primário que se remunera os detentores de papéis da dívida pública.

9 “Essas empresas trouxeram à região um novo estilo de organização, de produção e de marketing, com novos padrões de planejamento, propaganda de massa, concorrência e controle interno das economias dependentes pelos interesses externos. Elas representam o capitalismo corporativo ou monopolista, e se apoderaram das posições de liderança – através de mecanismos financeiros, por associação com sócios locais, por corrupção, pressão ou outros meios – ocupadas anteriormente pelas empresas nativas e por seus policy makers” (FERNANDES, 1975, p. 18). Sobre internacionalização produtiva e financeira, recomenda-se Campos (2009).

10 Para mais informações, ver: Rodrigues (2017).

Com o ingresso expressivo dos Investimentos Diretos Externos (IDEs), principalmente a partir da segunda metade da década de 1950, houve o desenvolvimento das forças produtivas, que redundou na industrialização pesada no Brasil, ao mesmo tempo em que foram aprofundadas a dependência externa<sup>11</sup> e a influência imperialista. As empresas multinacionais ditavam o processo de industrialização brasileira de acordo com seus anseios e recebiam a anuência das burguesias nativas, que viam nessa associação dependente e subordinada uma grande oportunidade de fortalecer seus vínculos com essas empresas e deles também se beneficiarem.

No padrão de dominação do pós-Segunda Guerra Mundial, quando o imperialismo britânico foi substituído, de fato, pelo imperialismo norte-americano, evidenciou-se o “imperialismo total” em contraposição ao anterior (Grã-Bretanha) e que era caracterizado pelo imperialismo restrito<sup>12</sup>. A partir de então, os Estados Unidos passavam a dominar significativamente o comércio, a tecnologia e os mercados latino-americanos. Essa preponderância surgiu como desdobramento da expansão das grandes empresas oligopolistas norte-americanas.

O traço específico do imperialismo total consiste no fato de que ele organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação de massa e o consumo de massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, a modernização da infra e da superestrutura, os expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital da política nacional etc. [...]. Esse tipo de imperialismo demonstra que mesmo os mais avançados países latino-americanos ressentem-se da falta de requisitos básicos para o rápido crescimento econômico, cultural e social em bases autônomas (FERNANDES, 1975, p. 18).

As empresas multinacionais passavam a operar internamente (por meio das filiais), sob comando de fora (das matrizes), realizando as alterações que potencializavam seus ganhos e sua posição privilegiada nas economias subdesenvolvidas latino-americanas<sup>13</sup>. No Brasil, a partir da industrialização

11 A dependência externa significava o acirramento do escoamento do excedente econômico para as economias centrais, para remunerar seus IDEs, por meio de remessas de lucros, dividendos, royalties, assistência técnica e administrativa e remessas de juros, assim como pelo pagamento dos encargos da dívida externa.

12 Fernandes (1975; 2005) identificou quatro fases de dominação externa sobre a periferia, nas quais os países da América Latina, principalmente o Brasil, tiveram um papel importante no processo de acumulação de capital dos países centrais e caracterizou o “imperialismo total” como a quarta fase do processo.

13 “As grandes firmas e organizações das economias nacionais avançadas disputam entre si as oportunidades de alocação econômica no mundo subdesenvolvido, [transformando as] economias nacionais dependentes, dotadas de melhores perspectivas de autonomização em bases capitalistas, em verdadeiras economias de consumo. Isso põe fim ao mito segundo o qual a autonomização do desenvolvimento econômico capitalista

pesada, qualquer possibilidade de mudança que desagradasse os interesses do “imperialismo total”, nos termos de Fernandes (2005), sofreria imediato boicote por parte deste, uma vez que nos países periféricos não poderia haver alterações que comprometessem a drenagem do excedente econômico pelas economias centrais.

Não eram todos os países da América Latina que tinham condições de receber esse padrão de industrialização pesada, visto que era necessário um enorme mercado interno e uma grande concentração de renda, pré-requisitos que o Brasil possuía. Assim, as burguesias brasileiras não mediram esforços para estabelecer as transformações pleiteadas pelo “imperialismo total” em detrimento das necessidades da nação. Nesse período, a economia brasileira já não concorria, “apenas, para intensificar o crescimento do capitalismo monopolista no exterior: ela se incorpora a esse crescimento, aparecendo, daí em diante, como um de seus polos dinâmicos na periferia” (FERNANDES, 2005, p. 299).

Para a completa efetivação do “imperialismo total”, o Estado brasileiro passou a dar garantias aos investimentos privados estrangeiros, dado o elevado volume de inversões necessário para o tipo de indústria que se consolidava (a indústria pesada), e também realizou o investimento em uma indústria de base a partir das empresas estatais, que atuavam como suporte ao capital privado, notadamente fornecendo de forma subsidiada bens e serviços estratégicos necessários para a instalação das empresas multinacionais no país.

Outra exigência do “imperialismo total” foi uma estabilidade política nos países periféricos. A ameaça do socialismo e a Revolução Cubana poderiam influenciar nos desígnios dos países latino-americanos. No Brasil, esta estabilidade seria conseguida com o golpe civil-militar de 1964. Para o país seguir nesta direção, os Estados Unidos, principalmente, atuavam com ajuda militar, com projetos e financiamentos. Assim, a intervenção externa no país passava a ser mais direta e o comando, mais eficaz<sup>14</sup>.

Com a tomada por completo do Estado brasileiro com o golpe, as burguesias mantinham sua posição superprivilegiada nessa sociedade e continham, por meio do monopólio da violência, grande parte da população que ficava escoimada dos benefícios do desenvolvimento capitalista. Também fizeram do Estado “veículo por excelência do poder burguês, que se instrumentalizava

---

seja uma função da capacidade revelada pelas economias capitalistas dependentes de absorver os modelos econômicos das nações hegemônicas” (FERNANDES, 1972, p. 55-56).

14 “As dimensões dos projetos, dos recursos materiais e humanos envolvidos, dos prazos de duração forçam as grandes corporações, e através delas os governos das nações hegemônicas e suas organizações internacionais, a colocarem em primeiro plano os requisitos políticos da transformação capitalista da periferia. *Sem estabilidade política não há cooperação econômica*, eis a nova norma ideal do comportamento econômico racional, que se impõe de fora para dentro, exigindo das burguesias e dos governos pró-capitalistas das nações periféricas que ponham a casa em ordem, para que pudessem contar com a viabilidade do desenvolvimento por associação” (FERNANDES, 2005, p. 297-298, grifo do autor).

através da maquinaria estatal até em matérias que não [eram] nem administrativas nem políticas”<sup>15</sup> (FERNANDES, 2005, p. 312). Não à toa, as classes privilegiadas no Brasil “passaram tão rapidamente, em 1964, da automobilização social para a ação militar e política; como o Estado Nacional foi posto a serviço de fins particularistas da iniciativa privada” (FERNANDES, 2005, p. 312).

A partir da industrialização pesada o Brasil apresentava-se enquanto um país ainda mais dependente, cuja economia mostrava-se cada vez mais comandada pelo “imperialismo total”, em um processo de satelização, em que o desenvolvimento capitalista era “provocado na periferia pelas economias centrais e, portanto, extensa e profundamente induzido, graduado e controlado de fora” (FERNANDES, 2005, p. 313).

As possibilidades de se caminhar para um capitalismo com um certo nível de autonomia se tornavam cada vez mais distantes da realidade brasileira, porque a reorganização exigida pelo capitalismo monopolista estimulava o aumento do excedente econômico gerado internamente e incrementava a apropriação do mesmo pelas empresas oligopolistas. Nessa fase,

mais que sob o capitalismo competitivo, a drenagem se faz sob a estratégia da bola de neve [...]. Sob o capitalismo monopolista, o imperialismo torna-se o imperialismo total. Ele não conhece fronteiras e não tem freios. Opera a partir de dentro e em todas as direções, enquistando-se nas economias, nas culturas e nas sociedades hospedeiras. A norma será: *o que é bom para a economia norte-americana é bom para o Brasil* (e assim por diante) só que nunca se estabelecerão as diferenças entre a economia norte-americana (ou as outras economias centrais) e a economia brasileira. Nessa situação, o industrialismo e a prosperidade capitalista virão finalmente, mas trazendo consigo uma forma de articulação econômica às nações capitalistas hegemônicas e ao mercado capitalista mundial que jamais poderá ser destruída, mantidas as atuais condições, dentro e através do capitalismo (FERNANDES, 2005, p. 319-320, grifo do autor).

Para as burguesias brasileiras, a associação subordinada e dependente proporcionava benefícios e vantagens desde econômicas a políticas, motivos pelos quais aderiram incontestes às orientações do “imperialismo total” e promoveram uma forma excludente de organização da sociedade. Para garantir a exclusividade do poder político e econômico, buscavam se fortalecer a partir

15 “O Estado transforma-se em instrumento de defesa e de suporte incondicional da iniciativa privada. Cabendo-lhe não apenas compensar as debilidades que comprometessem a capacidade de a iniciativa privada incorporar as transformações econômicas difundidas do centro mas também arbitrar os ajustes internos necessários para viabilizar a convivência entre o *moderno* e o *atrasado*” (SAMPAIO Jr., 1999, p. 151, grifo do autor).

de uma contrarrevolução, isto é, “uma revolução dinamizada por burguesias que dispõem de um espaço histórico tão reduzido de autoafirmação, de auto-privilegiamento e de autodefesa, que precisavam recorrer reiteradamente a formas tirânicas de dominação de classe e de organização do Estado” (FERNANDES, 1980, p. 63).

As burguesias brasileiras procediam, assim, de maneira “pró-imperialista”, não impondo restrições à dominação externa. Ao contrário disso, criavam as condições para que ela se operacionalizasse e se intensificasse, mantendo, inclusive, formas de produção arcaicas. Esse tipo de industrialização mantinha a heterogeneidade da estrutura produtiva do capitalismo dependente brasileiro e funcionava como um “colchão amortecedor” para as burguesias em momentos de crise no mercado internacional<sup>16</sup>. Nesse contexto, acirravam-se a exploração e a segregação social<sup>17</sup>.

Com o golpe civil-militar de 1964, as burguesias utilizavam a tecnocracia e, com o apoio dos militares, coroavam sua contrarrevolução que “bloqueou a passagem, em processo, de uma democracia restrita para uma democracia de participação ampliada” (FERNANDES, 1980, p. 118).

A “militarização e a tecnocratização”<sup>18</sup> se transformavam, assim, nos instrumentos da dominação burguesa. As burguesias brasileiras puderam, dessa forma, se apropriar do Estado com uma intensidade que não conseguiriam por meio de um Estado democrático-burguês. Elas se aproveitavam dos momentos mais intensos de conflitos sociais para capitanear, em benefício próprio, mudanças que as fortaleciam e que levavam cada vez mais a

16 A combinação do atraso com o moderno, ou seja, a conciliação de diferentes estágios do processo produtivo no capitalismo subdesenvolvido, funcionou, logo, como uma função estabilizadora da economia brasileira, que não podia ser superada por suas burguesias, uma vez que isso as levaria à crônica instabilidade do cálculo capitalista. A heterogeneidade estrutural era “o único meio de contrabalançar a extrema instabilidade do capitalismo dependente e [de] lhe dar um mínimo de estabilidade” (SAMPAIO Jr., 1999, p. 136).

17 “As técnicas de produção anacrônicas e a conglomeração de formas produtivas heterogêneas representam, em si mesmas, um meio de defesa do *produtor* (ou seja, do agente econômico que detém a propriedade das unidades produtivas e dos bens exportados). Conforme as condições, a combinação de modalidades de economia de subsistência com a produção para exportar pode constituir um mecanismo de transferência de pressões para os ombros do trabalhador. Nesse esquema, o proprietário-exportador consegue enfrentar fortes processos de descapitalização da *empresa*, do setor e até longas depressões da economia interna, em relativa segurança e com riscos limitados. [...] A articulação de formas de produção heterogêneas e anacrônicas entre si preenche a função de calibrar o emprego dos fatores econômicos segundo uma linha de rendimento máximo, explorando-se em limites extremos o único fator constantemente abundante, que é o trabalho – por bases anticapitalistas, semi-capitalistas ou capitalistas” (FERNANDES, 1972, p. 51-52, grifo do autor).

18 Nas palavras de Fernandes (2005, p. 397, grifo do autor), “Sem a militarização e a tecnocratização intensivas e persistentes, teria sido impossível colocar o Estado nacional no centro das transformações históricas em curso e, portanto, seria também impossível: 1º) manter o nexo entre a explosão modernizadora e a regeneração dos costumes e da ordem; 2º) converter a reação autodefensiva de uma *burguesia ameaçada* numa fonte de autoafirmação e de autoprivilegiamento das classes burguesas como um todo”.

sociedade para uma dominação autoritária, impedindo “a emergência do povo no cenário político” (SAMPAIO JR., 1999, p. 144). Com o Estado autoritário, as burguesias conquistavam

as condições mais vantajosas possíveis: 1º) para estabelecer uma associação mais íntima com o capitalismo financeiro internacional; 2º) para reprimir, pela violência, ou pela intimidação, qualquer ameaça operária ou popular de subversão da ordem (mesmo como uma *revolução democrático-burguesa*); 3º) para transformar o Estado em instrumento exclusivo do poder burguês, tanto no plano econômico quanto nos planos social e político (FERNANDES, 2005, p. 255, grifo do autor).

As “classes possuidoras”<sup>19</sup> no país eliminavam suas divergências em defesa do golpe por conta da união em torno da proteção da “propriedade privada” e da “iniciativa privada”<sup>20</sup>. O regime autoritário permitia “a imposição de uma tirania das classes possuidoras que se reconhecia como tal, ainda que justificasse *revolucionariamente* a ditadura da minoria através de mistificações, como a *defesa da ordem*, a *proteção do regime democrático*, o *resguardo da civilização ocidental e da fé cristã* etc.” (FERNANDES, 1980, p. 118-119, grifo do autor). O coroamento da contrarrevolução tinha como objetivos:

1º) o controle dessa periferia pelas nações capitalistas hegemônicas e por sua superpotência; 2º) a estabilidade política exigida pelas multinacionais (ou as grandes corporações) para operar em escala mundial e para crescer nas nações capitalistas dependentes *estratégicas*; 3º) os setores hegemônicos das classes possuidoras nestas nações, como e enquanto uma comunidade *nacional* de negócios, como empresários associados ao imperialismo ou como os *quadros* administrativos e políticos do Estado (FERNANDES, 1980, p. 120, grifo do autor).

Se a classe dominante brasileira teve como característica intrínseca, por um lado, ser subserviente e impotente perante os interesses das empresas oligopolistas no país, por outro lado, foi imponente e implacável com grande

19 “Na verdade, a contrarrevolução só foi possível porque as classes possuidoras, através de seus setores dirigentes e de suas elites econômicas, políticas, culturais, militares, judiciárias e policiais (e em certo sentido também religiosas), revelaram-se capazes de unificar socialmente o seu espaço político, engendrando o equivalente político de uma união sagrada dos interesses comuns das classes possuidoras” (FERNANDES, 1980, p. 118).

20 “A ameaça – real ou potencial – de uma insurreição dos condenados do sistema obriga os donos do poder a passar por cima de suas diferenças e a cerrar fileiras contra o inimigo comum: as classes subalternas” (SAMPAIO JR., 1999, p. 149).

parte da população que não fazia parte de seu circuito fechado<sup>21</sup>, que fora eleita inimiga principal e que teve reduzido seu espaço de reivindicação e participação nos destinos da sociedade brasileira<sup>22</sup>. A força das burguesias brasileiras vinha de sua fraqueza externa, da sua associação, por isso elas não podiam ser contra os interesses do capital internacional. Nesse sentido, essas burguesias não tinham como vacilar, não permitindo à classe trabalhadora brasileira sua ascensão nas decisões internas. A dominação no país, entretanto, era instável e suscetível a crises. Tal situação evidenciou-se pelo desfecho da revolução burguesa no Brasil.

A principal debilidade da revolução burguesa atrasada reside no fraco espírito revolucionário das burguesias que a lideram [...]. A revolução burguesa torna-se, assim, um processo eminentemente político. A economia dependente só assimila as transformações capitalistas que são compatíveis com a perpetuação do ultraprivilegiamento econômico, sociocultural e político das classes dominantes (SAMPAIO Jr., 1999, p. 159-160).

As burguesias brasileiras se caracterizavam por ser uma burguesia compósita. Elas se desenvolveram e se sedimentaram com o senhor de engenho, com o senhor de escravo, nunca se antagonizando. A lógica era se amalgamar. Na fase da industrialização pesada, evidenciou-se como uma burguesia daquele momento, mas sem abrir mão de seu passado, de seu ventre mercantil.

Para as classes “altas” e “médias”, as grandes beneficiárias desse processo, formou-se um Estado disposto a barganhar para favorecer seus anseios, promover políticas de planejamento econômico com o falso argumento de beneficiar a população como um todo ou de levar o país a um capitalismo com certa autonomia. Como as burguesias não queriam abdicar de seus privilégios, o Estado só pôde constituir-se enquanto um Estado autoritário, restrito e mantenedor desse tipo de *status quo*.

A tomada do Estado e o uso das empresas estatais no processo de industrialização não significaram que o país estivesse caminhando para um capitalismo autodeterminado. Como acertadamente mostrado por Fernandes (2005),

21 Esta situação, para Fernandes (1976, p. 5, grifo do autor), é característica de “um Estado que, como todo o Estado elitista, tem sempre de fechar a história para os que não estão no poder. Nesse sentido, vivemos a pior fase da transição, aquela na qual a autodefesa do privilégio pela violência sistemática, organizada, institucionalizada e legitimada através do poder concentrado do Estado dá a impressão que o passado é *perene* e que tenderá a reproduzir-se no futuro como se reproduzia socialmente no passado”.

22 “Para Florestan Fernandes, o problema central das economias dependentes é que o processo de modernização fica à mercê de burguesias impotentes para superar a situação de subordinação externa e onipotentes para impor unilateralmente a sua vontade ao conjunto da população. Nesse sentido, o desenvolvimento dependente aparece como o produto de burguesias incapazes de levar às últimas consequências as utopias de que são portadoras: a revolução nacional e a revolução democrática” (SAMPAIO Jr., 1999, p. 143-144).

o país cada vez mais se direcionava para a intensificação da dupla articulação – dependência externa e desenvolvimento desigual –, mesmo em períodos de crescimento econômico expressivo, que foram necessários para essas burguesias brasileiras se legitimarem. O crescimento econômico permitia que uma parcela da população excluída conseguisse alguma inserção no mercado de trabalho, situação que amenizava as mazelas sociais, mas sem significativa transformação estrutural<sup>23</sup>. Assim, as possibilidades de uma mudança “dentro” ou mesmo “fora da ordem” diminuía e o “imperialismo total” convertia “os dinamismos de crescimento da economia capitalista satélite em fonte de transferência para fora de seu próprio excedente econômico” (FERNANDES, 1972, p. 55). Como desdobramento,

A dominação imperialista externa cresce (e não diminui, como se esperava) com a diferenciação e a aceleração do desenvolvimento capitalista; e, ao mesmo tempo, ela se redefine e se fortalece, agora, a partir de dentro, utilizando a base material quase inexpugnável que alcançara na organização do sistema econômico e manipulando as probabilidades de decisões inerentes à sua própria posição institucional (FERNANDES, 2005, p. 291).

No capitalismo brasileiro, portanto, o passado se renovava e impedia o futuro. Apesar de sempre reivindicar o futuro, a história do país se reciclava sem romper com o passado. O Estado se caracterizava enquanto um Estado particular para reproduzir o capitalismo de forma dependente, perpetuando a heteronomia e não assumindo um caráter nacionalista, a não ser um nacionalismo de fachada. O nacionalismo burguês no Brasil se evidenciava enquanto uma farsa, contudo, funcionava como um instrumento de dominação.

O diagnóstico a partir de Fernandes (1972; 1975; 2005) sobre as características das burguesias brasileiras permite uma análise das mudanças ocorridas nas políticas econômicas introduzidas no país principalmente a partir da industrialização pesada. De maneira geral, a sua interpretação não cria a ilusão de que essas medidas se direcionavam para a construção do país enquanto uma nação e que a ampliação das empresas estatais que aumentavam o poder de intervenção do Estado na economia estivesse se direcionando para a consolidação de um capitalismo autodeterminado ou para a homogeneização das estruturas produtivas. Pelo contrário, cada vez mais se exacerbava a dependência externa.

23 “Mesmo quando o ritmo de modernização é intenso, as estruturas fundamentais da sociedade colonial não desaparecem [...]. Como as burguesias dependentes não abrem mão de privilégios exacerbados, os esforços para combater as desigualdades sociais não podem avançar até o ponto em que a alteração na correlação de forças ameace a absoluta supremacia das classes dominantes sobre a sociedade. Por este motivo, Florestan Fernandes adverte que, ainda que o crescimento econômico seja um elemento estratégico do padrão de dominação, pois alimenta ilusões de melhor classificação social, ele não pode ser considerado uma solução para os problemas gerados pela dependência” (SAMPAIO Jr., 1999, p. 154).

### 3. Celso Furtado e o “pós-nacional”

Celso Furtado utiliza o termo “pós-nacional” para caracterizar uma impossibilidade de coordenação por parte do Estado Nacional tanto em relação aos meios (racionalidade instrumental) quanto aos fins (racionalidade substantiva) do desenvolvimento econômico<sup>24</sup>. Isso porque as transformações estruturais da economia capitalista – o aumento do poder das grandes corporações mundiais pela aceleração dos processos de concentração e centralização de capitais – a partir do pós-Segunda Guerra Mundial reduzem a eficácia dos sistemas de decisão representados pelos Estados Nacionais (FURTADO, 1981).

A partir da lógica de acumulação das transnacionais, pode-se dizer que o espaço deixa de ser nacional para ser plurinacional. Há a repartição da produção cada vez mais flexível<sup>25</sup> em diferentes países e essas empresas removem as barreiras existentes para o fluxo de capitais (produtivo e financeiro) entre as nações. Entre os objetivos estratégicos que direcionam a maximização de lucro por essas empresas estão: 1) a busca de eficiência, o que significa dar ênfase à tecnologia intensiva em capital; 2) a procura de matérias-primas para abrir ao exterior o setor produtivo de minerais e combustíveis; e 3) a abertura dos mercados financeiros, das telecomunicações, da eletricidade e da distribuição de gás (FURTADO, 1977).

O Estado Nacional, que na visão de Furtado deveria ter papel central no desenvolvimento socioeconômico da nação, direcionando os meios e os fins, com as transformações do pós-guerra tem reduzido seu grau de arbítrio tanto no campo político quanto econômico, já que há uma dimensão transnacional

24 Por racionalidade instrumental pode-se entender basicamente o padrão de acumulação, que tipo de técnica é necessária para uma sociedade avançar, se há um processo de acumulação forte ou fraco. Por racionalidade substantiva pode-se entender qual é o seu fim. Para Furtado (1981, p. 56), “os dois eixos em que se desdobra o processo acumulativo se subordinam, um, à racionalidade instrumental, aos critérios de eficiência, e o outro à racionalidade substantiva, aos fins que se propõe o homem individual e/ou coletivamente. Contudo não se deve perder de vista que o processo acumulativo é um só e que, tanto ao nível dos meios como dos fins da vida social, ele bebe na mesma fonte que é a criatividade”.

25 Nas palavras de Harvey (1998, p. 140, grifo do autor), “a acumulação flexível [...] é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado *setor de serviços*, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas. Ela também envolve um novo movimento que chamarei de *compressão do espaço-tempo* no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privadas e públicas se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado”.

do capitalismo que desde então dita as regras<sup>26</sup>. Isso se traduz no fato de que o período “pós-nacional”<sup>27</sup> é marcado pelo aumento dos processos de integração das economias centrais e periféricas; pela criação de uma superestrutura política internacional – com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, hoje Organização Mundial do Comércio) –, que dá condições para que as transnacionais desfrutem de liberdade no sistema mundial, pois há o “desarmamento tarifário [e o] reforçamento da posição internacional do dólar (base do crescente mercado financeiro internacional)”<sup>28</sup> (FURTADO, 1977, p. 80).

O “pós-nacional” ganha novos contornos especialmente a partir de 1971-73, com o rompimento dos acordos de Bretton Woods, fruto da crise de sobrecumulação do capitalismo, e com o primeiro choque do petróleo em 1973. A ruptura dos acordos de Bretton Woods resulta no fim do lastro dólar-ouro, permitindo assim que o dólar atuasse como moeda fiduciária e flexível, aumentando a liquidez internacional e fomentando a expansão de bancos e grandes corporações mundiais, principalmente por meio do euromercado<sup>29</sup>. O primeiro choque do petróleo, por sua vez, possibilita aos Estados Unidos ampliarem a liquidez internacional com a reciclagem de petrodólares e com isso iniciar um grande endividamento da periferia, que recorre à abundância de oferta de crédito externo a taxas de juros variáveis atrativas, dando força à exacerbação do capitalismo financeiro mundial. Esse contexto específico do petróleo, com a reciclagem de petrodólares, nas palavras de Furtado (1992, p. 68),

permitiu a um grupo de países sem capacidade para absorver grandes recursos financeiros acumular de maneira precipitada enormes reservas sob a forma de certificados de depósito em bancos internacionais. O desequilíbrio provocado nas contas externas dos países cênicos – quase todos eles grandes importadores de petróleo – levou-os a buscar por todos os meios o aumento de suas exportações. O esforço de abertura adicional das economias industriais, realizado em seguida à comoção do aumento do preço do petróleo, teve como contrapartida o incremento das importações dos países periféricos, assim como uma transformação do excesso de liquidez dos bancos internacionais em créditos sobre esses países. As economias subdesenvolvidas, que lutavam tradicionalmente com grande

26 Furtado (1977) explica que essa dimensão transnacional significa que a “nova dimensão” da economia capitalista estava surgindo, principalmente, fora do controle direto dos governos.

27 Para mais informações ver: Jurgenfeld (2018), cap. 2.

28 O FMI e o GATT foram criados no pós-Segunda Guerra Mundial para “ordenar” a economia internacional. O FMI operou principalmente como “um instrumento de controle, a serviço dos Estados Unidos” e tanto o FMI quanto o GATT foram “instrumentais na criação das condições que permitiram a emergência da nova dimensão transnacional do capitalismo” (FURTADO, 1977, p. 80).

29 Para mais informações, ver: Lima (1985).

escassez de capital, encontraram-se repentinamente em face de uma oferta completamente elástica de recursos financeiros no mercado internacional a taxas de juros negativas. A conjunção de uma oferta de capitais sem restrições no plano internacional e do empenho dos países cêntricos em corrigir o desequilíbrio de suas contas externas – provocado pela brusca elevação dos preços do petróleo – explica a rápida acumulação de dívida externa por países que buscavam meios para intensificar seu crescimento ou simplesmente para elevar o nível de seus gastos.

O alto endividamento externo da periferia capitalista latino-americana e seu descontrole, provocado pelo aumento da taxa de juros dos Estados Unidos a partir de 1979<sup>30</sup>, será entendido por Furtado (1983), no caso do Brasil, como uma “nova dependência”<sup>31</sup>.

É neste momento também que há uma forte atuação do FMI na América Latina, que impõe seu receituário para uma suposta saída da crise, diminuindo ainda mais a margem de manobra da política econômica dos Estados Nacionais. Esta fase representou a exacerbação das disparidades e das injustiças sociais porque o poder de controle, coordenação e atuação do Estado foi transferido para as multinacionais. Nas palavras de Furtado (1981, p. 153), reduziu-se “a eficácia dos sistemas de decisão representados pelos estados nacionais”. E, neste sentido, reproduziu-se a divisão entre subdesenvolvimento e desenvolvimento:

[...] a esfera econômica tende a ser crescentemente dominada pelas empresas internacionalizadas, as quais balizarão o espaço a ser ocupado por atividades de âmbito local e/ou informais. A importância relativa destas últimas definirá o grau de subdesenvolvimento de cada região: áreas desenvolvidas e subdesenvolvidas estarão assim estruturalmente imbricadas numa compartimentação do espaço político que cristaliza as desigualdades sociais [...]. Na dinâmica desse sistema, prevalecem as forças tendentes a reproduzir a atual clivagem desenvolvimento/subdesenvolvimento (FURTADO, 1998, p. 38).

Uma base importante para entender os desdobramentos do “pós-nacional” no Brasil é a forma como se deu a industrialização no país. No quadro da industrialização dependente brasileira, de acordo com Furtado (1978; 2003), há uma inversão do que comumente ocorreu nos países centrais, quando estes iniciaram seu processo de industrialização. Ele mostra que o fator determinante da tecnologia utilizada no país será o grau de diversificação da demanda gerada

30 Ver: Tavares (1985).

31 Ver: Furtado (1983).

por um restrito grupo que teve acesso indireto à civilização industrial. Isto é, aquilo que será produzido no Brasil pelo seu limitado setor industrial se iniciará pelas determinações de padrões de consumo do centro, que somente uma restrita camada da população periférica passará a demandar. O processo de industrialização, neste caso, se torna um esforço de adaptação a uma demanda sofisticada, se desvinculando da estrutura social e produtiva pré-existentes no país e não revolucionando tal estrutura no sentido do desenvolvimento nacional. Isso resulta em um sistema produtivo industrial com fraca capacidade de geração direta de emprego, que permanece estruturalmente ligado às economias mais avançadas, aos padrões de consumo vindos de fora e cujos vínculos de dependência tendem a se reproduzir.

A industrialização dependente brasileira, na visão furtadiana, representa um processo de aliança entre elites locais com forâneas, que se uniram por meio de uma “pilhagem” dos recursos naturais. Isso fez e ainda faz com que o excedente social e econômico da periferia permaneça em sua quase totalidade no exterior, ocorrendo uma difusão da industrialização de forma lenta ou totalmente frustrada nos países subdesenvolvidos. Isto significa que há em países como o Brasil uma diversificação da produção industrial, mas com graves limites aos efeitos benéficos dessa industrialização para o todo da sociedade.

No pós-Segunda Guerra Mundial, com atuação das transnacionais no país, a industrialização assumirá a dupla forma de uma mera diferenciação do sistema produtivo e de implantação de empresas cujos centros de decisões estariam no exterior. Assim, à medida que avançava o processo de industrialização na periferia, mais estreito tendia a ser o controle do aparelho produtivo pelas firmas estrangeiras. A dependência, antes mais limitada à imitação de padrões externos de consumo mediante a importação de bens, a partir de então se enraizaria no sistema produtivo através das subsidiárias das empresas transnacionais instaladas no país.

Outros elementos importantes para se entender o “pós-nacional” de Furtado foram as reformas da ditadura militar, consubstanciadas, inicialmente, no Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG)<sup>32</sup>. Elas representaram os primeiros passos para que institucionalmente avançasse a Reforma Financeira no país. E, em síntese, foi após essas reformas, que ocorreu o aumento do endividamento externo e que, com a alta dos juros nos Estados Unidos em 1979, levou a efeitos perversos sobre os países subdesenvolvidos que se depararam com a crise da dívida externa, como anteriormente mencionado.

32 Entre as mudanças trazidas pelo PAEG podem ser citadas a introdução de títulos públicos, como as ORTN e LTN, a instituição da correção monetária e a criação dos bancos de investimentos, além da integração do sistema bancário brasileiro ao sistema bancário internacional. Ver mais sobre PAEG em: Furtado (1983), cap. 1.

Durante a década de 1980, o Brasil direcionou a sua economia prioritariamente ao pagamento dos juros da dívida externa. Não decretou moratória e decidiu pagar os elevados juros, inclusive, com o Estado assumindo boa parte da dívida externa privada<sup>33</sup>. Renuncia-se a partir deste período a uma política econômica que tivesse como meta a industrialização, mesmo que dependente, como ocorria em momentos anteriores. Pode-se dizer que também é abandonada pelo Estado a temática do desenvolvimento nacional.

#### **4. Florestan Fernandes e Celso Furtado: aspectos contemporâneos da crise brasileira**

As interpretações até aqui expostas de Florestan Fernandes e Celso Furtado trazem aspectos históricos-estruturais em comum na análise da economia brasileira, como: 1) exacerbação da dependência externa do Brasil, mesmo após a industrialização, uma vez que esta se fez a partir de uma maior concentração de renda e ancorada nos interesses das empresas transnacionais; 2) ausência de um projeto nacional, a partir de burguesias nacionais de fato e de um Estado promotor e articulador dos meios e dos fins do desenvolvimento, situação que se faz presente historicamente no Brasil e que fica mais evidente após os anos 1960, tanto pelas mudanças mundiais preconizadas pelo pós-Segunda Guerra Mundial quanto pelas transformações internas dadas pelo golpe civil-militar de 1964; 3) redução da autonomia do Estado no sentido de este poder realizar política econômica em prol do desenvolvimento da nação, especialmente a partir da crise da dívida externa na década de 1980, pela qual fica clara a opção por alimentar o circuito do capital financeiro, especialmente a partir dos anos 1990; e 4) continuidade do desenvolvimento desigual interno e da heterogeneidade estrutural.

Essas questões se reforçam a partir do neoliberalismo no Brasil tanto na sua fase de implementação, com a abertura produtiva, comercial e financeira no fim dos anos 1980, quanto no período compreendido a partir de 1999, quando ocorre uma segunda fase, ainda mais severa do neoliberalismo, com a implantação do chamado tripé macroeconômico (regime de metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário). Neste momento, tornam-se mais evidentes problemas como: avanço da desindustrialização relativa, com uma

33 Como exemplo desse processo, há a resolução 432 do Conselho Monetário Nacional, de 1977, por meio da qual, "qualquer devedor ao exterior poderia, a qualquer tempo, transferir ao Banco Central, em caráter temporário ou definitivo, o remanescente de sua dívida nas condições contratadas, desde que nele depositasse os cruzeiros correspondentes ao principal da obrigação na data. Foi o sinal para a estatização crescente da dívida privada, a um custo em dólares para o Banco Central equivalente ao spread arbitrado pelo credor e aceito pelo devedor originais – não raro, matriz externa e subsidiária interna de um mesmo banco, ou vice-versa" (TAVARES; ASSIS, 1985, p. 70-71).

perda de importância relativa da indústria na sua contribuição para o crescimento econômico do país; aumento da vulnerabilidade externa, a partir do recrudescimento da dependência do capital estrangeiro de curto prazo para o equilíbrio do Balanço de Pagamentos; e uma política macroeconômica voltada ao interesse rentista. Esses problemas em conjunto evidenciam quão mais distante o país ficou de uma política de desenvolvimento nacional.

Parte-se aqui do argumento de que o neoliberalismo no Brasil representa um aprofundamento daquilo que Fernandes e Furtado apontaram como dependência externa e subdesenvolvimento; diminuição de autonomia do Estado Nacional; desenvolvimento desigual interno; e heterogeneidade estrutural, configurando as impossibilidades de um projeto de desenvolvimento nacional.

Para se entender o neoliberalismo no Brasil e suas conexões com as interpretações do “imperialismo total”, de Fernandes, e do “pós-nacional”, de Furtado, será necessário um retorno a alguns aspectos-chave do início dos anos 1980, para então ser realizada a discussão dos anos 1990, período permeado pela abertura econômica, Plano Real, privatizações e implantação do tripé macroeconômico em 1999.

#### **4.1 O Neoliberalismo no Brasil**

Com a crise da dívida externa no começo dos anos 1980, fruto da elevação da taxa de juros norte-americana, o Brasil, que havia se endividado significativamente durante o chamado “Milagre Econômico” e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), volta sua economia para o pagamento dessa dívida por meio de geração de superávits comerciais.

A situação se agrava em setembro de 1982 com o pedido de moratória do governo mexicano. Os bancos privados reagem inviabilizando créditos novos aos países latino-americanos devedores. Estes foram direcionados para regiões onde a segurança era maior, apesar das taxas de juros serem menores. Nessas condições, o FMI atuaria nos países devedores da América Latina no sentido de garantir que estes honrassem seus compromissos com os credores internacionais.

A partir de 1983, o governo brasileiro promoveu o “ajuste voluntário” e assinou cartas-compromissos com o FMI, em que o Fundo aplicava suas orientações e auditava as contas brasileiras para saber se o país estava ou não cumprindo com o que fora acordado, cujo objeto último era garantir o pagamento da dívida externa.

As cartas de intenções do FMI propunham, de um lado, aumentar a liberalização da economia, diminuir o protecionismo e subsídios, reduzir a presença do setor público na economia, promover privatizações e eliminar distorções no câmbio; de outro lado, indicavam a necessidade de se conter

a inflação, de modo que o aumento do salário dos trabalhadores, inclusive, ocorresse abaixo da inflação para eliminar o excesso de demanda, além de medidas econômicas recessivas para conter a expansão do mercado interno (SAMPAIO Jr., 1988).

O FMI orientará a política econômica brasileira no sentido de promover medidas que caminhassem em direção às reformas neoliberais que alguns países do centro já vinham adotando, como a Inglaterra e os Estados Unidos<sup>34</sup>. Além desses países, havia na América Latina como referência o Chile, que após o golpe de 1973, foi o pioneiro em introduzir as reformas neoliberais<sup>35</sup>.

Para conseguir os saldos necessários por meio da balança comercial a fim de administrar os serviços da dívida remunerando os juros e as amortizações, o Brasil adotou uma política econômica voltada para a sistemática transferência de recursos ao exterior<sup>36</sup>.

Os ajustes da economia brasileira ao longo da década de 1980 facilitaram as reformas pautadas no Consenso de Washington. Nesse “Consenso”, a competência do Estado foi significativamente questionada e passou-se a admitir a falência do mesmo, visto como “incapaz de formular políticas macroeconômicas”. Conseqüentemente, seria necessário transferir “essa grave responsabilidade a organismos internacionais” (BATISTA, 1994, p. 9), tais como o FMI e o Banco Mundial, além de promover a privatização das empresas estatais.

As alterações na política econômica dos Estados Unidos forçavam os países periféricos a acelerar as reformas neoliberais. Tais mudanças ocorreram, de acordo com Tavares e Melin (1997, p.61, grifo dos autores), quando os Estados Unidos baixaram unilateralmente a taxa de juros de 20% “para 4,5% no mercado monetário de Nova Iorque, [assim] verifica-se uma aceleração do crescimento e da globalização dos mercados futuros de juros e câmbio, com a saída de fundos de pensão norte-americanos em busca dos chamados *mercados emergentes* da Ásia e América Latina”.

---

34 Conforme Chesnais (1995, p. 19), “as grandes operadoras financeiras procuram recuperar a total liberdade de movimentos que haviam perdido nos anos 30 e 40. Procuravam influenciar neste sentido sobre os governos mais dispostos a satisfazê-las, obtendo assim do governo Thatcher a liberalização total dos movimentos de capital em 1979 [...], bem como, do governo norte-americano (desde a era Carter), um amplo conjunto de medidas de desregulamentação, de desintermediação e de descompartimentação monetárias e financeiras”.

35 “O Chile de Pinochet começou seus programas de maneira dura: desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização de bens públicos” (ANDERSON, 2008, p. 19).

36 De acordo com Batista (1994, p. 16), as transferências da América Latina alcançaram, “entre 1982 e 1991, US\$ 195 bilhões, quase o dobro, em valores atualizados, do que os Estados Unidos concederam, como doação, à Europa Ocidental entre 1948 e 1952, sob o Plano Marshall”.

Nesse movimento, os países da América Latina teriam que se ajustar para receber esses capitais financeiros e remunerá-los<sup>37</sup>. Para tanto, foi proposta a renegociação da dívida externa, sua substituição pelo Plano Brady. Acompanhada dessa renegociação, veio a imposição do Consenso de Washington, como explicitado anteriormente.

Em 1989, quando Fernando Collor de Mello com seu discurso de comprometimento com a política neoliberal derrota nas eleições presidenciais Luiz Inácio Lula da Silva, inicia-se a “introdução oficial”<sup>38</sup> do neoliberalismo no país.

O programa apresentado, consubstanciado no chamado Plano Collor, pela primeira vez não se resumia – quando comparado aos outros planos de estabilização heterodoxos – simplesmente ao combate à inflação; era um programa de reformas estruturais do Estado e das relações deste com o setor privado e do capital com o trabalho, nos moldes da doutrina neoliberal: privatização, abertura comercial e financeira e ataque aos direitos sociais e trabalhistas – com a desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho e das relações trabalhistas (FILGUEIRAS, 2005, p. 11).

Após o impeachment de Collor de Mello<sup>39</sup>, seu vice Itamar Franco assumiu a presidência<sup>40</sup>, e Fernando Henrique Cardoso (FHC), o ministério da Fazenda. Ainda enquanto ministro da Fazenda, FHC foi responsável pela conclusão da renegociação da dívida externa brasileira, iniciada no governo Collor e intitulada Plano Brady<sup>41</sup>. Além de atender os interesses dos credores

37 “A periferia se transforma em campo de aplicação dos capitais especulativos [...]. Ainda, no caso da América Latina, a modernização proposta pelos Estados Unidos – através dos organismos multilaterais manejados pela potência hegemônica – implica transformar o continente num mercado cativo para as exportações americanas e num território de expansão para os seus capitais, concentrados, em geral, nas privatizações dos serviços de utilidade pública. Além disso, a capacidade fiscal do Estado vem se enfraquecendo sob o peso crescente do dispêndio com juros” (MELLO, 1997, p. 162).

38 Utiliza-se o termo “introdução oficial” como forma de distingui-lo de uma introdução anterior do neoliberalismo no Brasil, não oficializada, mas que é evidenciada pelos ajustes que as empresas estatais no país sofreram no início da década de 1980, por meio da Secretaria de Controle das Empresas Estatais (SEST), subordinada à Secretaria de Planejamento Econômico sob comando de Delfim Netto. Ver: Rodrigues (2017).

39 “O Governo Collor, aos poucos, foi perdendo o apoio das classes dominantes. Para isso, foi fatal o fracasso de sua estratégia de estabilização dos preços – que desembocou numa recessão econômica brutal, com a redução do PIB em 4% em 1990 e taxas de desemprego recordes, que praticamente dobraram entre 1989 e 1992. Some-se a isso, a sua incapacidade (congênita) em arbitrar os distintos interesses das diversas frações do capital” (FILGUEIRAS, 2005, p.12).

40 Para uma análise do neoliberalismo no governo Itamar Franco, sobretudo relacionado às privatizações, ver: Rodrigues; Jurgenfeld (2020).

41 Apesar da retórica de que, com a renegociação dessa dívida, ela seria diminuída, o que se constatou foi o contrário. De acordo com Carcanholo (2003, p.50), “o crescimento da dívida externa nos anos 90 é nítido, passando de um total de US\$ 115,5 bilhões em 1989 para US\$ 241,2 bilhões dez anos depois, um aumento de quase 109% na década. Os gastos com o serviço dessa dívida também mostraram um crescimento

internacionais, com essa renegociação FHC mostrou para a comunidade internacional que nele podia confiar e que deveria apoiá-lo na próxima disputa presidencial. Em 1994, o então ministro da Fazenda anunciou um plano de estabilidade monetária, o Plano Real. Este atendia às demandas internacionais, uma vez que o fluxo de capital financeiro que começara a emergir principalmente no início da década de 1990 exigia desregulamentação financeira e estabilidade econômica para continuar seu movimento aos países periféricos,

Destarte, um programa de estabilização macroeconômica era condição essencial para a elevação da entrada de capitais no mercado financeiro, principalmente para aquisição de títulos da dívida pública. Essa entrada de capital seria a grande responsável por fechar o Balanço de Pagamentos dos países tidos como “emergentes”. Não seria mais necessário manter um saldo positivo significativo na Balança Comercial como ocorrera na década de 1980.

O Plano Real foi um programa de estabilização apresentado em 7 de dezembro de 1993. Ele foi implementado em três fases, sendo a última em 1º de julho de 1994, com a introdução do Real enquanto moeda oficial<sup>42</sup>.

Para manter a estabilidade da nova moeda, foi adotada uma taxa de juros elevada a fim de atrair o capital financeiro, pois com a adoção da taxa cambial fixa<sup>43</sup> há a necessidade de intervir no mercado ofertando dólares sempre que se aventa a possibilidade de desvalorização da moeda<sup>44</sup>.

A política econômica que sustentava o Plano Real promoveu um aumento considerável da dívida pública, em função da excessiva emissão de títulos e

---

considerável de US\$ 24 bilhões no final da década de 80 para US\$ 62,8 bilhões ao término da década passada. Deve-se ressaltar, entretanto, que o serviço da dívida externa experimentou certo recuo no início da década de 90, muito por causa da renegociação da dívida externa nos moldes do Plano Brady encerrada em 1994. A partir desse momento, a trajetória de crescimento do serviço da dívida acompanhou a elevação do endividamento do país”.

- 42 Na tentativa de conter a memória inflacionária, o Plano Real foi implementado em 3 fases: em primeiro lugar, o governo adotou um Programa de Ação Imediata (PAI), que foi um mecanismo de equilíbrio orçamentário, pois o governo, com o fim da inflação, teria dificuldades em fechar suas contas, e criou o Fundo Social de Emergência (FSE) e o Imposto Sobre Movimentação Financeira (IPMF), sendo o FSE o responsável justamente por tirar recursos da área social, garantidos pela Constituição Federal de 1988, para o governo manejá-los da maneira que quisesse. A segunda fase consistiria na criação de um mecanismo original de transição, um índice único e obrigatório de indexação que restituiria a função de unidade de conta da moeda, assim criou-se a URV. A terceira fase seria responsável pela restauração das duas outras funções da moeda, ou seja, a de servir como meio de troca e reserva de valor, assim ocorreria a transformação da URV em Real (OLIVEIRA, 1996). Ver também: Filgueiras (2006a).
- 43 Essa taxa de câmbio apesar de fixa era assimétrica, uma vez que a nova moeda não poderia ultrapassar o valor de um dólar, entretanto, não havia um limite para a valorização do real.
- 44 “No primeiro governo, com a implementação do Plano Real, a lógica de valorização e a política econômica do capital financeiro se impuseram de forma cabal – com a estabilização monetária apoiada na valorização cambial e em taxas de juros elevadas, acompanhadas de desregulamentação e abertura comercial e financeira, privatização e desregulação do mercado de trabalho –, dando continuidade ao programa de Collor” (FILGUEIRAS, 2005, p. 13-14).

da extraordinária taxa de juros. “O estoque de títulos públicos sob responsabilidade da União saltou de R\$ 62 bilhões no final de 1994, 1989 e 1992 para um patamar superior a R\$ 674 bilhões em agosto de 2002” (SAMPAIO JR., 2005, p. 299).

Além do endividamento público, houve também o endividamento externo, uma vez que o governo foi obrigado a contrair empréstimos através de pacotes do FMI, principalmente quando havia algum abalo na Bolsa de Valores dos países periféricos e o especulador em títulos públicos ameaçava sair desse mercado<sup>45</sup>.

O Plano Real trazia uma “nova armadilha” para o crescimento econômico: à medida que a economia crescia, aumentariam ainda mais os déficits comercial e de transações correntes. Em 1995, a Balança Comercial começou a ficar deficitária, em função da moeda sobrevalorizada e da abertura comercial<sup>46</sup>. Com a perda do superávit comercial, “todas as contas que compõem a balança de transações correntes tornaram-se negativas – à exceção das transferências unilaterais –, fazendo crescer rapidamente o déficit em transações correntes para valores próximos a 5% do PIB” (CARNEIRO, 2002, p. 386).

Complementando as reformas propostas pelo Consenso de Washington, o presidente FHC promoveu as privatizações<sup>47</sup>, as quais objetivavam destinar ao capital privado empresas lucrativas a baixo custo, muitas vezes modernizadas, além disso, financiadas pelo próprio Estado com juros baixos, por meio de bancos de fomento, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que fora autorizado, em maio de 1997, a conceder empréstimos a grupos estrangeiros.

O discurso corrente era o de que a crise da década de 1980 teria ocorrido, em grande medida, devido ao excesso de participação do Estado na economia e a solução passaria por “redução da presença do Estado, a redução dos gastos públicos, e a passagem de toda atividade econômica estatal

45 “Essa permanente instabilidade – que acompanha o país desde a crise do México em dezembro de 1994 e que se evidenciou sucessivamente e de forma cada vez mais crítica, nas crises da Ásia em 1997, da Rússia em 1998, do próprio Brasil em 1999, da Argentina em 2001 e, de novo, do Brasil em 2002 – está associada a uma grande dependência da dinâmica econômica brasileira para com o capital financeiro nacional e internacional, que se alimenta das altas taxas de juros pagas pelos títulos das dívidas interna e externa” (FILGUEIRAS, 2006b, p. 196).

46 De acordo com Carcanholo (2003, p. 50), “a estratégia de abertura, potencializada pelos efeitos da sobrevalorização cambial da segunda metade da década, levou a um processo de *stop and go* na trajetória de crescimento do país. Qualquer melhora conjuntural que elevasse a renda nacional provocaria aumento da demanda por importações, agravando o déficit em transações correntes e definindo a necessidade de reduzir esse nível de renda. A variável-chave para isso sempre foi a taxa de juros que, mantida em níveis elevados, conseguiu não só reduzir o nível de renda a patamares condizentes com a restrição externa, mas também manter o fluxo positivo de capitais externos”.

47 “O processo de privatização realizado no primeiro governo FHC (1995-98) foi extraordinário, segundo quaisquer padrões históricos, inclusive internacionais” (GONÇALVES, 1999, p. 142).

para o setor privado: Estado mínimo e mercado livre” (LESBAUPIN; MINEIRO, 2002, p. 29).

Apesar da justificativa de que as privatizações ajudariam o governo a diminuir o endividamento público, o que se observou foi que os gastos para modernizar essas empresas, antes de privatizá-las, muitas vezes foram maiores do que as receitas com suas vendas<sup>48</sup>. Os estudos de Biondi (2001) mostraram que o dinheiro arrecadado com as privatizações, mais as dívidas transferidas, totalizaram R\$ 85,2 bilhões. Em contrapartida, o dinheiro que não entrou ou que saiu dos cofres do governo alcançou a cifra de R\$ 87,6 bilhões. Além disso, “na carta de intenções que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, entregou ao FMI, inconscientemente, o governo confessa que o equilíbrio das contas do Tesouro ficou mais difícil porque o governo deixou de contar com os lucros que as estatais ofereciam” (BIONDI, 2001, p. 39).

Fora o fato de que as privatizações não diminuíram a dívida pública, que, ao contrário, aumentou significativamente no período, os investimentos em infraestrutura tiveram uma grande redução. Estes eram realizados em sua maior parte pelas empresas estatais, uma vez que as inversões exigiam muito capital e o prazo de maturação desses investimentos era longo, não interessando ao capital privado. Conseqüentemente, neste período houve uma diminuição da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF).

O aumento da dívida pública<sup>49</sup> somado à deterioração da Balança Comercial e ao elevado déficit em Transações Correntes no início do segundo mandato do presidente FHC levou-o a promover uma desvalorização cambial como tentativa de reverter esse quadro. A desvalorização redundou em uma fuga de capitais que estavam aplicados em títulos públicos, amenizada pelos

48 Como exemplo, há, de acordo com Aloysio Biondi (2001, p. 35), o caso das telecomunicações: “[...] em 1996, o governo duplicou os investimentos nas teles, alcançando 7,5 bilhões de reais, chegou aos 8,5 bilhões de reais em 1997 e investiu mais 5 bilhões de reais no primeiro semestre de 1998, totalizando, portanto, 21 bilhões de reais de investimento em dois anos e meio”. Com esse investimento, já “no primeiro semestre de 1997, a Telebrás ainda era uma empresa estatal. Mas seu lucro deu um salto de 250%, passa para 1,8 bilhão de reais [...]. Não houve *milagre* algum, pura e simplesmente o governo havia, finalmente, começado a eliminar o congelamento das tarifas dos serviços das estatais atualizando-as. Bastou dar início aos reajustes negados durante anos, enquanto a inflação continuava a aumentar os custos das estatais, para a situação se inverter e os lucros dispararem. Sem privatização” (BIONDI, 2001, p. 45, grifo do autor). Mesmo assim, o governo privatizou o sistema Telebrás. Segundo Biondi (2001, p. 33, grifo do autor), “[...] quando as teles afinal foram vendidas por 22,2 bilhões de reais, os meios de comunicação trombetaram o tempo todo que o governo usara aquela *dinheirama* para reduzir a dívida... Continuavam a esconder que na verdade, o governo só recebera 40% desse valor – 8,8 bilhões de reais. (De fato, receberia menos ainda, considerando que o governo financiaria por meio do BNDES, 50% da entrada)”.

49 “A dívida pública, apesar da aprovação da chamada *Lei de Responsabilidade Fiscal* e da obtenção de elevados superávits fiscais primários (R\$ 165,4 bilhões acumulados), chegou a R\$ 881 bilhões, passando de 41,7% do PIB em 1998 para 56,5% ao final de 2002” (FILGUEIRAS, 2005, p. 17-18, grifo do autor).

empréstimos concedidos pelo FMI<sup>50</sup>, aumento da Taxa Selic e dolarização de parte dessa dívida, como exigência dos credores, em virtude de possibilidades de mais desvalorizações do câmbio<sup>51</sup>.

#### ***4.1.1 As mudanças no fim dos anos 1990***

Houve outras alterações importantes que marcaram o neoliberalismo no Brasil diante da crise do Real no fim dos anos 1990. Além de o governo FHC liberar recursos para o setor bancário privado com o Programa de Estímulo e Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER)<sup>52</sup>, para que conseguissem lidar com a desvalorização da moeda nacional, houve a implantação do tripé macroeconômico como cumprimento da exigência do FMI para garantir o pagamento da dívida.

O tripé macroeconômico se ancoraria em: i) metas de inflação; ii) superávit primário; e iii) câmbio flutuante. As metas de inflação seriam importantes na lógica do capital para a estabilização de preços sobretudo para que o investidor em títulos públicos pudesse saber qual taxa real de juros que obteria com sua especulação; o superávit primário garantiria que o governo economizasse recursos para pagar os juros da dívida em detrimento aos investimentos, e o câmbio flutuante permitiria aos rentistas especular com a variação cambial.

Ancorado nas ideias do Novo Consenso Macroeconômico<sup>53</sup>, o tripé macroeconômico significou, na prática, o uso de outras políticas macroeconômicas neoliberais ditadas pelo FMI sem que este estivesse explicitamente “governando” o país. O tripé macroeconômico funcionaria estrategicamente

50 Após a desvalorização cambial de 1999, o governo brasileiro incorreu em um empréstimo de US\$ 41,5 bilhões junto ao FMI, para amenizar a saída de capitais especulativos naquele período e, posteriormente, em função das crises internacionais, mais dois empréstimos: US\$ 15,6 bilhões em 2001 e US\$ 30 bilhões em 2002 (FILGUEIRAS, 2005).

51 Quando o câmbio se valoriza ocorre o movimento contrário, os especuladores em títulos públicos prescindem da dívida dolarizada, pois os mesmos ganham com a valorização da moeda.

52 Na análise de Sampaio Jr. (2005, p. 298): “Toda vez que a economia ficava sob a ameaça de estrangulamento cambial, a dívida pública dava novos saltos, uma vez que, para desestimular a fuga de capitais, as autoridades jogavam os juros na estratosfera e socializavam os prejuízos do grande capital, estatizando o risco da desvalorização cambial e cobrindo os prejuízos dos empresários pegos no contrapé do movimento econômico. Um dos exemplos mais escandalosos dessa maneira de lidar com as crises é o famigerado PROER (auxílio aos bancos privados pegos no contrapé da desvalorização cambial de 1999), que consumiu aproximadamente R\$ 36 bilhões. A título de comparação, tal volume equivale a mais de metade do total dos investimentos da União nos oito anos de FHC e a mais do que todo o gasto médio anual de seu governo com saúde, saneamento, educação, cultura, habitação e urbanismo”.

53 Essa vertente do pensamento econômico une aspectos das correntes: novo-keynesiano; novo-clássico e ciclos reais de negócios. Sobre as ideias do Novo Consenso Macroeconômico, ver: Blinder (1997); Blanchard (1997); e Bernanke; Mishkin (1997). Algumas críticas ao Novo Consenso Macroeconômico estão presentes em Arestis; Sawyer (2008).

como uma “tutela indireta” dos interesses das economias centrais, em especial, do rentismo.

O suposto foco no controle de uma inflação de demanda – que tem metas anuais a serem seguidas<sup>54</sup> – fez do juro básico (Taxa Selic) o principal instrumento de política monetária. Ao sinal de uma elevação de preços, o governo passaria a realizar um aumento da taxa de juros com o argumento de controle da inflação, para que esta ficasse dentro da meta estipulada, mesmo quando tais oscilações não resultassem claramente de uma pressão de demanda, como os efeitos sobre os preços devido a questões climáticas e a sazonalidades de safras agrícolas<sup>55</sup>.

De 1999 até 2014, o país realizou anualmente resultados primários positivos<sup>56</sup>, isto é, priorizou dentro do seu orçamento o pagamento de juros aos detentores de papéis da dívida pública. Comprometeu quase metade da sua receita com juros e amortizações da dívida em prejuízo aos investimentos em educação, saúde, saneamento etc. – áreas que receberam menos de 5% do orçamento cada uma<sup>57</sup>. O país também colocou o câmbio a flutuar de maneira “suja”, com o Banco Central administrando a moeda, realizando compras ou vendas no mercado cambial dependendo do momento, a fim de que a sociedade brasileira convivesse com o real valorizado em relação ao dólar durante anos. A explicação corrente dos diferentes governos que assumiram o país depois de 1999 era que havia necessidade de controlar a inflação de demanda (entendida como a causadora da pressão de preços) com a entrada de importações mais baratas do que os produtos nacionais, o que pressionaria os preços em geral dos produtos comercializados dentro do país para baixo.

A bem da verdade, a manutenção do tripé macroeconômico teve outros efeitos, a despeito de controlar a inflação. O tripé representou uma redução ainda mais significativa da produção industrial no país<sup>58</sup> do que nos anos 1980, já que as burguesias brasileiras, na média, começaram a importar produtos

54 Para entender o mecanismo de funcionamento na prática do regime de metas, ver: “Regime de Metas para a Inflação no Brasil”, Banco Central, Série Perguntas Mais Frequentes, 2013.

55 Ver sobre isso algumas reportagens que confirmam a sazonalidade da alta de preços, que chegou a ser chamada de inflação do tomate tanto em 2013 quanto em 2015. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/blogs/de-olho-nos-precos/tomate-o-vilao-da-inflacao-de-novo/>; <http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/04/10/inflacao-marco-ibge.htm>.

56 Desde 1999, o país registrou superávit primário entre 1,90% e 3,79% do PIB. Em 2014, pela primeira vez houve déficit nesta conta. Sobre esta série histórica, ver: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/01/contas-do-setor-publico-tem-primeiro-deficit-da-historia-em-2014.html>. Em 2015 e 2016, o resultado primário também foi deficitário. Isso se deveu mais a uma queda expressiva da arrecadação do Estado do que a uma discordância da política econômica do tripé macroeconômico.

57 Ver: <http://auditoriacidada.org.br/e-por-direitos-auditoria-da-divida-ja-confirma-o-grafico-do%20orcamento-de-2012/>

58 Sobre o recente desempenho da produção industrial ver: [http://www.iedi.org.br/artigos/imprensa/2016/iedi\\_na\\_imprensa\\_20160218\\_emprego\\_industrial\\_cai\\_62\\_e\\_m\\_2015\\_aponta\\_ibge.html](http://www.iedi.org.br/artigos/imprensa/2016/iedi_na_imprensa_20160218_emprego_industrial_cai_62_e_m_2015_aponta_ibge.html).

prontos, principalmente da China, para revendê-los no país diante do câmbio favorável para isso. Elas deixaram de fabricar produtos no Brasil, seguindo o movimento de muitas empresas transnacionais, que também voltaram a sua produção para a China notadamente. Os juros altos favoreceram a aplicação de seus excedentes no mercado financeiro e não em investimentos produtivos no Brasil. O quadro sombrio no setor industrial trouxe forte impacto ao já historicamente frágil Balanço de Pagamentos, ampliando a vulnerabilidade externa, uma vez que o país passou a depender mais do capital especulativo de curto prazo para o “equilíbrio” de suas contas<sup>59</sup>.

O tripé macroeconômico<sup>60</sup> representou, em síntese, uma redução ainda maior do papel do Estado Nacional para a promoção de uma política macroeconômica autônoma. Assim, o país acentuou a desindustrialização relativa<sup>61</sup>; ampliou a exportação de commodities<sup>62</sup> em detrimento ao avanço dos produtos industrializados; aumentou a remuneração do capital financeiro por

59 Como exemplo, entre 1999 e 2015, houve aumento do déficit estrutural na conta de serviços e rendas do Balanço de Pagamentos, passando de US\$ 25,8 bilhões em 1999, para US\$ 79,3 bilhões em 2015. Deve-se ressaltar que a Balança de Serviços negativa foi favorecida pelos gastos de turismo no exterior, uma vez que o real valorizado em relação ao dólar facilitou as viagens internacionais. A valorização cambial também favoreceu o fluxo de saída de rendas para a matriz de maneira valorizada para o capital. A Balança Comercial, com a moeda nacional valorizada, também se modificou, com o aumento das importações de manufaturados e com o incremento das exportações de produtos básicos. Para se ter ideia dessa piora qualitativa, em 1999 as exportações de produtos básicos representavam 24,6% do total de exportações, os semimanufaturados totalizavam 16,6%, enquanto os manufaturados, 56,9%. Em 2015, as exportações de básicos passaram a representar 45,6%, semimanufaturados correspondiam a 13,9% e os manufaturados a 38,1%. Complementou essa estrutura vulnerável a entrada maciça de capital estrangeiro de curto prazo pela conta capital e financeira, de olho nos vultosos rendimentos oferecidos pela alta taxa de juros no Brasil. Sobre o tamanho desse fluxo de capital estrangeiro de curto prazo, ver: < <https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2015/12/05/fluxos-de-capital-estrangeiro-em-curto-prazo-fra-de-cupom-curto/>>. Para uma síntese dos dados do Setor Externo, recomenda-se: Gomes;Cruz (2016).

60 Deve-se ressaltar que o tripé macroeconômico, considerado como elemento representativo do neoliberalismo (ainda que não tenha sido o único), perpassou governos de diferentes partidos, sem que fosse rompido. Alguns autores defenderam que, apesar de não ter sido rompido no governo Lula II e nos governos Dilma Rousseff I e II, o tripé macroeconômico teria recebido uma certa flexibilização e portanto tais governos não teriam cedido tanto assim ao neoliberalismo. Essa argumentação não se sustenta porque mesmo que em parte dos anos desses governos tenha ocorrido uma inflação mais distante do centro da meta, ainda assim a inflação ficou, na maioria das vezes, dentro da meta. Os juros altos foram uma constante nesses governos, com o suposto intuito de controle dos preços, ainda que não tenham sido tão altos como na era FHC. O superávit primário sobre o PIB variou de 1% a 3% do PIB nos governos Lula e Dilma (exceto os déficits verificados em 2014 e 2015), sendo os resultados primários da era Lula maiores até mesmo do que os dos anos FHC e Dilma. Ainda que Dilma tenha feito uma política de redução mais expressiva de juros entre 2011 e 2012, essa política não vigorou nem por um ano. Sobre o debate da flexibilização do tripé, ver: Jurgenfeld (2013a; 2013b).

61 Ver: Cano (2012; 2014).

62 De acordo com Cano (2012, p. 3-6), “os nefastos efeitos da década perdida, de 1980, e os decorrentes da instauração das políticas neoliberais, a partir de 1990, a queda da participação da indústria de transformação no PIB para a América Latina em seu conjunto foi grave: [...] Os dados entre 2008 e 2010 regredem, para cerca de 19% no México e na Argentina, e a mais aguda, a do Brasil, para cerca de 18% [...]. Com efeito,

meio de elevados superávits primários e altas taxas de juros; e elevou a vulnerabilidade externa, dado o aumento da dependência ao capital estrangeiro, sobretudo especulativo, para “fechar” o Balanço de Pagamentos.

## 5. Considerações finais

O neoliberalismo é a negação do comando do Estado Nacional para os fins do desenvolvimento nacional. É a primazia da lógica do mercado sobre a estrutura econômica e social. Assim sendo, o neoliberalismo desarticula a possibilidade de se concluir o processo de formação nacional, e, em outras palavras, é a recusa da construção da nação, que leve à superação do subdesenvolvimento.

Em termos concretos, no Brasil contemporâneo isso guarda relação com o avanço da desindustrialização relativa do país, com um maior endividamento público, com a fragmentação do território (onde as regiões voltam a se conectar diretamente com o exterior, através de exportações de commodities, por exemplo) e com a “tutela” internacional sobre as políticas econômicas, com uma maior perda de soberania nacional. Esse quadro representa perda de poder do Estado sobre os fins e os meios do desenvolvimento nacional. Trata-se, portanto, de uma fase de exacerbação do “imperialismo total”, de Fernandes, e do que foi caracterizado como “pós-nacional” por Furtado.

O capitalismo financeiro globalizado, voltado ao rentismo, acirra a dependência e a vulnerabilidade externas. Em especial, as economias periféricas como a brasileira perdem controle sobre a sua política econômica, logo, sobre a sua direção, de modo que deixam de existir políticas de desenvolvimento nacionais de fato.

O resgate de Fernandes e Furtado ajuda a mostrar como historicamente foi construída a crise contemporânea. Esses autores apontaram os principais elementos de transformações do capitalismo global a partir do pós-Segunda Guerra Mundial bem como as mudanças no Brasil, no sentido de “adequações” às novas configurações mundiais, desde os anos 1950, mas de maneira mais firme após o golpe civil-militar de 1964. Ao analisar as especificidades do Brasil, tanto Fernandes quanto Furtado sinalizaram para o caráter dependente do país e o aumento da extroversão do excedente social com a instalação das transnacionais.

Conforme resgatado no capítulo, Fernandes mostra como a fase da internacionalização produtiva promoveu uma industrialização pesada que não tinha como objetivo resolver os problemas da sociedade brasileira, mas

---

a participação do Brasil na produção da indústria de transformação mundial, que era de 2,8% em 1980, vai caindo, para 2% em 1990 e atinge em 2010 1,7%”.

sim garantir os interesses de valorização do capital no espaço nacional das empresas oligopolistas estrangeiras, além de manter e expandir a posição de superprivilegiamento da elite interna dominante, que apoiou incondicionalmente a industrialização com dependência externa e segregação social.

Para Furtado, chegou-se a uma situação, explicitada pela fase “pós-nacional”, na qual os interesses das transnacionais instaladas no país comprometeram a constituição do país enquanto nação. O Brasil cedeu aos interesses de acumulação das transnacionais tanto na esfera produtiva quanto na esfera financeira, mantendo uma estrutura heterogênea, de forte concentração de renda, de baixo nível salarial e alto desemprego estrutural.

A crise da dívida externa e posteriormente o neoliberalismo exacerbaram a extração de excedente no país e bloquearam em grande medida a capacidade de o Estado manejar as políticas econômicas em prol do desenvolvimento nacional de fato. As políticas econômicas serão estabelecidas por organismos internacionais diretamente ou indiretamente, como o FMI, cuja meta principal será, por um lado, garantir a valorização do capital produtivo das empresas oligopolistas no país e, por outro lado, se certificar de que os pagamentos com juros da dívida pública externa e interna sejam honrados e remunerem o rentismo.

Como nos anos imediatos ao pós-Segunda Guerra Mundial, as burguesias brasileiras, por meio do Estado, vão mais uma vez, com o avanço do neoliberalismo, garantir as mudanças necessárias para atender interesses externos ao da nação e disso também se beneficiar.

PARTE III

SUBDESENVOLVIMENTO, CONTROLE  
DO TERRITÓRIO E DEPENDÊNCIA



# CAPÍTULO 8

## REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DO CAPITAL MERCANTIL NA QUESTÃO REGIONAL E URBANA DO BRASIL<sup>1</sup>

*Wilson Cano*

---

### 1. Introdução

Este texto não tem a pretensão de discutir teoricamente as várias formas em que se apresenta o Capital;<sup>2</sup> tão somente, como o próprio título diz, fazer algumas reflexões sobre as principais implicações da atuação do Capital Mercantil decorrentes de sua ativa presença em espaços territoriais mais atrasados ou em espaços subdesenvolvidos, rurais e urbanos. O campo real de observação será o da região nordestina e o da área urbana brasileira.

O capital Mercantil, que pode compreender as formas comercial e usurária, tem suas origens anteriores à etapa da acumulação primitiva, desde que se iniciam as trocas mercantis de bens e serviços. Antecede, portanto, a etapa do capitalismo originário, quando surgiria a forma Produtiva, ou a do Capital Industrial, e restringe-se à órbita da circulação. Contudo, com o capitalismo, aquela forma inicial não desaparece: algumas frações metamorfoseiam-se em Capital Produtivo, ao penetrarem na órbita da produção, uma segunda parte permanecerá enquanto tal, subordinada agora pelo novo (o Capital Industrial), e outras frações assumirão funções especializadas, como, por exemplo a do capital imobiliário.

Quanto mais atrasado ou subdesenvolvido for um determinado espaço (rural ou urbano), tanto maior e nefasta será a presença do capital mercantil, que dominará a maior parte ou até mesmo a totalidade desse espaço econômico.<sup>3</sup> Essa dominação terá caráter conservador e procurará manter o atraso

---

1 Este capítulo foi originalmente publicado como Texto para Discussão, Campinas, Instituto de Economia, n. 177, maio 2010 e, posteriormente, republicado na Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, São Paulo, n. 27, p. 29-57, out. 2010.

2 Para a discussão teórica de suas formas (Mercantil – Comercial e Usurário-, Mercadoria, Dinheiro, Industrial, Bancário e Fictício) ver Marx (1977) e Rosdolsky (2001); para o Financeiro, ver Hilferding (1973) e Hobson (1993). Ver também Bottomore (1993). Para a análise desses capitais no processo de acumulação urbana, ver Harvey (2005).

3 Para uma leitura romanceada, mas crítica, sobre o capital mercantil no NO e NE do Brasil, ver Carvalho (2003).

ou o subdesenvolvimento, pois disso dependerá a manutenção de seu poder econômico e político sobre aquele espaço, permitindo duradoura reprodução desse capital mercantil. Tais poderes decorrem do absoluto (ou quase) controle sobre a produção local em termos de financiamento, armazenagem e distribuição, e sobre o controle dos aparelhos de Estado (governos municipais, estaduais e central) que podem interceder na área.

Esse capital se vê ainda mais reforçado pela manutenção de um enorme contingente demográfico, que a economia mercantil – notadamente a exportadora – é incapaz de absorver, decorrendo disso enorme grau de subocupação e salários permanentemente baixos. Eis aqui uma radical diferença em relação aos países desenvolvidos, os quais resolveram a maior parte desse problema através da grande expansão do emprego industrial e urbano, de políticas sociais e de reforma agrária ou de acesso à terra, das grandes emigrações, e da imensa mortandade causada pelas duas grandes guerras e por grandes epidemias até então incontroláveis, como a “Gripe Espanhola”.

À medida que diminua o atraso (ou o grau de subdesenvolvimento), graças à penetração de formas mais modernas – como a do Industrial – e de ações modernizadoras por parte do Estado, o Capital Mercantil local perde poder: ou é totalmente subordinado pela nova forma, ou em parte se moderniza, embora ainda mantenha sua forma mercantil.

Perde poder para o novo e maior capital, porque é incapaz de concorrer, já que não dispõe de massa de recursos financeiros para ocupar o espaço que fatalmente será do grande. Sua capacidade de ampliar sua *concentração* e *centralização* é relativamente modesta. De Sua transformação modernizada ficará limitada a pequenos e médios negócios locais. Quando muito, ingressará também como capital industrial, na pequena e média indústria leve. Como exemplo desta nova situação, temos a transformação do antigo em formas modernizadas: o antigo atacadista que cede lugar à moderna rede varejista, ao Supermercado, ao *Shopping*, ou se transforma no pequeno banco local, na empresa de transportes, no hotel etc. Essas novas roupagens são em geral ocupadas e geridas por seus descendentes, os *filhos* das tradicionais famílias da região.

De maneira geral, podemos dizer que o capital mercantil será dominante em uma região nos primórdios de seu desenvolvimento capitalista; mas mesmo quando transformado e vê diminuído seu poder, raramente o perderá de todo. Embora a urbanização de uma região seja também seu algoz, ao mesmo tempo lhe permite *mudar a roupa*, assumindo atividades mais modernas, porém ainda de caráter mercantil. Contudo, a urbanização acelerada lhe exigirá cumprir novos papéis, assumindo setores ainda mais novos para a região, o que certamente levará à mudança das estruturas de poder. Ganharão destaque, entre outras, as benesses do poder público amparando o capital imobiliário regional,

na construção civil, nas atividades imobiliárias, na especulação urbana, na construção da infraestrutura urbana etc.

Na seção 1 deste texto veremos as implicações de ordem mais geral da atuação do capital mercantil sobre algumas regiões do Brasil; na seção 2, mostraremos a especificidade de seus efeitos na análise da chamada *Agricultura Itinerante*, e na 3, seus efeitos gerados a partir da política habitacional instituída pelo golpe militar de 1964.

Pelo conhecimento que tenho sobre o subdesenvolvimento latino-americano e a forma pela qual se manifestou sua industrialização e urbanização, entendo que os fenômenos aqui apresentados também tenham se manifestado na América Latina, ainda que de forma não idêntica à que ocorreu e ocorre no Brasil. Assim, espero que as reflexões sobre os fatos que em seguida serão apresentados sirvam de estímulo a pesquisadores do continente, para que os investiguem.

## **2. Algumas implicações de sua atuação na questão regional e urbana brasileira**

No período áureo da industrialização brasileira – 1930/1980 – de elevado crescimento, transformação estrutural e de integração do mercado nacional -, nenhuma das grandes regiões brasileiras sofreu processo de estagnação, pois mantiveram taxas sustentadas de crescimento agropecuário, da extração mineral, da indústria de transformação e, notadamente, da urbanização e construção civil.<sup>4</sup> No entanto, antes de 1930, essas regiões sofreram importantes transformações que marcaram profundamente suas estruturas sociais e econômicas: como o Nordeste (NE) açucareiro, momentos de grande auge, nos séculos XVI e XVII e de profunda depressão entre fins do XVII e o XVIII; como em Minas Gerais (MG), a mineração do ouro no século XVIII; como no Norte (NO), a borracha entre 1870 e 1912; como no Rio de Janeiro (RJ) entre 1820 e 1880, em São Paulo (SP), em MG e Espírito Santo (ES) entre 1860 e 1929, os períodos de auge e de crise profunda nas economias cafeeiras; como no NE, os surtos expressivos, mas de curta duração do algodão, durante as guerras da Independência e da Secessão nos EUA; ou, ainda, como no RJ, o retrocesso relativo após a crise cafeeira, como em SP, a notável e concorrente expansão cafeeira (fins do século XIX a 1980 e a mudança da capital federal para Brasília em 1960).<sup>5</sup>

A industrialização, contudo, foi incapaz de disseminar, por todo o território nacional, seus efeitos positivos, notadamente no que se refere à urbanização

4 Cf. Cano (2007b).

5 Esses temas estão tratados em Cano (2006 e 2007a).

e às mudanças mais modernizantes das estruturas produtivas e sociais.<sup>6</sup> É assim que constatamos que ao longo de nossa história mais recente, nos industrializamos e urbanizamos, mas mantivemos grande atraso estrutural principalmente na maior parte da periferia nacional, notadamente no Nordeste e na Amazônia, mas também em vários outros “bolsões” como, por exemplo, o Jequitinhonha em MG ou o Vale do Ribeira em SP. Porque é que permanece o atraso nessas regiões?

Por que se perpetua a miséria e a marginalização social de uma forma tão grave e tão drástica? Pelo que sabemos da natureza concentradora e “desigualizadora” do capitalismo, não teríamos o que estranhar. Menos ainda pelo fato de nosso país ser subdesenvolvido - onde atraso e modernidade convivem espantosa e escandalosamente, praticamente em todo o espaço econômico nacional. A resposta a estas questões envolve, necessariamente, não apenas uma ampla interdisciplinaridade, com a história, a economia, a política, a sociologia e a antropologia, como também uma profunda discussão sobre a teoria do subdesenvolvimento e do capitalismo tardio.<sup>7</sup> Vamos nos restringir, aqui, basicamente, à economia e a questões atinentes à atuação do capital mercantil em regiões de países subdesenvolvidos.

Assim, o objeto central deste texto é refletir, mais especificamente, sobre a intervenção do capital mercantil nesse processo, para entendermos melhor, sob o ponto de vista econômico, essa esdrúxula combinação de atraso, tradição, modernidade, subdesenvolvimento, relações pré-capitalistas e capitalismo em algumas de nossas regiões e, também, sobre como se ajustam alguns interesses privados nessa sociedade com o Estado.

Entrando em nosso tema, caberia destacar as questões e indagações mais relevantes que afetam os chamados desequilíbrios regionais e, com mais especificidade, aqueles que se manifestam em economias subdesenvolvidas. Destacar como as trajetórias econômicas de longo prazo deixaram profundas marcas em várias delas, não apagadas pela industrialização e pela urbanização; como a distribuição da renda, a estrutura ocupacional, a estrutura produtiva, e outros indicadores sociais – em geral todos de má qualidade – se manifestam diferentemente pelas diferentes regiões.

Indagaríamos, por exemplo, sobre as razões do maior grau relativo e absoluto de atraso tanto nas relações econômicas quanto nas sociais e políticas,

6 As razões fundamentais para essa debilidade econômica da periferia nacional, e, notadamente, da incapacidade dos capitais mercantis locais se metamorfosearem em industrial e competirem com os sediados no RJ e principalmente em SP são apresentadas em Cano (2007a).

7 A bibliografia que versa sobre os aspectos políticos, sociais, históricos e antropológicos de nossa herança colonial e escravista, notadamente quanto a questões culturais, de mentalidade, de sociabilidade, de tradição, raciais, de atraso-modernidade, de mandonismo, e de poder político, é vasta, mas poucos de seus textos se referem ao papel histórico do capital mercantil, razão pela qual não serão tratadas neste texto.

entre as nossas regiões “mais ricas” e as “mais pobres”. Uma resposta abrangente para isso nos exigiria, igualmente, um estudo abrangente sobre o tema regional. Não é o nosso caso, entretanto, pois já dispomos de estudos mais gerais sobre o tema, e aqui nos preocuparemos, mais diretamente, com o do capital mercantil, da agricultura itinerante e da urbanização, mas estes dois últimos temas serão aqui apenas afluídos.<sup>8</sup> Para procurar responder algumas das principais questões que envolvem o capital mercantil, é necessário entender que parte dele se transforma ao longo do tempo, em função dos processos e atividades econômicas em que ele vai se desdobrando e ocupando espaços, também nos compartimentos industrial, bancário, agrário, de serviços e financeiro. Contudo, pela nossa condição de subdesenvolvimento e pela nossa profunda herança colonial e escravista, este capital raramente se beneficia de uma plena metamorfose.

Muitas vezes, além de manter suas antigas e arcaicas formas, ele assume parcialmente outras, travestido de industrial, de bancário, de financeiro, e mantendo sua ambiguidade. Além dessa forma moderna e mais progressista, manterá muitos dos traços anteriores que lhe garantem sua participação no poder (local, regional ou nacional); ou ainda, e visto de forma distinta, manterá estruturas ambíguas de ativos, no quais a propriedade fundiária se destaca. Sua metamorfose, nas regiões de maior atraso, será assim, quase sempre incompleta, mantendo formas mais reacionárias na economia e no poder. Suas diversas frações apresentam variados modos de manifestação, porém, na essência, são os mesmos capitais mercantis de antes e que passam a adquirir certa expressão moderna, constituindo parte da burguesia nacional industrial e financeira. Esta expressão é maior onde o capitalismo e o desenvolvimento industrial tiveram também maior expressão, o contrário ocorrendo onde essa transformação foi incipiente. Essa burguesia, como já advertira Caio Prado Jr., guarda traços fortes de nossa herança mercantil, escravista e colonial.<sup>9</sup>

É bom lembrar que estas frações do capital são predominantemente de propriedade nacional. Precisamos pesquisar seus métodos, artifícios ilícitos

8 Na trilogia de Cano (2007a, 2007b e 2008), o leitor encontra, além da análise da economia regional brasileira entre 1870 e 2005, ampla bibliografia abarcando o Brasil, suas grandes regiões e vários de seus estados. Entre os textos regionais que tratam do papel do capital mercantil, ver: Brandão (1989), Carvalho (1988), Clementino (1987), Eisemberg (1977), Costa (1978) e Santos (1980).

9 Essas ideias de Caio Prado Jr. encontram-se principalmente em **A Revolução Brasileira** e em **Formação do Brasil Contemporâneo**. Bresser-Pereira (1989) fez-lhe a crítica, notadamente por entender – como afirmou em outro trabalho – que as origens sociais da burguesia industrial não estão na burguesia agromercantil e que aquele autor não reconhecia a emergência do capital industrial no Brasil. Discordo dessa crítica, a qual, em parte, colide com nossas pesquisas, nas quais (CANO 2007a) mostramos que tais origens são variadas (agrícola, comercial, importadora, imigrantes e outras) e que o que é comum naquelas “origens” é que a maior parte delas faziam parte do “capital cafeeiro”, cuja origem é mercantil, conceito que ali desenvolvemos. Constatamos também que muito do que podia parecer ser capital industrial, no fundo era um capital mercantil só em parte metamorfoseado em industrial. Retomo essa discussão mais adiante.

de valorização e instrumentos de reprodução econômica e política, bem como os instintos conservadores que regem o comportamento em geral reacionário desta fração detentora de riqueza em variadas formas. É necessário entender sua substância, ver como, coerente com seus princípios, como constituem sua estrutura e dinâmica, e procurar entender suas propriedades distintivas. Averiguar concretamente sua composição e cunho especulativo e rentista. Além de sua conhecida manifestação no meio rural, o meio urbano é uma das sedes privilegiadas de sua expansão. Neste setor aliás, sua atuação não se restringe às áreas mais atrasadas, estando presente também nas áreas mais industrializadas e urbanizadas.<sup>10</sup>

Tomando algumas ilustrações históricas, podemos afirmar que muitas das antigas fortunas familiares, de proprietários de grandes fábricas têxteis (e de alguns outros setores), em pleno período da industrialização, eram, na realidade, capitais mercantis que não se haviam convertido plenamente em capitais industriais. Seus ativos – onde a terra urbana tinha alta participação – guardavam muito mais relação com o comportamento de um capital mercantil do que com o de um capital industrial. É preciso entender que, a despeito de ter se convertido em industrial, a mentalidade e a cultura de seus titulares são ainda predominantemente mercantis: são comumente arcaicas suas ideias e reivindicações junto ao Estado, sobre temas como tarifas, tributação, contratos de trabalho, progresso técnico etc.

Ou seja, a massa de riqueza retida na grande propriedade de terra, seja rural, ou urbana, é objeto de apropriação e de valor de troca, o que pode lhe conferir ganhos extraordinários, pecuniários e políticos, através da especulação fundiária. Ela pode até não gerar renda diretamente, mas sua propriedade lhe confere poder político e econômico sobre o uso do solo. É uma forma de acumulação primitiva da qual brota o capital mercantil imobiliário.

Contudo, o capital mercantil não é inteiramente refratário à metamorfose e ao progresso, para o que determinadas circunstâncias devem se cumprir, notadamente a da evolução das forças produtivas capitalistas, da industrialização e da urbanização. Mesmo nas áreas mais atrasadas, surgem algumas circunstâncias favoráveis a transformações estruturais modernizadoras, permitindo que algumas de suas frações penetrem em setores mais novos ou modernos. Assim, nossa história econômica mostra – até mesmo no Nordeste – várias conversões de capital mercantil arcaico em capital agrário, industrial (em geral nas indústrias leves e de menor porte) –, bancário (os antigos e pequenos bancos regionais privados) –, ou em serviços modernos. Ainda assim, ele manterá seus condicionamentos sobre as estruturas de poder local.

Tais frações, ao deixarem de operar basicamente na forma arcaica no comércio e distribuição, modernizaram parte de suas relações: deixou de ser

10 Ver, mais adiante, sua atuação urbana nas políticas públicas habitacionais.

aquele grupo empresarial esclerosado, velho e reacionário, e mudou de forma, dentro das possibilidades que se abriam para ele, ingressando em modalidades mais modernas de atividades econômicas. É, por exemplo, o velho capital mercantil que se transfigurou numa pequena construtora; ou que substituiu a antiga casa atacadista de exportação e importação por uma moderna rede de supermercados ou *shopping centers*; ou que se dirigiram para o ramo da moderna redistribuição atacadista de peças, remédios etc. Ou, ainda, que substituiu suas atividades, mudando seu *core business* para um modesto banco regional, uma empresa de transportes urbanos ou mesmo pesado, de distribuição de combustíveis, hotelaria, franquia etc.

Mas sua modernização é restrita e travada. Tem consciência dos entraves estruturais para se constituir enquanto um grupo industrial de maior porte, ou para se estruturar como uma grande instituição financeira. Sabe que seu destino, seu campo de atuação, é restrito. Ele poderá ter uma rede hoteleira regional, poderá ter uma companhia inter-regional de transportes, poderá ter uma rede de supermercados, mas raros serão seus grupos que conseguirão ultrapassar isso. A trajetória de modernização de sua reprodução é uma trajetória limitada. Em um outro exemplo: em locais periféricos que não eram servidos por bancos, era o capital mercantil que exercia o crédito, espoliando e controlando a produção e o comércio da região. Entretanto, quando ali chega uma agência do Banco do Brasil e provê crédito agrícola, diminuem as atividades de financiamento agrícola do velho capital mercantil. Diminuem, mas não terminam, pois uma parte da produção é feita em terras sem propriedade jurídica (posseiros, p. ex.) definida, o que impede o acesso ao crédito bancário.

Ainda assim, é um capital que adquiriu uma face moderna, e isto é muito importante, pois, ao ingressar em dado compartimento novo ou segmento moderno, será coagido pelo processo de concorrência a transformar parte de suas relações com o ambiente que o cerca. É obrigado a passar a ter um outro tipo de relacionamento com seus trabalhadores, ou seja, a alterar as relações de trabalho, mudar suas relações de encadeamento intersetorial, com fornecedores e clientes etc.

Por outro lado, o velho capital mercantil, que por várias circunstâncias e por várias razões não conseguiu se modificar, tem um estilo muito mais rígido, implacável e impiedoso para com a sociedade onde está atuando. É este velho capital mercantil que controlava a comercialização, a distribuição antiga do mercado agrícola, do comércio de exportações e importações, redistribuição de gêneros alimentícios etc. Eram os *Correspondentes* ou *Comissários* que intermediavam a comercialização do açúcar e do algodão no Nordeste, e financiavam sua produção a juros escorchantes.<sup>11</sup>

11 Cf. Eisenberg (1977).

Como é que ele perpetua sua estrutura e, neste movimento, o atraso da região? Vale dizer que através de um sério controle do financiamento, da comercialização dessa produção, ele vai estender os seus tentáculos de controle em cima de algo muito mais importante: em cima da terra de um pequeno ou médio – e, às vezes, até de um grande – proprietário ou posseiro endividado ou sem acesso a crédito bancário. Esse controle comercial e financeiro, portanto, se estende à questão do controle da terra. Daí deriva, como consequência lógica, a perpetuação do atraso e do seu poder político e econômico.

Perpetuação do atraso porque a partir do momento em que uma força externa – o capital industrial ou o financeiro, e a ação do Estado - penetrasse nesta seara, em seus domínios, e modernizasse a estrutura de financiamento, democratizando inclusive o seu acesso e modificasse a comercialização, democratizando-a e modernizando-a, os dias desse velho capital mercantil estariam contados. Se o estado tivesse uma política de comercialização de produtos agrícolas, mais moderna e atuante, uma política de abastecimento, de regulamentação de estoques e financiamento de produtos dessa agricultura, esse Estado conseguiria restringir ou destruir o domínio desse velho capital mercantil. Se o Estado regulasse e impusesse constrangimentos potentes às formas de atuação atrasada destas frações de capitais, ele exterminaria seus horizontes restritos de valorização ou aniquilaria suas formas de reprodução, através de vários tipos de sanções.

Mas a correlação de forças políticas não permite – ou pelo menos dificulta – que o Estado realize tal tarefa modernizante e democratizante, e a perpetuação desses “blocos históricos” se mantém até onde, quando e quanto puder. Esse capital arcaico não precisa ser o proprietário de todo esse espaço, pois basta que controle o financiamento mercantil, as verbas públicas, a comercialização, a distribuição e os demais laços sociais, institucionais, políticos etc. que decorrem desse processo de dominação. Sim, porque ele também está no Estado: é ele que elege grande parte dos vereadores, prefeitos, governadores e parlamentares da região; nomeia os delegados de polícia, o juiz de paz etc. É ele que exerce essa dominação e, através de sua dominação econômica, exerce a dominação política e institucional desse espaço socioeconômico.

Quem é que pode transformá-lo e modernizá-lo? É o Estado, por meio da política econômica, e de uma legislação social e tributária progressiva. Ou frações modernas de um novo capital industrial ou financeiro, ou por meio de um capital agrícola moderno, que pudesse penetrar no espaço socioeconômico de domínio desse capital antigo e aí impor certas transformações estruturais sem as quais estes, os modernos, não teriam condições de operar eficientemente. Exemplifiquemos: a vinda de uma nova, moderna e grande indústria exige uma infraestrutura econômica condizente requer condições para operar eficientemente: relações capitalistas com os trabalhadores; um mínimo de

infraestrutura econômica e social, saneamento básico, instituições públicas mais eficientes, enfim de uma vida urbana melhor organizada e moderna - o que forçará, inevitavelmente, o velho capital mercantil à transformação, à sua substituição ou à convivência política com o novo, perdendo assim parte de seu poder.

Só que essa não é uma luta em aberto. Por quê? Porque há barreiras políticas, culturais, jurídicas, institucionais etc., a essa penetração como, por exemplo, dispositivos que impedem a execução de uma Reforma Agrária. Isso pode inibir ou impossibilitar este embate transformador. Enquanto não houver a possibilidade desse enfrentamento ou até o momento em que os interesses desses capitais modernos e mais avançados não forem gravemente contrariados pelos interesses do velho capital mercantil esse embate também não se dá; ou seja, caso não ocorra, as transformações serão tópicas, parciais, mínimas. É exemplo notório o comportamento solidário no Congresso Nacional entre os representantes do velho capital mercantil e os do capital industrial, em termos de negar apoio à reforma agrária ou a projetos progressistas de reforma tributária: o primeiro, porque não quer perder o poder da propriedade fundiária, ambos porque não querem pagar maiores impostos sobre a renda, e nenhum deles quer pagar sobre a propriedade fundiária.

Se, entretanto, a força transformadora do capitalismo e do progresso da economia nacional se interessar economicamente por esse espaço a partir de um dado momento e chegar à conclusão de que esse espaço precisa se transformar, por exigência da dinâmica de acumulação da economia nacional, dar-se-á o declínio da forma antiga e a predominância da nova. Isso se deu, por exemplo, com a grande expansão cafeeira na década de 1880 em SP e com a grande transformação do restante da agricultura capitalista no interior de SP a partir da década de 1920, preparando esse espaço para ali também semear a industrialização, a partir da década de 1930; em algumas aglomerações urbanas do NO, do NE, do Centro-Oeste (CO) e de alguns outros espaços, graças às políticas regionais de desenvolvimento implantadas a partir de 1960; ou ainda, com a instalação de alguns grandes complexos e polos industriais como os da Petrobrás e da Vale (em algumas áreas específicas), e polos como os de Camaçari, Zona Franca de Manaus, Betim e outros. Constituem também exemplo disso os programas de estruturação de novas empresas para modernizar a produção e exportação de frutas tropicais no NE e também fazer sucos em escala industrial e moderna – todos, não por coincidência, estimulados, programados, e financiados e, em muitos casos, também executados pelo Estado, cuja participação direta ou indireta foi crucial, ainda que para atender interesses privados explícitos de um capital moderno, agrícola ou agroindustrial.

O capital moderno, seja público ou privado, vai penetrar neste espaço, “expulsando” dali o velho capital mercantil. Por que ele expulsa? Ele expulsa porque entra e desmantela uma estrutura de comercialização, rompendo com aquele esquema financeiro anterior, arrebenta com a técnica arcaica pré-capitalista, que está sendo usada naquele momento e modifica por dentro aquela região, desencadeando um processo de transformação. Com isso, impõe a introdução de forças produtivas capitalistas, que assalaria o trabalho, produz máquinas, tecnifica, inova, inventa uma outra agricultura, uma outra agroindústria e outras relações sociais de produção, o que amplia a urbanização.

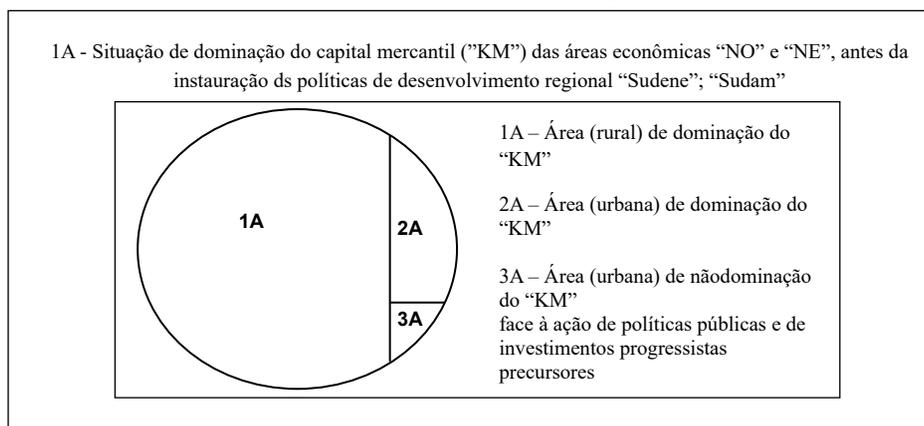
Essa modernização desarranja estruturas e dinâmicas e transtorna processos anteriores. Isso ocorreu no NE pós Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), ocorreu na Amazônia pós Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), ocorreu no Rio Grande do Sul (RS), ocorreu em MG, ocorreu em SP, ocorreu em todos os subespaços do território nacional em que a penetração do novo se fez exigir. No NE ela ocorreu de uma maneira, tendo uma forte dimensão industrial, com o que a região representa hoje algo em torno 8,5% da produção industrial brasileira, recuperando parte de sua antiga participação nacional. As transformações da penetração do novo capital nesse espaço social e econômico do velho capital mercantil vão causar uma série de outras transformações necessárias à atividade inovadora.

Ao entrar ali, os efeitos de modernização vão transcender a função específica daquele capital. Exemplificando: uma nova atividade agroindustrial modernizadora exige a agilização de esquemas de financiamento urbanos e esquemas de comercialização urbanos, ou seja, passa a demandar e a exigir também uma série de transformações daquele mundo urbano pacato que antes existia naquela região. Exige ainda a modernização – ainda que parcial – da infraestrutura local, a modernização do nível de formação técnica e educacional do trabalho, das condições de saúde pública etc. Fique assentado, contudo, que não estamos endeusando “Sua Santidade o Moderno Capital”! Ele também explora, e sua história mundial está lastreada por muito sangue, suor e lágrimas. Muitas vezes, essa modernização, em espaços periféricos, é traída por sua mentalidade e por sua cultura de herança colonial e escravista, praticando, junto com a moderna e eficiente produção, relações perversas arcaicas, como a prática de trabalho escravo servil (como ainda mostram registros atuais e recentes do Ministério do Trabalho).

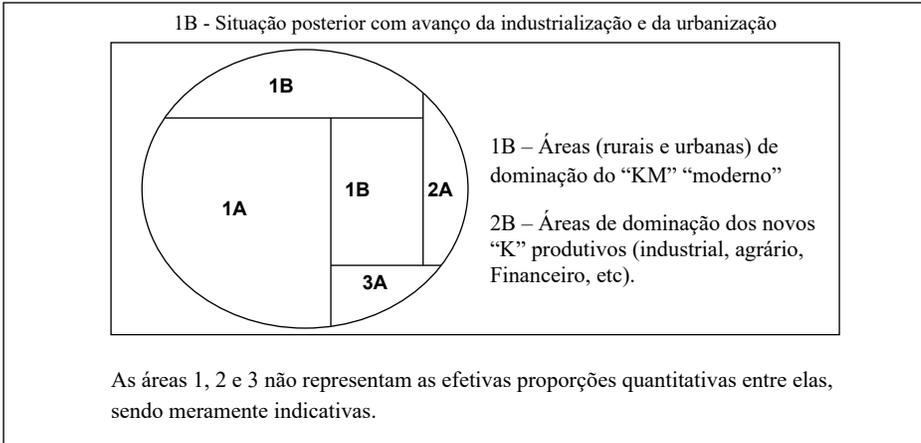
Mas o efeito positivo da introdução daquela nova fábrica, e daquela agroindústria, sobre aquele espaço econômico é sempre parcial e limitado, embora tais efeitos transcendam o seu espaço específico e transformem também a área urbana (ver Figura 1) – e aqui vem o progresso, com maior

intensidade social; aqui vem a modernização; aqui se vê o assalariamento de uma força de trabalho e aqui o trabalho pode se organizar de uma forma mais digna, de uma forma moderna, de uma forma mais saudável; e as relações, portanto, passam a adquirir uma forma mais progressista.

**Figura 1**  
**Capital Mercantil (“KM”) e Dominação Espacial**



Contudo, repetamos, a transformação não pode ser completa. Essa penetração é insuficiente para extinguir, nesse espaço econômico, toda a barbárie, toda a miséria e todo o subemprego, que continuam; ou ainda porque o novo capital modernizador, já atendidas suas necessidades específicas, acomoda seus interesses com os do capital mercantil que ali ainda restou. E isso decorre, em grande medida, porque os interesses restantes dos grupos antigos ainda podem ser mantidos, conciliando-os na esfera do Estado. Por outro lado, lembremos que, atendidos os interesses desse capital moderno, o possível antagonismo entre o antigo e este é contido, e, assim, abre-se novo campo conciliatório entre eles. Por exemplo, ambos lutarão politicamente, através de seus *lobbies* ou de seus representantes no parlamento, contra determinadas reformas sociais – salário, reforma agrária, reforma tributária etc. – que ameaçam, segundo eles, os sagrados direitos da propriedade e das leis do mercado.



### 3. A agricultura itinerante

Entre as heranças que mais marcaram nosso processo histórico de subdesenvolvimento, Furtado destacou a da Agricultura Itinerante.<sup>12</sup> Decorria esse fato das facilidades com que os grandes proprietários rurais tinham acesso a novas terras – por compra, acesso público, ou pela violência –, e, com isto, a menor eficiência da ocupação escravista predatória era atenuada pela ocupação de terras virgens ou pouco utilizadas, e das mais férteis, com o que essa agricultura se mantinha competitiva, prescindindo do uso de tecnologia mais avançada. Dessa forma, a agricultura exportadora expulsava para o interior as antigas atividades rurais, ou seja, a pecuária extensiva e a agricultura familiar de pequena propriedade.<sup>13</sup> Diante dessa estrutura de poder, a pequena propriedade não poderia concorrer com o latifúndio exportador, restringindo-se, assim, aos cultivos de subsistência e à dominação maior do capital mercantil. Furtado atenta que esse fato não se restringiu ao velho Nordeste açucareiro, reproduzindo-se também na cafeicultura do Sudeste. Escaparam dessa armadilha as raras áreas que foram colonizadas com pequenas e médias propriedades, sob patrocínio do Estado, notadamente no RS, Santa Catarina (SC) e no ES.

Ao analisar a “formação do complexo nordestino”, Furtado constata que a agroindústria açucareira sofreu um marasmo, durante cerca de três séculos, em termos de progresso técnico agrícola e, em menor intensidade, também em termos industriais. Furtado mostra como a escravidão e a depressão açucareira

12 O tema está desenvolvido em Furtado (em 1961 e, especificamente, em 1972, cap. II). A análise de Furtado se estende até o final da década de 1960.

13 Ver, em Furtado (1975, cap. VII), a importante análise que ele faz sobre a apropriação da terra e sobre a estrutura fundiária que surge com a implantação do modelo primário exportador na América Latina.

causaram uma enorme ineficiência produtiva e tecnológica, travando, portanto, o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Isso, em nosso entender, fortificaria ainda mais o poder do capital mercantil local, o que lhe ensejaria uma longa e problemática dominação regional, e explica, em grande parte, a intensidade e a duração do atraso daquela região.

As tentativas de instalação dos Engenhos Centrais, a partir da década de 1850, foram infrutíferas, a despeito do forte subsídio a eles concedido. Entre as principais razões para o insucesso está a de que o Engenho Central só produziria o açúcar, ficando a produção da cana exclusivamente nas mãos de produtores independentes. Isso obviamente gerava fortes conflitos entre esses agentes, não só em termos do preço a pagar pela cana, mas também em relação ao poder fundiário. Mais tarde – a partir de 1870 –, o Estado passou a incentivar a instalação de Usinas, em grande parte financiando-as, mas também subsidiando-as fortemente. Mas estas, além de poder utilizar sua própria cana, tinham maior escala do que os antigos engenhos, que com elas não poderiam competir, convertendo-se em meros fornecedores de cana, ou simplesmente em produtores de rapadura ou aguardente. A situação piorou ainda mais com a inevitável reconcentração da propriedade fundiária, com pauperização dos *engenhos de fogo morto* e, mais tarde, também com rebaixa de salários. Assim, os usineiros passaram a ter maior concentração maior de poder, consolidando a antiga prática de calotear suas dívidas para com o Estado.<sup>14</sup>

Embora tenha escrito o tema da agricultura itinerante em 1972, a análise de Furtado pode ser estendida aos dias de hoje, com a diferença de que aquela agricultura não é mais escravista e usa intensamente progresso técnico, continuando a ter compensados seus custos, graças: i) às facilidades com que continua a acessar terras livres, notadamente no NO e CO, com o desmatamento de enormes áreas, expulsão de posseiros e itinerância de outras culturas; ii) à dotação pública de infraestrutura; iii) ao crédito público facilitado; iv) aos ganhos proporcionados pelo manejo internacional de câmbio das divisas de exportação.<sup>15</sup>

Lembremos que foi a partir da década de 1960, com a modernização rural, que os fluxos migratórios inter-regionais cresceram acentuadamente. A despeito do elevado crescimento do PIB e da elevação do emprego urbano até o início da década de 1980, tivemos uma urbanização caótica, em que o emprego informal cresceu acima do formal. O desastre social se completou com o desleixo do Estado para com as políticas sociais, agravando ainda mais a questão urbana e a social.

14 Sobre o assunto, ver Andrade (1973) e Eisenberg (1977).

15 Para uma análise mais atualizada do tema da agricultura itinerante, ver Cano (2006, cap. 5).

A migração se acentua porque as condições que antes permitiam a sobrevivência do homem naquela área já não mais existem.<sup>16</sup> Ele cultivava a terra da forma l que a natureza lhe permitia, sem assistência técnica, sem acesso ao crédito e com insustentabilidade ambiental. A ação predatória – porque essa agricultura só pode ser predatória – vai diminuindo a fertilidade desse solo e esse homem, para ter a mesma colheita, teria que passar a cultivar uma área adicional se quisesse continuar colhendo a mesma quantidade de alimentos, ou continuar restrito à antiga área e tentar empregar num mercado de trabalho alguma fração do seu tempo de trabalho, em busca de uma renda monetária adicional para compensar o efeito da queda da produtividade do solo.

Ocorre que, dependendo de onde esse homem se encontra, é possível que inexista mercado de trabalho que lhe dê essa condição. Mas também é possível que, à medida que essa fertilidade caia ainda mais, a necessidade de área cultivada se torne ainda maior e esse homem teria, agora, que colocar toda a família trabalhando essa terra. Ou seja, esse homem empobreceu e se tornou mais miserável e está sendo obrigado, junto à família, a trabalhar muito mais do que trabalhava antes. E chega o momento em que isso se torna insuportável e ele abandona o mundo rural e se torna proletário urbano.

Assim, temos uma situação paradoxal: ao mesmo tempo que essa expansão rural exportadora significa progresso, ela também significa retrocesso. Esse fenômeno tem sido um verdadeiro foco gerador de miséria, ao reproduzir em outros espaços territoriais novos bolsões de pobreza rural e urbana, criadouros de mão de obra barata e de maior concentração fundiária, além dos malefícios ambientais sobejamente conhecidos. Com isso, novos espaços se abrem para o velho capital mercantil explorar.

É óbvio que, para evitar boa parte desses males, o Estado teria que praticar uma séria política de localização regional agrícola e ambiental, além de uma política social e de uma fundiária progressista. Contudo, isto não ocorre. E cabe indagar: por quanto tempo teremos ainda que esperar para que estes capitais modernos penetrem de forma mais abrangente nestas searas e as transformem, com mais justiça social, ainda que num sentido meramente reformista? E isso não é uma questão só econômica, mas substancialmente política e social. Detalhemos um pouco mais nossa pergunta: como é que o Estado poderia intervir para combater esta dominação? A forma mais direta para isso seria ali entrar e reorganizar a economia desse espaço, reorganizando os esquemas de financiamento, reorganizando os esquemas de distribuição, e promovendo ali onde fosse possível, ali onde fosse necessária, a Reforma Agrária. Por que promover a Reforma Agrária?

16 Os dados básicos (matrizes censitárias) sobre os fluxos migratórios inter-regionais do Brasil (entre 1940 e 2000, estão analisados em Cano (2007b e 2008).

Aqui nos referimos não à Reforma Agrária apenas como um processo de subdivisão de um espaço territorial qualquer e como uma distribuição mecânica de lotes. Reforma Agrária deveria ser uma decisão de política fundiária do Estado; não com o objetivo de permitir, de ampliar a oferta de alimentos, porque isto a agricultura que vai se capitalizando e se modernizando tem resolvido esse problema nas últimas décadas no país. Não é essa a questão. A questão de Reforma Agrária hoje não é mais uma questão política de resolver problemas de abastecimento ou de ampliação da oferta de alimentos - tem muito pouco a ver com isso.<sup>17</sup>

Essa Reforma Agrária tem a ver com o problema do combate à miséria e é uma questão de justiça social, e, ainda, para tentar sustar durante um largo período de tempo parte do êxodo rural e do conseqüente *inchaço* urbano; tentar evitar que esse homem se translade para a cidade – pois isso sim é um problema agravado, econômica e socialmente. Isto é um problema econômico porque é muito mais barato fazer um assentamento rural eficiente, com apoio técnico, de comercialização e de financiamento, do que criar um emprego urbano eficiente e digno. Além disso, há que acrescentar os custos adicionais de infraestrutura urbana e as demandas sociais urbanas exercidas pelo imigrante. Assim, gastaríamos muitos menos recursos para fazer Reforma Agrária, fosse ela no NE, na Amazônia, no Mato Grosso (MT), em Goiás (GO), ou em qualquer espaço do território nacional, do que com os recursos que seriam necessários para resolver ou atenuar nossa questão urbana.

Além disso, é necessário priorizar a reforma agrária justamente porque com aqueles esquemas de dominação, a tendência é ampliar a miséria rural e a urbana. E pelo que estamos vendo ao longo dessas últimas quatro décadas, os elevados e deploráveis índices de insegurança e violência urbanos já atingem pontos muito críticos.

#### **4. A face urbana do capital mercantil**

Além da dominação que comentamos na área agrícola, o capital mercantil também tem sua face urbana, aliás, a de maior expressão econômica. Cabe lembrar que alguns de seus principais segmentos – notadamente a construção civil pesada –, embora tenham sua base decisória urbana, transcendem-na, atingindo também o mundo rural. Assim como algumas de suas frações se transformaram em industrial, bancário, agrícola etc., outras tiveram conversão de mais fácil acesso, em segmentos como a construção civil (a residencial e a pesada), a produção e administração de serviços urbanos, os negócios

---

17 Entendemos que a questão da regularização da posse e da propriedade da agricultura familiar não só se enquadra numa política de reforma agrária, como deveria ter prioridade nessa política.

imobiliários em geral, no moderno comércio e distribuição urbana, no transporte, hotelaria, laser, turismo, franquias e outros.

Convém notar que alguns desses segmentos, como em especial o da construção civil pesada, embora se classifiquem como integrantes do setor industrial, são de fato, mercantis. Muitas das grandes empresas desses segmentos ganham licitações públicas, mas terceirizam as obras, transformando-se, na verdade, em “administradoras privadas de negócios públicos”. Várias delas, mesmo quando executam diretamente a obra, têm parte dos equipamentos de seus ativos constituindo, na verdade, operações de *leasing*. A divisão do trabalho no setor imobiliário faz também com que boa parte de seus segmentos seja eminentemente mercantil. No setor de franquias (bares, restaurantes, lavanderias, hotelaria, laser, locação e exibição de filmes e outras), por exemplo, embora algumas empresas sejam classificadas como de produção industrial, não passam de empresas meramente administradoras e controladoras de negócios privados, e não produtivos, no sentido material. Praticamente sem ativos fixos, e sem nada a produzir, extraem gordos lucros de seus franqueados, sem praticamente nada investir. É uma nova forma de extração de mais valia: a *absolutíssima!*

Essas novas formas foram mais progressistas do que a arcaica. Progressistas no sentido de que avançaram com o progresso material da sociedade. Foram essas frações que construíram este Brasil urbano, notadamente a partir da década de 1940.<sup>18</sup> É progressista nesse sentido. Mas ele, hoje, da mesma forma como o outro, capturou o Estado, realizou a cooptação e o controle do poder político também através de processos similares; ele também promove a cooptação e a acumulação urbana, a corrupção e o controle dos aparelhos de Estado urbanos. Obviamente, os limites deste texto nos restringem a uma abordagem mais específica do fenômeno, em especial no que se refere à política habitacional criada pela ditadura, a partir de 1964, mas que até hoje se mantém.

Já vimos no item anterior como as condições tanto de atraso como de modernização rural incrementaram o êxodo rural e provocaram um verdadeiro *inchaço urbano*. Também lembramos da debilidade das políticas sociais e da insuficiência do emprego urbano formal para dar conta dos fluxos migratórios. Assim, se entre 1930 e 1950 tivemos uma urbanização *suportável*, a partir daí ela se tornou *caótica e explosiva*. *Suportável*, dado que os problemas de transporte urbano, habitação e saneamento básico ainda eram de menor monta, e “resolvidos” por meios e formas mais simples, que atenuavam seus efeitos até aquele período. Após 1960, contudo, com a aceleração da urbanização e as debilidades das políticas públicas, seus efeitos perversos ganharam enorme dimensão, tornando-a *caótica* e gerando a chamada *arrebentação urbana*.

18 Sobre o capital imobiliário urbano ver Lessa (1982).

Estas advertências e sugestões de políticas alternativas constam de três textos produzidos por mim na década de 1980 e as conclusões sobre os resultados perversos que aquela urbanização nos traria, foram, infelizmente, superados. Isso não só pelo acelerado ritmo de crescimento no período 1960-1980, mas, principalmente, pelo abandono das políticas urbanas.<sup>19</sup> Essa omissão do Estado obrigou-o a fazer “vistas grossas” para as ocupações urbanas em áreas de preservação e de risco, que cresceram enormemente entre aquele período e hoje. É lamentável ouvir hoje pela mídia e pelo Estado que os atuais desastres ecológicos urbanos (enchentes e deslizamento de encostas), que têm tirado tantas vidas humanas, se devem à natureza, pela efetiva gravidade das chuvas e pela irresponsabilidade dos moradores em ocupar tais áreas!

Mas essa urbanização contou com vários *fatores de acomodação*. Embora veloz, ela propiciou à construção civil crescimento a taxas elevadíssimas, com o que esse Brasil urbano pôde empregar boa parte dos homens do campo que foram expulsos, além do crescimento próprio da população urbana. E grande parte do êxodo rural, até o início da década de 1960, foi para a fronteira agrícola que se abria ao norte paranaense, ao sul goiano e no Mato Grosso do Sul; e a outra parte, maior, se dirigiu para zonas urbanas que ali cresciam.

Assim, até meados da década de 1960, este acréscimo populacional não teve problema de desemprego aberto. Esses homens puderam ser abrigados na zona urbana de uma forma mais digna e mais decente do que hoje. A questão dos transportes coletivos não era ainda um problema grave. A habitação tinha meios de solução mais razoáveis, mais simples, do que hoje tem que enfrentar para uma cidade de mais de 1 milhão de habitantes. Havia a construção em mutirão; a baixa inflação permitia a venda de imóveis financiados a longo prazo, sem correção monetária; o centro foi se alargando, gerando “ondas” que distanciavam cada vez mais da periferia, mas, ao mesmo tempo, ampliando a oferta de imóveis de baixo custo; a especulação imobiliária existia, mas não era tão voraz e audaciosa como é hoje. E o nosso conhecido capital mercantil nadou tranquilamente nessas águas.

O Estado de então, fosse o Municipal, fosse o Estadual, face àqueles fatores de acomodação, tinha uma estrutura fiscal e financeira praticamente compatível com aquela urbanização, que podia atenuar os *déficits* de atendimentos sociais às demandas daquelas populações urbanas. Mas a ditadura, além de reconcentrar as finanças públicas, em detrimento dos Estados e Municípios, não fez a Reforma Agrária e, ainda, a partir de 1965, inicia uma profunda renovação tecnológica na agricultura. A partir daí, portanto: i) continuamos sem fazer a reforma agrária; ii) a profunda renovação tecnológica *tratorizou, maquinizou e quimificou* a agricultura, diminuindo substancialmente a

19 Os textos são de Cano (1985, 1988 e 1989). As conclusões desses textos, sobre os resultados perversos que aquela urbanização nos traria, foram, infelizmente, superadas.

necessidade do trabalho humano no campo; e iii) tivemos um vigoroso processo de expansão urbana, de “fuga para frente” territorial, que ampliou ainda mais esta urbanização e que passou a exigir do setor serviços modificações de antigas formas de produção, fazendo surgir novas, causando uma geração colossal de empregos urbanos.

As cidades, portanto, na década de 70, ingressam naquilo que chamamos de “*arrebentação urbana*”,<sup>20</sup> ou seja, uma forma de crescimento explosivo, que se defrontou com grande despreparo político e de planejamento do Estado para enfrentá-la, intensificando, a partir daí, a degeneração dos serviços públicos necessários a essa urbanização. Com isso, o capital mercantil ampliou ainda mais sua esfera de ação no mundo urbano. O regime autoritário pós-1964 agravou ainda mais esse quadro, ao reconcentrar no governo federal a maior parte da receita fiscal, além de tornar menos prioritários os gastos e as políticas de cunho social.

Em decorrência, os Estados e Municípios, tornaram-se ainda mais despreparados – não só financeiramente – para enfrentar o chamado *caos urbano*. Além disso, a precariedade do planejamento urbano, a dimensão e a velocidade da urbanização tornaram-nos também despreparados, administrativa e tecnicamente. Eles não souberam nem puderam enfrentar corretamente os mais modernos, grandes e complexos problemas derivados de uma urbanização caótica, deteriorando também o padrão de vida da população urbana, notadamente o da classe trabalhadora.

Por isso, e pela necessidade de cooptar politicamente elites e empresariado, o Estado alargou ainda mais o campo já fértil para a ampliada atuação urbana do capital mercantil. Vejamos, ainda que de forma resumida, como se deu a maior inserção do capital mercantil urbano com a política habitacional do período, situação que continua até hoje, reforçando ainda mais a situação do Estado e da Sociedade como prisioneiros desse capital mercantil.

Entre as reformas do regime militar instauradas em 1964-65, estava a nova Política Habitacional, que tinha como base de financiamento as Cadernetas de Poupança e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), administrados pela Caixa Econômica Federal e o Banco Nacional de Habitação (BNH).<sup>21</sup>

Sua concepção foi a de construção em larga escala, das chamadas “Vilas BNH”, conjuntos habitacionais contendo, em geral, centenas de casas ou apartamentos. O sistema era controlado pelo governo federal, com gestão compartilhada com entes subnacionais, que geriam as chamadas Cooperativas Habitacionais (COHABs). Centralizando tal gestão, planejavam e executavam

20 Ver nota anterior.

21 Para uma crítica a essa política, ver Maricato (1987).

a construção das “Vilas BNH” nos pontos mais distantes da periferia, sob a alegação de que só ali existiam glebas que permitiriam a construção em escala, e de que nesses locais os preços da terra eram os menores da cidade, fatos verdadeiros, mas que, entretanto, encobriam um verdadeiro ardid do capital mercantil urbano, mancomunado com a administração pública. Foi assim que essa política se converteu em um fantástico criadouro de *acumulação primitiva* para o capital mercantil: terras antes precificadas por alqueire ou hectare eram agora calculadas por metro quadrado!<sup>22</sup> Claro é que isso poderia ter sido evitado, aproveitando-se melhor a infraestrutura já existente e de maior escala e menor custo, promovendo maior adensamento urbano e coibindo, com uma legislação mais adequada, a especulação.

Ao construir esses assentamentos habitacionais nesses pontos distantes e desprovidos de qualquer infraestrutura, o projeto era obrigado a provê-la: assim, do espaço vazio surgiam não só as moradias, mas também as redes de energia, comunicações, água e esgoto, escola, posto de saúde, posto policial etc. Isso não só valorizava os preços dos terrenos sobrantes naquele novo bairro, mas principalmente os dos espaços vazios existentes entre o centro e o novo bairro distante. Neste novo espaço revalorizado, eram construídas as residências da classe média, gerando, como num passe de mágica, mais uma *acumulação primitiva*<sup>23</sup> (ver Figura 2). A despeito da nova infraestrutura, lembremos que a distância moradia-trabalho aumentou consideravelmente, não só piorando as condições físicas para o trabalho, mas também pressionando o custo de vida com o item transportes.

Dessa forma, a política habitacional – ou seja, o Estado – acomodava os interesses do capital mercantil construtor (empresas de construção civil e as de infra estrutura), empresas de transporte, de comunicações, imobiliárias, bancos etc. Desse conluio, surgia a cooptação entre esse capital e as instituições públicas, ampliando os horizontes da corrupção e da especulação imobiliária local.

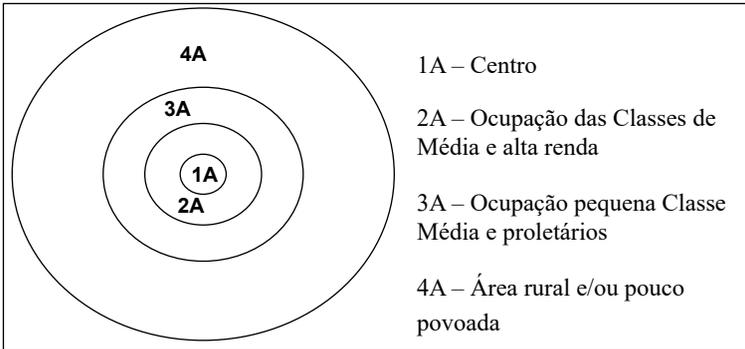
Estamos próximos de comemorar os 20 anos do fim do regime autoritário. Contudo, sobre o que acabamos de relatar, não há o que comemorar. Tudo continua como *dantes, no quartel de Abrantes...*

22 Lembro, por exemplo, como a boa ação representada pela doação de uma pequena parte da Fazenda Rio das Pedras (Campinas, São Paulo) para construção do Campus da Unicamp em fins da década de 1960 representou um ardid dos proprietários, parecido com esse, pois em parte do entorno restante implantaram o bairro Cidade Universitária e alguns condomínios, que tiveram preços tão altos como os dos melhores bairros da cidade. Essa área está bem próxima de um assentamento BNH (Vila Costa e Silva) feito na mesma época.

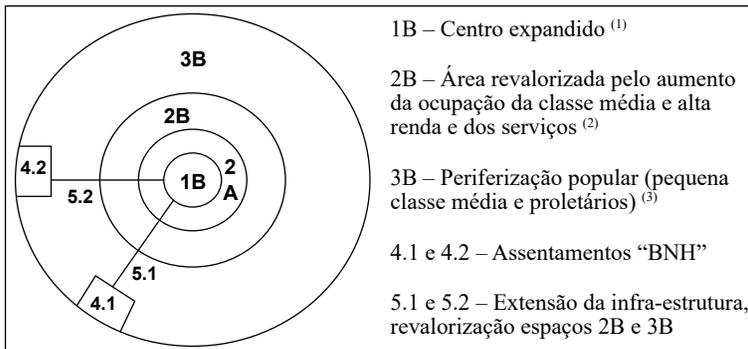
23 A exceção a essa forma de ocupação ocorria em municípios litorâneos e outros limitados por barreiras naturais, mas a “solução” habitacional, nestes casos, foi permitir (ou se omitir sobre) a ocupação proletária dos morros, encostas, ribeiras, e áreas de preservação - todos os efeitos perversos que isso causa. Não é demais lembrar que tais permissões – mormente em locais mais agradáveis e turísticos - têm sido dadas também aos ricos e à hotelaria nacional.

Passou o período da euforia da industrialização, da urbanização acelerada, da “Crise da Dívida”, do Plano Real e da retomada do crescimento via “Efeito China”. Contudo, o capital mercantil continua agindo, talvez invejando alguns congêneres: o do Japão entre fins da década de 1980 e 1994, quando lá explode uma das maiores bolhas imobiliárias até então inventadas pelo capital; ou o do norte-americano, que inventou a “Bolha do Sub Prime” e que foi o estopim da crise atual; e o da China, cuja ameaça dessa bolha está pairando no ar.

2A - Situação da área do município, antes dos assentamentos “BNH”



2B - Situação posterior aos assentamentos “BNH”



<sup>(1)</sup> 1B > 1A

<sup>(2)</sup> Contém resquício de ocupação anterior: cortiços, prédios deteriorados, etc.

<sup>(3)</sup> Área revalorizada pela extensão da infra-estrutura

As proporções entre as áreas assinaladas e a área total variam conforme a especificidade de cada município (ver texto).

# CAPÍTULO 9

## CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE A TERRA COMO PURO ATIVO FINANCEIRO E O PROCESSO DE FINANCEIRIZAÇÃO<sup>1</sup>

Mariana Fix  
Leda Maria Paulani

---

### 1. Introdução

Este trabalho trata da participação do mercado imobiliário<sup>2</sup> no processo de financeirização da acumulação de capital. Esse mercado é entendido aqui como frente permanente de valorização, sobretudo na atual quadra histórica, marcada pela sobreacumulação, ou seja, pela produção de capital em excesso em relação às possibilidades de aplicação produtiva.

A singularidade desse mercado está, como veremos, em reunir numa única atividade produtiva, as três formas sob as quais a mais valia aparece: o lucro (valor excedente produzido no canteiro de obras), o juro (parcela do valor excedente que remunera quem fornece o *funding*, ou seja, os recursos monetários, para a produção) e a renda (sobrevalor futuro capitalizado embutido no preço da terra).

A produção do espaço construído exhibe uma relação imediata com o mercado financeiro, seja pela necessidade de financiar a produção, seja pela necessidade de viabilizar o consumo. Além disso, a terra, elemento fundamental do

---

1 Capítulo originalmente publicado na **Revista Brasileira de Economia Política**, v. 39, n. 4 (157), p. 638-657, out./dez. 2019 doi: 10.1590/0101-35172009-2954. O texto integra as atividades finais do estágio pós-doutoral desenvolvido por Mariana Fix, sob a supervisão da professora Leda Paulani, na FEA-USP, correspondente ao Prêmio CAPES de Tese edição 2012, outorgado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo trabalho intitulado **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário**. A tese foi desenvolvida no Instituto de Economia da Unicamp sob a orientação do professor Wilson Cano. Os temas tratados pelo artigo integram o projeto de pesquisa Financeirização e Rentismo: Considerações Teóricas e Observações sobre o caso Brasileiro, de Leda Maria Paulani, que conta com o apoio financeiro do CNPq por meio de Bolsa de Produtividade em Pesquisa. Submetido: 4/Junho/2018; Aprovado: 27/Fevereiro/2019.

2 Utilizamos o termo mercado imobiliário por ser de uso mais corrente e remeter de modo mais imediato às questões a serem discutidas. Contudo, como ficará claro, não se trata aqui apenas da esfera da circulação, ou seja, da compra e venda de imóveis, mas também da esfera da produção, ou, da produção do espaço construído. Sendo assim, o termo setor imobiliário também será eventualmente utilizado.

setor imobiliário, tem seu preço determinado tal como os ativos financeiros, ou seja, pelo valor presente das rendas futuras esperadas.<sup>3</sup> É preciso, portanto, investigar que alterações produz, sobre um mercado já tão diretamente relacionado às questões financeiras, a emergência de um processo a que se dá o nome de financeirização.

Assim, a primeira seção do artigo retoma conceitos básicos referentes a esse mercado e a esse processo, enquanto a segunda dá especial destaque às contradições envolvidas no tratamento da terra como puro ativo financeiro. Cabe lembrar que trataremos aqui apenas dos traços mais gerais do problema, não estando em nosso escopo o fato de a forma de inserção dos países periféricos no processo de financeirização diferir daquela experimentada pelos países centrais, alterando-se por isso também, em cada um desses espaços, as consequências da imbricação entre setor imobiliário e a financeirização. O tratamento teórico da questão é suficientemente complexo e demanda um artigo à parte. Sempre que necessário, porém, algumas observações serão efetuadas considerando-se os exemplos concretos que serão trazidos para ilustrar o esforço teórico aqui efetuado.

## 2. Financeirização e mercado imobiliários; retomando conceitos

### Financeirização: a construção do conceito

A assim chamada financeirização do processo de acumulação de capital passou a integrar o rol dos temas mais discutidos pelos marxistas a partir de meados dos anos 1990<sup>4</sup>. Intrincada por definição, a questão foi objeto de muita discussão teórica, gerando uma produção acadêmica crescente. Um problema adicional para os marxistas está no fato de as assim chamadas “teses da financeirização” poderem ser facilmente confundidas com posturas keynesianas, dada a relativa proximidade entre as teorias monetárias de Marx e Keynes e a conhecida irritação do último com os falcões das finanças. Assim, na discussão

3 A questão remete, de imediato, a um dos conceitos seminais da economia política, a renda da terra, bastante desenvolvido em Ricardo e em Marx. No que concerne à relação entre o setor imobiliário e a renda da terra, o debate nacional dispõe já de uma vasta e rica produção: Carlos (2011), Ribeiro (1997), Rodrigues (2014), Maricato (org.) (1979), Seabra (1987), Villaça (1985), dentre outros.

4 O livro de François Chesnais, **La Mondialisation du Capital**, publicado na França em 1994, traz já um capítulo todo dedicado a essa discussão. De modo presciente, Harvey deu papel central ao capital portador de juros e às finanças em seu livro **Limits to Capital**, publicado em 1982. Mas tratava-se de um livro teórico, não um livro sobre capitalismo contemporâneo, de modo que passou despercebido por muito tempo (sua segunda edição só apareceu em 2006). No Brasil, ainda que num escopo teórico e temático mais amplo, mas de modo também premonitório, José C. Braga dá a devida importância à questão em sua tese de doutorado defendida no IE-Unicamp em 1985 (publicada em livro pela Editora do IE-Unicamp em 2000).

em torno dessa questão, a utilização de termos externos ao léxico marxista causava ainda mais estranhamento e antipatia do que o normal.

De todos os teóricos que se debruçaram sobre essa temática, François Chesnais foi o que mais traduziu, na sequência de seus trabalhos, esse caminho sinuoso e cheio de obstáculos. Em seu livro lançado em 1996, **La Mondialisation Financière**, o autor faz uso explícito dos conceitos da chamada “Teoria da Regulação”. Daí a afirmação de que o capitalismo estaria presenciando “um regime de acumulação com dominância da valorização financeira”.<sup>5</sup> No livro seguinte, **La Finance Mondialisée**, de 2004, não há mais menção a esses termos e o que está colocado no centro de sua análise é o conceito marxista de capital portador de juros. No livro de 2016, **Finance Capital Today**, ele cita explicitamente o abandono dessas noções e do *approach* regulacionista (p. 14). Nesse mesmo livro, ele cunha novos conceitos em torno da ideia do capital financeiro (p. 5-9) e, para dirimir algumas dúvidas que ainda persistem, define o que se deve afinal entender por financeirização (p. 14-16). No presente trabalho utilizaremos essa última definição de financeirização, não só pela concordância que temos com ela, mas também porque Chesnais, em paralelo a sua reflexão teórica, nunca descuidou da investigação empírica sobre o capitalismo contemporâneo, o que seguramente contribui para a propriedade dessa definição.<sup>6</sup>

A financeirização, afirma Chesnais, “diz respeito à disseminação profunda e geral das características do capital portador de juros, tal como identificadas por Marx no Livro III de O Capital, no sistema como um todo” (2016, p. 15-16, tradução nossa). A atuação desse capital, no contexto da continuidade de uma crise de sobreacumulação, tem inúmeras consequências e está “organicamente incorporada na fábrica da vida social” (*idem*:16). Para nosso autor, essa onipresença do capital portador de juros não pode, por isso, ser dissociada da consideração do elevadíssimo grau de concentração e centralização de capital hoje presentes no processo de acumulação.<sup>7</sup> A formação acelerada de grandes blocos de capital produtivo por meio do processo de centralização,

5 Regime de acumulação é um dos conceitos chave da Teoria da Regulação (o outro é o conceito de modo de regulação), tal como se expressa no trabalho original de Michel Aglietta, **Regulation et Crises du Capitalisme**, de 1976. Apesar de partir de uma crítica pesada à teoria neoclássica e de forjar seus conceitos originais tendo por base o conceito marxista de modo de produção, a teoria é vista como excessivamente eclética por muitos marxistas. Uma boa resenha dessa teoria está em Boyer (1990).

6 Os resultados desses trabalhos aparecem entre outros, em Chesnais (org.), 1998, 2005; Chesnais *et al.* (org.), 2010; Chesnais, 2016.

7 Relembrando, com Marx: concentração de capital diz respeito ao crescimento do capital graças à operação normal do processo de reprodução ampliada, enquanto que centralização de capital está relacionada a esse mesmo crescimento, mas pela incorporação, por parte de capitais maiores e/ou mais estruturados, de capitais menores e/ou menos estruturados (movimento esse que é cada vez mais efetivado por meio de práticas predatórias viabilizadas e incentivadas por mecanismos financeiros de crescente sofisticação). Os dois processos estão o tempo todo presentes, mas nas fases de ascenso cíclico predomina o primeiro,

que predomina em fases de crise como a atual, vai ocorrendo em paralelo ao agigantamento dos mercados financeiros e por meio da utilização de sofisticados expedientes financeiros, como, por exemplo, os fundos de *private equity* e suas operações de *leveraged buy outs* (LBOs).<sup>8</sup> Segundo Chesnais (2016, p. 16), isso vai contribuindo para o reforço do processo de financeirização uma vez que implica a continuidade do crescimento da riqueza financeira (e fictícia)<sup>9</sup> em escala sempre maior do que a do crescimento da riqueza real e a intensificação a um grau inédito da pretensão do capital financeiro à autonomia, detectada por Marx.

### Capital Portador de Juros e Ativos de Capital Reais e Financeiros

Se Chesnais está certo, a dificuldade com o conceito de financeirização reside, principalmente, na dificuldade com o conceito de *capital portador de juros*. O que ele significa de fato? Significa que o *capital* se transforma numa *mercadoria*. A capacidade de, graças à sua circulação, engendrar a produção de um valor excedente, é posta à venda, e o capital se transforma em *capital portador de juros*. Essa transmutação, que transforma o *capital* em *mercadoria*, sendo o juro seu “preço”, coloca essa mercadoria especial num circuito próprio, que não se confunde com aquele que abriga a circulação das mercadorias ordinárias.

Assim, ao ser lançado na circulação como mercadoria, o *capital*, agora transformado em *capital portador de juros*, vai integrar o movimento de circulação das mercadorias especiais, cujo valor de uso é o de “produzir valor” e, no caso do capital portador de juros, cujo “valor” (que neste caso é igual a “preço”) é o juro. Nesse circuito são objeto de transação os *ativos*, ou *estoques de riqueza* (no circuito das mercadorias triviais, o que se compra e se vende são valores de uso, de maior ou menor duração, destinados a satisfazer necessidades humanas e não a produzir valor adicional, ou seja, alimentos, roupas, remédios, livros, móveis etc.).<sup>10</sup> Além de funcionar como meio de circulação

---

enquanto nas fases de recessão o protagonismo é do segundo. Os processos de fusão de grandes grupos de capital, elevando seu poder de monopólio, enquadram-se no último dos conceitos.

8 *Private equities* são títulos de participação em empresas já estabelecidas, mas ainda não cotadas em bolsa (ou seja, de capital fechado). Os fundos de *private equity* são esquemas coletivos de investimento nesse tipo de título. As LBOs são transações que podem transferir o controle de uma empresa a um grande bloco de capital ou a grandes investidores por meio da utilização alavancada do fluxo de caixa dessa empresa como colateral na emissão de títulos de dívida. Voltaremos ao tema das *private equities* mais à frente.

9 Discutiremos esses conceitos mais à frente.

10 O termo ativo vem da contabilidade empresarial e diz respeito, como já assinalado no texto, aos estoques de riqueza, sob as mais variadas formas, que uma empresa detém num determinado momento do tempo. Na data do balanço, por exemplo, 31 de dezembro de 20XX, todos os ativos da companhia são mensurados monetariamente e relacionados, sejam eles ativos reais tangíveis (imóveis, edifícios, máquinas, equipamentos, estoques de bens), intangíveis (patentes, marcas), ou financeiros (créditos a receber, aplicações financeiras),

de mercadorias ordinárias e como capital monetário (aquele que compra meios de produção e força de trabalho), “na base da produção capitalista”, lembra Marx (1984, p. 255), qualquer soma de dinheiro ganha “um valor de uso adicional, a saber, o de funcionar como capital” e é nessa condição que ele se transforma em *mercadoria*. Sem esse valor de uso adicional, sua posição como objeto de compra e venda não faz sentido, porque ele funciona então apenas como meio de compra ou meio de pagamento e não pode, por isso, por definição, ter um “preço”.

No circuito dessas mercadorias especiais, circulam ativos de capital *reais* e *financeiros*. Uma parcela substantiva dos ativos reais, classificados em geral como *capital fixo* (máquinas, equipamentos, instalações, edifícios e infra-estrutura), possui um valor de uso efetivo que é produto do trabalho concreto. Mas esse grupo envolve também as porções do globo sobre as quais agentes privados detêm monopólio, podendo se transformar em objeto de transação, ou seja, *os terrenos*. Neste caso, o valor de uso efetivo não é produto do trabalho concreto nem é reproduzível pelo trabalho, mas está associado à terra enquanto “presente da Natureza”. Podemos dizer, acompanhando Harvey (2006, p. 333-341), que a terra tem um duplo valor de uso: os terrenos são a base para a reprodução material e para a extração (funcionando então como *meio de produção* – agricultura, indústria extrativa), e são também elementos necessários de toda a produção e atividade humana (funcionando então como *espaço*, como *lugar* e fazendo parte, por isso, daquilo que Marx chama de *condições objetivas* do processo de trabalho).

Ambos, no entanto, ou seja, tanto o capital fixo *stricto sensu*, quanto os terrenos, são ativos de capital (reais) e circulam como capital. Um ativo fixo, uma máquina, é capital porque sua utilização engendra, para seu proprietário, a produção de valor excedente, que vai aparecer como *lucro*. Um terreno é capital porque sua utilização engendra, para seu proprietário, a possibilidade de se apropriar de uma parcela do valor excedente produzido, que vai aparecer como *renda da terra*.

## Renda da Terra e a Terra enquanto Ativo

Enquanto ativo real, a terra tem, entretanto, algumas peculiaridades, que a tornam singular. Em primeiro lugar, ela integra também aquilo que Marx chamou de fundo de consumo, ou seja, o conjunto daqueles bens de maior durabilidade que no entanto não funcionam como capital, mas simplesmente

---

além de meios de pagamento (dinheiro corrente e depósitos à vista nos bancos comerciais). No approach da economia política, ativos são sinônimos de capital, ou seja, bens com potencial para possibilitar a apropriação de valor excedente futuro, seja por sua utilização na produção, seja pelos direitos de propriedade que eles configuram.

garantem a reprodução material da vida social, a dos trabalhadores em particular. As residências fazem parte desse conjunto de bens, que se apresentam em geral como mercadorias. Elas constituem seu item mais oneroso e evidentemente não existem sem um terreno sobre o qual elas possam ser erguidas. O fato de a terra ser condição de vida para a força de trabalho coloca o trabalhador em posição antagônica à apropriação da renda da terra, em luta para controlar suas condições de existência no local de residência (HARVEY, 1982). Os conflitos relacionados com a produção e o uso do meio ambiente construído são uma faceta importante da luta de classes, como argumenta Harvey em diversos escritos (*Ibidem*, p. 6-7). Mas é preciso também lembrar que, em alguns casos, como acontece amiúde nos países periféricos, apesar de os elementos desse fundo se apresentarem como mercadorias, sua constituição, no que tange às residências, acaba por se dar ao largo do mercado formal, por meio de expedientes como o da autoconstrução. A extrema exploração da força de trabalho nesses espaços não contempla as residências na cesta básica de bens que constitui o valor dessa força, donde o surgimento de expedientes alternativos ao mercado.

A segunda peculiaridade que singulariza a terra como ativo é que, apesar de ela ser um ativo real e fazer parte daquilo que Marx denominou de “as condições objetivas do processo de trabalho”,<sup>11</sup> ela é uma mercadoria fictícia. Como não pode ser reproduzida pelo trabalho humano, não possuindo, portanto, valor, a terra, na base da produção capitalista, tem seu preço determinado pela capitalização das rendas futuras esperadas de seu uso. A renda da terra é, portanto, a forma que coloca a terra como propriedade efetivamente capitalista (MARX, 1985, p. 126). A terra é assim uma mercadoria fictícia, que integra o conjunto dos ativos de capital que podem ser chamados de reais. Mas ela pode se transformar também num capital fictício. Vejamos.

## Terra e Capital Fictício

Começemos por esclarecer o que é *capital fictício*. Resumidamente podemos dizer com Herrera (2015, p. 9), que o princípio básico do capital fictício é “a capitalização de uma renda derivada de um sobrevalor futuro”, lembrando que, no livro III de **O Capital**, Marx diz: “a formação do capital fictício chama-se capitalização” (1985, p. 11). Ora, a capitalização depende da taxa de juros, de modo que sem a posição do capital como mercadoria e, portanto, sem a conseqüente existência dessa forma de apropriação de mais valia (o juro), o capital fictício tampouco poderia existir. E por que Marx chama de *fictícios* os ativos de capital que são resultado da operação desse princípio? Porque eles funcionam ao revés.

11 Ver a respeito **O Capital**, Livro I, capítulo 5, primeira seção.

O capital real, como sabemos, é um *movimento*, o movimento de valorização do valor. Nos ciclos que constituem esse movimento, ele aparece em suas figuras de *capital monetário* (utilizado como meio de circulação na compra de meios de produção e força de trabalho), *capital produtivo* (incorporado nesses meios de produção e nessa força de trabalho postos em funcionamento para serem consumidos) e *capital mercadoria* (incorporado nos bens produzidos, já engordado da mais valia e pronto para retornar à figura de capital monetário). A valorização desse capital real depende do tempo da produção e das mercadorias que dele resultam. Sem o tempo da produção e sem a produção que se efetiva durante esse tempo, o capital é anômico, indeterminado, não pode se definir. O montante de dinheiro original é apenas um tanto de meio circulante ordinário, que pode ter qualquer uso.

O *capital fictício* inverte essas determinações. Em primeiro lugar, ele herda de sua figura originária, o *capital portador de juros*, a capacidade de transformar o *movimento da valorização* numa *coisa*, colapsando o tempo e plasmando a valorização nessa *coisa*. Em segundo lugar, não é o valor monetário inicial posto em movimento que engendra, através da produção, o valor excedente e o constitui como capital, mas ao contrário, é o valor excedente pressuposto num determinado período de tempo que, trazido de frente para trás pela taxa de juros, gera seu valor e garante sua posição como capital. Em terceiro lugar, por consequência, o capital fictício nunca abandona a figura de capital monetário: como não precisa passar pelo calvário da produção, tampouco precisa abandonar a forma monetária. Ele cresce magicamente com o tempo, por força de algum tipo de “aplicação financeira”.

Assim, a terra, apesar de ser uma *mercadoria fictícia*, não é, por sua própria natureza, um *capital fictício*. Em primeiro lugar, o fato de a terra nunca poder abandonar sua forma concreta de espaço, porção do território, coloca já uma primeira diferença. Em segundo lugar, tal como as máquinas e outros tipos de capital fixo, o surgimento de valor excedente que sua propriedade privada engendra só se efetiva se ela estiver diretamente articulada com o processo produtivo. A renda, que constitui sua forma específica de se apropriar de valor excedente, só aparece junto com a produção, ainda que sua condição de elemento ou instrumento de produção não seja a base para a apropriação de tal renda, mas sim o poder monopólico exercido por seus proprietários. Finalmente, apesar de a determinação de seu preço se dar de forma similar àquela observada para os capitais fictícios, isso acontece porque, diferentemente de outros ativos reais (como as máquinas, por exemplo), a terra é um ativo não reproduzível. Contudo, no caso da terra, o resultado contábil da capitalização das receitas futuras não é tudo a que ela se reduz como capital (como acontece no caso dos capitais fictícios). Isso é apenas seu preço. Sustentando esse preço, temos um pedaço de terra, algo efetivamente real. Seu valor de

uso não se resume à sua capacidade de “produzir valor”, mas conta também com sua capacidade de funcionar como *meio de produção*, como *condição objetiva* do processo de trabalho ou como elemento do *fundo de consumo*.

Contudo, Harvey vai argumentar que é na “crescente tendência a tratar a terra como *puro* ativo financeiro” (2006, p. 347, grifo nosso) que “encontra-se a chave para o modo e o mecanismo de transição para a forma puramente capitalista da propriedade privada da terra”. Para ele, se a terra é livremente comercializada, o que se compra e se vende, tal como acontece com os capitais fictícios, é justamente o direito do proprietário ao recebimento periódico de uma renda e, nesse caso, “o comércio da terra fica reduzido a um braço especial da circulação do capital portador de juros” (HARVEY, 2006, p. 347).

Para Marx, como já mencionado, a forma econômica na qual a propriedade da terra se efetiva no capitalismo é a renda, porque ela pressupõe a extração de valor excedente a partir da posição da força de trabalho como mercadoria. Para Harvey, para que a terra alcance a forma puramente capitalista de propriedade é preciso um passo a mais: é preciso que a comercialização da terra se dê exclusivamente em função de sua capacidade de garantir direito a essa renda e isso implica tratá-la como *ativo puramente financeiro*, como *capital fictício*.

Podemos concordar com Harvey e acrescentar que, quando a terra é tratada como ativo puramente financeiro, o que acontece é que a forma de determinação de seu preço prevalece sobre sua especificidade de ser um ativo real e de ter um valor de uso efetivo. Assim, a terra transforma-se de ativo *real* em ativo *financeiro*, de elemento necessariamente constituinte do *capital produtivo* em *capital fictício*.

## Especulação e Securitização

Dadas as peculiaridades da terra como ativo e a forma “financeira” da determinação de seu preço, a capitalização está, por assim dizer, no DNA da terra enquanto mercadoria, ou seja, não é uma faceta introduzida pela financeirização. Na realidade, como vimos, a singularidade desse mercado está em que ele reúne, numa única atividade produtiva, as três formas sob as quais a mais valia aparece: o lucro (valor excedente produzido no canteiro de obras), o juro (parcela do valor excedente que remunera quem fornece o *fundings* para a produção) e a renda (sobrevvalor futuro capitalizado embutido no preço da terra).

Mas, para responder adequadamente a pergunta a respeito das imbrincadas relações entre a financeirização e este mercado tão especial, falta-nos ainda um elemento. Como dissemos anteriormente, a terra como mercadoria integra a esfera de circulação dos ativos de capital, sejam eles reais ou financeiros.

As compras e vendas que ocorrem aí estão, portanto, naturalmente sujeitas ao fenômeno da *especulação*, ou seja, às iniciativas de variado teor destinadas à obtenção de ganhos *na circulação*. Os ganhos realizados nas bolsas de valores, quando se compra hoje a preços reduzidos ações que amanhã são vendidas por preços mais elevados, são típicos ganhos especulativos. Eles não estão relacionados, nem direta, nem indiretamente, à geração de valor novo ou valor excedente, mas tão somente às mudanças de mãos de determinados estoques de riqueza, sendo que cada agente visa, com essas operações, valorizar os seus próprios estoques.

Vale enfatizar que, apesar de utilizarmos para as operações especulativas os mesmos termos (“valor”, “valorizar”), a “valorização” aqui envolvida decorre simplesmente dos ganhos especulativos, ou seja, dos ganhos obtidos na esfera da circulação ao se comprar barato e se vender caro (e não da produção de valor excedente novo). Porém, quando o ativo em questão é a terra, a situação se altera um pouco. Como seu preço é resultante da capitalização das rendas futuras esperadas, esse ganho na esfera da circulação pode ser visto como estando associado também à elevação da renda, no caso da renda absoluta.<sup>12</sup> Em outras palavras, quando, numa operação especulativa, um terreno é retido até que seu preço de mercado atinja aquilo que seu proprietário deseja para aliená-lo, esse comportamento implica simultaneamente a elevação da renda futura esperada do uso capitalista do referido terreno (ou ninguém o compraria por esse preço aumentado). Se estamos falando de espaço urbano, esse movimento, além de enriquecer o proprietário do terreno, levará inevitavelmente a preços mais elevados para as futuras construções que aí se ergam, os quais pressupõem aluguéis futuros igualmente mais elevados.

Mas há uma outra forma por meio da qual a atividade especulativa pode afetar o imobiliário. Ela está relacionada à abertura de capital das empresas ligadas ao setor. Essa alteração tende a colocar sobre as empresas a pressão geral que a concorrência franqueada nas bolsas entre os capitais de diferentes setores exerce sobre resultados, rendimentos e distribuição de lucros (dividendos), aumentando dessa forma a pressão por ganhos especulativos ainda maiores. Para que as empresas do setor imobiliário sejam bem vistas nas bolsas, passa a ser importante, por exemplo, a posse de estoques de terrenos (bancos de terra), o que evidentemente faz crescer a especulação.

No caso do Brasil, a partir de 2004, quando muitas empresas, de diversos ramos passaram a abrir seu capital, a possibilidade de captar recursos por meio da oferta de ações nas Bolsas de Valores passou a motivar várias incorporadoras, a maioria de estrutura familiar, a seguirem esse caminho. Em curto período de tempo, a maior parte das grandes empresas imobiliárias fez

12 Para maior precisão quanto ao termo, extraído da seção 6 do Livro III de **O Capital**, ver Paulani (2016).

suas Ofertas Primárias de Ações na Bovespa. Os efeitos complexos decorrentes desse passo diferem, no circuito imobiliário, daqueles de outros setores, justamente pelas singularidades discutidas neste artigo.

As empresas que abriram capital na Bolsa passaram por mudança patrimonial relevante. Várias delas receberam novos fluxos de investimentos ainda antes da abertura de capital, por meio dos fundos de *private equity*. As empresas gestoras desses fundos captam recursos financeiros de investidores e compram a participação minoritária de uma empresa ou assumem o controle do negócio. Depois de algum tempo elas procuram sair do investimento e realizar os ganhos por meio de venda da participação, pela abertura de capital em Bolsa de Valores e pelo repasse das cotas e ações para os investidores.<sup>13</sup> Vários fundos desse tipo compraram participações em empresas do setor imobiliário brasileiro nessa época, participaram da preparação para a oferta primária inicial, e depois foram desmobilizando seus ativos ao longo dos anos.

Em várias empresas, no entanto, ao contrário do que se poderia esperar, os antigos proprietários (ou suas famílias) permaneceram como os maiores acionistas, ainda que com presença significativa, durante o *boom* imobiliário, de capital internacional. Importante observar ainda que esse processo só ocorreu depois de uma série de medidas do governo federal no sentido de ampliar o crédito imobiliário, somada às mudanças no marco regulatório, que sustentaram em conjunto o *boom* imobiliário ocorrido a partir de 2006. Elevou-se o uso dos fundos existentes (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FGTS e Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, SBPE) com taxas de juros menores, complementados com recursos do orçamento geral da União (OGU) e a redução da alíquota de impostos em obras do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).<sup>14</sup> Ou seja, foi uma combinação de fundos públicos e semipúblicos, de subsídios diretos e indiretos, que completou o circuito imobiliário e jogou óleo nas engrenagens “do mercado”. Aqui, como em outros casos, temos evidências de que o acirramento da natureza financeirizada do setor imobiliário pela intensificação do processo de financeirização, de que a abertura de capital é um expediente típico, pode ter características e consequências muito diferentes quando o espaço em questão é um país periférico.

Mas nem todos os ativos de capital são, por sua natureza, objeto de especulação. As ações (ativo financeiro e capital fictício), como indicado acima, são; os terrenos e imóveis (ativos reais tratados como capital fictício) também são; mas um título público (ativo financeiro, capital fictício), por exemplo, não é; um crédito bancário associado a financiamento de capital fixo (ativo

13 Quando a operação não é bem-sucedida, a gestora tem que assumir o prejuízo e arcar com a falência ou fechamento da empresa.

14 Para maiores informações sobre esse processo, ver Fix (2011), entre outros.

financeiro, capital portador de juros) tampouco é. Mas tudo muda quando se organizam mercados secundários para esses ativos. Os mercados secundários transformam todo ativo de capital, quaisquer que sejam sua natureza e especificidades, em objeto de especulação e potencializam o caráter naturalmente especulativo apresentado por alguns tipos de ativos.

A securitização consiste justamente na transformação do ativo financeiro resultante de uma relação débito/crédito original (a primeira rodada de atuação do capital como mercadoria) em algo novamente transacionável nos mercados, agora secundários (uma segunda rodada de atuação do capital como mercadoria, assentada no mesmo objeto). Apesar de existir desde meados dos anos 1970, esse processo ganha impulso a partir de meados dos anos 1990 e é hoje um dos elementos mais característicos da financeirização. Diz-se, por isso, que a crise financeira internacional de 2007-2008 foi a primeira crise de crédito “pós-securitização”.<sup>15</sup>

Em relação a essa grande crise cabe lembrar que ela está relacionada a todas as questões aqui discutidas. Em 1982, uma comissão instituída pelo presidente Ronald Reagan sugeriu um estímulo à casa própria por meio da redução de regulações locais de densidade, zoneamento e crescimento, agilizando os processos de aprovação de projeto (GALSTER, 2008, p.9). Recomendou ainda a redução da dependência em relação aos credores especializados, a reestruturação da indústria da poupança (*thrift*), a utilização de hipotecas com taxas ajustáveis, a redução das restrições em relação aos títulos lastreados em hipotecas (MBS) e crescente ênfase no mercado secundário de hipotecas. O *Alternative Mortgage Transactions Parity Act (AMTPA)*<sup>16</sup>, do mesmo ano, legalizou as hipotecas com taxas flutuantes, pagamentos tipo balão<sup>17</sup>, e várias outras transações que anteriormente violavam as leis estaduais de usura. A adoção de todas essas medidas, em nome da resolução do problema habitacional, propiciou o crescimento da securitização, com a emissão de títulos financeiros lastreados em imóveis. Em 2006, o relatório *Loosing Ground*, do *Center for Responsible Lending*, denunciava o caráter “predatório” dos empréstimos *subprime* e previa a execução hipotecária de mais de 2,2 milhões de imóveis. Nos anos seguintes, o aumento da inadimplência, no contexto do crescimento

15 A informação está em Chesnais (2016, p. 220).

16 Disponível em: <https://www.gpo.gov/fdsys/pkg/STATUTE-96/pdf/STATUTE-96-Pg1469.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2018.

17 Para um exemplo concreto de práticas desse tipo ver Wyly *et al.*, 2006. A referência ao “balloon payment” encontra-se na seção 341 do AMTPA, citado acima. A definição está disponível em diversos glossários, entre eles este do estado de Nova Jersey: “A mortgage with periodic installments of principal and interest that do not fully amortize the loan. The balance of the mortgage is due in a lump sum at a specified date, usually at the end of the term” ([http://www.state.nj.us/dobi/division\\_consumers/finance/hoa03define.htm#balloon](http://www.state.nj.us/dobi/division_consumers/finance/hoa03define.htm#balloon)). Acesso em: 4 jun. 2018.

da taxa de juros, foi seguido de milhões de execuções hipotecárias, superando em muito as previsões ao atingir um total de 4,6 milhões em 2010.<sup>18</sup>

Ainda com relação à importância da securitização para as questões aqui discutidas, vale lembrar que foi instituído no Brasil, em 1997, sob o apoio incondicional da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), o Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI), que justamente previa, em sua arquitetura *market oriented*, a securitização de recebíveis imobiliários.<sup>19</sup> O modelo norte-americano foi apontado como referência principal: “É o que fazem os Estados Unidos com a *Federal National Mortgage Association (Fannie Mae)*, com administração privada, ações negociadas em Bolsa e capacidade financeira para dar liquidez às operações.”<sup>20</sup> Esse modelo seria o mais apropriado para o Brasil “por não ter nenhuma dependência de *funding* direto ou de direcionamento obrigatório”<sup>21</sup>, diferentemente do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), que define percentuais a serem destinados a cada tipo de financiamento. O suposto fracasso do SFH e a crise do financiamento público foram as justificativas mais recorrentes encontradas em vários documentos da época para a introdução desse mecanismo no mercado brasileiro. A grande novidade do SFI em relação aos expedientes até então existentes seria a possibilidade de captar fundos junto ao mercado de capitais. Além disso, no lugar do direcionamento dos recursos da poupança (a exigibilidade de aplicação em crédito imobiliário), a alocação seria definida por mecanismos de mercado.

Alguns instrumentos foram especialmente desenhados nesse contexto, como os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), as Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI) e as Letras de Crédito Imobiliário, enquanto outros, já existentes, foram reformulados, como as Debêntures, as Letras Hipotecárias e as Cédulas de Crédito Bancário. Os CRIs são apresentados pela norma técnica do Conselho Monetário Nacional (CMN) como um instrumento assemelhado aos *mortgage backed securities* (MBS) norte-americanos, emitidos por empresas como *Fannie Mae* e *Freddie Mac*.<sup>22</sup>

Segundo, Royer (2014), no entanto, o CMN, que regulamenta o SFH, passou a emitir, praticamente ano a ano, desde 1998, uma série de resoluções

18 Dados disponível em: <ftp://ftp.census.gov/library/publications/2011/compendia/statab/131ed/tables/12s1194.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2018. Para uma discussão mais detalhada desse processo, ver Fix (2011).

19 Veja-se a respeito Royer (2014).

20 Ibidem. A Abecip teria participado de um “intenso trabalho de análise dos sistemas mundiais, com a finalidade de se buscar a melhor alternativa para ser adaptada à realidade brasileira”, com destaque para a “comitiva formada por representantes do sistema financeiro privado e público que, em março de 1995, foi aos Estados Unidos para conhecer o modelo de financiamento americano centrado na securitização.”

21 Ibidem.

22 Royer, op. cit., p. 125. Royer, Fix e outros pesquisadores mostram, entretanto, que esses instrumentos não se disseminaram do mesmo modo e nas proporções atingidas nos EUA, pelo contrário. Pesquisas empíricas e

que levaram os CRIs e outros títulos semelhantes a captar recursos desse sistema, inclusive aqueles que deveriam ser destinados ao atendimento da baixa renda, como o FGTS”.<sup>23</sup> Assim, ao invés de fundos oriundos do mercado de capitais, como se alegava, a liquidez necessária para o funcionamento dos CRI teve como base, ao menos inicialmente, os recursos captados no *funding* cativo da poupança a baixo custo, ou seja, no FGTS.<sup>24</sup> O volume, contudo, é inexpressivo em relação ao total do crédito imobiliário emitido pelos bancos, mesmo considerando o crescimento recente (ROYER, 2016). Esse resultado é mais um indicativo de que o relacionamento entre setor imobiliário e financeirização pode trazer resultados muito diferentes quando se considera o centro ou a periferia do sistema capitalista.

Parece claro que a multiplicação dos processos de securitização amplia sobremaneira a “disseminação das características do capital portador de juros” no sistema como um todo. Quando associados ao mercado imobiliário, especulativo por natureza, esses processos podem ter consequências tão drásticas quanto aquelas observadas na crise que completa agora uma década. A securitização, portanto, torna ainda mais fortes os liames entre mercado imobiliário e financeirização, ainda que suas consequências, como já mencionado, possam ser distintas a depender do espaço onde o aprofundamento dessa imbricação se dê. Agudiza também as contradições que surgem do tratamento da terra como puro ativo financeiro, as quais veremos na segunda seção do artigo, seguindo novamente a trilha de Harvey (2006). Antes, porém falta-nos ainda tratar da construção, a atividade capitalista, geradora de valor, que é elemento constitutivo do setor imobiliário.

## Terra e construção

Como já mencionamos, os terrenos são a base para a reprodução material e para a extração, e são também elementos necessários de toda produção e atividade humanas, funcionando então como *espaço*, como *lugar* e fazendo parte, por isso, daquilo que Marx chama de *condições objetivas* do processo de trabalho.

---

análises teóricas são fundamentais, nesse sentido, e sugerem a necessidade de aprofundamento das especificidades da aplicação do modelo em formações socioespaciais diferentes. O debate brasileiro já dispõe de literatura a respeito. Além dos já citados, conferir os trabalhos de Daniel Sanfelici, Everaldo Melazzo, Rafael Cagnin, Lucia Shimbo, Beatriz Rufino, Raul Ventura Neto, Álvaro Pereira, Marcos Barcellos, Jeroen Klink, entre outros. Conferir ainda os trabalhos apresentados nos encontros da ANPUR e em seminários sobre o tema, como Financeirização e estudos urbanos: olhares cruzados Europa e América Latina, realizado em maio de 2016, no IAU-USP.

23 *Ibidem*.

24 Sobre a importância dos recursos do FGTS na alavancagem do CRIs ver Royer (2016).

No entanto, quando a mercadoria é a própria construção, seja ela residencial ou não (fábricas, escolas, hospitais etc.), o relacionamento entre a terra e o processo de produção exibe singularidades que exigem algumas observações adicionais. Na produção da construção, a terra vai junto com a mercadoria (o que não acontece no caso da produção de outras mercadorias). A renda fundiária é, portanto, fundamento de um determinado ramo econômico; ela é suporte da *atividade imobiliária*.<sup>25</sup> Ora, isso é “radicalmente diferente de pensar-se a propriedade e o uso da terra urbana como especulação desligada da produção real” (OLIVEIRA, 1979, p. 15). À renda fundiária, relacionada à propriedade da terra nua, funde-se uma parcela relacionada com o progresso do desenvolvimento social que se denomina renda imobiliária e que tem importância crescente na acumulação de capital (MARX, 1988, *apud* TONE, 2015, p. 33).<sup>26</sup>

As implicações dessa característica são muitas e ultrapassam os limites deste artigo. Pereira e Rufino argumentam, por exemplo, que se o preço da terra determinou, historicamente, em grande medida, o preço dos produtos imobiliários, quando a forma de produção imobiliária de mercado se fortalece, são os produtos imobiliários potenciais, em devir, que indicarão o preço da terra (2011, p. 75).

Outra singularidade do imobiliário reside na organização do trabalho no canteiro de obras. Em seu livro *Canteiro e desenho*, Sérgio Ferro (FERRO, 2006)<sup>27</sup> explica a racionalidade produtiva do canteiro a partir da forma manufatureira de produção, tal como descrita por Marx, com a especificidade de que “na produção do espaço a manufatura é móvel e não seus produtos (ARANTES, 2012, p.180-181). A construção é diferente de outras atividades produtivas e utiliza uma quantidade considerável de força de trabalho (BALL, *apud* ARANTES, 2012, p. 183). Coriat propõe a denominação “forma-canteiro” para discutir a diferença entre a construção e a “forma-fábrica” (*Ibidem*, p. 183).

Essa quantidade de trabalho mobilizada na atividade da construção é frequentemente evocada como razão de políticas de geração de empregos, com pouca atenção para as condições de trabalho nos canteiros, marcados por longas jornadas de trabalho, baixos salários, altos índices de acidentes e elevada rotatividade. Nos EUA, estima-se que um terço dos trabalhadores

25 Cf. a respeito o prefácio que Chico de Oliveira escreveu para o livro **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**, organizado por Erminia Maricato (1982), que inclui texto de Rodrigo Lefèvre sobre renda da terra, além de outros importantes ensaios. A literatura sobre renda da terra urbana no Brasil e no exterior é vasta e variada, mas uma revisão ultrapassaria os limites deste artigo.

26 Cf. Pereira, Paulo C. X. (1988).

27 Publicado originalmente em 1976, o livro foi incluído como um capítulo da coletânea Sérgio Ferro: **Arquitetura e trabalho livre**, em 2006.

da construção não seja nativo e que 40% deles sejam considerados ilegais (ARANTES, 2012, p. 240). No Brasil, o caso do programa habitacional *Minha Casa Minha Vida* é emblemático. A empresa imobiliária que mais casas construiu no programa, beneficiando-se dos subsídios públicos, foi acusada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) de “prática de infração da ordem econômica através da supressão maciça, em larga escala, de direitos trabalhistas, com a conseqüente obtenção de expressiva redução do custo do trabalho e, portanto, de vantagem arbitrária sobre a concorrência”. Entre as condutas ilícitas listadas pelo MPT estava a “submissão de trabalhadores a condições degradantes, análogas às de escravo”, por vários anos e em diversos empreendimentos no país. Enquanto isso, a empresa aumentou o lucro líquido em quase 15 vezes, entre 2007 (cerca de R\$42,8 milhões) e 2010 (R\$634,4 milhões)<sup>28</sup> e seu valor de mercado passou de R\$6,7 milhões em setembro de 2007 para quase R\$10 milhões em setembro 2010.

Essas considerações indicam que, quanto mais a produção capitalista vai sendo a responsável pela produção do espaço, tanto mais importante vão se tornando as rendas imobiliárias (que se aproximam da renda diferencial de tipo II de que trata Marx nos capítulos XL a XLIV do Livro III de *O Capital*) frente às rendas fundiárias, resultantes apenas das “dívidas da Natureza”. Quanto mais o espaço é produzido pelo capital, tanto mais a renda, como figura da mais valia, vai se amalgamando com o lucro e tornando indiscerníveis a apropriação de valor excedente gerado pela produção presente (lucro), da apropriação que tem como base o valor a ser gerado pela produção futura (renda), incorporado no preço do imóvel.

### 3. A terra como puro ativo financeiro e suas contradições

A tese geral de Harvey é que “um dos triunfos do capitalismo foi forçar os proprietários da terra a um papel positivo para a acumulação como condição para sua sobrevivência” (2006, p. 366), mas isso tem um preço. Parte desse preço se objetiva na própria permanência da renda como forma de apropriação da mais valia, renda essa que é, em princípio, antagônica à acumulação, podendo mesmo reduzir a produção de valor excedente.<sup>29</sup> A outra parte desse preço está relacionada à natureza especulativa da terra como ativo: “A integração da propriedade da terra na circulação do capital portador de juros pode abrir a terra ao livre fluxo do capital, mas também a abre para o pleno jogo das contradições do capitalismo” (HARVEY, 2006, p. 349).

28 Valores ajustados pelo IPCA para novembro de 2014.

29 Se tiverem força suficiente, os proprietários de terra podem forçar o preço dos alimentos para a esfera dos preços de monopólio (não só acima do preço de produção, mas acima do próprio valor), elevando o tempo de trabalho necessário e reduzindo o tempo de trabalho excedente, que é a base da mais valia.

Segundo Harvey (2006, p. 360-362), o primeiro elemento do papel positivo da propriedade da terra para acumulação de capital foi indicado pelo próprio Marx, quando afirmou que a renda, ao invés de amarrar o homem à Natureza, vincula a exploração da terra à concorrência, possibilitando a racionalização da agricultura e a aplicação da ciência. Assim, ao “taxar” os superlucros nas terras mais férteis, os proprietários de terra funcionam como operadores da equalização da taxa de lucro entre os concorrentes capitalistas, arrendatários capitalistas incluídos. Com isso, ajudam a empurrar a produção capitalista em geral para o moto-perpétuo da caça de mais valia relativa.

Para falar do segundo elemento desse papel positivo, é preciso inicialmente lembrar que nas formações anteriores ao capitalismo e mesmo no modelo de sociedade de classes da economia política originária (que refletia os inícios do capitalismo na Inglaterra e em outras partes da Europa Ocidental), os proprietários de terra ou comandam algum tipo de exploração direta da força de trabalho – tão limitada para o desenvolvimento das forças produtivas quanto a mais valia absoluta – ou atuam involuntariamente no estímulo à busca de mais valia relativa, mas de modo passivo, como recebedores de renda. Nesses casos, tínhamos a prevalência daquilo que Harvey chama de “o poder social da terra” sobre aquilo que ele chama de “o poder social do dinheiro” (HARVEY, 2006, p. 366). Nessas formações, as considerações associadas secularmente à propriedade fundiária e que giram em torno de segurança, importância simbólica, tradição e prestígio é que tinham primazia. O “interesse fundiário” tinha uma certa autonomia e jogava um papel independente.

O desenvolvimento capitalista foi tirando da frente muitos desses empecilhos, mas, para Harvey, apenas a plena atuação do capital portador de juros é capaz de inverter o jogo e forjar um papel ativo para a propriedade privada da terra. O interesse fundiário em si, que na prática tem ainda relativa importância em certos lugares, bem como as vantagens relativamente permanentes para os proprietários de terra advindas de diferenças naturais ou de localização (rendas diferenciais) é que podem ossificar determinadas configurações do espaço e determinados usos da terra. Mas isso não acontece se o capital portador de juros fixa os preços dessas terras de acordo com rendas futuras esperadas crescentes. Para Harvey, “os proprietários de terra que tratam sua terra como puro ativo financeiro levam adiante exatamente essa tarefa” (2006, p. 368). Seu papel, nesse caso, não é de modo algum passivo. Ao forçarem a produção na terra a novas configurações, eles atuam no processo de reconfiguração geográfica, promovendo os melhores usos da terra do ponto de vista da concorrência e da acumulação, e antecipam as condições em que se dará a produção futura de mais valia “condenando o trabalho futuro a níveis sempre crescentes de exploração” (HARVEY, 2006, p. 368).

A atividade especulativa que tem a terra por objeto pode produzir ganhos enormes em reduzido espaço de tempo. Por isso, todas as armas são válidas quando se trata de embolsá-los. Uma forma bem conhecida é a ocultação de informação privilegiada. Quem detiver, por exemplo, alguma informação antecipada sobre investimentos em transporte em determinado lugar, os quais criarão inevitavelmente rendas diferenciais de localização (base para rendas imobiliárias crescentes), pode se beneficiar disso e auferir ganhos especulativos no comércio com a terra. Num escopo mais amplo, apostas em bairros inteiros, bem como os processos, intermediados pelo Estado, de transformação da cidade em mercadoria na busca de atrair novos investimentos, são todos momentos do jogo especulativo.<sup>30</sup>

Harvey lembra ainda que “a atratividade da terra como investimento (sua segurança e o prestígio que ela tradicionalmente confere a seus proprietários) sempre a tornaram vulnerável ao capital excedente” (2006, p. 348). Isso significa que quanto mais excesso de capital houver ou, dizendo de outro modo, quanto maior for a crise de sobreacumulação, tanto maior a probabilidade de a terra integrar o circuito geral da acumulação e se transformar em objeto de especulação. Ora, se a quadra atualmente vivida pelo capitalismo é, como quer o próprio Harvey, marcada justamente pela sobreacumulação e por uma permanente pleora de capitais monetários, é evidente que temos todas as condições para que o mercado de terras magnifique e eleve a um grau sem precedentes as “insanas formas de especulação” e “o auge das distorções” (os termos são de Marx) criados pelo crédito e pelo capital portador de juros. Tratar a terra como puro ativo financeiro, ao mesmo tempo em que coloca seu uso em linha com as necessidades do capital, pode ter também o resultado oposto, pois deixa o sistema sempre em suspenso, sempre prestes a sucumbir às correntes irracionais que a especulação desenfreada acaba por criar.

Ainda com relação ao papel positivo da propriedade privada da terra, Harvey lembra que as receitas dos proprietários de terra fazem parte das receitas gerais da burguesia (2006, p. 365-366) e que sua devolução à circulação para utilização como capital monetário sugere um forte vínculo potencial entre a propriedade da terra, a atividade bancária e a acumulação. O direcionamento para a produção do fluxo de receitas originado da terra (bem como, podemos complementar, dos ganhos monetários derivados da especulação) de fato poderia servir de elemento dinamizador da acumulação, engrossando o crédito a ser direcionado aos investimentos em ativos reais.

30 Entramos aqui no complexo terreno das discussões sobre o planejamento urbano nesta última quadra histórica do capitalismo. Foge do escopo deste trabalho uma discussão mais aprofundada desses fenômenos que são tratados, no Brasil, por Arantes, Maricato e Vainer (2000), Fix (2001 e 2003), Compans (2005), Ferreira (2007), dentre vários autores.

Outros vínculos podem também existir, como mostrou o boom imobiliário que precedeu a crise de 2007-2008. A especulação com MBS alimentou a indústria da construção – a produção de casas aumentou segundo os dados do *Census Bureau* – uma das mais importantes da economia do ponto de vista de sua contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB) e para o emprego (FIX, 2011).

Todavia, é preciso lembrar, que a aplicação em crédito para a produção depende de muitas outras variáveis, que podem se movimentar em sentido contrário ao necessário, principalmente num momento histórico como o atual, marcado pela sobreacumulação. Já o direcionamento desses recursos para o financiamento do consumo parece mais provável, tendo como resultado necessário a acumulação de passivos por parte das famílias, um elemento característico da financeirização.

Finalmente não se pode esquecer que a terra faz parte também do fundo de consumo. O que se chamou de “interesse fundiário” mescla-se aí com as necessidades de abrigo e moradia de todas as classes. Pequenos proprietários rurais ou urbanos podem, por isso, se colocar como ossos duros de roer para o dinamicismo do capital portador de juros que circula no mercado imobiliário. Mas ele vence quase sempre, por meios lícitos ou ilícitos. A especulação complica ainda mais as coisas, pois opera tendencialmente no sentido da elevação do preço das terras e na assim chamada “gentrificação” das áreas mais bem localizadas e mais bem dotadas de infraestrutura urbana das grandes cidades. Mais do que um resultado da demanda por imóveis das classes mais abastadas e que desejam o símbolo de status que as áreas enobrecidas podem propiciar, a gentrificação é muitas vezes o resultado de um planejamento de médio ou longo prazo do próprio negócio imobiliário. Smith (1996) mostra como o desinvestimento e a degradação quase programados da região *do Lower East Side* de Nova Iorque, no final dos anos 1970, resultou num bem-sucedido plano de gentrificação da área, com a consequente expulsão de seus moradores originais (imigrantes, desempregados etc.).<sup>31</sup>

A discriminação socioespacial costuma por isso acentuar a desigualdade social e contribuir sobremaneira para a criação de áreas de miséria e pobreza em paralelo aos enormes ganhos na especulação com terras e imóveis. Por fim, dado o valor normalmente inatingível das residências para os rendimentos derivados dos salários, os trabalhadores sucumbem inexoravelmente ao mercado de crédito, com todo seu séquito de consequências. A mística em relação à casa própria não só tem efetividade ideológica ao colocar a classe trabalhadora do lado da defesa da propriedade privada, como tem efetividade,

31 Sobre o tema sugerimos também o documentário *My Brooklyn*, de Kelly Anderson. Cf. em: <http://www.mybrooklynmovie.com/>

por assim dizer, prática, ao amarrar os trabalhadores, por longos períodos de tempo, pela via do sistema de crédito, seja qual for sua modalidade (hipoteca, alienação fiduciária), ao sucesso dos negócios capitalistas.

Em tempos de aprofundamento das relações entre o setor imobiliário e o processo de financeirização, as consequências desse complexo de relações que envolve a produção das residências como mercadoria podem ir além do crescimento da desigualdade e do sequestro da consciência de classe produzido pela necessária escravização das rendas do trabalho ao pagamento dos juros sobre o financiamento do consumo de um bem que traz em seu preço a incorporação de rendas imobiliárias cada vez mais importantes. Elas podem reforçar outros mecanismos de desigualdade como a discriminação social associada, por exemplo, ao racismo e à xenofobia.

Análise especializadas dos despejos mostram que os bairros norte-americanos foram desigualmente atingidos na crise de 2007-2008. Os empréstimos *subprime* eram concentrados em alguns distritos das cidades, geralmente aqueles com maior percentual de moradores negros ou considerados “latinos”; e foram esses justamente os mais atingidos pelas execuções hipotecárias e despejos forçados quando os imóveis foram retomados pelos bancos. As análises que desconsideram a localização desses empréstimos no território e dos despejos são, por isso, insuficientes para revelar a realidade das regiões mais atingidas, alvos da discriminação racial que, segundo alguns autores, caracterizou historicamente o sistema de crédito norte-americano.<sup>32</sup> A concentração de despejos deixou bairros com alto percentual de imóveis vazios, com portas e janelas vedadas por tapumes e avisos de despejo afixados, o que derrubou ainda mais o preço das casas. Essa devastação gerou um efeito espiral que acentuou ainda mais a queda de preços, dificultando o refinanciamento das dívidas mesmo das famílias que inicialmente não haviam sido afetadas porque tinham condições melhores de pagamento. Segundo o relatório National Fair Housing Alliance, de 2012, essa foi a “maior perda de riqueza dessas comunidades na história moderna”, resultando no aumento desigualdade de riqueza entre brancos e negros.<sup>33</sup>

Tratar a terra como puro ativo financeiro constitui de fato, como quer Harvey, uma tendência inexorável desse tipo de bem, em particular quando o sistema padece de sobreacumulação crônica e é comandado pela financeirização. Mas, como a terra não se reduz a isso (a ser um ativo financeiro), as consequências dessa tendência são muito mais complexas, seja para o aprofundamento de desigualdades socioeconômicas que se refletem na configuração

32 Cf. E. Wyly e G. Dymksi, entre outros.

33 Laura Gottesdiener. “The Great Eviction. The landscape of Wall Street’s creative destruction”. The Nation, agosto de 2013. Disponível em: <https://www.thenation.com/article/great- eviction/>

do espaço, em particular o espaço urbano, seja pela condição de extrema vulnerabilidade que conferem ao próprio processo de acumulação. As especificidades de cada país e seu papel dentro do capitalismo global tornam distintas essas consequências, mas sempre no sentido de tornar mais aguçadas as contradições inerentes a esse sistema. A produção do espaço construído seguindo a régua e o compasso da lógica da acumulação funciona ela própria como elemento poderoso de aprofundamento dessas antinomias, como deu mostras de sobra a crise deflagrada a partir do mercado imobiliário americano em 2008.

# CAPÍTULO 10

## TERRITÓRIO, DEPENDÊNCIA E LUTA DE CLASSES NOS PADRÕES DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL NO BRASIL<sup>1</sup>

*Evaldo Gomes Júnior  
Fernando César de Macedo  
Pietro Caldeirini Aruto*

---

### 1. Introdução

A história das sociedades latino-americanas, após a conquista ibérica, é marcada pela permanente incorporação aos processos históricos que resultaram na transformação, consolidação e desenvolvimento do modo de produção capitalista. Essa incorporação, contudo, se fez de forma contraditória. Desde sua conquista, a América Latina esteve imbricada com as transformações materiais que conduziram ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, mas nem por isso verificou-se a emergência de estruturas socioeconômicas correspondentes às observadas no centro do sistema. Tal fato se deve a uma incorporação *satelizada* pela expansão mercantilista europeia no séc. XVI, passando pelo liberalismo-imperialista do séc. XIX, com sua típica divisão internacional do trabalho, até a extroversão do capital industrial e financeiro do centro desse sistema no séc. XX, ao financiar projetos desenvolvimentistas no continente.

O entendimento dessa existência contraditória de distintas formações sociais a partir de um modo de produção torna-se procedimento metodológico imprescindível para captar a especificidade dessas estruturas e como elas se relacionam historicamente do ponto de vista de todo o continente, de suas nações e de suas regiões subnacionais. A pergunta que se levanta neste texto é: qual a especificidade histórica da formação social latino-americana, em especial a brasileira, e como ela se manifesta em diversas escalas nacionais e internacionais? Em trabalho anterior (ARUTO, 2015), procurou-se demonstrar teoricamente que a relação dialética entre unidade e diversidade das formações sociais no modo de produção capitalista está subsumida *à existência e*

---

1 Este capítulo é um aprofundamento da análise primeiramente publicada em Gomes Junior, Macedo e Aruto (2018).

*à reprodução das relações de produção, na relação dos trabalhadores com o produto do seu trabalho, em processos históricos concretos.*

Assim, as relações de produção e de propriedade surgem e se desenvolvem em uma época histórica determinada, quando o conjunto da produção humana é orientado a um fim específico e, por mais diversas que tais relações sejam nas várias sociedades (das primitivas às desenvolvidas), tem como propósito a reprodução das sociedades. Em toda a sua existência, portanto, as relações de produção são assim reproduzidas para que a força de trabalho esteja apta à produção e à reprodução social, com o propósito de encontrar novamente os meios de produção.

As relações de produção, enquanto estrutura básica das sociedades, devem ser reproduzidas constantemente, e o local específico em que esse processo se desenvolve é o espaço social construído (LEFEBVRE, 1973). Para isso, deve-se ter em mente uma concepção de espaço que extrapole sua noção empirista e neutra<sup>2</sup>. Ao ser tomado como palco indissociável das relações entre homem e natureza, o espaço é resultado da produção social, mas também se torna, por fornecer a organização física da sociedade, uma pré-condição para a sua reprodução. Com isso, como lembra Breitbach (1988, p. 54), o espaço “*dá a dimensão concreta das práticas sociais, cuja determinação formal assume peculiaridades históricas*”. Tais peculiaridades históricas por trás das relações de produção e do espaço significam a existência de diversas formações socioespaciais (FSP) que se reproduzem sob um modo de produção. Essa apropriação da natureza por parte de uma comunidade compreende, pois, aspectos objetivos e subjetivos da vida material. Em outras palavras, as FSP ressaltam as particularidades da produção social, dialeticamente submetidas aos determinantes gerais do modo de produção dominante. Isso significa formas peculiares de reprodução da força de trabalho relacionadas a uma miríade de condições históricas e sociais nos respectivos espaços.

Esse é o caso das economias latino-americanas que, historicamente, são vinculadas ao modo de produção capitalista por meio de uma tendência estrutural de transferência de valor para os países desenvolvidos. Como forma de se contrapor a essa tendência histórica e recompor a margem de lucro, frações de capital nas economias dependentes procuram remunerar a força de trabalho abaixo do valor. O resultado é uma conversão do fundo de consumo do trabalho à acumulação de capital, naquilo que Marini (2005) chamou de superexploração da força de trabalho (SFT). Tanto a transferência de valor quanto a superexploração marcam a reprodução de relações de produção no continente e sua dependência dos países do centro do capitalismo.

2 Sobre como o espaço é tratado tal qual um mero receptáculo de investimentos, alheio a lutas de classes, ver Brandão (2007), Smolka (1983) e Rofman (1973).

A singularidade das nações latino-americanas no movimento total do modo de produção capitalista pode ser compreendida, então, como uma *formação socioespacial dependente*.

A SFT e a transferência permanente de valor marcam indelevelmente a FSP dependente. Assim, as relações de produção que dão objetividade à força de trabalho se verificam quantitativa e qualitativamente em uma existência dialeticamente diferenciada pelo continente, em decorrência das heranças do passado pré-colombiano, das condições ecológicas distintas encontradas pelos conquistadores ao longo do continente e das diferentes formas de organização que se verificam desde então. Numa primeira escala, as relações de produção e a força de trabalho são permanentemente transformadas pela produção capitalista em um dado processo histórico, por meio de um amparo superestrutural *nacional*, sobretudo com o Estado Nacional e seus aparelhos. Em outra escala, as relações dos homens entre si e com os meios de produção e a natureza, ainda que nacionalmente condicionadas nas FSP dependentes, manifestam-se regionalmente de forma distinta pelo território nacional. A região pode ser compreendida, então, como a especificidade espacial das formas de reprodução do capital, da estrutura de classes e do conflito político  *sintetizados*  nas relações de produção.

Feita essa digressão metodológica sumária, o objetivo deste texto é discutir historicamente a organização territorial brasileira a partir dos determinantes postos sobre a economia nacional, com base nas categorias-padrão de reprodução do capital e da SFT. A hipótese adotada é a de que os mecanismos históricos da SFT se manifestam pelo uso intensivo e extensivo do território, tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais, de forma regionalmente distinta. Para tanto, esse movimento diferenciado do capital na FSP dependente brasileira conta decididamente com o Estado, seja para garantir – por meio de sua política econômica e de fundos públicos – as condições de valorização do capital, seja para intervir/impedir a luta de classes.

A interpretação espacial e histórica proposta para a economia dependente, a SFT e a luta de classes tem como base as distintas características que a valorização do capital assume em cada período, ou seja, em cada *padrão de reprodução do capital*. Por padrão de reprodução do capital, entendem-se as

*formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados, tanto no centro como na semi-periferia e na periferia, ou em regiões no interior de cada um deles, considerando as características de sua metamorfose na passagem pelas esferas da produção e da circulação (como dinheiro, meios de produção, força de trabalho, novas mercadorias, dinheiro incrementado), integrando o processo de valorização (incremento do valor e do dinheiro investido)*

*e sua encarnação em valores de uso específicos* (calças, rádios, celulares, tanques de guerra), assim como as *contradições* que esses processos geram. [...] A categoria de padrão de reprodução do capital estabelece, assim, *mediações* entre os níveis mais gerais da análise (modo de produção e sistema mundial) e os níveis menos abstratos ou histórico concretos (formação econômico-social e conjuntura). Dessa forma, se alimenta dos aportes conceituais e metodológicos presentes nos níveis mais abstratos, mas exige aportes conceituais e metodológicos que lhe são próprios (OSORIO, 2012a, p. 40-41, destaques do autor).

Desde que se torna um país politicamente independente no início do século XIX, o Brasil, enquanto economia dependente, apresenta três padrões de reprodução do capital: agromineral-exportador (1822-1930), industrializante (1930-1980) e exportador de especialização produtiva (1980-contemporâneo). Dessa forma, nas três seções a seguir, procura-se discutir a SFT e os determinantes nacionais e internacionais, bem como a transformação territorial na formação socioespacial dependente brasileira<sup>3</sup>.

## **2. Padrão de reprodução do capital agromineral-exportador (1822-1930)**

### Características econômico-sociais

Com a independência política formal e o desenvolvimento da acumulação capitalista pela grande indústria nos países centrais no século XIX, a economia primário-exportadora brasileira passa a integrar uma específica divisão internacional do trabalho que, em um primeiro momento, pouco diferia do passado colonial no que se refere a aspectos formais de sua estrutura produtiva ancorada primordialmente pelo trabalho escravo. Por um lado, a produção social era orientada para o mercado externo, com a exportação de produtos primários (alimentos e matérias-primas); por outro, assistia-se à importação de produtos manufaturados do centro capitalista, o que ocorria tanto em grandes fazendas quanto em propriedades menores como no semiárido nordestino. A produção de alimentos, matérias-primas e metais preciosos tinha como base relações de produção coercitivas (escravidão, peonagem, servidão forçada) e, mesmo, o assalariamento. O resultado dessa maior integração entre distintas

3 Não se desconsideram aqui as formas herdadas do passado colonial que determinaram o padrão de ocupação do território brasileiro que perdura até o dia de hoje, ou seja, concentrado economicamente no litoral e disperso no aspecto populacional. É sobre essa organização espacial que se verifica a vinculação da economia nacional à internacional a partir da independência, sob o tacão do imperialismo inglês até 1930 e do norte-americano, posteriormente.

estruturas econômicas no sistema centro-periferia eram os permanentes déficits comerciais, cobertos pelo financiamento britânico, sob os marcos do padrão ouro. Esses déficits, porém, revelavam apenas em termos contábeis a questão da transferência internacional de valor.

Em linhas gerais, a essência da transferência internacional de valor no padrão de reprodução agromineral-exportador (1822-1930) está nas contradições crescentes de uma acumulação de capital comandada pelo centro do sistema, a qual passa a gravitar em torno da produção de mais-valor relativo. O aumento de produtividade por trabalhador, ao exigir a incorporação crescente de capital constante (máquinas, ferramentas, matérias-primas), reduz, tendencialmente, a taxa de lucro. A contraposição a esse fenômeno pelas economias centrais passou, por um lado, pela tentativa de redução do preço de parte das mercadorias constituintes do capital constante (como as matérias-primas importadas da América Latina) e, por outro, pela produção sob mais-valor relativo, sendo possível essa redução do valor do capital variável pelo barateamento das mercadorias que ingressavam no consumo da força de trabalho (como os alimentos importados). Assim, a América Latina contribuiu para a expansão capitalista no centro nos dois sentidos, o que resultou na ampliação de transferência de valor em favor das nações do centro, diante das distintas composições orgânicas do capital presentes no centro e na periferia do sistema.

Como observa Marini (2005, p. 162), a contradição do desenvolvimento capitalista a partir de meados do séc. XIX e início do XX está no distinto movimento material das forças produtivas e das relações de produção entre os países do centro e da periferia. Nos primeiros, como visto, a grande indústria comanda a acumulação de capital pelo contínuo aumento de produtividade da força de trabalho. A consequência disso, durante o ciclo do capital nas economias centrais, se encontra na adequação do consumo individual do trabalhador ao consumo produtivo da força de trabalho. De maneira crescente, a realização da produção (ampliada pela maior produtividade) conta com a incorporação do consumo dos trabalhadores na criação de uma demanda adequada ao maior nível de produção. Essa ampliação do consumo dos trabalhadores nos países do centro só foi possível, entretanto, através da manutenção de relações comerciais específicas com os países periféricos, as quais redefiniram as relações de produção no continente.

No Brasil, a reprodução das relações de produção possuía outro sentido. Incapaz de incorporar progresso técnico dentro do sistema centro-periferia e também pelo estatuto da escravidão, a produção primário-exportadora era intensiva em força de trabalho, ou seja, com baixa composição orgânica do capital, o que implicava a permanente transferência de valor em favor das economias centrais, conforme descrito. Para fazer frente a essa transferência, as relações de produção lançavam mão da escravidão e da servidão, as quais

permitiam compressão do consumo do trabalhador e, assim, maior taxa de mais-valor. O fato dessas relações de produção, sobretudo da escravidão<sup>4</sup>, entrarem em crise em meados do XIX e serem substituídas pelo assalariamento não mudou o quadro. O assalariamento utilizado posteriormente na produção primário-exportadora foi possibilitado, por um lado, pela negação do acesso à terra aos trabalhadores, especialmente após a Lei de Terras de 1850, e, por outro, pela capacidade de reduzir o consumo da classe trabalhadora pela vigência de baixos salários, já que a oferta elevada de trabalhadores operava nesse sentido.

A manutenção de baixos salários para aumentar a taxa de mais-valor não foi o único mecanismo utilizado pelos capitalistas da periferia para fazer frente à transferência de valor. O aumento da produção primário-exportadora exigia maior exploração do trabalhador através do prolongamento e da intensidade da jornada de trabalho, tudo isso aliado à conversão de parte de seu fundo de consumo em fundo de consumo do capital. Nesses três mecanismos compensatórios negam-se as condições de reposição do desgaste da força de trabalho. Consequentemente, essa força é sistematicamente remunerada abaixo do seu valor, no que Marini (2005) denominou de *superexploração da força de trabalho* (SFT). Para tanto, as formas “pré-capitalistas” de exploração da força de trabalho espalhadas regionalmente no país (cambão, colonato, parceria, aviamento etc.) exerciam papel importante na transferência do excedente através das trocas desiguais.

A SFT nas economias periféricas resultou em um distinto ciclo do capital em comparação ao dos países centrais. Uma vez que a produção primário-exportadora dependia do comportamento da demanda externa, o consumo do trabalhador determinava uma pequena parte da realização do produto e, assim, sua exploração não inviabilizava o processo de produção, desde que se verificasse contínua disponibilidade de força de trabalho. Por sua vez, a SFT e a elevada taxa de mais-valor auferida pelos capitalistas periféricos permitiam o estabelecimento de um nível de consumo destes últimos sem contrapartida da produção interna, através da importação de bens finais dos países do centro. Estabeleceu-se, assim, uma “estratificação do mercado interno”: uma esfera baixa, destinada aos trabalhadores e seu reduzido nível de consumo, e uma esfera alta, reservada para as elites, cuja demanda individual era assistida pelas importações (MARINI, 2005, p. 165).

4 O estatuto da escravidão entrou em contradição com a necessidade de expansão do mercado mundial, em decorrência da maior produtividade do padrão de acumulação dos países. Nesses termos, a Abolição estava consoante às exigências do imperialismo inglês, conforme se destacará adiante.

## Dinâmica territorial<sup>5</sup>

Ainda que nossa periodização comece no séc. XIX, é importante destacar que o primeiro padrão de configuração espacial considerado, que vai da colônia (séc. XVI) até a década de 20 do século passado, se caracterizou pela predominância do capital mercantil-comercial, que articulava as diferentes economias regionais com o exterior e definia, *pari passu*, o papel e as características do urbano. Sumariamente, a inserção da economia brasileira no sistema sustentava-se por um “crescimento para fora”, que revelava, primordialmente, uma economia com fortes vínculos externos, tanto no que tange à geração de renda, via exportações, quanto ao atendimento das demandas por bens manufaturados, via importações. Somente parte do consumo, do ponto de vista do trabalho e do capital, era atendida pela produção local ou regional. Outra característica desse período era a dificuldade de integrar o território brasileiro através da articulação das economias regionais, que se mantinham relativamente autônomas e com relações de produção e trabalho bastante diferenciadas. Diante dessa estrutura produtiva nacional pouco integrada e comandada exogenamente, o capital comercial ditava o ritmo da produção regional, limitando a divisão do trabalho e a elevação da composição orgânica do capital nas atividades.

Por isso, as cidades não representavam os nós de uma rede articulada, mas, ao contrário, por serem sede da burocracia e, principalmente, do capital comercial, suas funções resumiam-se a realizar a ligação direta da produção agroexportadora à circulação internacional de mercadorias, o que foi fundamental para promover uma urbanização atípica que não decorreu da clássica separação campo-cidade, tampouco se ligou ao crescimento industrial, como lembra Oliveira (1982). A rede urbana, fraca e pouco integrada, refletia as condições materiais do processo de acumulação e de inserção externa na economia brasileira marcada pela cisão do mercado interno.

Havia, pois, a predominância de uma cidade portuária que articulava sua hinterlândia, além de alguns núcleos dispersos pelo interior, porém parcamente povoados e com baixíssima divisão social do trabalho, o que indicava o limitado grau de diversificação funcional dos aglomerados urbanos. O resultado foi a constituição, ainda que precária, de um embrião de sistema de cidades marcado por um caráter disperso e concentrado (FARIA, 1976, 1978 e 1991 e AZEVEDO, 1956). Assim sendo, as atividades econômicas mais dinâmicas e diversificadas achavam-se concentradas no litoral em poucos núcleos portuárias mais populosos. Já no interior, uma população dispersa mantinha-se atrelada a atividades de subsistência ou, quando muito, a atividades

5 Baseado em Macedo (2010), seção 2.2.

complementares às principais culturas de exportação em diferentes períodos, com baixíssima produtividade e técnicas rudimentares.

Como lembra Faria (1976), foi nessas estruturas produtivas dominadas pelo capital mercantil do período colonial que uma parcela grande da população ficou “congelada”, dispersa em um amplo território, como expressão espacial da constituição do exército industrial de reserva na economia dependente. No entanto, “*é sobre esta base populacional que vai assentar-se a industrialização substitutiva*” (FARIA, 1976, p. 98) do período pós-1930, para a qual foram determinantes os intensos fluxos migratórios interestaduais. População para ser explorada e território para ser extensivamente exaurido é o binômio que caracteriza toda a história da organização socioeconômica e espacial do país. Segundo Moraes (2002),

pode-se dizer que a lógica colonial revive na condição periférica reiterada na formação do país, a qual repõe a necessidade de contínua acumulação primitiva que tem por alvo as novas terras. A dependência externa apresenta como contrapartida a voracidade interna na ocupação do solo, o expansionismo sendo praticado em ritmo cada vez mais veloz. O produto de conjuntura circunscreve seu espaço, regionalizando a história brasileira em ciclos econômicos (MORAES, 2002, p. 181).

Nesse contexto, cidades coloniais como Recife, Belém, Rio de Janeiro, São Luís e Salvador – todas litorâneas – representavam os nós de frágeis redes regionais de cidades pouco desenvolvidas que tinham no exterior seus centros de decisão, seja por determinação política (período colonial), seja por subordinação econômica (período pós-colonial). De caráter parasitário (SINGER, 1979), criadas antes de uma verdadeira divisão campo-cidade (OLIVEIRA, 1982), as cidades coloniais brasileiras foram reflexos da estrutura latifundiária que sustentou as grandes monoculturas exportadoras. Também resultaram da lógica mercantil de ocupação do território que lhes conferia o “*sentido da colonização*” (PRADO Jr., 1942) que se manteria de forma adaptada em cada período da história dos ajustes espaciais no país. Em decorrência de suas características internas, as atividades agroexportadoras foram incapazes de gerar uma rede urbana articulada, dado o caráter autárquico da produção mercantil e o vazamento do excedente que impedia uma maior divisão social do trabalho. Tal fato, porém, explica o aparecimento de cidades polarizadoras, cujas funções de sede da burocracia e do capital comercial conferiam-lhes papel que perduraria ao longo de todo nosso processo de organização territorial, ainda em curso no século XXI: ligar os interesses das elites territorialmente espalhadas no país às oportunidades oferecidas pelo aprofundamento da circulação internacional de capital.

Concretamente, a organização do território e a possibilidade de adensamento das redes de cidades que estruturavam as diversas regiões do país dependiam (e dependem) diretamente, em maior ou menor medida: (1) da estrutura fundiária da propriedade; (2) da capacidade de retenção interna do excedente que, no período pré-1930, era apropriado em sua maior parte pelo exterior e pelo capital comercial; e (3) do ritmo da divisão social do trabalho que estava (e está) diretamente relacionado aos pontos 1 e 2. Não por acaso, no período de reprodução agromineral, apenas a cafeicultura paulista, a partir da segunda metade do século XIX, conseguiu gestar uma rede urbana articulada graças: (I) à capacidade maior de retenção de seu excedente, como demonstrou detalhadamente Cano (1977); (II) à divisão social do trabalho mais avançada que se refletiu numa separação campo-cidade, o que não se verificou nas outras regiões que passaram por ciclos agroexportadores; (III) à estrutura de propriedade rural que não era tão concentrada como no Nordeste, tampouco fragmentada como no Espírito Santo e em parte do Sul do país, como também descreveu Cano (1977 e 1985); e, finalmente, (IV) ao avanço das relações assalariadas.

Cabe destacar, que, dada a precária divisão social do trabalho e o uso intensivo e com baixo investimento em capital fixo no território para a produção de excedentes para o exterior, a constituição de redes de infraestrutura competiriam diretamente com os lucros que deveriam ser apropriados externamente. Disso resultou a localização da produção e das cidades que articulavam a hinterlândia exportadora prioritariamente próxima a rios e ao mar, o que facilitava a circulação de mercadorias a custos mais reduzidos e definiria uma conformação territorial que perdura até hoje no Brasil. Do ponto de vista interurbano, observava-se pouca integração no território, fragmentado em células exportadoras com vias internas de comunicação pouco estruturadas. Do ponto de vista intraurbano, as cidades, especialmente as coloniais, apresentavam-se desordenadas, sem planejamento, conforme salientou Sérgio Buarque de Hollanda (1936), visto que deviam cumprir a função exclusiva de sede da burocracia e, principalmente, de elo entre o uso extensivo do território e o mercado internacional.

A organização espacial no país começaria a se alterar em velocidade crescente somente com a maior (em termos relativos) apropriação e internalização do excedente no território brasileiro. Isso foi possível com a produção do café em bases capitalistas, a partir da segunda metade do séc. XIX, e com o projeto de industrialização e urbanização que, após 1930, modernizou o país a partir do impulso dado pelos instrumentos de política econômica ao desenvolvimento das forças produtivas internas, o que integrou as economias regionais.

Estas, no entanto, apresentavam diferenças herdadas da forma de uso e ocupação de seus territórios, visto que foram organizadas, especialmente

no séc. XIX e início do XX, a partir de distintas relações de produção, ou seja: assalariamento em São Paulo, aviamento no Norte, colonato no Sul, cambão no Nordeste, pequenas propriedades familiares no Espírito Santo etc. Constituiu-se no país, por conseguinte, um mosaico de grande diversidade regional e de relações de trabalho que permitiria ao capital mover-se por todo o território nacional, redefinindo a localização dos investimentos de acordo com as exigências de cada padrão de reprodução.

## Luta de classes

Pode-se entender que os processos que seguem no curso dos padrões de acumulação de capital que vigoram na América Latina, mais especificamente no Brasil, dizem respeito a uma reprodução articulada a partir do passado colonial. Isso não significa que esse passado surja como um fantasma que leva ao presente elementos da constituição histórica do país. Ocorre que permaneceu por muito tempo na formação da sociedade nacional a condição básica estruturante da sociedade colonial, isto é, uma ocupação territorial voltada para atender a expansão comercial originária articulada por meio do latifúndio monocultor e da escravidão.

Assim sendo, há duas condições para entendermos a luta de classes no Brasil na fase agromineral-exportadora: i) a transição lenta do Antigo Sistema Colonial, representado por quase um século de monarquia no país (1808-1888), em que o esforço principal das elites agrárias regionais e do poder central – diferentemente do que ocorrera na América espanhola – foi articular a manutenção das principais instituições do longo período anterior de relação entre metrópole e colônia: domínio político português, latifúndio e escravidão; e, conseqüentemente, ii) o salto da intensificação dos embates entre classes que já ocorriam anteriormente, sempre de maneira regionalizada, em meio a processos de luta pela independência e a ensaios de governos republicanos desde o final do século XVIII.

Acerca da primeira condição acima mencionada, de acordo com Prado Jr. (1981), com a inauguração da era pombalina em 1750 ensaia-se o esforço final de manutenção do poder colonial português, com a ampliação das restrições instituídas pelo exclusivo metropolitano. A própria criação de companhias comerciais e a expulsão da ordem jesuítica da hinterlândia amazônica são exemplos da tentativa de manter o monopólio comercial em pleno início da era do liberalismo estabelecido pela primeira revolução industrial. Ao fim, viabiliza-se uma transição que põe fim à escravidão e ao império durante todo o século XIX.

Por outro lado, a viabilização dessa primeira condição só foi possível com o massacre de classes subalternas e escravizadas em conflitos regionais

visando acordos entre as elites regionais e o poder central, desde antes da monarquia portuguesa até depois do império brasileiro. Moura (1988) apresenta uma análise pormenorizada da importância das lutas nas suas mais variadas formas, dos sujeitos escravizados contra sua condição de escravo e, no limite, contra seus algozes, para os processos de luta pela independência e pelos levantes republicanos e regionalistas do século XIX. Para o autor, em vários desses conflitos regionais, a utilização ou integração de exércitos de escravos e ex-escravos foi essencial para avançar pautas relevantes a toda uma diversidade de classes subalternas, pautas essas apropriadas posteriormente pelas próprias elites agrárias.

Quanto à segunda das duas condições citadas para o entendimento da luta de classes no Brasil durante a fase agromineral-exportador, ressalte-se que continuaram as movimentações de escravos, indígenas e ex-escravos em várias frentes que compreendiam desde a participação em guerrilhas e fugas, como foi a Balaiada no Maranhão, até a participação em movimentos populares regionalizados. Nestes últimos há uma dimensão de integração, mesmo que várias vezes contraditórias, entre aqueles que nem sujeitos eram considerados e trabalhadores livres urbanos, soldados, funcionários públicos e intelectuais que reivindicavam na ex-colônia as mesmas aspirações defendidas na Revolução Francesa e na Independência dos Estados Unidos da América.

Esses são os traços gerais, nos termos da luta de classes no Brasil, que acionaram as forças políticas fundadoras da república em 1889. De fato, Moura (1988) acerta ao entender que os processos mais vinculados à luta pela abolição da escravidão não constroem na própria classe subalternizada uma consciência coletiva que supere sua condição alienante de escravizada. Por isso a proeminência de sujeitos de classes livres e ex-escravos na luta pelo fim da escravidão. Conforme o próprio autor, entretanto, não é correto afirmar que, em meio à ascensão de movimentos que reivindicavam o fim da escravidão em todas as regiões, os sujeitos escravizados tenham permanecido passivos.

A intensificação da luta pela abolição levou a elite agrária a se organizar para a transição. A Lei de Terras, aprovada no mesmo ano da Lei Euzébio de Queirós, traz a dimensão do preparo capitaneado no Estado imperial para a posterior Lei Áurea. Trinta e oito anos separam as duas primeiras leis da segunda. Nesse ínterim surgiram no que veio a ser o centro dinâmico da economia nacional, o complexo cafeeiro, os protagonistas da luta da classe trabalhadora assalariada em São Paulo, ou seja, imigrantes europeus, em especial italianos. Enquanto isso, se impunha aos libertos da Lei Áurea a marginalidade social secular que domina vários círculos comunitários urbanos e rurais até os dias atuais. A falta de uma ação organizada entre os recém-libertos conformou uma superpopulação relativa nas economias regionais correspondente à estrutura produtiva dependente, fato que se agravou com a

chegada de imigrantes europeus em várias zonas de colonização estruturadas ao longo de todo o século XIX, intensificando-se em suas décadas finais.

Obviamente a parcela livre da população trabalhadora mantinha-se inserida nas economias regionais, enquanto os migrantes europeus concentravam-se nas zonas produtoras de café de São Paulo e em alguns enclaves rurais do sul do país e no Espírito Santo. Já na hinterlândia amazônica, o ciclo da borracha foi dinamizado pela servidão por dívida da força de trabalho. Depois da Cabanagem, entretanto, poucos foram os relatos de enfrentamento de trabalhadores contra forças hegemônicas naquela região. Pelo contrário, a decadência da extração da borracha iniciada antes da Primeira Guerra Mundial, conforme Ribeiro (1995), levou a uma regressão da estrutura social vigente, desarticulando os fluxos mais dinamizadores das relações de aviação na hinterlândia.

De todas as produções regionais, como discutido, somente a região produtora de café alcançou nível de geração de excedentes ao longo do tempo, sendo capaz de diversificar seu espaço de acumulação com base no desenvolvimento da relação de produção típica do capitalismo, o assalariamento. Consequentemente, com a generalização dessa relação e com o elevado nível de exploração, ocorreram no Brasil, no início do séc. XX, as primeiras revoltas populares com características propriamente operárias e urbanas. A tomada de consciência influenciada pelo anarquismo europeu garantiu aos imigrantes de São Paulo o fortalecimento da luta por meio de sindicatos.

Ao longo de toda a década de 1920, a tônica do movimento sindical na região paulista fortaleceu-se na medida em que parte do excedente gerado na produção do café formou um parque industrial vinculado a setores demandantes de pouca técnica de produção. Por isso, por meio desse modelo de sindicalismo, foi possível uma série de conquistas relativas à jornada laboral, inclusive para mulheres e crianças. Apesar de já haver processos urbanos de luta de classes no centro do capitalismo nacional em geral, no restante do território os embates entre classes dirigentes e classes subalternas estavam circunscritos aos termos das relações de produção ali constituídas. Na zona rural, onde prevalecia o latifúndio, toda a luta se dava pelo acesso à terra, com os posseiros, em suas diversas manifestações, cada vez mais relegados à busca por outras terras para darem lugar ao latifúndio monocultor e/ou improdutivo.

Em geral, a luta de classes durante o padrão de reprodução agromineral-exportador não se manifestava abertamente como uma luta entre capital e trabalho, outrossim, era mediada por questões, disputas e conflitos interelites e o poder central (monárquico/republicano). É resultado típico de um período histórico em que a valorização do capital estava fortemente assentada nas condições de circulação do capital no subdesenvolvimento econômico. O exemplo mais ilustrativo talvez seja a chamada Revolta Federalista (1893-1895),

no Brasil sulino, a guerra civil mais violenta presenciada. O estopim desse conflito, que resultou na morte de mais de 10 mil pessoas (o que representava um terço da população masculina de Porto Alegre à época), foi o combate ao contrabando e a revogação, por parte do governo republicano no Rio Grande do Sul, de uma tarifa que conferia uma maior liberdade de comércio na fronteira com o Uruguai. Isso favorecia a elite pecuária no acesso à produção estrangeira, em detrimento das classes mercantis e financeiras que ascendiam no litoral (NETO, 2012, capítulo 1, s.p.).

Dessa forma, mesmo que possamos afirmar que politicamente o Brasil já estivesse mais integrado nesse período, espaços econômicos de acumulação permaneceram relativamente isolados entre si até o início do processo de industrialização. Consequentemente, não havia condições para a luta de classes unificadas nacionalmente em torno de um projeto político emancipatório da classe trabalhadora. A revolução de 1930 daria o passo inicial para essa unidade, com o início do processo de industrialização em bases nacionais e com todas as contradições advindas desse processo numa economia dependente.

### **3. Padrão de reprodução do capital industrializante (1930-1980)**

#### Características econômico-sociais

O declínio do padrão de reprodução agromineral-exportador e o advento do padrão de industrialização dependente no Brasil devem ser entendidos, por um lado, pela crise econômica mundial do final dos anos 1920 e, por outro, pelas condições econômicas internas somadas às medidas de política econômica adotadas para enfrentar a crise de 1929<sup>6</sup>. Nessa fase de transição entre os dois padrões de reprodução do capital, as dificuldades de exportação e importação e a política econômica adotada para manter o nível de renda interna (desvalorizações cambiais, crédito, entre outros) permitiram que parte da demanda da esfera alta do mercado interno fosse disponibilizada por segmentos industriais nacionais (MARINI, 2005). Assim, entre 1930 e 1955, a indústria se torna o principal setor responsável pela geração de renda no país e se diversifica rumo a segmentos mais dinâmicos.

Inicialmente, a diversificação para outros segmentos industriais, principalmente os de consumo popular, era limitada pela vigência da superexploração. Enquanto nos países centrais a maior produtividade do trabalho era seguida por aumento da demanda interna (consumo do trabalhador e do capitalista), nas economias dependentes o consumo era comprimido pelas

6 No pós-II Guerra, contribuiu também para a industrialização latino-americana o aprofundamento da internacionalização do capital e o avanço imperialista norte-americano.

condições impostas pelo setor exportador. Além disso, os determinantes da margem de lucro do capitalista industrial periférico limitavam a expansão do mercado interno. Isso se dava, por um lado, pelo grau de monopólio que permitia aumento da margem de lucro e, por outro, pela manutenção dos baixos salários. Assim, se elevava a taxa de exploração, o que foi facilitado, ainda, pela oferta crescente de força de trabalho disponibilizada pelos segmentos agropecuários em crise.

O avanço da industrialização periférica a partir dos anos 1940 apresentava, entretanto, uma contradição própria que aprofundou o caráter dependente do desenvolvimento. Ao não contar com o consumo popular, a realização da produção industrial dependia menos do nível dos salários dos trabalhadores e mais dos rendimentos dos capitalistas e das camadas sociais de maior renda, sobretudo das urbanas. A partir do momento em que a demanda da esfera alta encontrou-se no mesmo patamar da oferta industrial interna, o aumento da produção industrial só seria viável com a generalização do consumo de manufaturas. Mas isso significaria – ao modificar a forma de produção e de apropriação do mais-valor – um rompimento com os mecanismos históricos de acumulação das elites nacionais e dos países imperialistas, que tinham na superexploração da força de trabalho a sua unidade. A solução para o impasse da economia industrial dependente (crescimento industrial com restrição do mercado consumidor popular), em meados da década de 1950, se deu com a utilização crescente de tecnologia e de financiamento estrangeiros.

A industrialização da periferia no pós-II Guerra respondia à necessidade de renovar o capital constante dos setores de bens de capital dos países centrais, através da exportação de máquinas e de equipamentos tecnologicamente obsoletos. Esse impulso ao crescimento industrial periférico configurou uma nova divisão internacional do trabalho, sendo as etapas inferiores da produção industrial (menor composição orgânica) transferidas aos países dependentes, enquanto o centro capitalista respondia pelos segmentos mais avançados, com monopólio tecnológico (MARINI, 2005, p. 174), redefinindo as bases do imperialismo.

Internamente, a introdução do progresso técnico em uma estrutura produtiva marcada pela superexploração da força de trabalho teve efeitos distintos daqueles presenciados nos países centrais, porque os maiores aumentos de produtividade ficaram restritos aos setores dedicados à esfera alta de circulação. Como esses produtos não determinam o valor da força de trabalho, o aumento da taxa de mais-valor desses setores pôde ser ampliado por uma maior intensificação da jornada de trabalho, ou seja, com o consumo produtivo da força de trabalho em nível acima do valor da sua reposição. Dessa forma, com a permanência de um mercado interno estratificado e da SFT, as novas bases técnicas não corresponderam a uma acumulação hegemônica por meio

da produção do mais-valor relativo, mas, sim, através de uma acumulação que contava com o aumento extensivo da massa de valor viabilizada por abundante oferta de força de trabalho. Ao aprofundar a produção baseada na superexploração, a realização da produção exacerbou a intervenção do Estado no total do gasto e na inflação, como processo de transferência de poder de compra dos trabalhadores para as elites e as camadas médias.

O governo ditatorial no Brasil (1964-1985) deve ser visto, pois, não como uma excrecência, mas como a forma de governo adequada ao pacto de dominação das elites nacionais e estrangeiras. A superexploração da força de trabalho torna-se o mecanismo que beneficia todas as frações do capital, ainda que a contraparte dela fosse a deterioração relativa das condições de vida do povo brasileiro. No caso da ditadura civil-militar, o desenvolvimento capitalista, ainda que dinâmico, foi altamente dependente. Praticamente durante todo o período houve piora tanto nos níveis de desigualdade e de renda quanto no campo social e racial, inclusive durante o milagre econômico, o que reflete as condições de SFT e de cisão do mercado interno, segundo Marini (1978). Toda a modernização produtiva e financeira promovida pelos militares foi no sentido de ampliar os espaços de acumulação de capital para a burguesia nacional e estrangeira. Para esse propósito, os militares não mediram esforços, tanto é que, a partir de meados da década de 1970, a tentativa de aprofundar a industrialização dependente encontrou resistência por parte da própria burguesia, devido às novas condições internacionais postas, como será visto na próxima seção.

## Dinâmica territorial

Ao contrário do período precedente, marcado pelos “*arquipélagos regionais*” com suas produções descentralizadas e redes urbanas macrocefálicas e dendríticas, a integração do mercado nacional, impulsionada pelo crescimento industrial, significou a articulação comercial, produtiva e financeira das economias regionais e a criação e adensamento de uma rede urbana de caráter nacional, tudo isso comandado por importantes frações de capitais nacionais e internacionais. Em um período marcado por grande excepcionalidade na ordem internacional, o país conseguiu construir no pós-II Guerra as bases de um mercado interno que, embora incompleto e excludente, apresentou suficiente dinamismo para levar adiante a montagem do maior parque industrial latino-americano, com a associação entre capitais privados (nacionais e estrangeiros) e capital público nacional.

Do ponto de vista espacial, o principal fenômeno que marca o padrão de reprodução do capital industrializante é a urbanização. Por um lado, ela se apresenta como resultado do avanço do processo de industrialização, que

exigia a concentração espacial de atividades econômicas e da força de trabalho, além de uma maior divisão social do trabalho; por outro, teve seus traços próprios nas formações socioespaciais dependentes, marcados pela sua extrema velocidade e pelo sobredimensionamento dos setores terciários nas cidades, de baixa composição orgânica do capital. Ainda que seja algo complexo, esses traços estão vinculados à estrutura da economia dependente, quando ela preserva o latifúndio improdutivo que expulsa massas de famílias rurais e, também, quando amplia ainda mais os contingentes de trabalhadores no exército industrial de reserva devido à SFT e à incorporação de tecnologia estrangeira (MARINI, 1994, p. 148).

Com a diversificação produtiva comandada pela expansão do mercado interno, ainda que nos limites destacados anteriormente, a economia brasileira se tornaria espaço privilegiado para investimentos internacionais que se aproveitaram de um mercado dinâmico e crescente, impulsionado por um acelerado processo de urbanização e de concentração de renda. Por um lado, ocorreu o surgimento de uma classe média urbana, beneficiária das atividades advindas da transformação produtiva e da constituição de uma burocracia pública montada para sustentar esse processo. Além disso, essa urbanização inseriu na economia mercantil leva expressiva de migrantes vindos do campo, o que alterou não apenas os padrões demográficos interurbanos – pelo esvaziamento das cidades menores e o respectivo crescimento das metrópoles, devido ao intenso processo de migração rural-urbana pós-1950 – mas também os intraurbanos, marcados pela forma desordenada de ocupação das maiores cidades e pelo processo de segregação social que caracterizaria todas elas.

O padrão de organização espacial que emergiu nessa sociedade em acelerada transformação, comandada pelo capital industrial, se mostrou economicamente concentrado e hierarquizado territorialmente, com a refuncionalização dos antigos centros urbanos regionais. Estes passaram a sofrer influência direta das decisões de investimento dos capitais forâneos não apenas extrarregionais – especialmente oriundos do Sudeste –, mas também do exterior, sobretudo a partir do Plano de Metas (1956-1960), quando o país passou a receber um volume maior de investimentos diretos estrangeiros. Atrélada a esse movimento, observou-se a montagem de infraestruturas urbanas e regionais necessárias para sustentar o padrão de reprodução do capital que emergiu a partir da industrialização pesada, ou seja, infraestruturas que reforçaram a concentração econômica no Sudeste, especialmente na Região Metropolitana de São Paulo. Ao mesmo tempo, atuando no sentido da descentralização, a Marcha para o Oeste, a construção de Goiânia (1942) e a transferência da capital para Brasília (1960) foram decisivas para a organização territorial no país, tornando-a mais interiorizada, num esforço tanto de desconcentração

produtiva e territorial como de geração de novas oportunidades de acumulação de capital.

A articulação do mercado interno promoveu, nesse sentido, maior integração entre as cidades, expressa através do aumento dos fluxos de mercadorias, serviços, pessoas e capital entre elas. Para isso, cumpriu papel fundamental a montagem de uma infraestrutura básica capitaneada pelo Estado nacional, especialmente as redes de telecomunicação (telégrafos, telefonia etc.) e de transportes (rodoviário, principalmente, além do ferroviário, aeroportuário e de sistemas intermodais), além de investimentos intraurbanos que garantiram, por um lado, a circulação mercantil e a expansão do consumo e, por outro, a reprodução da força de trabalho. Tudo isso exigiu esforço para a ampliação dos equipamentos urbanos, ainda que estes tenham se mantido historicamente abaixo das demandas sociais, carência esta que agravou os problemas urbanos no país pós-1960 e promoveu uma verdadeira “*urbanização caótica*” (CANO, 1988).

A maior divisão social do trabalho advinda da industrialização e a integração produtiva e territorial dela decorrente geraram simultaneamente maior propensão ao consumo, maior circulação de pessoas e mercadorias pelo território e maior riqueza. Conseqüentemente, ocorreu não apenas o crescimento das principais cidades que se posicionavam hierarquicamente no topo da rede urbana (São Paulo e Rio de Janeiro), como também o aparecimento e/ou adensamento de novos centros urbanos que cumpriram o papel de articulação dos espaços econômicos sub-regionais com centros maiores e destes com as metrópoles.

A montagem de indústrias e de infraestrutura foi, pois, decisiva na integração territorial, pois, ao costurar os arquipélagos regionais e urbanos do padrão de reprodução agromineral, ampliou o espaço de valorização do capital para além do *core* industrial, criando condições para a desconcentração econômica que viria em seguida. Todas as regiões e espaços sub-regionais tornaram-se *loci* potencialmente disponíveis para a acumulação ampliada do capital, moldando a dinâmica regional e urbana brasileira à lógica do investimento e da acumulação do capital produtivo, especialmente o industrial transnacional, sob orientação dos instrumentos de política econômica. O mercado nacional, paulatinamente, foi substituindo o setor externo no processo de acumulação, resultando em aumento contínuo do comércio inter-regional, no qual São Paulo passava a desempenhar um polo de convergência.

Em certo sentido, a integração do mercado nacional foi o mais importante efeito da industrialização para o desenvolvimento regional brasileiro e o processo de ordenamento espacial, pois estimulou a constituição de estruturas produtivas nos diversos estados e regiões brasileiras, complementares ao

centro industrial e entre si. Vale ressaltar que, ainda assim, a concentração das indústrias de transformação em São Paulo aumentou no período, mesmo com as regiões apresentando taxas de crescimento elevadas. Cumpriram importante papel na montagem da complementaridade inter-regional as políticas de desenvolvimento regional das décadas de sessenta e setenta do séc. XX, especialmente as ligadas à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE – e à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM. Apesar de terem sido criadas para a promoção do desenvolvimento regional, funcionaram como alavanca da acumulação capitalista sem contrapartida nas melhorias sociais prometidas regionalmente.

Por outro lado, do ponto de vista inter e intraurbano, a urbanização acelerada criou oportunidades para que frações do capital mercantil-comercial e de menor composição orgânica das diversas regiões aproveitassem o ciclo de crescimento, preenchendo espaços que naquele momento não interessavam aos capitais industriais externo e nacional de grande porte. Foi o caso, por exemplo, da construção civil residencial e de alguns serviços públicos que puderam contar com o excedente da força de trabalho. Em ambos, os capitais locais puderam pressionar as municipalidades para promoverem verdadeiros processos de acumulação por espoliação (HARVEY, 2004 e 2005), via controle da legislação, como nos casos do aumento do perímetro urbano, dos macrozoneamentos e das concessões de serviços públicos, como os de transporte urbano e coleta de lixo, ainda que sempre seletivamente direcionados para o atendimento das classes médias e altas. Mais do que um processo de acumulação por espoliação, por impactar decisivamente nas condições de reprodução da força de trabalho, essas frações de capital na economia dependente procuram recompor sua taxa de lucro através da superexploração da força de trabalho. Por meio do mecanismo de conversão do fundo de consumo do trabalho em fundo de acumulação de capital, os fundos públicos e o salário indireto, que deveriam ser destinados à moradia, transporte e reforma fundiária, entre outros, são apropriados por frações do capital sob a chancela do Estado Nacional.

Essa dinâmica do mercado interno possibilitou, portanto, a simbiose de múltiplas frações do capital, que conseguiram se valorizar dentro de uma certa divisão funcional que indicava o poder de cada um deles para ordenar o espaço econômico no qual se inseria regionalmente, a partir das orientações mais gerais do movimento do capital imperialista. Em uma economia na qual quase tudo estava por ser feito no sentido de preparar o terreno para uma nova articulação com o mercado internacional, para a qual a integração do mercado interno era condição fundamental, os investimentos realizados promoveram altas taxas de crescimento por todo o território, sem, no entanto, resolver os problemas sociais.

## Luta de classes

Segundo Marini (2012, p. 74/75), a década de 1930 compreende uma mudança profunda na estrutura política brasileira. O período entre 1922 e 1937 é marcado por um crescimento das reivindicações operárias e a ascensão da burguesia industrial na elite nacional. A revolução de 30 constitui, pois, uma tentativa de readequar as mudanças econômicas e sociais das últimas décadas com a estrutura de poder estatal. Em 1937, com a deflagração do Estado Novo de Getúlio Vargas, esse compromisso é fortalecido com a estabilização da burguesia no poder “em associação aos latifundiários e aos velhos grupos comerciantes, ao mesmo tempo em que estabelece um esquema particular de relações com o proletariado”.

Dessa forma, a partir de 1937, com maior arbitragem da luta entre capital e trabalho feita pelo Estado nacional por meio da legislação trabalhista e pelo controle de parte dos sindicatos pelo partido trabalhista, a partir do processo de industrialização, superou-se completamente o fortalecimento dos setores anarquistas urbanos, localizados no centro do capitalismo nacional. Dessa forma, a luta de classes urbano-industrial necessariamente passava pela institucionalidade do governo central, seja acompanhando pautas nacionalistas, como a campanha “*O Petróleo é nosso*”, seja apoiando esforços para a elevação do salário mínimo.

Eis, portanto, a síntese dos limites e possibilidades de superação da dependência nessa época. O controle do salário mínimo pelo Estado nacional e as políticas decorrentes da expansão urbana de grandes centros nacionais e regionais, objetivando atenderem parte do proletariado urbano, ditavam os limites da superexploração da força de trabalho no Brasil. Ao contrário do que afirmou Oliveira (1981), o salário mínimo não foi só um mecanismo de padronização do custo da força de trabalho urbana e de rebaixamento de parte dos custos em vários setores urbanos com melhores salários. A imposição do salário mínimo pelo Estado, aliada à legislação trabalhista e ao controle dos sindicatos, levou à consequente internalização da luta de classes pelo Estado nacional e à viabilização das pautas trabalhistas pela institucionalidade varguista. Somente por meio do Estado nacional e de seu alinhamento a pautas trabalhistas e nacionalistas, portanto, seria possível superar os entraves centrais da dependência nessa fase de industrialização em bases nacionais: a SFT e a transferência de valor.

Com a nova fase de industrialização promovida por Juscelino Kubitschek (1956-1960), mais atrelada ao financiamento e produção promovidos pelos capitais externos, gestaram-se as condições objetivas e as contradições para o golpe militar da década seguinte. O ambiente era de uma classe trabalhadora urbana cada vez mais consciente e combativa num momento de

intensificação do controle da produção interna pelos capitais externos. Era patente que a elite nacional necessitava rearticular uma maior participação na reprodução capitalista.

As lutas pelas reformas de base até 1964 mostram que o horizonte para uma revolução burguesa não estava dado no Brasil, porque nem era interessante para as elites promoverem as reformas, como também não necessitavam delas. A associação com os capitais externos, com os quais a elite operava internamente por meio da SFT, já era suficiente para promover ciclos de reprodução do capital que garantissem apropriação de parte do excedente, sem contestação da transferência internacional de valor em favor do centro de acumulação capitalista.

Mesmo com mobilização popular, principalmente urbana, em torno das reformas e contra o golpe, o governo Jango não conseguiu acumular forças suficientes junto às frações de classe subalternas. Não se pode, entretanto, ficar somente nas questões subjetivas de um período pré-revolucionário golpeado. A própria articulação das classes formadas nesse período de industrialização periférica impunha dificuldades para o fortalecimento da luta de classes. A força de trabalho do campo ficou de fora de uma organização sindical e trabalhista centralizada. As ligas camponesas, tão bem reproduzidas no texto de Francisco Julião (1962) para os Cadernos do Povo Brasileiro, apresentam os limites regionais da organização dos camponeses. De fato, na esteira de uma integração nacional truncada, desenvolvida pela industrialização no Brasil, não ocorreram processos estruturais de integração das lutas sociais nas mais variadas regiões.

Quando chegou o golpe de 1964, não era mais possível estabelecer bases nacionais de produção autônomas nos marcos do capitalismo e nem havia espaço para levar adiante o processo de industrialização dependente com a mesma correlação de forças entre capital e trabalho. O poder central garantiu o disciplinamento necessário da força de trabalho, urbana e rural, com o fim de manter a geração de mais-valor nos termos do rebaixamento do preço de reprodução da força de trabalho, ampliando ainda mais a SFT. Não por menos, as primeiras medidas do governo Castello Branco – eliminação da estabilidade no vínculo empregatício, implementação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e controle salarial – procuraram ampliar o nível de exploração da força de trabalho e controlar o movimento trabalhista. Assistiu-se, também, ao recrudescimento da violência estatal para garantir tal disciplinamento dos trabalhadores. O enfraquecimento dos sindicatos foi uma das primeiras consequências dessa nova conjuntura.

Como consequência dessa situação, passou a ocorrer uma série de expedientes violentos de luta. Em um primeiro momento, embates da guerrilha urbana contra o terrorismo de Estado tornaram-se frequentes. Essas guerrilhas

que surgiram após o golpe militar de 1964 foram as consequências mais evidentes da falta de articulação dos trabalhadores nacionalmente. No campo, a violenta resposta do exército à guerrilha do Araguaia no Sudeste paraense deixou um legado de controle territorial na região que permanece até os dias atuais.

Talvez a melhor forma para se entender as variadas guerrilhas urbanas que surgiram e foram desarticuladas violentamente pela Ditadura Militar no Brasil seja a comparação com o foquismo da Revolução Cubana. Mesmo que tais guerrilhas tenham se ambientado nas grandes cidades, a falta de articulação entre elas definiu seus destinos. Sem uma coordenação nacional ou uma força política contra o regime que garantisse a nacionalização a partir da conjuntura, inviabilizou-se o prolongamento dos enfrentamentos do campo progressista armado.

A ditadura tomou como prioridade eliminar os focos de embates entre posseiros e latifundiários e criou uma série de programas de colonização dirigida à Amazônia. Tais programas garantiram uma força de trabalho barata, sem poder de barganha e assalariada, nos melhores casos. Em torno desses grandes projetos havia um proletariado rural sem as mesmas garantias institucionais trabalhistas que, em geral, trabalhavam sob vínculos servis – meeiros, parceiros e peonagem, especialmente fora do Sudeste.

Em nenhum sentido houve aumento do poder de barganha dos trabalhadores do campo. Se, por um lado, o acesso à terra continuou vetado, por outro, o Estado garantiu a eliminação das tensões entre grandes proprietários e posseiros em boa parte dos casos. Mesmo assim, tais condições serviram para o fortalecimento posterior da luta dos trabalhadores do campo. Pela primeira vez foi possível nacionalizar a luta de classes via movimentos sociais de luta pela terra. Isso aconteceu por causa da expulsão dos trabalhadores de suas posses em todo o território ocupado e, também, pelo fato de os processos de colonização dirigida não terem dado certo na maioria dos casos.

Nas cidades, os processos mais consolidados da industrialização dependente geraram níveis de concentração populacional extremamente favoráveis à manutenção dos baixos salários. Além disso, consolidou-se a incompatibilidade entre tamanho da população e equipamentos urbanos suficientes para atendê-la, inclusive no que se referia à moradia. A falta de um ordenamento desconcentrador no campo em relação ao acesso à terra gerou o êxodo rural, que transformou um país que era eminentemente rural na década de 1950 em uma economia dependente urbanizada no final dos anos 1970. Com essa classe de superpopulação relativa desempregada, subempregada e extremamente precarizada em relação a seu lugar nas cidades, dificultou-se mais ainda a unidade das classes subalternas.

Por outro lado, os setores médios e operários da classe trabalhadora fortaleceram-se a partir de suas bases. Mais estáveis em relação a seus postos de trabalho, essas frações da classe trabalhadora, situadas principalmente no centro do capitalismo nacional, alcançaram um outro patamar de unidade e mobilização diante dos rebatimentos internos gerados pelo fim do padrão ouro-dólar e pela crise do petróleo nos anos 1970. Isso possibilitou o fortalecimento dos sindicatos urbanos, vinculados aos setores mais dinâmicos e capazes de enfrentar a ditadura em sua crise final, quando se iniciava o atual padrão de reprodução do capital.

#### **4. Padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva (1980-2016)**

##### Características econômico-sociais

O esgotamento do processo de industrialização no Brasil no final da década de 1970 está associado à tentativa dos EUA de fortalecer sua hegemonia no sistema mundial capitalista, cuja primeira manifestação foi pôr fim ao lastro do dólar em relação ao ouro e, posteriormente, a elevação unilateral da taxa de juros em 1979. Tal fato desencadeou uma restrição monetária sem precedentes nos países periféricos, tendo em vista o endividamento externo contraído ao longo da década de 1970. Foi o início da imposição de medidas neoliberais por parte dos EUA, com o objetivo de promover sua reestruturação produtiva. Para tanto, foi necessário rearticular a periferia capitalista, principalmente por meio das empresas transnacionais e da desregulamentação financeira e comercial em escala mundial.

A “globalização”, enquanto resultado das novas condições técnicas e econômicas desenvolvidas nos países do centro, tornou necessária uma nova forma de organização do mercado e do processo produtivo mundial. A indústria nos países desenvolvidos, ao intensificar a mudança tecnológica com base no conhecimento, o que gera crescentemente uma diminuição do custo de produção, apresenta duas tendências de extroversão: 1) fortalecimento do processo de difusão mundial da indústria em busca de taxas de salários menores; 2) esforço por maior qualificação da força de trabalho nos países desenvolvidos, com o conseqüente deslocamento das ocupações de menor qualificação para outras nações. Em síntese, a “globalização” tem como cerne uma divisão internacional do trabalho cuja materialidade está na própria força de trabalho, não mais em setores econômicos específicos, como outrora (MARINI, 1996, p. 58).

Nesse sentido, os países do centro possuem duas vantagens que ampliam o nível de dependência dos periféricos. A inovação técnica que, ao ter como

base atividades de pesquisa e desenvolvimento, se torna inacessível aos países da periferia, a não ser quando eles se configuram como receptores de novas plantas industriais, o que leva à segunda vantagem. Os países desenvolvidos controlam a transferência das atividades industriais pelo deslocamento de indústrias menos intensivas em conhecimento e pela dispersão das etapas produtivas dentre os países, o que dificulta de antemão a integração produtiva nacional dos periféricos.

Trata-se, assim, de transformações nas formações socioespaciais dependentes dentro da nova dinâmica do modo de produção capitalista, em que a própria nação e sua relação com as regiões subnacionais são alteradas. Nesse sentido, os esquemas e as formas de produção e realização do mais-valor nas formações socioespaciais dependentes passam por uma transformação, sintetizada como *padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva* (PRCEEP) (OSORIO, 2012a e 2012b).

Em primeiro lugar, a condição fundamental do novo padrão é seu viés exportador, ou seja, seus setores mais dinâmicos estão atrelados ao mercado externo. Não por menos, a participação das exportações latino-americanas no PIB aumenta substancialmente no período, sendo 13,7% em 1990, atinge quase 22,1% antes da crise mundial de 2008 e fecha 2019 com 22,3%<sup>7</sup>. Para o Brasil, a proporção das exportações sobre o PIB em 1990, 2008 e 2019 foi de, respectivamente, 6,3%, 11,5% e 12%. Além disso, o PRCEEP tende a repousar sobre a produção agrícola, mineral e alguns bens industriais intensivos em mão de obra e favorecidos por tratados comerciais, principalmente nas áreas de montagem, maquiladoras e de serviços. Em suma, sobre atividades que exibem vantagens absolutas ou comparativas.

A orientação para essas atividades gerou especialização produtiva e enclaves, ou seja, reduzidas atividades econômicas com maior conteúdo tecnológico, com pouca relação com a estrutura produtiva e elevado coeficiente de importação. Por isso mesmo, observa-se que, concomitantemente ao aumento do volume de exportações, o PRCEEP resultou em aumento também expressivo das importações, sobretudo a partir da década de 2000. Tais importações, tanto de produtos para o consumo final quanto de bens intermediários e/ou de capitais, implicam uma integração e subordinação cada vez maior com o centro imperialista e uma desintegração produtiva nacional e latino-americana.

Em segundo lugar, o PRCEEP supõe o fim da industrialização como projeto de maior autonomia (relativa) econômica. Em poucos países, como o Brasil e o México, alguns segmentos industriais se mantêm, mas integrados

7 Os dados foram retirados da CEPAL ("Producto interno bruto (PIB) anual por objeto del gasto a precios constantes en dólares"), disponível em: [https://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB\\_CEPALSTAT/estadisticasIndicadores.asp?idioma=e](https://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/estadisticasIndicadores.asp?idioma=e), com acesso em: mar. 2021.

ao projeto exportador e dentro de grandes cadeias produtivas globais comandadas por empresas transnacionais. Em terceiro lugar, essa dinâmica beneficia, sobretudo, as cadeias produtivas internacionais comandadas pelo capital transnacional, não se vinculando a projetos desenvolvimentistas como no passado. Isso pode ser visto no caso das atividades agrícolas voltadas para a exportação de *commodities*. Grandes empresas transnacionais do segmento não só comandam a comercialização e distribuição da produção, como também são responsáveis pela oferta do pacote tecnológico e financeiro subjacente a elas. Essas empresas globais definem as zonas de produção nas economias que têm dotação de terras e controlam toda a circulação, ao atrelar as vendas do pacote tecnológico às compras da produção (GOMES JUNIOR; ARUTO, 2016).

Por último, as tendências do PRCEEP verificam-se concretamente nos países de maneira diversa dentre as FSP dependentes e ao longo do período. Dentro dessa diversidade, entretanto, a unidade se mantém, e é a partir dela que se pode compreender, dentro de um ponto de vista totalizante, as suas particularidades. O Brasil, no PRCEEP, expressa por excelência essa relação dialética de unidade/diversidade. Ainda que tenha sido o país que mais avançou no desenvolvimento capitalista dependente, com um relativo mercado interno e a existência de camadas burguesas nacionais, as tendências do PRCEEP se verificam histórica e conjuntamente.

Sinteticamente, o PRCEEP implica a manutenção da transferência de valor ao exterior sob o comando das empresas transnacionais e do capital estrangeiro. Esse processo, por sua vez, tem como base uma orientação específica da política econômica que fornece as condições de valorização do capital internamente e sua transferência ao exterior. Apesar das modificações entre os sucessivos governos do PSDB (1995-2002) e do PT (2003-2016), a depender da conjuntura externa/interna, pode-se dizer que ambos seguiram a mesma orientação de política econômica, cujo objetivo último era garantir as reformas neoliberais e manter a vinculação subordinada ao sistema econômico mundial. No caso do Brasil, a política econômica que defende esse objetivo ficou conhecida como “tripé macroeconômico”<sup>8</sup>.

Com a consolidação do PRCEEP no Brasil, a força de trabalho passou por profunda transformação na década de 1990: precarização dos vínculos empregatícios; elevação da taxa de desemprego e posterior queda nos anos 2000; ampliação da ocupação no setor de serviços, principalmente no

8 Trata-se da relação entre as políticas fiscal, monetária e cambial que procura, a um só tempo, a garantia/ estímulo da entrada de capital externo e a estabilização das contas públicas. Mais especificamente, ele compreende um regime de metas da inflação (com bandas de variação para cima e para baixo), regime de câmbio flutuante (ainda que o BACEN possa intervir no mercado) e metas de superávit fiscal primário (ou seja, resultados primários positivos). Essa configuração de política econômica surgiu do agravamento das contas externas brasileiras promovido pelo Plano Real (1994).

espaço urbano; rotatividade; desconcentração produtiva gerando ocupação de baixa qualificação e baixos rendimentos; vigência de trabalhos compulsórios e prolongadas jornadas de trabalho nas regiões periféricas (CANO, 2008). Todas essas situações contribuíram para o aumento da taxa de exploração e a rotação das várias frações do capital.

As condições dos trabalhadores apresentaram melhora a partir de 2003, em meio ao crescimento econômico propiciado pelo *boom* dos preços das *commodities*, com aumento da formalização, salários reais e acesso ao crédito individual. Esses fenômenos, somados às políticas de combate à pobreza e aumento do investimento público, permitiram redução na desigualdade de rendimentos. Mesmo assim, essas conquistas mostraram-se insuficientes para reverter as condições de dependência e de superexploração, como a trajetória de desaceleração e crise da economia brasileira evidencia no período pós-2015.

A melhora nas condições de vida dos trabalhadores durante o auge econômico do governo petista deve ser analisada, pois, a partir da conjuntura econômica externa, a qual deu base para uma série de políticas de transferência de renda, de ampliação de acesso a serviços públicos e de estímulo ao mercado interno. Em outras palavras, a economia capitalista dependente brasileira inicia o século XXI totalmente vinculada ao PRCEEP, contudo, essa tendência conecta-se a uma dada conjuntura, marcada no início do século XXI pelo crescimento da economia mundial e pelo aumento da demanda e preço das *commodities* agropecuário-minerais. Apenas para ilustrar, segundo a FAO, com base nos preços de 2014-2016, o índice de preço dos alimentos (carne, cereais, óleos e açúcar) era de 50,5 em maio de 2002 e atingiu 130 em julho de 2008<sup>9</sup>.

Do ponto de vista da economia dependente brasileira, o aumento excepcional no preço e volume da exportação permitiu uma redução significativa do patamar da transferência internacional de valor, sobretudo pelo menor intercâmbio desigual, já que as transferências vinculadas à propriedade do capital se ampliaram absolutamente no período 2000-2014 (BREDA, 2020). Analogamente, durante o auge econômico petista, a elevação do salário mínimo real, o aumento de rendimento médio real, a leve queda da jornada média de trabalho, a diminuição da desigualdade de renda e a manutenção do nível de acidentes de trabalho indicam que a SFT foi relativamente contida (ARUTO, 2019, capítulo 4).

Essa contenção relativa da SFT na conjuntura dos anos 2000 foi fundamental para a estratégia de conciliação de classes adotada pelo PT, mas era insustentável diante da estrutura da economia dependente e da reversão do

9 Conforme a pesquisa "Food Price Index" da FAO (*Food and Agriculture Organization*) das Nações Unidas, disponível em: "<http://www.fao.org/worldfoodsituation/foodpricesindex/en/>", com acesso em: out. 2020.

ciclo da economia internacional pós-2008. Evidentemente que essa análise não pode ser desenvolvida neste momento, mas em uma visão geral e parcial, cabe apenas destacar que a crise de acumulação da economia brasileira tem sua causa tanto no *front* externo (menor crescimento das exportações e deterioração dos termos de troca entre 2011-2015) quanto no interno. Em outras palavras, os setores ligados à produção primário-exportadora diminuíram o nível de produção, houve uma redução relativa dos gastos autônomos do governo, ao mesmo tempo em que a redução da taxa de desemprego e o aumento do salário real desencadearam um conflito distributivo entre capital e trabalho (PINTO *et al.*, 2017). Por trás desses fatores, a atual crise de acumulação no Brasil é uma resposta à redução da taxa de investimento pós-2013, sobretudo a do setor público. Por sua vez, a queda do investimento respondeu, ainda que com uma defasagem temporal, à queda da taxa de lucro depois do seu auge em 2008-2010 (PRADO, 2021).

Com a recessão de 2015-2016, reforça-se a hegemonia política das organizações e partidos de direita, com o intuito de aprofundar o projeto neoliberal: reforma trabalhista, teto de gastos, reforma da previdência, entre outras tantas medidas nefastas à classe trabalhadora. A hipótese a ser aqui trabalhada é que, para se contrapor à estagnação/recessão da atual conjuntura, sob os determinantes do PRCEEP, a burguesia na economia dependente procura elevar a taxa de lucro mediante uma maior SFT e exploração intensiva e extensiva do território nacional.

### Dinâmica territorial<sup>10</sup>

O PRCEEP impôs mudanças importantes na organização socioespacial brasileira. Uma delas é o crescimento econômico das áreas mais interiorizadas acima da média brasileira, especialmente no estado de São Paulo, que ainda concentra parcela expressiva do PIB do país. As microrregiões mais dinâmicas encontram-se atreladas principalmente à expansão produtiva de grãos (soja e milho) neste início de século XXI, conforme ocorre, por exemplo, nos cerrados centro-oestino e nordestino, e à produção mineral (petróleo<sup>11</sup>, gás e minério de ferro), como no caso do sudeste do Pará e da bacia petrolífera do norte do Rio de Janeiro e sul do Espírito Santo. Como consequência, também se interiorizam as exportações brasileiras. Esse movimento estimulou a demanda por formas de multi e intermodalidades para o escoamento, a fim de tornar a matriz de transporte brasileira menos dependente do rodoviarismo. Este apresenta o mais elevado frete por tonelada transportada vis-à-vis as

10 Baseado em Macedo (2015).

11 Cabe registrar que a queda do preço internacional do petróleo, a partir de 2014, afetou negativamente as regiões produtoras no Brasil.

hidrovias e ferrovias, mais indicadas para o escoamento de mercadorias com baixo valor agregado para longas distâncias, como se verifica em um país de dimensão continental como o Brasil.

Observam-se nesse processo alguns movimentos importantes sobre a dinâmica territorial brasileira. O primeiro é o efeito do esforço exportador sobre as estruturas produtivas locais, estaduais e regionais, que se tornaram muito mais especializadas em um ou poucos produtos, embora não se possa negar que ocorra a emergência de serviços de apoio à atividade produtiva e ao comércio exterior que contribuem para a diversificação do terciário. Como tanto as estruturas produtivas quanto a base terciária dependem da demanda e dos preços internacionais do produto de exportação, a organização desses espaços é fortemente um reflexo do movimento da economia mundial, em especial da demanda dos maiores importadores de *commodities*.

O segundo é o papel que a logística assume nesse movimento de maior abertura externa. A combinação de baixo valor agregado, elevados volumes de produção e grande distância das áreas produtoras das principais *commodities* até as vias de escoamento para o exterior e maiores centros urbanos do país exige verdadeiras adaptações dos espaços econômicos para promover as exportações das áreas dinâmicas, com pesados custos sociais como nas construções das hidrelétricas e portos no Arco Norte. Dada a posição estratégica da infraestrutura, que teve seu papel potencializado no processo de acumulação em um contexto de internacionalização crescente, a política predominante no Brasil, a partir de 1994, priorizou a realização de grandes investimentos – pelo menos no discurso, pois na prática as inversões realizadas ficaram abaixo das anunciadas. São exemplos o programa dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento – ENID – na década de 1990, a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana – IIRSA – no séc. XXI e, mais recentemente, os Programas de Investimento e Logísticas – PIL 1 e 2 – e parte das obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

O terceiro aspecto decorre dos impactos da referida especialização em *commodities* sobre a rede urbana brasileira e o espaço intraurbano de algumas cidades fora das áreas metropolitanas e do litoral. A dinâmica regional recente é acompanhada pelo aumento das demandas por infraestruturas econômicas necessárias à acumulação dos capitais das atividades de exportação. Estas estão bem detalhadas nos PIL 1 e 2 e nos documentos da Confederação Nacional de Transportes – CNT (2014 e 2015). No entanto, o verificado crescimento econômico mais interiorizado pressiona, também, o crescimento de cidades que servem de suporte para as atividades dinâmicas, modificando seu espaço urbano. A contraface do dinamismo econômico são as pressões por infraestruturas urbanas e sociais que parecem esquecidas ou menos priorizadas

no atual contexto, o que se generaliza no interior do país, especialmente nas cidades médias.

Por parte do setor público, pouco espaço sobra para investimentos dessa natureza, seja pelo ajuste fiscal que recai primeiro sobre os gastos sociais (vide a retração do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV), seja pela projeção de queda de arrecadação dos estados e municípios decorrente da recessão econômica pós-2014. Para o setor privado, a lógica de mercado predomina como único balizador na oferta de serviços urbanos. Basta citar o detalhado trabalho da CNT (2014), que prevê a necessidade de investimentos para melhoria das condições de escoamento no país de quase R\$ 1 trilhão divididos em transporte e logística (75,7%) e mobilidade urbana (24,3%), num total de 2.045 projetos (1.702 para transporte e logística e 343 para mobilidade urbana).

Quanto ao transporte e logística, predomina a articulação de áreas produtivas para escoamento das produções, especialmente para o exterior. No que se refere à mobilidade urbana, a instalação de infraestruturas urbanas e sociais prioriza quase totalmente as regiões metropolitanas, que receberiam 95,6% dos investimentos, cabendo aos demais centros urbanos – todos no Sul e no Sudeste<sup>12</sup> – o restante. Menção alguma se faz às áreas urbanas do interior das regiões Norte e Centro-Oeste que estão sendo impactadas pelo PCREEP e que precisam ser consideradas. Assim, poderiam ser evitados os tradicionais problemas que se verificaram nas capitais e regiões metropolitanas brasileiras quando a industrialização respondeu pela estruturação dos espaços urbanos e interurbanos, especialmente entre o Plano de Metas e a crise dos anos 1980, tais como: déficit habitacional, aluguéis caros, elevação do preço do terreno urbano, transporte coletivo deficiente, precária infraestrutura e segregação socioespacial.

Enfim, os mecanismos de SFT, que negam o direito à cidade nos centros urbanos metropolitanos e de maior porte populacional, se reproduzem nos municípios mais interiorizadas de maior dinamismo econômico – os de porte médio, principalmente –, embora com características regionais específicas. Nestes, as contradições da organização socioespacial do PRCEEP e das novas relações rural/urbano expressam-se mais visivelmente, como no caso do crescimento de suas periferias em decorrência do esvaziamento do campo pela mecanização do agronegócio. Ao contrário dos movimentos de migração em massa que ocorreram entre 1930 e 1980 em direção às metrópoles, parte dessa migração se direciona para os municípios com maior dinamismo econômico do interior, ligados ao agronegócio e ao extrativismo mineral, generalizando pelo território nacional os problemas urbanos.

12 Exceção de Vitória da Conquista (BA).

## Luta de classes

O fim da ditadura, em meio a uma crise interna de acumulação, leva ao fortalecimento dos sindicatos urbanos e rurais no país, sendo os urbanos ligados aos trabalhadores dos setores médios da classe trabalhadora, e os rurais, às camadas mais despossuídas do campo. O surgimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e das Comunidades Eclesiais de Base são o retrato das novas forças políticas progressistas no país. Exemplo disso foi a luta em torno da Constituição de 1988, que terminou liberal nos aspectos econômicos, mas definiu uma rede de proteção social e de direitos bastante ampla.

No mercado de trabalho, com o fim do período de industrialização dependente, se inicia o esgotamento da incorporação de força de trabalho nos espaços metropolitanos do país. A partir dos anos 80, há uma inflexão na trajetória verificada a partir da industrialização pesada de adensamento populacional das metrópoles. Se já havia incompatibilidade entre a força de trabalho urbano-metropolitana e a incorporação nos setores mais dinâmicos da industrialização dependente, esse processo entra completamente em crise com o PRCEEP.

Une-se a esse processo um outro, estrutural, de liberalização e flexibilização do mercado de trabalho, principalmente a partir dos anos 1990, em que o aumento dos empregos informais, dos empregos autônomos e da segmentação dos setores formais resulta em um enfraquecimento da unidade da classe trabalhadora urbana. No campo, grande parte dos pequenos e médios produtores das novas frentes de expansão se veem mais como proprietários de terras do que trabalhadores e se esquecem de que boa parte daquilo que produzem é controlada e apropriada por grandes oligopólios nacionais e internacionais. Assim sendo, se filiam a sindicatos e federações patronais ligados à bancada ruralista e não se aliam àqueles que lutam por uma produção de alimentos que garanta segurança alimentar e pelo uso adequado dos recursos naturais e soberania sobre o território.

Ainda no campo, pela primeira vez na história, unem-se nacionalmente trabalhadoras e trabalhadores rurais sem terras, a partir da região sul, para alcançar formas diversas de lutas regionais centralizadas visando a ocupação dos latifúndios improdutivos. Mesmo com os projetos de colonização da Amazônia viabilizados pelo INCRA, a instituição do MST mostra que passavam longe as soluções dadas pelo Estado nacional aos problemas estruturais gerados pela falta de uma reforma agrária popular no país. A série de conflitos e assassinatos de lideranças, relatados pela Comissão Pastoral da Terra (1985 a 2019) e que persistem até hoje, dá conta da estratégia acertada de luta pela reforma agrária em um país cuja elite ainda se dispõe a manter

privilégios seculares sobre a ocupação e dominação territorial. A estratégia de união desses trabalhadores rurais, numa economia associada e dependente como a nossa, torna-se revolucionária e se alia aos processos mais gerais de emancipação nacional.

Foi a partir da formação dos movimentos sociais e sindicatos no fim dos anos 70 e início dos anos 80 que a luta de classes toma contornos nacionais em suas consequências concretas. Os movimentos sociais e sindicais que surgem em torno do Partido dos Trabalhadores e da parte progressista da Igreja Católica avançam por meio da consolidação do campo democrático-popular em seu método de atuação nas bases e nas instituições. Tal fato se deu, entretanto, sem um sentido nacionalista evidente e sem táticas bem estabelecidas, tão necessários nos países de capitalismo dependente. Isso ocorreu tanto pela necessidade de contraposição ao ufanismo da Ditadura Civil-Militar quanto pela própria formação dessas novas organizações políticas, em um momento de enfraquecimento dos Estados nacionais ante os processos de reestruturação do capitalismo mundial.

Quando o PT alcança a presidência da república nas eleições de 2002, toda a institucionalidade sindical e de movimentos sociais volta-se para os embates por meio dos aparelhos estatais. As conferências nacionais em várias áreas de atuação social do governo, último momento de todo um processo de consulta das bases vinculadas aos temas, são o exemplo máximo da introdução de mecanismos de participação popular nas decisões do Estado. Porém, tal tática de internalização da luta de classes no Estado nacional, que já se mostrara relevante e consequente na era Vargas, falhou consideravelmente naquele momento, devido à falta de uma estratégia nacionalista. Os avanços no campo democrático popular, tão acertados para a luta política no Brasil, tornaram-se instáveis – vários foram revertidos – no momento seguinte de desestruturação do pacto político de classes, já que não houve avanço concreto em torno de uma estratégia nacionalista popular que superasse as formas conciliadoras e a intransigência de parte da elite com a qual se compactuava.

O golpe de Estado contra o governo Dilma Rousseff foi a pá de cal sobre o pacto político da Nova República. Os posicionamentos dos sindicatos e dos movimentos sociais não têm mais a centralidade que haviam conseguido nas três décadas anteriores junto à classe trabalhadora. Com os processos de flexibilização das leis trabalhistas, as mudanças estruturais no mercado de trabalho verificadas desde os anos 1990 e a ascensão do campo conservador ainda durante os governos petistas, é patente a distância entre os trabalhadores e os métodos de suas organizações representativas. As jornadas de junho de 2013 deram mostras disso.

A sociabilidade na cidade e no campo é cada vez mais presente nas pautas do povo. Quem mais entendeu isso foram as igrejas neopentecostais. Quando

estas percebem que há um vazio de atendimento das necessidades materiais da população pobre do país, suas lideranças se organizam em torno de um método de trabalho de base pouco usado pelo campo progressista atualmente. As pequenas igrejas nas comunidades pobres do país – e elas estão completamente generalizadas em nosso espaço geográfico urbano e parte do rural também – são o centro de garantia de emprego, renda, moradia e acesso a alguns serviços sociais que o Estado nunca garantiu de maneira permanente.

Se observarmos a distribuição dessas igrejas e seus templos centrais nas favelas, comunidades, ocupações, centros das metrópoles, em cidades de todos os tamanhos e em comunidades afastadas da urbanização perceberemos que há algo que unifica boa parte da classe trabalhadora nacionalmente, mas que está fora do campo progressista – a grande maioria de tais igrejas recorre ao conservadorismo pueril para garantir seus fiéis, mas também há lideranças próximas de bandeiras progressistas.

Com esses processos de segmentação da classe trabalhadora, uma nova sociabilidade passa a ser central como estratégia de luta social que, inclusive, amplie o leque de reivindicações, tais como melhores salários, garantia de aposentadoria, moradia digna e barata, financiamento e acesso à terra e técnica por parte de pequenos produtores no campo e na cidade, estabilidade de microempresários, redução de custos dos usos dos equipamentos urbanos, apoio às iniciativas de economia popular, desenvolvimento de tecnologia social e autogestão de empresas.

Outro desafio da classe trabalhadora vincula-se às distintas manifestações das relações de produção pelo país. A partir do momento em que as cidades de porte médio são acionadas junto ao avanço da fronteira agromineral pelo ciclo de capital internacionalizado, dinamiza-se também seu mercado de trabalho urbano. No sul do país, onde prevalece a pequena propriedade familiar no campo, por exemplo, temos outro tipo de relação – via cooperativas, em geral, controladas por grandes oligopólios, além de alguns exemplos de autogestão dos trabalhadores. Em alguns lugares do Nordeste brasileiro, novos vultos produtivos geraram também o crescimento do proletariado urbano de pequenas e médias cidades fora das regiões metropolitanas desgastadas pela desarticulação produtiva a partir dos anos de 1980, mas ainda pouco articulados territorialmente com processos mais generalizados.

Resta compreender que nesse novo momento político é necessário abrir o campo de articulação, objetivando acumular mais forças populares contra a unidade da elite nacional que aprofundou o pacto com o império para garantir certo nível de excedente aqui gerado, mesmo que isso implique a perda do controle de boa parte do ciclo de reprodução do capital. Já se assimila um novo momento da luta de classes por meio de novos métodos de atuação do campo progressista. Ainda não estão dadas, entretanto, as condições para transformar

as lutas cotidianas dos explorados em uma luta de libertação nacional, de caráter popular e generalizada e que respeitem as especificidades regionais.

## 5. Considerações finais

De modo geral, a teoria marxista da dependência (TMD) interpreta a posição dependente das economias latino-americanas a partir da relação de subordinação estabelecida com o sistema capitalista/imperialista mundial. Subjacente às diversas formas de manifestação dessa relação, encontra-se a *tendência* de transferência de valor das economias dependentes para os países centrais, sob vários mecanismos. Frente a essa tendência, os capitalistas nos países dependentes procuram recompor sua taxa de lucro por meio da SFT, enquanto a remuneração da força de trabalho acha-se abaixo do seu valor. Dessa forma, a SFT (seja pela maior intensidade e jornada de trabalho dado o valor do salário, seja pela conversão de parte do fundo de consumo dos trabalhadores em fundo do capital) permite, ao mesmo tempo, que os capitalistas das economias dependentes tentem recompor sua taxa de lucro sem romper com sua posição associada no sistema imperialista.

Em termos concretos, a TMD reconhece que a dependência se apresenta de maneira diversa pelos países. Nesse sentido, o objetivo deste capítulo foi apresentar os principais determinantes histórico-espaciais da dependência brasileira, a partir de meados do século XIX. A hipótese que conduziu a exposição é a de que os mecanismos históricos de superexploração se manifestam pelo uso intensivo e extensivo do território, nas áreas urbanas e rurais, de forma regionalmente distinta. Nesse processo, o Estado é um elemento essencial para garantir as condições de valorização do capital e intervir/impedir a luta de classes.

Cada seção deste capítulo procurou especificar a manifestação dessa dependência a partir das características/unidade histórico-espaciais que vinculam a formação socioespacial brasileira ao sistema internacional, ou seja, a partir dos distintos padrões de reprodução do capital. Dessa forma, nos três padrões de reprodução do capital analisados, procurou-se compreender como a dependência tem como síntese formas específicas de superexploração e de reprodução do espaço que marcam indelevelmente a luta de classes no país.

Mais do que retomar as principais conclusões de cada seção, finaliza-se ressaltando duas justificativas/defesa para este capítulo. A primeira encontra-se na necessidade de se avançar nas pesquisas empíricas sobre superexploração da força de trabalho no Brasil, conforme defendia o grande intelectual da TMD, Ruy Mauro Marini. Assim sendo, o capítulo procurou vincular a superexploração da força de trabalho com uma historicamente determinada produção social do espaço. Essa abordagem, mais do que interesse acadêmico,

tem implicações políticas na atual conjuntura, uma vez que a SFT é a tônica na série de (des)reformas propugnadas desde o governo ilegítimo de Michel Temer. Cabe, pois, criticá-las e combatê-las por todo o território.

A segunda justificativa é baseada na crítica a duas interpretações econômicas sobre o (sub)desenvolvimento regional brasileiro: o individualismo e dedutivismo metodológico do pensamento neoclássico e sua ênfase na circulação mercantil e a abordagem histórico-estruturalista/desenvolvimentista. Ainda que contrastantes entre si, foge a essas duas correntes uma concepção totalizante do desenvolvimento do modo de produção capitalista, tanto na sua dimensão nacional, quanto regional. Por serem apriorísticas, ainda que distintas, não partem da relação social mais fundamental, isto é, da relação entre os homens e a natureza numa sociedade de classes. Em outras palavras, não encaram a exploração capitalista, assim como a relação dos trabalhadores com o produto do seu trabalho, como a categoria de análise mais concreta e revolucionária. Concreta, pois é partir dela que se produz toda a vida cotidiana, em várias escalas espaciais; revolucionária, pois desfaz todos os valores/ideais burgueses de equilíbrio, igualdade e desenvolvimento e coloca a luta de classes como questão imediata daqueles comprometidos com a crítica e a superação da sociedade burguesa.



# CAPÍTULO 11

## DINÂMICA ECONÔMICA E IMOBILIÁRIA NO BRASIL:

### interpretações a partir dos resultados das maiores empresas de capital aberto

*Carlos Alberto Penha Filho*  
*Beatriz Tamaso Miotto*

---

#### **1. Introdução: crise econômica e o setor de edificações no brasil**

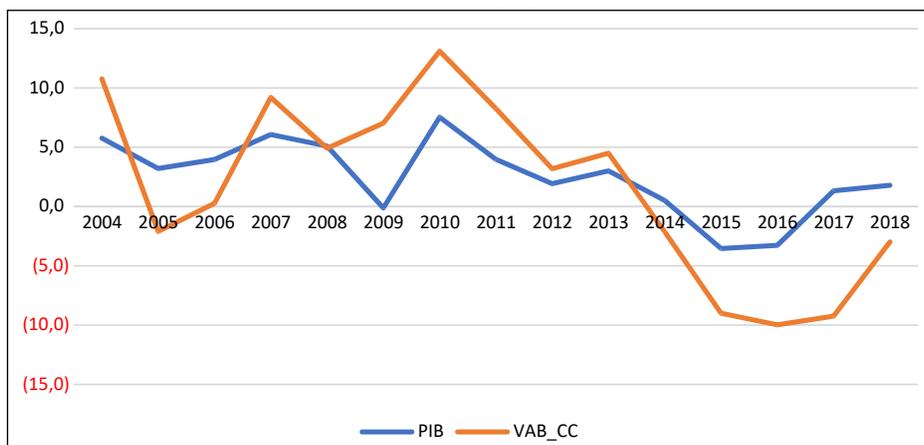
Durante os anos 2000 a construção civil foi um dos setores responsáveis por acelerar as taxas de crescimento da economia brasileira. Em função de uma conjuntura internacional favorável e de fortes estímulos internos, o setor imobiliário também se destacou, principalmente a partir da abertura de capitais de grandes empresas nacionais. Isso fez com que a lógica de gestão dos negócios se transformasse, colocando novos determinantes e atores no gerenciamento dos ativos empresariais ainda que algumas empresas permaneçam sob o controle familiar. Relativamente, embora tenha sofrido transformações técnicas significativas, ainda é um setor considerado intensivo em força de trabalho, sendo o subsetor de edificações um importante vetor de dinamismo do mercado de trabalho urbano. A construção ainda mobiliza uma miríade de segmentos ligados aos insumos de produção, máquinas e equipamentos, acabamento etc. A interligação entre as dimensões “real” e “financeira” também responde à valorização patrimonial e rentista, característica histórica do mercado imobiliário urbano brasileiro e que se exacerba com a lógica de financeirização geral do capitalismo.

Especificamente para os segmentos de Edificações e Incorporação, a entrada de capitais estrangeiros foi fator importante dos anos 2000. Esse movimento foi intenso na economia brasileira na década de 1990, mas ocorre tardiamente em um setor que, historicamente, havia sido reduto de capitais nacionais. Como coloca Bertasso (2012, p. 124), a entrada desses capitais (principalmente entre 2005 e 2009) não contrariou a lógica da entrada de IDE no país, muito mais de caráter patrimonial e de ganho de mercado (*Market-seeking*) do que aqueles com o objetivo de modernizar e expandir a

base produtiva (*greenfield*). No caso dos investimentos produtivos, as formas mais relevantes são das Sociedades de Propósito Específico – SPEs, onde as empresas estrangeiras buscam parcerias nacionais para executar as obras. No caso patrimonial estão a participação acionária (Oferta inicial de ações – IPO), *private equity* para empresas maiores e venture capital para as médias e menores. Segundo Hall (*apud* BERTASSO, 2012), essa integração ocorre para que se ultrapassem as barreiras técnicas e culturais específicas, o que permite internacionalizar as matrizes sem grandes riscos. No entanto, segundo a mesma autora, entre 2001 e 2009 os capitais que aportaram no Brasil tiveram caráter mais volátil que o IED em geral (em especial da indústria) com forte participação das incorporações imobiliárias, ou seja, um setor tipicamente rentista. Como aponta Fix (2011), as estratégias das empresas para aumentar o VGV (Valor Geral de Vendas) antes do PMCMV (Programa Minha Casa, Minha Vida) contribuíram para a atuação em diversas regiões, principalmente a partir da expansão do mercado no segmento de baixa renda.

O bom desempenho das empresas do setor de edificações respondeu, portanto, a estímulos reais, onde o alargamento do mercado consumidor e a capitalização das empresas (seja pela entrada de capitais, seja pelo acesso aos fundos públicos e semipúblicos) resultaram em altas taxas de crescimento. O gráfico 1 apresenta a variação real do Valor Adicionado Bruto da Construção e do PIB brasileiro, mostrando que o setor acompanha a tendência da dinâmica nacional, com picos de crescimento com taxas maiores do que a média das atividades econômicas do país. Em um primeiro momento, o aquecimento da economia se dá pelo crescimento das exportações brasileiras pós-2004, como efeito do aumento da demanda mundial, especialmente chinesa. Tal estímulo foi acompanhado por um crescimento do investimento e da demanda internos, atrelados ao investimento privado e, com participação crescente, o investimento público e das empresas estatais. O incentivo à expansão do crédito junto a um mercado de trabalho mais estruturado potencializou o efeito do consumo e reativou a indústria, principalmente de bens duráveis.

**Gráfico 1 – Taxas de crescimento do PIB (%) e do Valor Adicionado Bruto da Construção Civil (%) – Brasil 2004/2018**



Fonte: Contas Nacionais – IBGE e CBIC

Como afirmam Hiratuka *et al.* (2010, p. 284), o crescimento da formação bruta de capital fixo foi maior que o crescimento do PIB entre 2005 e 2008, com grande participação da construção. Nesse contexto, os investimentos concentraram-se primeiramente na infraestrutura e nos setores industriais exportadores que depois extrapolaram para outras indústrias, como o setor imobiliário. Em 2008, com a crise econômica mundial, o PIB apresentou taxa de crescimento negativa (-0,33%), colocando freio à expansão nas bases descritas anteriormente. A resposta do governo à crise foi a realização de medidas fiscais e monetárias anticíclicas com o objetivo de evitar a contaminação interna do sistema financeiro e, ao mesmo tempo, recuperar o nível de atividade. Em 2010, o PIB brasileiro cresceu 7,53%. No que se refere às políticas do governo, o Programa Minha Casa, Minha Vida (2009) foi fundamental, principalmente pelos efeitos sobre a conjuntura da crise econômica. Complementando os dados do Valor Bruto da Produção, destaca-se no período o aumento da participação do subsetor de edificações e incorporação no valor das obras e incorporações do setor da construção civil (PAIC 2012).

Houve tanto um aumento da participação dos setores ligados ao mercado imobiliário no total da construção quanto das construções residenciais no total da construção de edifícios após o PMCMV (2009). O impacto entre 2007 e 2012 foi relevante, com ganhos de participação do setor imobiliário no total da construção de 7,15% e, na produção de edifícios residenciais, de 5,24% (MIOTO, 2015). Destarte, o PMCMV foi capaz de alargar a dinâmica expansiva setorial, respaldando os interesses das organizações patronais no desenho do programa. No que se refere ao mercado de trabalho, segundo Baltar *et al.*

(2009), o crescimento entre 2003-2008 gerou uma espécie de ciclo expansivo do emprego-renda-emprego. O setor da construção teve maior acréscimo absoluto e maiores taxas de crescimento das ocupações foi a construção civil com 3.386 milhão de ocupados a mais em 2013 do que em 2003 e taxa de crescimento anual de 4,5% para o período (MIOTO, 2015).

No entanto, a taxa de crescimento do PIB brasileiro já desacelera em 2012, caindo substancialmente em 2014. Isso ocorre, de um lado, pela persistência dos efeitos da crise mundial, de outro, os desdobramentos do período pós-crise mostram a incompatibilidade de uma postura permanentemente mais vinculada à intervenção estatal (com aumento do investimento e do gasto público) com o modelo de estabilização adotado pelo país e suas prerrogativas monetária e fiscal. Se 2014 foi um ano de desaceleração do crescimento (com taxa de 0,5% a.a), os anos de 2015 e 2016 inauguram um período de severa recessão (com queda de 3,5% do PIB nos dois anos), corroborada pelas políticas de austeridade do início do segundo governo Dilma e agravada pelos desdobramentos políticos do impeachment e da Lava Jato (que enfraqueceu o nível de investimento de empresas como a Petrobrás) (PINTO *et al.*, 2017). O valor Adicionado Bruto da Construção Civil terá taxas negativas de crescimento a partir de 2014, chegando a, respectivamente, -9,0%, -5,6% e -5,0% em 2015, 2016 e 2017 (gráfico 1). O saldo de empregos no setor segundo o CAGED é sistematicamente negativo a partir de outubro de 2014 e entre janeiro deste ano e março de 2016 o saldo líquido é de - 610.371, ou seja, um cenário de destruição de postos de trabalho.

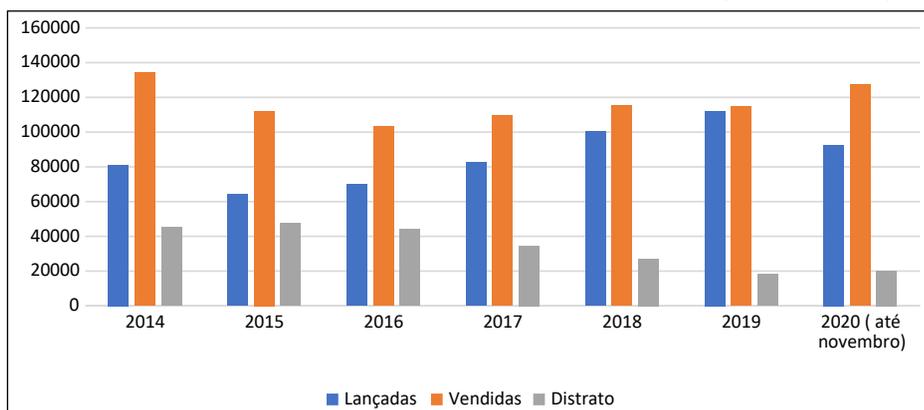
O setor imobiliário sofrerá tanto em sua dimensão real (com queda nos níveis de investimento, produção, emprego, vendas e aumento dos distratos), quanto em seu desempenho financeiro (aumento do endividamento de curto prazo, queda na rentabilidade das ações, menor lucratividade etc.). Entre os setores de empresas não-financeiras afetados pela crise, Almeida, Novais e Rocha (2016) destacam o contundente aumento da fragilidade financeira das grandes empresas do setor da Construção Civil e material de construção, aumentando o grau de endividamento e reduzindo a qualidade do mesmo. Eles sustentam que, considerando a conjuntura pós 2014, houve sistemática transferência de renda para o setor financeiro em função da piora da situação das empresas. Isso se refletiu também uma queda significativa no volume de investimento, na ordem de 75% entre 2013 e 2015. Ademais, como noticiado na mídia especializada, em 2010 o valor de mercado das empresas de construção atingiu sua máxima histórica, quando as 16 maiores somavam R\$ 57,1 bilhões. Já em dezembro de 2016, esse valor era de apenas R\$ 16,3 bilhões<sup>1</sup>. Em movimento pró-cíclico, ou seja, que amplia a tendência de

1 Dados da reportagem disponível em: <http://www.infomoney.com.br/mercados/acoes-e-indices/noticia/5930569/bolha-sem-fim-imobiliarias-perdem-valor-mercado-desde-auge-setor>

recessão econômica, o setor de edificações ainda foi afetado pela redução do financiamento, dos subsídios governamentais, aumento das taxas de juros, aumento dos distratos, problemas de realização da produção etc. Somente a partir de 2018 que se vislumbra uma retomada, porém, em números distantes daqueles auferidos nos anos de 2010 e 2011 (PENHA FILHO, 2020).

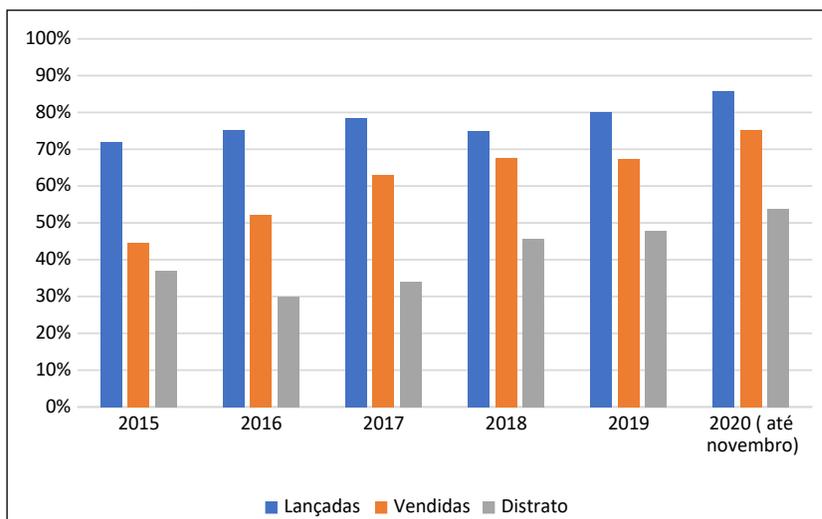
Os gráficos a seguir mostram a tendência recente da produção imobiliária brasileira a partir dos dados divulgados pela Abrainc em parceria com a Fipe.

**Gráfico 2 – N° de Unidades Lançadas, Vendidas e Distratos (2014/nov.2020)**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Abrainc.

**Gráfico 3 – Participação do MCMV no n° de Unidades Lançadas, Vendidas e Distratos (2015/mov.2020)**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Abrainc.

A partir dos dados do gráfico 2 percebe-se que entre os anos de 2014 e 2016 há uma queda dos lançamentos no Brasil com uma leve retomada em 2017 e nos anos subsequentes com maior valor produzido em 2019 (112.088 unidades). Como o número de unidades vendidas supera as unidades lançadas, entende-se que há um ajuste de estoques. A proximidade entre unidades lançadas e vendidas somente alcança os mesmos patamares em 2019. Esse movimento de aumento dos estoques foi reforçado devido ao grande volume de distratos a partir de 2015 que arrefecem em 2019. Tal movimento responde menos à retomada da atividade econômica e mais à lei nº 13.786/18, que limita os percentuais de recursos pagos pelos consumidores, dando maiores garantias aos incorporadores. Ainda assim, não apenas os distratos aumentaram no período, como também a inadimplência em relação aos bancos. De acordo com matéria publicada no jornal Estado de São Paulo<sup>2</sup>, em agosto de 2018, os cinco maiores bancos do país possuíam em seus balanços a cifra de 13,7 bilhões de reais em imóveis (um total de 70 mil unidades) tomados de inadimplentes, um aumento de 745% em quatro anos e meio. Somente a Caixa Econômica Federal responde a 70% do valor total estimado.

Ainda em relação aos dados da associação dos incorporadores chama atenção a participação das unidades vinculadas ao Minha Casa, Minha Vida na dinâmica do imobiliário nacional, detalhadas no gráfico 3. Isso porque, entre 2015 e agosto de 2018, as unidades do MCMV responderam a uma média de 75% do total lançado, a 57% das vendas efetuadas e apenas a 36% das unidades distratadas. Em 2019, 80% das unidades lançadas foram produzidas com recursos do programa. Portanto, mesmo quando há redução do financiamento e dos subsídios do programa, foi o fundo público que respaldou a dinâmica imobiliária. É importante destacar que essa sustentação se dá a partir do financiamento e produção da faixa de renda 2 e 3 em que há menor tendência a devolução dos imóveis, embora nos anos recentes tenha crescido o percentual de distratos também nesses segmentos.

O melhor desempenho atrelado ao PMCV também levou grandes empresas de capital aberto, antes não direcionadas essencialmente a esses segmentos, como é o caso da Cyrela e da Eztec, a atuarem a partir do programa. Soma-se a isso a volta de outras empresas a esse segmento após um período sem lançamentos – caso da RN (atual nome da empresa Rodobens Negócios Imobiliários).<sup>3</sup> Já em relação àquelas historicamente posicionadas a partir

2 NAKAGAWA, Fernando. Bancos retomaram 70 mil imóveis por falta de pagamento desde 2014. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,bancos-retomaram-70-mil-imoveis-por-falta-de-pagamento-desde-2014,70002474630>. Acesso em: 20 nov. 2018.

3 FOLHA DE SÃO PAULO. Gigantes do mercado imobiliário recorrem ao Minha Casa Minha Vida. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/10/gigantes-do-mercado-imobiliario-recorrem-ao-minha-casa-minha-vida.shtml>. Acesso em: 20 nov. 2018.

do PMCV há um reforço de seu nicho de atuação. É o caso da MRV que, ao “especializar-se” na produção do PCMV, teve desempenho superior durante os anos de crise comparativamente às outras empresas analisadas.

Diante desse cenário, este artigo busca analisar o desempenho das grandes empresas de capital aberto do setor imobiliário, especialmente as mudanças das estratégias empresariais em relação: aos seus ativos (produtivos e financeiros); grau de endividamento; e seus resultados operacionais. A análise desses pontos é desenvolvida por dados das empresas de maior porte do setor no ano de 2010. Utiliza-se os dados dos balanços patrimoniais divulgados pelas empresas entre os anos de 2010 e 2018, compilados através do sistema Economática. Com esse estudo, busca-se contribuir para o entendimento das relações entre as estratégias financeiras e produtivas das empresas (no nível microeconômico) e os determinantes gerais (macroeconômicos) que condicionam o setor imobiliário brasileiro.

A escolha das empresas analisadas foi baseada no valor do patrimônio líquido em 2010, sendo as quatro maiores do segmento de edificação, classificadas no Novo Mercado. Dessa forma, explora-se a dinâmica interna de acumulação de quatro empresas: PDG Realty, Cyrela, Gafisa e MRV. Além de terem o maior volume de recursos próprios, as três primeiras apresentaram, no mesmo ano, o maior volume de receita operacional líquida entre as 20 empresas listadas no Novo Mercado. A MRV, especificamente, ocupava a quinta posição em termos de receita líquida (ficando atrás da Brookfield), mas sua dinâmica posterior específica e relativamente bem-sucedida colocou-a entre as analisadas. Em termos de estratégias produtivas, consideram-se Cyrela, Gafisa e PDG, empresas diversificadas em termos de produtos. Ou seja, ofertam desde imóveis de alto padrão até imóveis elegíveis pelo MCMV, como também empreendimentos comerciais. Já a MRV, de acordo com os relatórios da empresa, atua majoritariamente em imóveis elegíveis para financiamento nas regras do FGTS e do MCMV (99% de seu *landbank* atual está nesse segmento), ou seja, fortemente apoiada nos fundos públicos. O artigo está dividido em mais duas seções além dessa introdução: a segunda que trata das estratégias de negócios das empresas, enfocando a metodologia utilizada e o desempenho das empresas; e a terceira seção de conclusões.

## **2. Estratégias de negócios e o ambiente econômico**

### **2.1 Metodologia adotada e indicadores escolhidos**

A proposta metodológica para avaliação do desempenho das empresas do segmento de edificação e suas respectivas estratégias financeiras e produtivas parte dos demonstrativos financeiros divulgados pelas empresas compilados

por meio do sistema Economática. Utilizam-se dois desses demonstrativos: o balanço patrimonial, que explicita a situação patrimonial e financeira da empresa; e o Demonstrativo de Resultados de Exercício (DRE). O primeiro é consolidado ao final de cada exercício social iniciado no primeiro dia do ano até o último dia do ano. Apenas para o ano de 2018 os dados encerram-se em junho. A partir do balanço patrimonial pode-se identificar os ativos, passivos e o patrimônio líquido das empresas. Já o segundo demonstrativo, o DRE, evidencia as receitas e despesas das companhias e, por seguinte, seus resultados (lucro ou prejuízo) em um determinado exercício social (ASSAF NETO, 2017).

Não há, para pesquisa embasada nesses dados, uma metodologia consagrada na literatura. De acordo com Assaf Neto (2017) a escolha dos dados, a construção e a análise dos índices devem ser estabelecidas conforme o olhar do pesquisador e as necessidades da pesquisa:

[...] a análise de balanços é uma arte, pois, apesar das técnicas desenvolvidas, não há nenhum critério ou metodologia formal de análise válidos nas diferentes situações e aceitos unanimemente pelos analistas. Dessa maneira, é impossível sugerir uma sequência metodológica ou instrumental científico capazes de fornecer diagnósticos sempre precisos das empresas. (ASSAF NETO, 2017, p. 47).

Para elaboração dos dados e dos índices que expomos a seguir, a estrutura da pesquisa baseou-se nos trabalhos de Tavares (2008), Borghi (2011), Rocha (2013) e Loural (2016) e também índices próprios. Desses trabalhos citados, cuja perspectiva é compreender a dinâmica interna de acumulação das empresas de capital aberto por meio de seus relatórios contábeis, apenas o trabalho de Tavares (2008) tem como objeto de estudo as empresas do segmento de edificações. Os demais trabalhos abordam outros tipos de segmentos de companhias não financeiras.

É importante pontuar que para análises baseadas em demonstrativos financeiros há algumas diferenças do setor imobiliário em relação aos demais segmentos industriais. O primeiro e mais importante é que os resultados de lucratividade são mensurados por uma metodologia contábil chamada *Poc* (*Percentage of Conclusion*). Nesse sistema a receita é contabilizada por um sistema que calcula a receita auferida vezes a relação entre o custo pago da obra pelo custo total. Nesse sistema, sem fazer alterações no custo total da obra e mantendo previsões otimistas, a empresa pode, artificialmente, aumentar sua receita e, em consequência, sua lucratividade. Outra questão é que as empresas podem, ao longo do tempo, auferir receitas enquanto a obra evolui, ao contrário do “método entrega das chaves”, onde a receita com as vendas

somente é contabilizada no momento final da entrega do produto. Em um setor cuja mercadoria leva alguns anos para ser finalizada isso reduziria os lucros divulgados pela empresa. Em Penha Filho (2020) mostrou-se que a metodologia Poc é pouco usual no mundo para as empresas do mercado imobiliário (é predominante o “método entrega das chaves”), sendo o Brasil, portanto, uma exceção. Além disso, salienta-se que, por diversas vezes, os organismos mundiais de contabilidade exigiram mudanças para as incorporadoras que, por meio da CVM, conseguiram manter o padrão contábil interno.

Outras diferenças em relação às demais atividades industriais reside na questão dos ativos: enquanto para a maioria dos segmentos industriais a expansão de suas atividades e seus investimentos (compra de máquinas e equipamentos, novas plantas, etc.) são visualizados pela rubrica *Imobilizado*, no caso do setor em estudo enxergamos esses fatos nas rubricas *estoques de curto e longo prazo*<sup>4</sup>. São nelas que se contabilizam os imóveis a serem comercializados tanto em construção, em lançamento ou prontos, quanto os estoques de terreno (*landbank*). Os primeiros tipos são contabilizados nos estoques de curto prazo (pelo custo de produção e pela razão custo incorrido por custo total) e os do segundo tipo nos de longo prazo (contabilizados pelo custo de aquisição mais encargos).<sup>5</sup> Cabe advertir que as empresas devem, se forem fazer um projeto no período de um ano, alocar o custo do terreno na rubrica estoques de curto prazo, portanto, há também nessa conta uma parte do *landbank*.

Por conta dessa especificidade apontada, as empresas do setor possuem baixa tangibilidade de seus ativos, isto é, na composição dos ativos totais é reduzido o percentual dos ativos permanentes, tais como máquinas, equipamentos, local sede da empresa etc. (TAVARES, 2008). Outras características apontadas por Tavares (2008) e exclusivas desse segmento são o longo prazo de maturação de seus produtos finais – os quais necessitam de elevados volumes de capital de giro para manutenção das atividades – e o elevado custo de sua mercadoria final.

Dito isso, os indicadores aqui abordados e os dados brutos que exploraremos são:

4 Nas Notas Explicativas, divulgadas pelas empresas esse dado também aparece com o nome de imóveis a comercializar. Importante salientar que eles são contabilizados pelo custo e não pelo valor potencial.

5 É de praxe nos relatórios financeiros divulgados pelas empresas de capital aberto desse segmento a exposição de seu *landbank* pelo seu VGV potencial, isto é, quanto em vendas aquele terreno pode gerar para a companhia. Esse dado é encontrado nos materiais de Release. Já no balanço patrimonial essas empresas seguem as normas internacionais e nacionais de contabilidade e expressam esse valor em termos do custo de aquisição mais os encargos embutidos na compra, não sendo auferido pelo VGV potencial daquela área.

### *I. Composição dos ativos:*

- a. Segmentação dos ativos em termos do ativo total:* pode-se inferir se os ativos dessas empresas possuem um período curto ou longo de maturação. Além disso, possibilita entender a participação em outras empresas ou em Sociedades de Propósito Específico (SPE) e aumento de investimentos em maquinários e em tecnologia. No ativo não circulante foi subtraído as rubricas investimentos, imobilizado e intangível. Varia de 0 a 1.
- b. Segmentação dos estoques:* o primeiro dado mostra o percentual dos terrenos no ativo total das empresas. O segundo dado é relativo à evolução dessa cifra ao longo do período analisado. O último mostra, dentro dos estoques totais, o percentual relativo nas fases da produção (em obras, pronto e terrenos).
- c. Distribuição geográfica dos lançamentos:* evidencia ao longo do tempo em que porções do território brasileiro essas empresas efetivaram lançamentos. Trata-se da distribuição do VGV lançado por território. Por ser um dado divulgado pelas empresas em materiais de *press-release*, não há um padrão geral na divulgação do dado e nem sempre é constante.
- d. Evolução da receita operacional líquida:* esse dado, extraído do Demonstrativo dos Resultados de Exercício, mostra o desempenho das empresas em relação a seus resultados operacionais, ou seja, a tendência geral de realização da produção.

### *II. Endividamento e estrutura de capital:*

- e. Alavancagem:* relação entre o capital de terceiros (passivo total) e capital próprio (patrimônio líquido). Esse dado mostra quanto de recursos de terceiros são utilizados comparados com os capitais próprios, ou seja, o endividamento e sua exposição. Quanto maior o valor, mais alavancada e maior a participação de capital de terceiros.
- f. Pagamento de dividendos:* esse dado mostra a canalização dos recursos extraídos por essas empresas para outras formas de capital e suas tendências.

A seguir, abordamos as questões relativas aos ativos dessas empresas, compreendendo quais são suas estratégias produtivas e financeiras, além de captar o impacto da mudança recente das condições econômicas do país. Para tanto, também utilizaremos os relatórios de Release onde são divulgadas as visões da empresa e suas estratégias produtivas e de negócios. Outro material

que complementa nossa base de dados são as Notas Explicativas dos Demonstrativos Financeiros<sup>6</sup> as quais esmiúçam os balanços patrimoniais e dão maior precisão à análise. No que se refere os passivos, o objetivo é compreender quais as formas de endividamento dessas empresas e a remuneração dos acionistas, sendo possível estabelecer relações entre a dinâmica econômica, endividamento e distribuição de lucros e quais tipos de capitais remunerados.

## 2.2 Ambiente econômico e estratégias empresariais

Abordamos em Penha Filho e Miotto (2017) as estratégias produtivas dessas empresas frente aos contextos de aceleração da atividade imobiliária, bem como o de retração, sobretudo após 2012, ano marcado pela inversão da trajetória do imobiliário no Brasil. No trabalho, pontuou-se que, especialmente entre 2005 e 2011, as empresas expandiram seus horizontes de negócios tanto pela entrada em diferentes nichos de mercado, como pela atuação em regiões até então inexploradas por esses capitais. A tônica desse processo foi o alargamento da produção imobiliária para o segmento econômico que foi ampliado com o lançamento do programa Minha Casa, Minha Vida.

Parte das empresas pesquisadas, por não terem experiência nesse tipo de provisão habitacional, fez parcerias ou comprou empresas atuantes nesse segmento, ocasionando um processo de centralização de capitais. Exemplo disso é o caso da Gafisa, que incorporou a Tenda em suas estruturas, e da PDG, que incorporou a Goldfarb. Já a Cyrela criou a marca Living em 2006 que, posteriormente, atuou nas faixas 2 e 3 do PMCMV, mas foi reposicionada em 2012 para o segmento de médio padrão. A empresa atua no programa habitacional com *joint-venture* com as empresas Cury e Plano e Plano, detendo 50% do capital em ambas<sup>7</sup>. A MRV, por sua vez, reforça posição no segmento econômico tanto no ciclo expansivo quanto a partir do PMCMV, o que significou estratégias patrimoniais de aquisição de outras companhias. Além do segmento residencial, as empresas capitalizadas pela abertura de capitais avançaram sobre outros mercados, como por exemplo, o caso da Gafisa que comprou o Alphaville Urbanismo para atuar no segmento de loteamentos.

Destarte, a estratégia de atuar em outros segmentos com *joint-ventures*, SPEs e aquisições de empresas serviu de suporte para penetração em outras regiões do país e para a entrada em outros nichos além dos exemplos citados em relação ao PMCMV. Outro aspecto importante, foi a aquisição de empresas

6 Ambos documentos estão para download na seção Central de Sistemas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no link Informações sobre Companhias: <http://sistemas.cvm.gov.br/>.

7 Para atuar diretamente sem intermediários, a Cyrela ainda lançou a linha Vivaz, voltada à produção de imóveis com valores até R\$240 mil reais e financiados pelo MCMV. O primeiro lançamento foi no início de 2019 na cidade de São Paulo na região de Itaquerá .

com vistas aos ganhos exclusivamente patrimoniais. O caso emblemático é o da PDG que se destaca na aquisição de outras empresas não para ampliar sua capacidade de produção. Esse tipo de estratégia assemelha-se às práticas financeiras de empresas não-financeiras descritas por Lazonick e O'Sullivan (2000), onde a compra de ativos seria um fim em si mesmo. É importante ressaltar, no entanto, que a PDG, mesmo lançando mão desse tipo de prática, manteve as aquisições de ações dentro do próprio segmento imobiliário.

Já em relação às estratégias adotadas com a desaceleração da atividade imobiliária, pós-2012, Penha Filho e Miotto (2017) pontuam que essas empresas reduzem o ritmo de lançamentos, se desfazem tanto de ativos, a exemplo da participação em SPEs e terrenos, como de participações acionárias em empresas que foram adquiridas no período anterior. Também se apontou para uma estratégia de desalavancagem, reduzindo o grau de endividamento e de exposição financeira. Em termos de atuação geográfica destaca-se um retorno para as áreas com mercados consolidados, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro. Cyrela, PDG e Gafisa pontuam em seus relatórios a necessidade de privilegiar essas praças em detrimento das demais.

Os exemplos mais emblemáticos da reversão da dinâmica imobiliária são as reestruturações das empresas Gafisa e PDG. A primeira vendeu 70% do Aphaville Urbanismo para o grupo financeiro Blackstone e, em 2016, alienou 30% das ações da Tenda para o Jaguar Growth<sup>8</sup>. Já a PDG, maior empresa em 2010, atualmente está em um processo de recuperação judicial desfazendo-se de uma série de ativos (participações acionárias, SPEs e terrenos) e sob vigilância de seus principais credores (Banco do Brasil, Bradesco, CEF, Itaú, Santander e Votorantim)<sup>9</sup>. Diferem dessas empresas a Cyrela e a MRV que, mesmo enfrentando problemas com a desaceleração da atividade, não passam por um processo de redução drástica de seus ativos e reestruturações internas. A MRV, ao contrário, segue em ritmo de crescimento, principalmente em termos de *landbank*, como mostraremos. A empresa tem 99% de seus lançamentos elegíveis para financiamento via FGTS, ou seja, para um mercado resiliente “de demanda forte e baixa oferta”.

Outro ponto importante que distingue esses dois grupos é que, à diferença da Gafisa e da PDG, MRC e Cyrela ainda são controladas pela família fundadora. De acordo com Ball (1983), para o caso britânico, a gestão das empresas de grande porte é influenciada por quem detém o controle e os tipos de capital que dominam a empresa alterando, portando, seus padrões

8 Ver Leticia Toledo. O novo velho sócio da Tenda. <http://jaguargrowth.com/portuguese/wp-content/uploads/sites/2/2016/12/O-novo-velho-so-CC%81cio-da-Tenda-%E2%80%93-Revista-Exame.pdf>

9 Esses bancos detêm em conjunto R\$4,5 bilhões em dívidas com essas empresas de um total de pouco mais de 5 bilhões de reais. Além desses credores há dívidas trabalhistas, com fornecedores e com consumidores que realizaram distratos e não receberam.

de acumulação. A maior centralização das ações e os interesses familiares podem implicar em visão de mais longo prazo e na acumulação voltada a produção e não distribuição de lucros. A tabela 5 mostra a distribuição do controle acionários dessas empresas conforme maior acionista.

A partir da segmentação do ativo dessas empresas (tabela 1), nota-se que a maior parte das fontes de receitas encontra-se no curto prazo, ou seja, ao final de cada ano, é no ativo circulante que essas empresas garantem suas fontes de receitas, podendo ser tanto decorrente da atividade imobiliária como também de aplicações financeiras. Já no ativo não circulante, que garante fontes de recursos no longo prazo, há uma diminuição da participação nas empresas Cyrela, Gafisa, e PDG ao longo do tempo. Especialmente a partir de 2013, reduzem-se os patamares da participação do ativo não circulante no ativo total, indicando a abreviação de ativos de longo prazo tendência aparentemente revertida com a alta entre 2017 e 2018. A redução dos percentuais no ativo não circulante decorre tanto da redução da formação de estoques de terrenos como das aplicações de ordem financeira, além do impacto dos recebimentos futuros pela venda de seus produtos. Em relação a esse último ponto, é necessário frisar que, por ser uma atividade cujos prazos de pagamentos se estendem, a redução do volume esperado de caixa no futuro deve também ser levada em consideração. Nesse quesito, a evolução da PDG é a mais emblemática, pois, chegando a 40% dos ativos da empresa em 2014, essa rubrica cai para 23% em 2017. Essa queda decorreu da venda de grande parte dos seus terrenos para pagamentos de dívidas. A MRV aumenta o ativo não circulante pois fez uma série de compra de terrenos no período de crise econômica como mostraremos a seguir.

**Tabela 1 – Composição dos Ativos (% do Total)**

Empresa	Dados	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Jun.2018
Cyrela	Ativo Circulante	68	68	70	60	64	66	67	64	63
	Ativo Não Circulante	30	30	28	33	28	26	24	26	27
	Investimentos	0	0	0	5	5	6	8	8	9
	Imobilizado	1	1	1	1	1	1	1	1	0,6
	Intangível	1	1	1	1	1	1	1	1	0,4
Gafisa	Ativo Circulante	64	77	80	69	65	64	65	60	59
	Ativo Não Circulante	33	20	17	15	20	20	18	22	24
	Investimentos	0	0	0	14	13	14	15	17	16
	Imobilizado	1	1	1	0	1	1	1	0	0,8
	Intangível	2	2	3	1	1	1	1	1	0,6

continua...

continuação

Empresa	Dados	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Jun.2018
MRV	Ativo Circulante	68	65	62	58	58	60	58	57	54
	Ativo Não Circulante	29	31	33	35	33	32	34	34	36
	Investimentos	2	2	4	6	8	6	6	7	7
	Imobilizado	1	1	1	1	1	1	1	1,3	1,6
	Intangível	0	0	0	0	1	1	1	0,6	0,6
PDG	Ativo Circulante	75	73	65	58	50	44	58	73	75
	Ativo Não Circulante	18	20	29	33	40	48	38	23	23
	Investimentos	0	1	0	5	6	6	1	1,6	1,7
	Imobilizado	1	2	2	0	0	0	1	0,5	0
	Intangível	5	4	4	4	4	1	2	1,2	0,3

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Economática.

Ainda em relação a segmentação dos ativos (tabela 1), nota-se que a rubrica investimentos, que mostra a participação das empresas em outras empresas ou em SPEs, se reduz apenas na PDG. Isso porque, em seu processo de reestruturação, a PDG tem repassado suas sociedades para outras empresas: somente em 2016 foram 18 SPEs encerradas. Chama atenção o aumento dos investimentos da Gafisa, que sai de um patamar nulo para quase  $\frac{1}{4}$  dos ativos da empresa em 2017. Acredita-se que esse aumento se deva à venda de empresas pertencentes à Gafisa, como a Alphaville, e a separação da gestão da Tenda, com a venda de 30% das ações. Nas demais, o aumento dos investimentos indica que essas as empresas têm ampliado suas estratégias de atuação em SPEs, possivelmente como uma forma de reduzir os riscos envolvidos no lançamento de um determinado produto imobiliário.

Para entender os movimentos produtivos dessas empresas pela de formação dos estoques e as implicações dos efeitos da crise sobre a dinâmica imobiliária, analisa-se a participação do estoque de longo prazo no ativo total (tabela 2) e a evolução dessa rubrica no período analisado.

**Tabela 2 – Estoques de Longo Prazo (% do ativo total)**

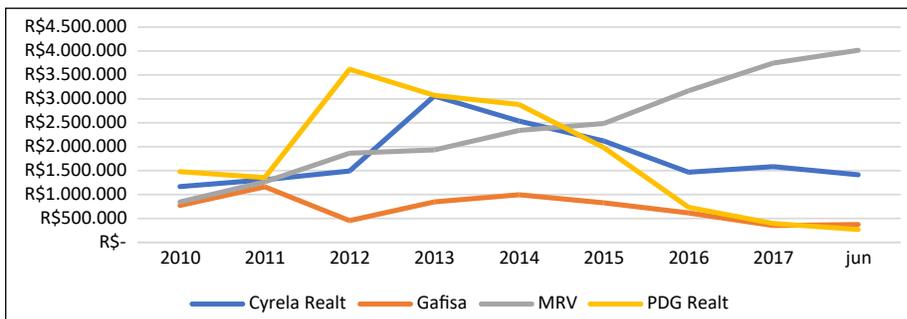
Empresa	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Jun.2018
Cyrela	6	7	8	16	16	15	12	15	14
Gafisa	5	8	4	8	11	11	11	12	13
MRV	8	9	12	15	18	20	25	25	28
PDG	6	5	16	14	15	16	15	13	10

Fonte: elaboração própria a partir de Economática.

A partir dos dados da tabela 2 percebe-se que, apesar de haver diminuição do ativo não circulante, os estoques de longo prazo aumentam a participação nesse período. Esse crescimento pode ser atribuído tanto à redução dos recursos a receber no futuro (da venda de imóveis), como à redução das aplicações financeiras dessas empresas. No geral, há uma tendência semelhante entre a Gafisa e a Cyrela mantendo patamares próximos entre os anos de 2014 e junho de 2018. A PDG, no entanto, apresenta queda desse percentual derivado principalmente do seu processo de reestruturação e venda de ativos.

O maior crescimento da participação dos estoques de longo prazo no ativo total é da empresa MRV. Esse salta de 8% em 2010 para 28% em junho de 2018. Segundo a empresa, atualmente seu *landbank* é para lançamentos de 50 mil unidades anuais e uma projeção de 50 bilhões em lançamentos até 2028. Eles ressaltam que a queda de 31% dos custos de aquisição em 2017 decorrente da crise econômica permitiu um grande volume de aquisições fortalecendo a posição da companhia em capitais e regiões metropolitanas. Além disso, a estratégia da empresa foi de manter novas compras em 2018 e, a partir de 2019, fazer apenas a reposição. Essas informações indicam uma visão de longo prazo, menos exposta aos ciclos de alta lucratividade como parece ter sido o caso da PDG com grande volume de aquisições no período de boom imobiliário. Pontua-se essas implicações para o crescimento dos estoques de longo prazo, pois, a partir do gráfico 4, podemos notar que há redução do *landbank* dessas empresas, confirmando as perspectivas de baixo dinamismo em prazos mais longos para o setor exceto a MRV.

**Gráfico 4 – Evolução dos Estoques de Longo Prazo (Em milhares de R\$ - Corrigido IPCA)**



Fonte: elaboração própria a partir de dados da Economática.

Pelo gráfico 4 fica claro que há uma redução dos estoques de terrenos, especialmente a partir de 2013. As empresas iniciam a série com um valor próximo de estoques de terreno. A PDG amplia substancialmente esse valor

até 2012, reduzindo seus estoques a partir daí. A exceção entre essas empresas é a MRV que, desde 2010, aumenta a aquisição de áreas para futuras incorporações. A MRV tem, atualmente, o maior valor dentre todas, sendo mais de 4 bilhões de reais. Ou seja, o PMCMV permitiu não apenas a continuidade da rentabilidade da empresa, como também garantiu posicionamento no futuro para a empresa, com compra de terrenos na crise.

A partir da tabela 3, podemos ver a distribuição dos estoques por estágio da produção. Há, novamente, um crescimento do percentual dos imóveis prontos, indicando principalmente o efeito dos distratos e da redução do ritmo de vendas, exceto no caso da MRV.

**Tabela 3 – Estoques de imóveis por estágio da produção  
(% do total de estoques) (2010/2017)**

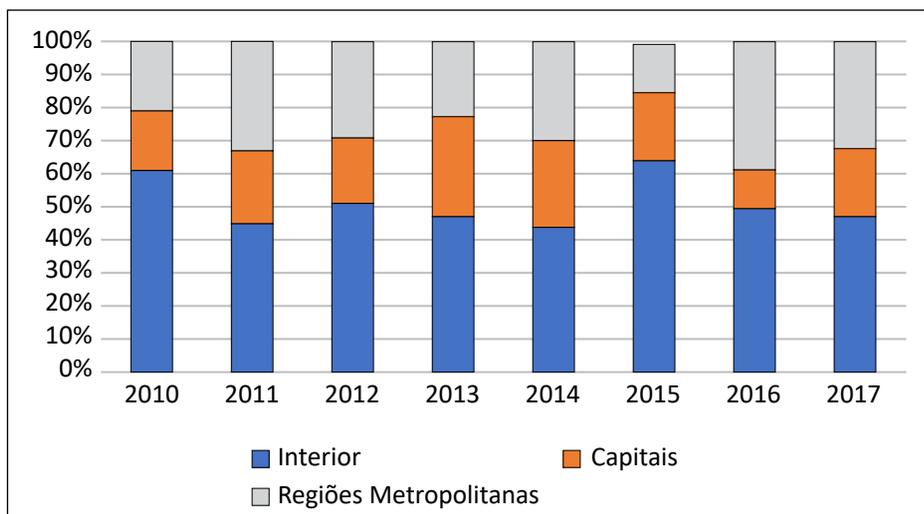
Empresa	Situação	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Cyrela	Imóvel Pronto	7	8	11	9	13	16	20	27
	Construção	33	34	41	32	36	40	42	33
	Terrenos	61	58	48	58	51	44	39	40
MRV	Imóvel Pronto	2	2	1	2	1	1	1	1
	Construção	26	38	39	38	33	38	39	33
	Terrenos	71	60	60	61	65	61	60	66
Gafisa	Imóvel Pronto	13	8	17	15	11	13	29	25
	Construção	45	12	38	32	37	33	27	36
	Terrenos	42	80	45	54	53	55	44	39
PDG	Imóvel Pronto	5	5	11	10	17	34	39	45
	Construção	60	46	42	31	21	11	22	30
	Terrenos	35	50	47	59	62	55	39	25

Fonte: elaboração própria a partir de dados das Notas Explicativas dos Demonstrativos Financeiros.

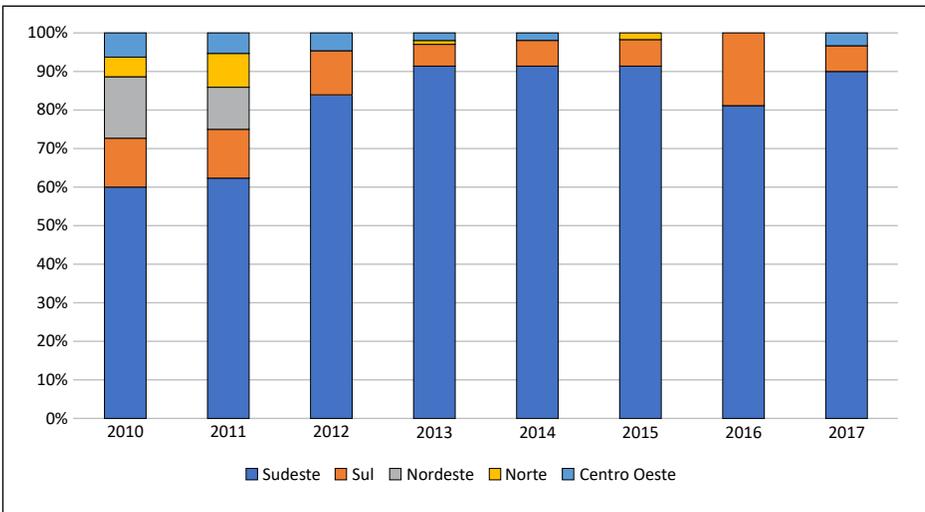
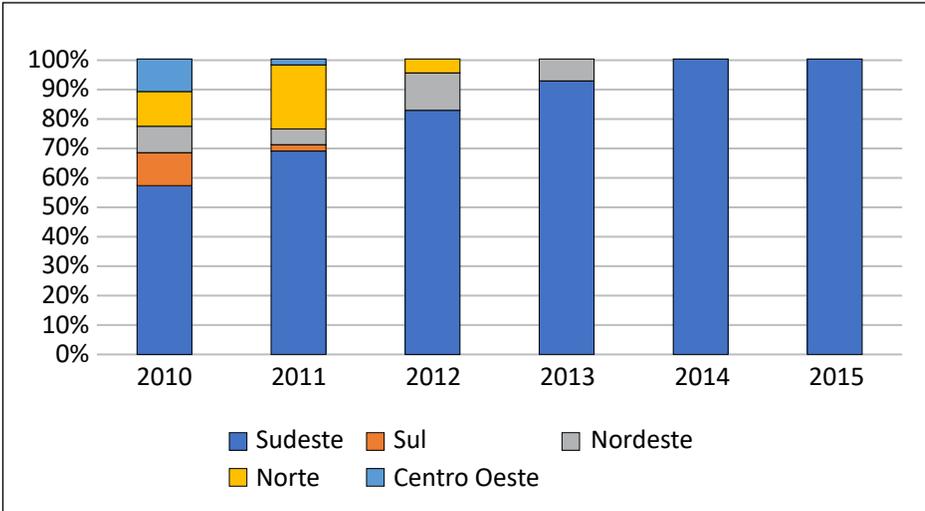
Já em termos de imóveis em construção o ritmo varia de companhia para companhia, mas também se verifica a evolução da dinâmica do imobiliário com redução de velocidade de vendas e aumento dos distratos de imóveis em construção. No entanto, o sinalizador mais importante da dinâmica futura dessas empresas é em relação ao percentual dos terrenos no estoque total. Nesse período nota-se o expressivo valor que atinge nos anos 2011 e 2012. Só na Gafisa eles correspondiam a 80% dos estoques em 2011 e na MRV eram 60%. A partir de 2013 há uma diminuição desse percentual, chegando a 2016 em patamares mais baixos. A MRV continua sendo exceção pelas razões já apontadas. A PDG, por sua vez, mostra essas transformações de maneira mais intensa, chegando em 2016 com o mesmo percentual de imóveis prontos e de terrenos.

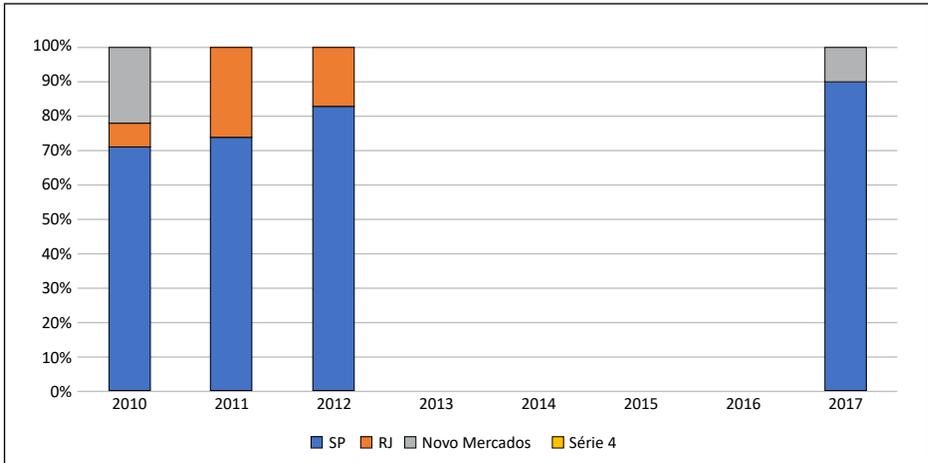
Já me relação a dispersão geográfica dos lançamentos, apesar de não haver um padrão de divulgação das empresas nota-se que aquelas que divulgam a partir das macrorregiões do Brasil (Cyrela e PDG) há em curso um processo de concentrar a atividade na região sudeste e em menor expressão no sul. Na Cyrela esse fato fica evidente quando, desde 2013, a empresa tem ofertado quase 90% do seu VGV na região sudeste. A Gafisa concentra seus lançamentos na região sudeste, especialmente o estado de São Paulo.<sup>10</sup>

**Gráfico 5 – Distribuição do VGV por área geográfica (MRV, PDG, Cyrela e Gafisa)**



10 Cabe destacar que os dados da dispersão geográfica da empresa dizem respeito apenas aos lançamentos do segmento Gafisa. No segmento Tenda, voltado ao MCMV há lançamentos nas regiões centro oeste e nordeste. Por limitações do trabalho deixamos apenas os dados do segmento Gafisa.



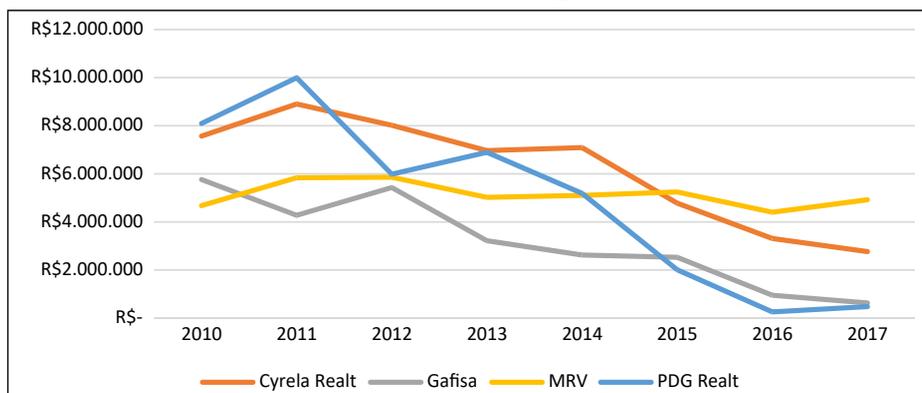


Fonte: Elaboração Fonte: elaboração própria a partir de dados divulgados pelas empresas.

A MRV tem um padrão distinto de divulgar seus dados de lançamentos, focados apenas por porte de cidades que atua. Há, a partir de 2016 um aumento da participação do VGV lançado em regiões metropolitanas e uma redução em cidades do interior, ou seja, há uma tendência de reconcentração geográfica da produção.

Ainda como forma de entender a dinâmica de acumulação dessas empresas e os impactos da reversão da atividade imobiliária, exploramos a seguir os dados relativos à receita operacional (aquela oriunda da atividade imobiliária). Do gráfico 6 nota-se que a receita operacional declina a partir de 2011, estando no menor patamar da série em 2017 nas empresas Cyrela, Gafisa e PDG. Novamente, MRV é a única empresa que mantém, ao longo da série, o patamar de receita operacional e apresenta um leve aumento entre 2016 e 2017.

**Gráfico 6 – Evolução da Receita Operacional (2010/2017)  
Em Milhares de R\$ Corrigido IPCA**



Fonte: elaboração própria a partir de dados da Economática.

Passando para a análise do passivo, o dado evidencia o grau de alavancagem dessas empresas, considerando aqui a participação do capital de terceiros (passivo total) sobre o capital próprio (patrimônio líquido). O dado de alavancagem (tabela 4) permite identificar a utilização de capital de terceiros na dinâmica de acumulação dessas empresas e o grau de exposição frente aos compromissos assumidos.

**Tabela 4 – Alavancagem (2010/2018)**

Empresa	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Jun. 2018
Cyrela	170	187	167	150	125	103	85	67	77
Gafisa	155	255	251	156	136	118	170	277	217
MRV	130	160	185	142	140	133	133	155	148
PDG	160	168	219	244	260	443	(239)	(191)	(170)

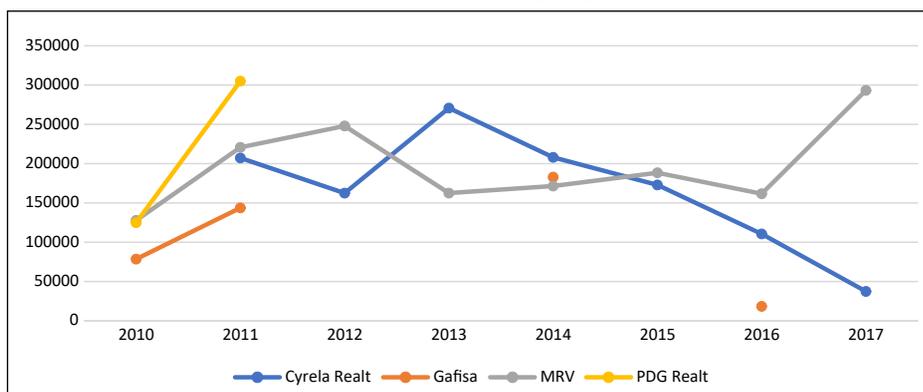
Fonte: elaboração própria a partir de dados da Economática.

De um modo geral, após um processo geral de alavancagem entre 2010 e 2012, verifica-se um processo de desalavancagem das empresas, exceto a PDG que, por uma situação de extrema fragilidade e necessidade de reestruturação, ampliou substancialmente seu grau de alavancagem. Atualmente, o valor é negativo, pois a empresa encontra-se em estágio de passivo a descoberto, ou seja, seus ativos e seus recursos próprios são inferiores a suas obrigações. A Cyrela evidencia esse processo de desalavancagem, sendo atualmente suas dívidas menores do que seus recursos próprios. Isso aponta que as empresas estavam investindo menos e utilizando recursos próprios para

continuidade da atividade em cenário de redução da demanda e incerteza. Em Penha Filho (2020) mostramos como um dos principais fatores para piora das condições de produção das empresas foi o excessivo endividamento no momento de aceleração da dinâmica. Isso levou-as a ampliar a produção por meio do recurso de terceiros, piorando muito suas condições de pagamento no momento de reversão da tendência de alta.

Em relação aos dispêndios com dividendos, nossa preocupação é evidenciar a canalização dos recursos oriundos para atividade produtiva para o mercado financeiro, em especial os acionistas das empresas. Em Miotto e Penha Filho (2019), comparamos esse dado com os dispêndios com juros e notamos que há grande desproporção, predominando o pagamento com juros. No geral, o gráfico mostra que o pagamento dos dividendos está associado ao desempenho geral das companhias e a dinâmica geral da atividade imobiliária. Dadas as dificuldades financeiras das empresas PDG e Gafisa não houve para todos os anos o pagamento de dividendos. Já a Cyrela, ainda que em declínio os valores pagos, há remuneração de acionistas. Mas, chama atenção a distribuição de dividendos da empresa MRV que cresce substancialmente em 2017 chegando a quase 300 milhões.

**Gráfico 7 – Evolução do pagamento de Dividendos (2010/2017).  
Em milhares de R\$. Corrigido pelo IPCA**



Fonte: elaboração própria a partir de dados da Economática.

Além de apontar as diferenças em termos de resultados das quatro empresas selecionadas para análise, um dos elementos que corroboram para essas diferenças refere-se à estrutura de comando e controle. A tabela 5 mostra a diferenciação entre acionistas.

**Tabela 5 – Percentual de Ações do maior acionista (2010/2018)**

Empresa/ Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Cyrela	24,3	23,2	23,2	23,6	24,5	24,5	24,5	24,5	22,7
Gafisa	-	-	5,1	5,5	7,5	18,3	14,6	15,9	49,9
MRV	31,6	32,1	33,1	33	35,2	35,7	35,3	33,6	32,6
PDG	4	7,2	9	15,6	15,7	22,4	22,4	22,4	13,2

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Economática.

A constância do volume de ações do maior acionista tanto na Cyrela como a MRV deve-se, pois, esse percentual é mantido pelos sócios fundadores, Elie Horn e Rubens Menin, respectivamente. Isso garante que tenham posições relevantes, tanto no conselho de administração como na eleição dos diretores da empresa. Já as empresas PDG e Gafisa seguem um modelo de maior pulverização acionária, embora nos anos de crise econômica tenha havido maior concentração. Isso porque, nesse momento, os acionistas Vinci, no caso da PDG e Polo Capital e GWI, no caso Gafisa, fizeram aportes de capital na empresa dado a menor capacidade de rolagem das dívidas.

Outro ponto de destaque, além dos menores percentuais de ações nas mãos do maior acionista, é que Cyrela e PDG têm maior participação de fundos de investimentos entre acionistas, os quais interferem na gestão de seus ativos. Isso indica que empresas cujas estratégias são influenciadas por agentes oriundos do mercado financeiro tiveram elevados ganhos no momento de aceleração da produção imobiliária, mas, com foco no curto prazo e ganhos especulativos, acabaram não tendo condições melhores de produção e gestão da riqueza nos anos subsequentes. Isso mostra que a estrutura acionária é importante para entender a lógica de acumulação havendo diferenças de resultados entre empresas de controle familiar (MRV e Cyrela) e empresas com capital pulverizado (PDG e Gafisa).

### 3. Considerações finais

Na segunda metade da década de 2000, a dinâmica da economia real, as políticas anticíclicas, a abertura de capitais e a internacionalização do setor imobiliário brasileiro fizeram com que as empresas do setor tivessem crescimento expressivo. A combinação de capitalização via IPO e um cenário econômico favorável (especialmente a partir das políticas de enfrentamento da crise de 2008) colocou novos agentes na dinâmica imobiliária, como os gestores dos fundos e as corretoras de investimento, que avaliam o desempenho das empresas. Como em todos os setores, essa avaliação se dá em função

dos resultados de rentabilidade próprios das finanças, a saber, a valorização dos ativos sobre expectativas de maior valorização financeira e operacional presentes e futuras.

Embora a participação dessas novas métricas seja cada vez mais relevante, o setor imobiliário no país ainda depende fortemente dos fundos públicos e semipúblicos para o financiamento, realização de suas mercadorias e remuneração acionária. Portanto, somando o contexto geral e a disponibilidade de fundos para o setor, até 2011, apenas com distinções de ritmo, as empresas de capital aberto tiveram resultados positivos, muito embora partindo de estratégias distintas de produção, gestão de ativos, financiamento e endividamento.

No entanto, a partir de 2012, diante de um contexto de desaceleração da atividade econômica e crise, há uma diferenciação nos resultados das empresas, principalmente se considerarmos suas estratégias produtivas e financeiras. Entre as empresas analisadas, destaca-se uma redução da alavancagem com freio na constituição de bancos de terras. Muitas vezes, a impossibilidade de realizar os investimentos reais acaba por atrapalhar os processos de valorização e, como está ocorrendo neste momento, as empresas encontram-se em piores condições e em nova rodada de “reorganização” patrimonial – com fusões, saída da bolsa, desvalorização dos seus ativos etc.

No entanto, o enfretamento diferenciado das companhias mostra que a adoção de estratégias de longo prazo assentadas nos segmentos de mercado cuja realização é garantida pelas políticas de governo foi mais eficaz para manutenção dos rendimentos. O exemplo disso foi a MRV, que atua no segmento econômico respaldado pelo financiamento público. Diferentemente das demais, a empresa projeta-se no longo prazo, mostrando que suas estratégias de negócios não estão restritas ao último ciclo do imobiliário, ampliando seu banco de terrenos e elevando o ganho de seus acionistas no presente.

Já a PDG, cuja estratégia esteve mais vinculada a posturas agressivas de ganhos nos mercados financeiros (não necessariamente atrelados à atividade fim), teve os piores resultados, inclusive pedindo recuperação judicial em 2017 indicando que a postura da empresa estava mais associada ao período de boom imobiliário. A Gafisa e a Cyrela, por sua vez, tiveram posturas mais conservadoras, com diminuição da alavancagem e pior desempenho econômico ainda que o desempenho da Gafisa e de suas estratégias estejam mais próximos da PDG do que da Cyrela.

Outro ponto a considerar da diferença de desempenho das empresas é em relação a estrutura de propriedade, onde há uma relação entre menor pulverização da propriedade e controle ou participação familiar com desempenho mais estável e estratégias de longo prazo mais robustas. Assim, entende-se que, para o imobiliário, empresas com maior participação da família

fundadora têm menor alterações na dinâmica de venda de ações e distribuição dos lucros e, portanto, tendem a ter maior margem de manobra para estratégias mais duradouras.

Nesse sentido, considera-se a MRV e a Cyrela como empresas ainda sob domínio familiar: Rubens Menin, no primeiro caso, detinha, em 2018, 32,6% das ações da companhia e ocupa o posto de presidente do conselho de administração, sendo também o maior acionista da empresa. Seu filho e seu sobrinho dividem a presidência da empresa. Já na Cyrela o fundador Elie Horn tem 22,7% das ações, também o maior acionista e divide a presidência do conselho com seus dois filhos que são diretores copresidentes da empresa.

Na Gafisa o maior acionista, com 32,1% das ações é o fundo GWI pertencente ao *GWI Asset Management*. O controle da companhia é recente, uma vez que eles se tornaram acionistas controladores apenas em 2018. Com isso, o presidente do conselho é o presidente da GWI e as diretoras presidentes também oriundas dessa empresa de ativos imobiliários. Já a PDG tem com maior acionista o fundo Vinci Partners, com 13% das ações e seus principais executivos oriundos das mais diversas atividades.

# CAPÍTULO 12

## A REGIÃO DE INFLUÊNCIA DE CAMPINAS (RIC) E SUAS TRANSFORMAÇÕES RECENTES (2000-2016)<sup>1</sup>

*Humberto Miranda do Nascimento*

*Leonardo Rodrigues Porto*

---

### 1. Introdução

Este texto visa caracterizar as transformações urbano-regionais de Campinas no período 2000–2016, dando ênfase a temas como indústria, investimento regional, economia rural, comércio exterior e mercado de trabalho. O objetivo principal é discutir alguns dos efeitos do processo de reestruturação econômico-espacial decorrente da desconcentração da indústria paulista e do avanço da desindustrialização nacional na região de Campinas.

No período citado, houve um avanço na reestruturação econômico-espacial da Região Metropolitana de Campinas (RMC), cujos vetores principais foram os investimentos promovidos na região<sup>2</sup> e os processos socioeconômicos vinculados às transformações nos padrões de uso e ocupação do solo, além dos impactos efetivos do ciclo econômico (crescimento/recessão) da economia brasileira. Para que se entendam tais transformações, leva-se em conta tanto o processo de interiorização do desenvolvimento paulista, quanto as decisões dos entes municipais que compõem a RMC em sustentar seu dinamismo ao longo dos anos.

Nesse sentido, pode-se constatar que algumas de suas tendências históricas em torno da descentralização produtiva paulista tenham se mantido ou mesmo se aprofundado. É importante também destacar que as modificações mais relevantes se deram quanto às características urbano-regionais, haja vista o maior reforço à centralidade do município de Campinas em sua área

---

1 Versão revisada e ligeiramente modificada do artigo “Desenvolvimento Urbano-Regional (parte 1): características recentes da Região de Influência de Campinas (RIC)”, publicado como Texto para Discussão nº 368, Instituto de Economia da Unicamp, novembro de 2019.

2 Acerca dos investimentos realizados no período ver Miranda e Virga (2019).

de influência direta e o aumento da importância do setor terciário na dinâmica de sua economia urbana.

Em primeiro lugar, apresentam-se alguns dados gerais sobre a RMC, que, até então, possui 20 municípios (3,1% do total do estado), ocupa uma área de 3.798 km<sup>2</sup> e conta com uma população de 3.094.181 habitantes (7,2% do total estadual). Além disso, tem uma densidade demográfica de 814,73 hab./km<sup>2</sup> e um PIB de R\$ 178,3 bilhões, equivalente a 8,7% do PIB estadual em 2016, segundo o IBGE. Em termos de PIB per capita, com um valor de R\$ 58,3 mil em 2016, a região manteve a melhor participação estadual, como se verifica na Tabela 1.

**Tabela 1 – PIB do Brasil, do Estado de São Paulo e das Regiões Metropolitanas Paulistas em 2016 (Valores Correntes em R\$ mil)**

Unidade Territorial	Nº de Municípios	PIB 2016			
		Total (R\$ mil)	Estado (%)	Brasil (%)	Per capita (em R\$)
RM São Paulo	39	1.107.867.636	54,4	17,7	53.833
RM Baixada Santista	9	63.951.257	3,1	1,0	36.224
RM Campinas	20	178.316.590	8,7	2,8	58.372
RM VPLN	39	98.115.179	4,8	1,6	40.809
RM Sorocaba	27	80.598.674	4,0	1,3	40.334
RM Ribeirão Preto	34	60.056.300	2,9	1,0	37.268
Estado de São Paulo	645	2.038.004.931	-	32,5	47.003
Brasil	5.570	6.267.205.000	-	-	30.548

Fonte: IBGE/SEADE. Elaborada pelo CEDE.

Ao se observar o Valor da Transformação Industrial (VTI) do estado, com base nos dados da PIA (Pesquisa Industrial Anual – IBGE), os quais constam do documento Mapa da Indústria Paulista 2003-2016 (2019), a situação que se verifica é, por um lado, o forte recuo no VTI da RM São Paulo e, por outro, o bom desempenho estadual dos demais municípios do estado, exceto a RM São Paulo. Isso mostra que a desconcentração da indústria paulista prosseguiu e que a RMC e os municípios não metropolitanos absorveram parte do que a RM São Paulo e as demais regiões metropolitanas (exceto a RMC) perderam, conforme os dados da Tabela 2.

A desconcentração relativa da indústria paulista destaca-se pela participação do interior do estado no VTI (ESP – RM São Paulo), que passou de 18,8% para 38,2%, um salto considerável no intervalo de treze anos. A RMC manteve a importância de sua participação relativa no VTI estadual, passando de 15,8% em 2003 para 16,1% em 2016, acompanhada também

pela melhora na participação da RM Sorocaba (de 4,3 para 6,2%) e da RM Ribeirão Preto (de 2,5 para 3,1%). Constata-se um recuo geral das RMs do estado, de 79,5 para 70,2%, diretamente influenciado pela perda de participação relativa da RM São Paulo, de 40,6 (2003) para 30,9% (2016). Já a participação dos demais municípios do estado aumentou de 20,5 para 29,8% entre 2003 e 2016.

**Tabela 2 – Participação das Regiões Metropolitanas e demais Municípios Paulistas no VTI do Estado de São Paulo, no período 2003-2016 (Em %)**

<b>Regiões Metropolitanas</b>	<b>2003</b>	<b>2016</b>
RM de São Paulo	40,6	30,9
RM de Campinas	15,8	16,1
RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte	11,7	9,9
RM de Sorocaba	4,3	6,2
RM da Baixada Santista	4,6	4,0
RM de Ribeirão Preto	2,5	3,1
Subtotal	79,5	70,2
Demais Municípios	20,5	29,8
ESP – RM SP (desconcentração)	18,8	38,2
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Fundação Seade, 2019. Mapa da Indústria Paulista 2003-2016. Elaborada pelo CEDE.

A seguir, serão caracterizados e discutidos os fatores responsáveis pela transformação econômico-espacial da RMC, mostrando a atual dimensão da região de influência de Campinas, definida como Região de Influência de Campinas (RIC). Chama-se a atenção, principalmente, para os aspectos envolvidos na constituição de redes urbanas secundárias, dentro do estado de São Paulo, algo que pode estar assegurando uma boa participação da RMC no VTI estadual nesse período.

A análise se estruturará com base nos seguintes parâmetros: a) a caracterização desse conjunto regional de cidades (RIC), por seus aspectos demográficos, econômicos e de emprego, a fim de conhecer melhor os mecanismos de sua hierarquia interna; b) a reflexão sobre os aspectos da hierarquia urbano-regional de Campinas, com base na atualização de alguns dos indicadores de centralidade urbana, utilizados na Regic-2007, mas atentando-se para as heterogeneidades espaciais que caracterizam tanto a sociedade como as cidades brasileiras.

## 2. Características Gerais da Região de Influência de Campinas (RIC)

Para a análise, definimos a atual área de influência de Campinas tomando-se como referência o trabalho *Regiões de Influência das Cidades-2007*, ou Regic<sup>3</sup>, de autoria do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2008). A classificação da hierarquia dos centros urbanos e a delimitação de suas respectivas regiões de influência foram construídas a partir de um levantamento específico, complementado por dados secundários, e possui abrangência nacional. De acordo com o IBGE (2008), todavia, sua metodologia e base de dados permitem que seja empregado em novos estudos, com diferentes enfoques ou áreas de escalas menores.

No Quadro 1, é possível visualizar os níveis de hierarquia definidos pela Regic, tanto para o Brasil como para o estado de São Paulo e, em especial, para a RIC. No nível mais elevado da hierarquia urbana brasileira, o IBGE distingue doze aglomerações<sup>4</sup>, sendo São Paulo classificada como a Grande Metrópole Nacional, o Rio de Janeiro e Brasília como Metrópoles Nacionais e outras nove aglomerações urbanas apenas como Metrópoles. No nível imediatamente inferior, encontram-se as Capitais Regionais divididas entre os tipos A, B e C, dentre as quais se enquadra Campinas, definida como Capital Regional A.

Os Centros Sub-regionais (A e B) são constituídos por cidades com área de influência reduzida, desempenhando atividades de gestão menos complexas. Já os Centros de Zona (A e B) possuem menor porte, são mais numerosos e desempenham funções restritas às suas áreas imediatas. Por fim, os Centros Locais são cidades que se caracterizam por atenderem exclusivamente aos habitantes do próprio município, com 4.472 municípios situados nessa condição.

Verifica-se, no caso paulista, a ocorrência de diferentes aglomerações em vários pontos do território. Isso porque, do ponto de vista da hierarquia, o estado de São Paulo é, no Brasil, o que apresenta a mais complexa e diversificada rede urbana do país. Com efeito, o sistema urbano paulista compõe-se de um amplo conjunto de cidades desempenhando funções intermediárias, com distribuição de núcleos urbanos em todos os níveis de hierarquia abaixo do primeiro nível. Ademais, de um total de 645 municípios no estado, o IBGE registra um total de 504 considerados oficialmente como centros urbanos. Isso

3 A pesquisa Regic foi atualizada no ano 2020, mas que não interferem com as análises deste texto. A modificação mais relevante da nova Regic foi a subida de hierarquia de Campinas, reclassificada agora como Metrópole.

4 Em 2020 o IBGE redefiniu de 12 para 15 as aglomerações metropolitanas brasileiras.

decorre da intensidade dos processos de aglomeração urbana que são muito mais presentes ali, onde há a maior concentração populacional e adensamento econômico em termos nacionais.

**Quadro 1 – Níveis de Hierarquia dos Centros Urbanos, segundo a Regic-2007**

Classificação	Nível de hierarquia	Brasil	Estado de São Paulo	RIC
Metrópole	Grande Metrópole Nacional	1	1	-
	Metrópole Nacional	2	-	-
	Metrópole	9	-	-
Capital Regional	A	11	1	1
	B	20	2	-
	C	39	9	1
Centro Sub-regional	A	85	10	3
	B	79	9	2
Centro de Zona	A	192	19	3
	B	364	34	4
Centro Local	-	4.472	419	52
<b>Total</b>		<b>5.274</b>	<b>504</b>	<b>66</b>

Fonte: IBGE (2008), Regic-2007, Microdados. Elaborado pelo CEDE.

Salienta-se que o processo de formação e estruturação da rede urbana do estado de São Paulo caracterizou-se pela criação e consolidação de núcleos e aglomerações urbanas no interior com funções extraterritoriais, sendo algumas até de âmbito nacional (CANO *et al*, 2007). Entre os principais núcleos ou aglomerações urbanas do interior de São Paulo, destacam-se os casos de Campinas, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Presidente Prudente, Marília e Bauru, dentre outros. Considerando a distância em relação à capital e o padrão elevado de renda média de suas populações – sobretudo quando comparados aos do restante do país –, os núcleos desenvolveram pronunciadamente atividades terciárias avançadas e se diversificaram, fenômeno raro na maioria das regiões brasileiras.

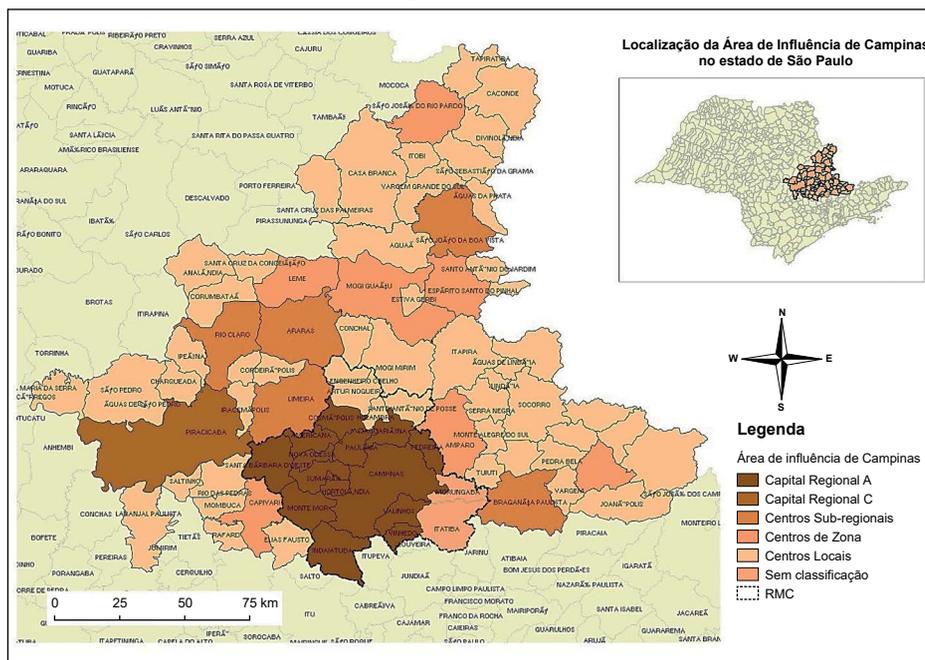
No caso das cidades que estão na área de influência direta de Campinas, identificam-se 66 centros urbanos que, juntos, totalizam 81 municípios. O comando dessa rede de cidades está na ACP de Campinas<sup>5</sup> (Capital Regional A), resultante da aglomeração de 14 municípios<sup>6</sup>, todos pertencentes à atual RMC e tendo Campinas como núcleo principal. Em seguida, aparece a

5 De acordo com o IBGE (2008), para o caso das grandes aglomerações urbanas, as Áreas de Concentração de População (ACP) formam um único arranjo urbano que reúne vários municípios e são identificadas pelo nome do núcleo principal.

6 Em ordem alfabética: Americana, Campinas, Cosmópolis, Hortolândia, Indaiatuba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Sumaré, Valinhos e Vinhedo.

cidade de Piracicaba, classificada como Capital Regional C, figurando como o principal núcleo urbano com subordinação mais direta a Campinas.

**Figura 1 – Região de Influência de Campinas (RIC): classificação dos níveis de hierarquia dos centros urbanos (2007)**



Fonte: IBGE (2008), Regic-2007, Microdados. Elaborada pelo CEDE.

Chama a atenção que, no caso da RIC, considera-se também a presença de sete municípios pertencentes ao estado de Minas Gerais, que demonstraram ter maiores vinculações com aquela cidade, conforme a metodologia da Regic-2007. Além deles, a rede urbana comandada por Campinas inclui também: Centros Sub-regionais A – Limeira, Rio Claro e São João da Boa Vista; Centros Sub-regionais B – Araras e Bragança Paulista; Centros de Zona – Amparo, Mogi Guaçu, São José do Rio Pardo (no nível A) e Capivari, Espírito Santo do Pinhal e Leme, além de Extrema, no estado de Minas Gerais (no nível B).

A RIC ocupa uma área de 22.419 km<sup>2</sup> (Figura 1), com uma população de aproximadamente 5,3 milhões de pessoas no ano de 2010, e densidade demográfica de 235,5 hab./km<sup>2</sup>. No último censo, também apresentava grau de urbanização de 94,8%. Em 2015, o PIB dessa região foi de aproximadamente R\$ 275 bilhões, em moeda corrente, o que gerou um PIB *per capita* estimado em R\$ 47,8 mil, bastante superior ao PIB *per capita* do país no

mesmo ano (R\$ 29,3 mil). A análise da RIC, conforme a hierarquia dos seus núcleos urbanos, organiza-se da seguinte maneira:

- Capital Regional A: estão reunidos 14 municípios que formam a ACP de Campinas, tendo Campinas como núcleo. Em 2010, sua população era de 2,6 milhões de habitantes, com grau de urbanização de 98,4%. De acordo com os dados do PIB municipal, em 2015 apresentava PIB *per capita* de R\$ 57,4 mil, com a atividade industrial contribuindo com 32,8% do valor adicionado daquele ano e o setor de serviços com 67%. Seu PIB naquele ano foi de aproximadamente R\$ 165 bilhões;
- Capital Regional C: o município de Piracicaba aparece nesse nível de hierarquia, com população de 365 mil habitantes no ano de 2010 e 97,9% de grau de urbanização. Apresenta um valor adicionado bruto industrial que correspondia a 34,5% de seu valor adicionado bruto total e PIB *per capita* de R\$ 55,3 mil. Mostra, portanto, indicadores econômicos próximos ao da ACP de Campinas, contudo, com PIB bem menor, em torno de R\$ 21,6 bi em 2015;
- Centros Sub-regionais: em seguida, aparecem cinco centros urbanos, sendo três no primeiro nível e dois no segundo. Juntos, somavam pouco mais de 810 mil habitantes, com grau de urbanização médio de 96,7%. No nível A, a média do PIB *per capita* em 2015 era de R\$ 38,4 mil, enquanto no nível B chegava a R\$ 33 mil. A soma do PIB desses municípios atingiu R\$ 32 bi, com destaque para o peso da indústria, representando algo em torno de um terço do seu valor adicionado;
- Centros de Zona: nesse nível, encontram-se sete municípios, totalizando 465.892 habitantes, com grau de urbanização em torno de 91,7%. No agregado, seu PIB no ano de 2015 foi de R\$ 21,3 bi, levando a níveis de renda *per capita* em torno de R\$ 38,4 mil no caso dos Centros de Zona A e de R\$ 47,2 mil nos de Zona B.
- Centros Locais: por fim, encontram-se 52 municípios cujos núcleos urbanos enquadram-se nessa classificação, somados a dois (Morungaba e Itatiba) que, embora façam parte da RMC, não figuraram na RIC. Juntos, esses 54 municípios totalizavam pouco mais de um milhão de habitantes, com grau de urbanização de 84,6%. Em conjunto, apresentaram um PIB de R\$ 35,4 bi no ano de 2014, mas com grande diferença em seu PIB *per capita*. Enquanto os Centros Locais apresentaram renda *per capita* de R\$ 29,9 mil, bastante similar à média do país, os municípios de Itatiba e Morungaba, juntos,

atingiram resultado de R\$ 45,5 mil, o que demonstra estarem muito mais vinculados à dinâmica econômica metropolitana do que os demais municípios desse grupo.

Ainda sobre a RMC e sua posição dentro da hierarquia urbana, deve-se ressaltar que, dentro da classificação proposta pela Regic (IBGE, 2008), encontram-se no nível de Capital Regional os núcleos urbanos que, assim como as metrópoles, se relacionam com o estrato superior da rede urbana do país. Trata-se, entretanto, de aglomerações com área de influência de âmbito regional, colocando-se como principal destino para um conjunto amplo de atividades distribuídas por um número grande de municípios (IBGE, 2008). Figuram nesse grupo os núcleos urbanos classificados como Capital Regional A, reunindo todas as capitais estaduais que não foram enquadradas como metrópoles, sendo a única exceção o caso de Campinas.

Assim, a RMC ocupa posição de destaque na rede urbana do país, pois, entre os núcleos identificados como Capital Regional A, a ACP de Campinas é a única cujo núcleo não é capital estadual. Com efeito, a RMC figura com porte e intensidade similares aos de algumas das principais metrópoles brasileiras, diferenciando-se apenas por sua vinculação e subordinação mais direta à RM São Paulo, cuja capital figura como a Grande Metrópole Nacional.

### **3. Dinâmica Demográfica e Nível de Atividade Econômica na RIC**

Conforme mencionado anteriormente, a RIC compõe-se de 81 municípios que, juntos, apresentavam cerca de 5,3 milhões de habitantes e densidade demográfica de 235 hab./km<sup>2</sup> no ano de 2010. No que se refere especificamente à RMC, deve-se notar que, embora sua delimitação institucional não coincida exatamente com o núcleo dessa rede – isto é, com a aglomeração urbana (núcleo e adjacências) que comanda uma rede de cidades –, trata-se de uma área de grande importância pela sua posição peculiar dentro da rede urbana do país, conforme já apontado por Fernandes, Brandão e Cano (2002), logo após a sua instituição oficial.<sup>7</sup>

Com efeito, Campinas e sua área de influência, cujo comando cabe à RMC, fazem parte de uma das áreas mais dinâmicas e desenvolvidas do país. Formou-se, ali, um sistema urbano complexo, com porte e densidade de interações e articulações, gerador de dinâmicas econômicas e sociais para além

7 A Região Metropolitana de Campinas (RMC) foi instituída pela Lei Complementar Estadual nº 870, de 19 de junho de 2000, e teve sua composição alterada recentemente pela Lei Complementar Estadual nº 1.234, de 13 de março de 2014, aumentando de 19 para 20 municípios, sendo acrescida do município de Morungaba.

de seus limites territoriais (BRANDÃO; MACEDO, 2007). Apresenta base econômica bastante diversificada, decorrente de sua excelente infraestrutura de comunicação e de um sistema de transportes privilegiado que articula estruturas rodoviárias, ferroviárias e aeroviárias, formando um importante *hub* logístico.

Além disso, seu processo de formação econômica permitiu o desenvolvimento de uma agricultura avançada, cuja articulação com a indústria proporcionou a formação de modernos complexos agroindustriais, como os da cana-de-açúcar, da laranja e do café. A região de Campinas detém uma das maiores aglomerações industriais do Brasil e do continente sul-americano, ao mesmo tempo em que constitui um importante polo terciário em razão de uma economia diversificada e uma alta centralidade que o município de Campinas exerce na rede urbana paulista. De acordo com Fernandes, Brandão e Cano (2002, p. 404):

O dinamismo da RMC reflete um processo que vem se desenvolvendo desde muito cedo na urbanização brasileira. De tal modo que, mais que um espraiamento da dinâmica paulistana, a metrópole campineira parece ter desenvolvido, há muito, sua própria região de influência de grande dimensão, embora de forma complementar à daquela, especialmente a partir das décadas de 50 e 60, com a interiorização mais intensa e diversificada da economia paulista.

Essa importância pode ser avaliada a partir da comparação entre Campinas e outras regiões metropolitanas brasileiras, como exposto na Tabela 3.

**Tabela 3 – Comparação dos Volumes de População e do PIB *per capita* entre Regiões Metropolitanas Selecionadas**

UT	Classificação	População (mil pessoas)					PIB <i>per capita</i> (R\$)	
		2000	%	2010	%	Crescimento anual	2016	Brasil (%)
RM São Paulo	G. M. Nacional	17.880	100,0	19.684	100,0	1,26	52.152	170,9
RM Rio de Janeiro	Metr. Nacional	10.894	60,9	11.836	60,1	1,24	39.173	131,1
RM Belo Horizonte	Metrópole	4.820	27,0	5.415	27,5	1,29	33.169	112,1
RIDE Dist. Federal	Metr. Nacional	2.953	16,5	3.718	18,9	1,38	60.174	191,1
RM Porto Alegre	Metrópole	3.658	20,5	3.959	20,1	1,23	41.229	131,6
RM Recife	Metrópole	3.338	18,7	3.691	18,7	1,27	25.432	83,3
RM Salvador	Metrópole	3.022	16,9	3.574	18,2	1,34	29.190	92,9
RM Curitiba	Metrópole	2.727	15,2	3.174	16,1	1,32	42.526	144,2

continua...

continuação

UT	Classificação	População (mil pessoas)					PIB <i>per capita</i> (R\$)	
		2000	%	2010	%	Crescimento anual	2016	Brasil (%)
RM Campinas	C. Regional A	2.338	13,1	2.797	14,2	1,35	56.942	190,7
ACP de Campinas	C. Regional A	2.188	12,2	2.605	13,2	1,34	58.532	195,7
RM Goiânia	Metrópole	1.640	9,2	2.173	11,0	1,42	28.204	95,4

Fonte: IBGE (2002; 2012), Censo Demográfico, 2000 e 2010; IBGE (2012), PIB dos Municípios 2010. Elaborada pelo CEDE.

Nota 1 - As regiões metropolitanas e RIDE seguem o número de municípios, segundo o IBGE (2008).

Nota 2 - O PIB *per capita* do Brasil, em 2016, foi de R\$ 30.548,39 em moeda corrente.

A intensidade de seu dinamismo revela-se, pois, pelo ritmo de crescimento demográfico no período entre 2000 e 2010, com taxas médias anuais de 1,35%, ficando atrás apenas do Distrito Federal (1,38% a.a.) e de Goiânia (1,44% a.a.), enquanto todas as outras áreas analisadas apresentaram ritmo de crescimento bastante inferior ao apresentado em décadas anteriores, conforme demonstrado por Fernandes, Brandão e Cano (2002, p. 404). Percebe-se, outrossim, a elevação do tamanho da população da RMC em relação à Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), que passou de 13,1% para 14,2%, entre 2000 e 2010.

Por outro lado, quando se observa a relação da população com a base econômica de cada região metropolitana, a RMC destaca-se pelo seu elevado PIB *per capita*, cujo valor de R\$ 56,9 mil representa quase o dobro da média do país no ano de 2016 (R\$ 30,5 mil), somente perdendo para o Distrito Federal (R\$ 60,1 mil). O destaque, porém, vai para o núcleo da RIC, cujo PIB *per capita* é ainda superior ao da RMC, chegando a liderar todas as RMs investigadas nesse quesito em anos anteriores. De fato, a ACP de Campinas apresentou PIB *per capita* de R\$ 58,5 mil no ano de 2016.

### *Análise Populacional*

Alguns aspectos importantes referentes à centralidade exercida por Campinas dentro da rede urbana chamam a atenção. As informações contidas na Tabela 4 demonstram a importância de sua dinâmica urbana para a região, sobretudo quando se leva em consideração seu contexto geográfico, com grau de urbanização bastante superior à média do país, até mesmo nos casos dos centros urbanos de menor posição na hierarquia urbano-regional, como são os Centros Locais e os Centros de Zona. A análise do desempenho populacional por grupos de cidades pertencentes à RIC, segundo sua posição hierárquica na

rede urbana, revela certa estabilidade das taxas de crescimento da população total, tanto em relação aos grupos de cidades observados como à região como um todo, que cresceu a um ritmo anual de 1,32% entre os anos 2000 e 2010.

Deve-se notar, entretanto, a liderança do crescimento populacional exercida pelo núcleo da rede, com a RMC crescendo a uma média anual de 1,35%, sendo que os municípios da Capital Regional A cresciam a 1,34% ao ano. A maior taxa de crescimento desse núcleo, ainda que com pequena diferença, indica que, em parte, foram os municípios mais periféricos da RMC que apresentaram maior relevância no ritmo de crescimento populacional. Verifica-se, assim, um aumento na participação da principal aglomeração urbana dentro da rede de cidades investigada, mantendo historicamente a sua atração. Ou seja, o peso da RMC dentro de sua rede urbana passou de 51,5% para 53,2% da população total e de 53,7 para 54,7% da população urbana, respectivamente, de 2000 para 2010, reforçando sua centralidade regional.

**Tabela 4 – RIC e RMC: participação relativa da população total e urbana, taxas de crescimento e grau de urbanização, por níveis de hierarquia urbano-regional (2000 e 2010)**

Níveis de agrupamento	Municípios		População						Grau de Urbanização	
			Total			Urbana			2000	2010
	Qtde	(%)	Cresc. (% a.a.)	(%) 2000	(%) 2010	Cresc. (% a.a.)	(%) 2000	(%) 2010		
RMC	20	75,3	1,35	51,5	53,2	1,35	53,7	54,7	97,0	97,3
RIC-RMC	61	24,7	1,28	48,5	46,8	1,32	46,3	45,3	88,6	91,8
RIC Campinas	81	100,0	1,32	100,0	100,0	1,34	100,0	100,0	92,9	94,8
Capital Regional A	14	17,3	1,34	48,0	49,4	1,34	50,7	51,2	98,1	98,3
Capital Regional C	1	1,2	1,27	7,2	6,9	1,29	7,5	7,1	96,4	97,8
Centro Sub-regional	5	6,2	1,28	15,9	15,4	1,31	16,1	15,7	94,3	96,7
Centro de Zona	7	8,6	1,28	9,1	8,8	1,34	8,5	8,5	86,5	91,7
Centro Local	54	66,7	1,30	19,8	19,5	1,35	17,2	17,4	80,9	84,6

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 2000 e 2010. Elaborada pelo CEDE.

Analisando-se apenas a Capital Regional A, verifica-se um aumento de 1,34 pontos percentuais ao ano no período. Por outro lado, todos os demais grupos apresentaram perdas de participação no total da população, em face de seu menor ritmo de crescimento populacional. Chama a atenção o caso de Piracicaba (Capital Regional C), que, sendo a segunda na hierarquia dentre as cidades analisadas, apresentou a menor taxa de crescimento, com média de 1,27% ao ano, reduzindo assim sua importância relativa quando comparada à RMC, o que demonstra que esse processo ainda não se converteu totalmente a favor da periferia.

Em termos de população urbana, verifica-se um crescimento levemente mais acelerado que o da população total, indicando que o crescimento demográfico da região é eminentemente urbano, com todos os grupos apresentando aumento de seu grau de urbanização entre 2000 e 2010. Nesse aspecto, o aumento é mais visível fora do núcleo principal, isto é, nos municípios da área de influência da região (RIC), que elevaram seu grau de urbanização de uma média de 88,6% para 91,8% entre 2000 e 2010. Esse aumento de 3,2 pontos percentuais da ‘hinterlândia’ contrasta com a elevação de apenas 0,4 p.p. verificado na RMC, que, contudo, já alcançara seu limite ao apresentar 97,3% de grau de urbanização no ano de 2010. Contribuíram para o bom desempenho da hinterlândia, principalmente, os Centros de Zona (aumento de 5,2 p.p.), os Centros Locais (3,7 p.p.) e os Centros Sub-regionais (2,4 p.p.), ou seja, os núcleos de menor hierarquia, nos quais havia condições sociodemográficas para a elevação do ritmo de urbanização.

Por outro lado, em termos de concentração urbana, ocorreu uma elevação da participação da RMC na população urbana da região entre 2000 e 2010, que passou de 53,7% para 54,7% do total, reforçando ainda mais sua polarização. Observando-se os níveis de hierarquia, nota-se que as perdas ocorreram nos grupos intermediários da rede urbana, com a Capital Regional C e os Centros Sub-regionais apresentando queda de 0,4 p.p. cada. Os Centros Locais apresentaram ganho de participação em 0,2 p.p., enquanto a Capital Regional A verificou acréscimo de 0,5 p.p. Tais dados revelam o aumento da primazia de Campinas no período analisado, ganhando participação especialmente nos núcleos intermediários que, por definição, exerceriam polarizações secundárias dentro da região em questão. Há, nesse sentido, um incremento do seu processo de metropolização, que pode ser mais bem demarcado no plano econômico.

### *Análise da Atividade Econômica Regional*

Outro aspecto relevante da hierarquia urbano-regional na RIC diz respeito à atividade econômica. Na Tabela 5, apresenta-se a participação da RMC no Produto Interno Bruto (PIB) e no Valor Adicionado Bruto (VAB) setorial em diferentes níveis de agregação territorial. Do ponto de vista do PIB municipal, a RMC contribuiu com 2,9% de todo o PIB gerado no Brasil, ao mesmo tempo em que respondia por 8,9% do produto interno do estado de São Paulo, considerando o período 2002-2015. A relativa estabilidade da participação da RMC em relação a esses três níveis pode indicar que a atividade econômica da região acompanhou as variações dos ciclos da economia brasileira no período investigado.

Por outro lado, quando comparada à RIC, a RMC tem sua participação elevada para 63% do PIB da região, cujos níveis de participação se mantêm estáveis desde o início da série. Esse dado aponta para o peso e a relevância da atividade econômica da RMC dentro da rede de cidades que ela comanda, em que pese à região como um todo ter respondido por 4,6% do PIB nacional em 2015. Deve-se destacar, contudo, a perda de participação do município de Campinas, em relação à RMC, que passou de 34,9% no ano de 2002, para 32,6% em 2015. Essa perda de participação de 2,3 p.p. indica certa desconcentração econômica dentro da RMC, importando identificar os municípios que mais se beneficiaram desse movimento. Tal aspecto também se verifica na perda de participação de Campinas no valor dos *impostos, líquidos de subsídios* em relação à RMC.

Já no que se refere ao Valor Adicionado Bruto da Agropecuária, são estes os maiores destaques: i) o elevado ganho de participação da RMC no valor adicionado do setor em relação ao estado de São Paulo (acréscimo de 2,0 p.p.), com especial elevação nos últimos dois anos da série, podendo significar a queda desse setor em outras porções do território paulista; e ii) o ganho de quase quinze pontos percentuais da RMC em relação à sua área de influência, ao mesmo tempo em que a RIC verificou queda de um ponto percentual em relação ao Brasil. Este último dado é importante para se compreender onde ocorreu a maior queda da agropecuária no estado de São Paulo, beneficiando o ganho da RMC.

Por sua vez, o setor industrial tem na RMC um caso bastante especial em relação a outras áreas do país, sendo a principal responsável pelo peso que a região detém no PIB nacional. De fato, a RMC respondia por 3,9% do valor adicionado pela indústria no Brasil, sofrendo alguma variação ao longo da série, quando apresentava 4,0% de participação no ano de 2002. Sua contribuição reduziu-se a partir de 2010, em face da desaceleração da economia brasileira, voltando a recuperar sua participação no ano de 2015. Além disso, a RMC ganhou participação em relação ao estado de São Paulo de 1,5 p.p., representando certo deslocamento do setor industrial em direção a Campinas. Ou seja, a RMC apresentou um recuo em relação a si mesma e um ganho relativo (ou estatístico) em relação ao estado no período.

Dito de outro modo, a RMC viu Campinas perder 4,3 p.p. de participação da indústria dentro da região no período. Esse dado revela ao mesmo tempo uma forte desconcentração do setor em direção a outros municípios da região metropolitana, cabendo identificar os principais efeitos da indústria na aglomeração como um todo, não apenas do seu núcleo principal. De igual maneira, também houve perda de participação da RMC em relação à RIC de 1,3 p.p., mostrando que a atividade industrial se alterou dentro da RIC,

ainda que tenha mantido sua participação em 6,3% do valor adicionado do total da indústria no país.

No que se refere ao setor de serviços (com exceção dos *serviços de administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social*), a RMC manteve participação estável no valor adicionado para esse tipo de atividade no país, com ganho de 0,2 p.p. durante o período analisado. Ganhou, outrossim, participação de 0,9 p.p. em relação ao estado de São Paulo, indicando um deslocamento do valor gerado pela atividade terciária em sua direção. Por sua vez, o município de Campinas apresentou queda de 6,1 p.p. do seu valor adicionado no setor em relação à região metropolitana, revelando uma forte desconcentração interna. Ou seja, cada vez mais sua importância econômica está relacionada à dinâmica metropolitana.

Por outro lado, o ganho de participação de 1,3 p.p. da RMC em relação à sua área de influência vem reforçar a centralidade que Campinas exerce dentro da rede de cidades que ela comanda. Com efeito, a dinâmica do setor de serviços é um dos principais indicadores da importância relativa das cidades na hierarquia urbana. Por fim, no ano de 2015, a RIC contribuiu com 4,4% do valor adicionado pelos serviços no país.

**Tabela 5 – RM-Campinas: Produto Interno Bruto, Valor Adicionado por setores e participação por níveis de agregação territorial (2002-2015)**

PIB, Impostos e Valor Adicionado	Produto Interno Bruto													
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
% RMC/BR	2,8	2,9	2,9	3,0	2,9	2,9	2,9	2,9	2,9	2,7	2,6	2,7	2,7	2,9
% RMC/ESP	8,1	8,4	8,7	8,7	8,4	8,4	8,6	8,5	8,7	8,3	8,1	8,4	8,5	8,9
% Campinas/RMC	34,9	33,2	33,0	35,0	34,7	34,3	33,6	34,0	34,1	37,3	38,4	37,8	34,7	32,6
% RMC/RIC	62,3	62,7	63,3	63,2	62,2	62,0	63,2	63,2	64,1	62,5	58,9	61,4	61,5	63,0
% RIC/BR	4,6	4,6	4,6	4,7	4,6	4,6	4,6	4,6	4,5	4,4	4,4	4,4	4,4	4,6
<b>Impostos, líquidos de subsídios</b>														
% RMC/BR	3,8	3,8	4,0	3,9	3,7	3,7	3,7	3,7	3,7	3,6	3,7	3,9	3,7	3,9
% RMC/ESP	9,5	9,6	10,5	10,2	9,7	9,6	9,6	9,4	9,7	9,5	9,8	10,1	9,9	10,3
% Campinas/RMC	27,8	24,9	26,2	33,3	34,2	35,3	34,7	34,2	33,9	35,2	33,8	33,1	30,6	31,1
% RMC/RIC	69,3	70,2	72,5	72,0	70,7	69,7	70,3	70,4	71,1	70,8	67,9	68,2	66,4	66,2
% RIC/BR	5,5	5,4	5,6	5,4	5,3	5,3	5,3	5,2	5,2	5,1	5,5	5,7	5,6	5,8
<b>Valor adicionado da Agropecuária</b>														
% RMC/BR	0,7	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	0,4	0,5	0,4	0,4	0,4	0,5	0,6	0,6
% RMC/ESP	3,9	3,6	3,8	3,7	3,4	3,6	3,4	3,1	2,9	3,3	3,4	4,4	5,3	5,9
% Campinas/RMC	6,9	7,4	7,9	8,1	9,1	7,4	6,7	6,0	6,6	7,4	7,8	7,1	7,6	7,1
% RMC/RIC	25,7	25,1	24,6	25,0	23,4	23,4	23,2	22,1	22,3	24,6	24,9	32,3	36,5	38,4
% RIC/BR	2,6	2,1	2,0	2,3	2,7	2,7	1,9	2,2	1,8	1,7	1,6	1,5	1,6	1,6
<b>Valor adicionado da Indústria</b>														
% RMC/BR	4,0	4,3	4,2	4,3	4,1	4,1	4,1	4,2	3,9	3,2	2,8	2,9	3,1	3,9
% RMC/ESP	11,3	11,9	12,0	12,2	12,2	12,0	12,4	12,3	12,1	10,6	9,7	10,0	10,6	12,8
% Campinas/RMC	25,7	23,5	24,3	24,4	23,0	21,3	20,8	21,4	21,6	26,5	29,7	29,8	26,1	21,1
% RMC/RIC	63,1	63,6	63,1	62,9	61,8	61,0	62,0	62,4	63,2	57,9	54,6	55,3	56,6	62,5
% RIC/BR	6,3	6,8	6,6	6,8	6,6	6,8	6,6	6,7	6,2	5,5	5,1	5,2	5,4	6,3

continua...

continuação

PIB, Impostos e Valor Adicionado	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	Valor adicionado dos Serviços, exclusive Adm. Pública													
% RMC/BR	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6	2,7	2,7	2,8	2,8	2,7	2,9	2,9	2,8
% RMC/ESP	6,6	6,7	6,8	6,8	6,6	6,6	6,9	7,0	7,2	7,3	7,2	7,5	7,6	7,5
% Campinas/RMC	45,8	45,7	45,0	45,4	45,1	44,7	43,5	43,4	43,4	45,0	45,5	44,3	40,8	39,7
% RMC/RIC	62,9	62,8	63,2	63,4	62,9	63,4	64,5	64,8	65,1	64,9	59,4	64,0	64,0	64,2
% RIC/BR	4,2	4,2	4,1	4,2	4,2	4,1	4,1	4,1	4,3	4,4	4,6	4,5	4,5	4,4
Valor adicionado da Administração Pública <sup>1</sup>														
% RMC/BR	1,5	1,5	1,4	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4
% RMC/ESP	7,3	7,3	7,2	7,5	7,5	7,5	7,6	7,5	7,5	7,5	7,5	7,5	7,6	7,5
% Campinas/RMC	39,4	38,9	38,4	39,3	37,1	36,9	36,8	37,2	36,6	37,1	36,7	36,1	35,3	35,8
% RMC/RIC	55,1	55,2	55,0	55,7	55,4	55,6	55,7	55,9	55,5	55,6	55,4	55,3	55,3	55,1
% RIC/BR	2,7	2,7	2,6	2,7	2,6	2,7	2,7	2,7	2,6	2,5	2,5	2,6	2,5	2,5

Fonte: IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios - Anos de Referência: 2002 a 2015. Elaborada pela CEDE.

<sup>1</sup> Refere-se aos Serviços de Administração: defesa, educação e saúde pública e seguridade social.

A desagregação dos *serviços de administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social*, ou apenas Administração Pública, torna-se importante pelo papel peculiar que tal setor desempenha na maioria dos municípios brasileiros. Verificou-se, no caso da região de Campinas, certa estabilidade da participação da RMC comparativamente aos demais níveis, durante os anos investigados, cabendo destaque apenas à perda de participação do município de Campinas em relação à região metropolitana, de 3,6 p.p. Chama a atenção, no entanto, o comportamento desse setor dentro da RIC, cuja forte dinâmica econômica aponta para uma menor dependência que os municípios da região têm dessa atividade, conforme será verificado a seguir.

Com efeito, os dados da Tabela 6 revelam a importância relativamente menor da Administração Pública para o conjunto dos municípios da RIC, não chegando a 10% do valor adicionado bruto total (VAB) da região, mantendo-se estável ao longo da série. Tal fato mostra a menor dependência que os municípios da região têm em relação ao Estado – isto é, do valor adicionado pela administração pública –, sinalizando para um nível mais elevado de atividade econômica. Para efeitos de comparação, no Brasil, o peso do setor público sobre o valor adicionado foi de 17,2%, no ano de 2015. Já em São Paulo, no mesmo ano, o setor representou 10,1%, na RMC, 8,8%, e na RIC, 9,9%.

**Tabela 6 – RIC: Participação Setorial no Valor Adicionado Bruto Total (2002-2015)\***

	2002	2003	2004	2005	2006	2008	2009	2010	2011	2013	2014	2015
VAB Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agropecuária	3,8	3,4	3,1	2,7	3,1	2,3	2,6	2,0	2,0	1,9	1,9	1,8
Indústria	38,0	40,7	42,8	42,4	40,4	40,5	38,4	38,4	35,3	30,8	30,4	32,4
Serviços <sup>1</sup>	48,1	46,4	45,0	45,6	47,0	47,1	48,5	50,0	53,1	57,1	57,9	55,9
Adm. Pública <sup>2</sup>	10,0	9,5	9,2	9,4	9,6	10,2	10,5	9,5	9,6	10,2	9,8	9,9

Fonte: IBGE, PIB dos Municípios - Anos de Referência: 2002 a 2015. Elaborada pelo CEDE.

\* Os anos de 2007 e 2012 foram suprimidos, pois apresentavam números muito semelhantes a 2006 e 2011, respectivamente.

<sup>1</sup> Serviços, exclusive Administração Pública.

<sup>2</sup> Refere-se aos Serviços de Administração, defesa, educação e saúde pública e seguridade social.

No que diz respeito à distribuição setorial do VAB dentro da RIC, nota-se a queda de participação da agropecuária (-2,0 p.p.) e da indústria (-5,6 p.p.), entre os anos de 2002 e 2015, enquanto o setor de serviços, exceto Administração Pública, passou de 48,1%, no ano de 2002 para 55,9% em 2015. O setor agropecuário, cuja participação vem apresentando uma redução sistemática,

contribuiu com 1,8% do VAB total em 2015. Já o setor industrial chegou a apresentar elevação de participação entre 2002 e 2008, passando de 38% para 40,5% do VAB total, mas caiu, desde então, a um mínimo de 30,4% em 2014, oscilando positivamente para 32,4% no ano de 2015.

O quadro demonstra o sentido em que se dá o processo de geração de renda na região, sendo o valor agregado cada vez mais determinado por atividades tipicamente urbanas, por meio das quais passam a ter primazia os centros urbanos com maior diversificação na oferta de comércio e de serviços, para além das atividades industriais. Basta lembrar o peso que tem a RMC na geração de valor entre os municípios da região (63% em 2015). Ademais, na análise da rede urbana, quando se leva em consideração a centralidade que o setor terciário exerce na hierarquia dos centros urbanos, é de fundamental importância que se observe o tipo de serviços que é ali ofertado.

Com os dados discutidos até aqui, torna-se possível realizar uma análise com base na contribuição de cada grupo de cidades quanto ao nível de atividade econômica dentro da RIC. Os dados das Tabelas 7 e da Tabela 8 permitem rapidamente perceber a ocorrência (ou não) de especialização produtiva (divisão territorial do trabalho) nos municípios analisados, podendo-se caracterizar qual esquema de distribuição da atividade econômica é específico dessa rede urbana.

Por um lado, na Tabela 7, aparecem os Centros Locais respondendo por quase dois terços do valor adicionado pela agropecuária na região, cuja cifra vem se elevando ao longo do período investigado, passando de 55,6% em 2002 para 63,8% no ano de 2015. Essa ampliação de participação dos Centros Locais se deu a partir das perdas nos níveis hierárquicos superiores, em que aparecem os Centros de Zona com 15,1% do VAB agropecuário de 2015 (perda de 2,6 p.p. em relação a 2002), seguidos pelos Centros Sub-regionais (7,3% e perda de 4,6 p.p. em relação a 2002) e pela Capital Regional C (3,1% e perda de 1,4 p.p. em relação a 2002).

O caso da Capital Regional A merece especial atenção, pois responde por 10,8% do valor adicionado agropecuário, mantendo-se estável sua participação ao longo do período. Revela-se, assim, a importância do núcleo nesse setor, ainda que internamente sua contribuição seja reduzida (0,7% do VAB da ACP de Campinas).

Por outro lado, quando se compara a ACP de Campinas à RMC os valores são bem diferentes. Conforme a Tabela 5, a participação da RMC na RIC, no ano de 2015, foi de 38,4%, enquanto a da ACP foi de 11%. A diferença deve-se ao desempenho da agropecuária no município de Itatiba, que não faz parte da ACP. O referido município saiu de 23,9% do valor adicionado pelo setor na RMC em 2002, para 40% em 2015. O ganho de participação da RMC na agropecuária paulista justifica-se por isso.

**Tabela 7 – RIC: Valor Adicionado Bruto Total e por Setores Econômicos, segundo a participação dos níveis de hierarquia urbana**

Valor adicionado bruto total	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Capital Regional A	57,1	57,6	57,8	58,2	57,4	57,2	58,6	58,7	59,4	57,4	53,8	56,6	56,9	59,0
Capital Regional C	7,1	7,0	7,6	7,6	7,8	7,8	7,8	7,2	7,2	7,8	7,6	8,5	8,3	7,5
Centro Sub-regional	13,5	13,4	13,4	13,4	13,8	13,8	13,3	13,0	12,8	13,4	13,3	13,4	12,8	12,3
Centro de Zona	7,9	7,7	7,5	7,3	7,4	7,6	7,2	7,6	7,5	7,9	8,0	8,1	8,0	7,9
Centro Local	14,5	14,3	13,7	13,5	13,7	13,6	13,0	13,5	13,1	13,4	17,3	13,5	13,9	13,3
<b>Agropecuária</b>	<b>100,0</b>													
Capital Regional A	10,7	9,9	9,9	9,8	9,9	9,5	8,5	7,8	6,8	7,9	8,3	10,3	9,9	10,8
Capital Regional C	4,5	5,3	4,3	5,0	4,7	4,4	4,8	5,2	6,2	6,9	5,9	4,8	3,4	3,1
Centro Sub-regional	11,5	11,0	9,7	10,4	11,9	10,4	10,1	9,5	9,9	9,7	9,9	9,0	6,9	7,3
Centro de Zona	17,7	17,4	16,2	15,0	14,9	17,1	16,3	20,1	17,3	15,9	16,6	16,4	14,8	15,1
Centro Local	55,6	56,5	59,9	59,8	58,6	58,6	60,2	57,3	59,8	59,6	59,3	59,6	65,1	63,8
<b>Indústria</b>	<b>100,0</b>													
Capital Regional A	60,1	60,7	60,2	60,1	59,1	58,2	59,3	59,5	60,1	54,4	51,1	51,9	53,2	59,6
Capital Regional C	7,0	6,8	8,0	7,9	8,2	8,3	8,5	7,5	7,2	8,4	8,6	10,2	9,8	8,0
Centro Sub-regional	14,0	14,0	13,9	14,1	14,5	14,8	14,0	13,6	13,3	15,0	16,0	15,2	14,6	12,6
Centro de Zona	7,9	7,7	7,4	7,2	7,3	7,7	7,4	7,8	7,8	9,2	10,1	9,2	8,7	8,1
Centro Local	11,0	10,8	10,5	10,7	10,9	10,9	10,8	11,6	11,6	13,0	14,1	13,4	13,5	11,7
<b>Serviços, exclusive Adm. Pública<sup>1</sup></b>	<b>100,0</b>													
Capital Regional A	59,5	59,5	60,1	60,5	60,1	60,6	61,9	62,2	62,5	62,3	57,0	61,5	61,3	61,5
Capital Regional C	7,5	7,4	7,6	7,6	7,9	7,9	7,7	7,4	7,4	7,7	7,2	8,0	8,0	7,5
Centro Sub-regional	13,1	12,9	12,8	12,7	13,1	12,9	12,7	12,5	12,3	12,4	11,8	12,4	11,8	11,8
Centro de Zona	6,9	6,8	6,9	6,8	6,7	6,7	6,3	6,6	6,6	6,7	6,6	7,2	7,2	7,5
Centro Local	13,1	13,5	12,6	12,4	12,2	11,8	11,4	11,4	11,2	10,9	17,4	11,0	11,6	11,7

continua...

continuação

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Valor adicionado bruto total</b>	<b>100,0</b>													
<b>Administração pública<sup>1</sup></b>	<b>100,0</b>													
Capital Regional A	51,5	51,8	51,5	52,2	51,8	52,0	52,1	52,1	51,7	51,7	51,5	51,5	51,4	51,2
Capital Regional C	6,7	6,6	6,8	6,4	6,4	6,4	6,3	6,2	6,4	6,5	6,6	6,6	6,7	6,7
Centro Sub-regional	14,5	14,6	14,7	14,5	14,7	14,3	14,1	14,4	14,3	14,3	14,2	14,4	14,4	14,6
Centro de Zona	8,5	8,5	8,5	8,4	8,4	8,5	8,5	8,2	8,6	8,4	8,5	8,5	8,6	8,5
Centro Local	18,8	18,5	18,6	18,5	18,7	18,8	19,0	19,0	19,1	19,1	19,1	19,0	19,0	19,0

Fonte: IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios - Anos de Referência: 2002 a 2015. Elaborada pela CEDE.

<sup>1</sup> Refere-se aos Serviços de Administração: defesa, educação e saúde pública e seguridade social.

Quanto ao setor industrial, ele aparece como o grande responsável pelo peso da Capital Regional A no valor agregado da RIC. Esse núcleo apresentou um nível de participação de 59,6% do valor adicionado nesse setor dentro de sua área de influência no ano de 2015, com queda de 0,6 p.p. em relação ao início da série. Houve perda também nos Centros Sub-regionais, que passaram a responder por 12,6% do VAB industrial da região (queda de 1,4 p.p. em relação a 2002). Na Capital Regional C, entretanto, verificaram-se ganhos, o que elevou sua participação em um ponto percentual, chegando a 8% de contribuição no setor. Nos Centros Locais houve elevação de 0,7 p.p., e nos Centros de Zona, 0,2 p.p.

Como a indústria, o setor de serviços é fundamental para a centralidade de Campinas, que, como Capital Regional A, responde por 61,5% de todo o valor gerado pelo setor em sua área de influência, tendo acrescido dois pontos percentuais em relação ao ano de 2002 e absorvido a maior parte das perdas de participação dos níveis inferiores. A Capital Regional C manteve-se estável ao longo do período, com 7,5% do valor adicionado na região. Os Centros Sub-regionais apresentaram perda de 1,3 p.p., passando de 13,1% para 11,8% entre 2002 e 2015. Já os Centros de Zona elevaram sua participação em 0,6 p.p., chegando ao ano de 2015 com 7,5% do valor adicionado pelos serviços na região. Por fim, os Centros Locais tiveram perda de 1,4 p.p. entre 2002 e 2015, respondendo por 11,7% do VAB de serviços na RIC.

Por fim, o valor adicionado pela Administração Pública também apresenta elevada concentração na Capital Regional A, com 51,2% no ano de 2015, em que se destaca novamente a pouca dependência desse tipo de atividade nos núcleos de menor hierarquia, bem diferente de boa parte do país. No geral, a participação dos grupos de municípios manteve-se estável ao longo do período, com a Capital Regional C apresentando participação de 6,7% no ano de 2015, os Centros Sub-regionais com 14,6% e os Centros de Zona e Centros Locais com 8,5% e 19%, respectivamente, no mesmo ano.

Algumas das constatações feitas até aqui também podem ser inferidas a partir das informações contidas na Tabela 8, que apresenta o número de municípios segundo a classe de atividade econômica de maior relevância na geração do PIB municipal no ano de 2015.<sup>8</sup> Nota-se que, no Brasil, 2.806 municípios, ou 50,4% do total, têm no segmento de *administração pública, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social* a sua principal atividade econômica, isto é, contribui com a maior parte do VAB total no município.

8 A partir do ano de 2016, o IBGE passou a divulgar, junto com o Produto Interno Bruto dos Municípios, o nome das três principais atividades econômicas, em cada município, por ordem de importância. A série está disponível a partir do ano de 2010 e vai até o ano de 2015.

**Tabela 8 – Número de municípios por diferentes níveis territoriais, segundo a classificação da atividade econômica principal, 2015**

Classificação da atividade econômica principal	Brasil		São Paulo		RIC		RMC	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	2.806	50,4	101	15,7	4	4,9	0	0,0
Agricultura, inclusive apoio à agricultura e à pós-colheita	565	10,1	40	6,2	0	0,0	0	0,0
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	52	0,9	12	1,9	3	3,7	0	0,0
Construção	13	0,2	3	0,5	0	0,0	0	0,0
Demais serviços	1.506	27,0	422	65,4	63	77,8	16	80,0
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	85	1,5	8	1,2	0	0,0	0	0,0
Indústrias de transformação	287	5,2	54	8,4	11	13,6	4	20,0
Indústrias extrativas	71	1,3	3	0,5	0	0,0	0	0,0
Pecuária, inclusive apoio à pecuária	157	2,8	2	0,3	0	0,0	0	0,0
Produção florestal, pesca e aquicultura	28	0,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0
<b>Total de Municípios</b>	<b>5.570</b>	<b>100,0</b>	<b>645</b>	<b>100,0</b>	<b>81</b>	<b>100,0</b>	<b>20</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE, PIB dos Municípios - Ano de Referência 2015. Elaborada pelo CEDE.

Quando se observa o caso do estado de São Paulo, todavia, nota-se que a proporção de municípios dependentes da Administração Pública é de somente 15,7%, correspondendo a 101 municípios. A RIC surpreende por apresentar apenas quatro municípios nessa condição, revelando-se, mais uma vez, um grande dinamismo na distribuição das atividades econômicas em seu espaço interno. Já a RMC não apresentou municípios cuja atividade de administração pública tivesse maior relevância na geração interna de riqueza.

Depois da Administração Pública, os *Demais serviços* constituem-se como principal atividade econômica no maior número de municípios. Aqui, deve-se chamar a atenção para a enorme heterogeneidade do referido setor, que agrega atividades bastante dinâmicas, intensivas em conhecimento com alto valor agregado ou níveis elevados de emprego, porém, ao mesmo tempo, revela um ‘terciário pobre’, altamente informal, com persistência de trabalho precário e reduzida contribuição à agregação de valor dos municípios. Assim, sua análise mais pormenorizada requer a abertura dos dados de emprego, conforme se fará mais adiante (ver Tabela 9).

Feita essa ressalva, nota-se, no entanto, que no ano de 2015, 27% dos municípios brasileiros – o que corresponde a 1.506 municípios – tinham nos *Demais serviços* a sua principal atividade econômica. De maneira inversa, no estado de São Paulo, praticamente dois terços dos municípios (422) estavam nessa condição, evidenciando-se ainda mais o espraiamento das atividades

econômicas pelo território paulista, bem como a robustez de sua rede urbana, cujo setor de serviços é um segmento fundamental de sua dinâmica. Os índices elevam-se ainda mais quando se observam a RIC (77,8%) e a RMC, com 16 municípios (o equivalente a 80%) nessa condição.

O setor de *Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas* tem destaque porque, a despeito de ser um grande empregador, não costuma se configurar como a principal atividade econômica da maioria dos municípios brasileiros. Com efeito, no Brasil, menos de um por cento dos municípios apresentou esse setor como principal atividade econômica. Em São Paulo, foram apenas doze municípios (equivalentes a 1,9%), e na RIC, três (3,7%).

A *Agricultura, inclusive apoio à agricultura e à pós-colheita*, é o terceiro maior segmento em termos de municípios como principal atividade econômica. Cerca de dez por cento dos municípios brasileiros apresentaram essa condição, sendo que no estado de São Paulo foram 40 (6,2% do total do estado), e a RIC não apresentou municípios nessa categoria.

Já a *Indústria de transformação*, muito mais concentrada no território, apresentou-se como principal atividade econômica em 287 municípios brasileiros, 5,2% do total. No estado de São Paulo, que concentra o maior parque industrial brasileiro, são 54 municípios nessa condição (8,4%). Na RIC, são onze (13,6%), e na RMC são quatro (ou 20%). Deve-se destacar, todavia, que na RMC outros dez municípios aparecem com a *Indústria de transformação* como segunda maior atividade econômica, revelando-se o enorme peso dessa atividade sobre toda a região metropolitana.

### *Análise do Nível de Emprego*

Complementa a presente análise a abertura dos dados de emprego por setores, feita com base nas informações sobre a população ocupada segundo a classe de atividade econômica, obtidas pelo censo de 2010. Observa-se na Tabela 9 que, entre a população ocupada residente na RIC, 546.250 pessoas estavam alocadas em atividades ligadas à *indústria de transformação* no ano de 2010, correspondendo a 20,5% do total de pessoas ocupadas na região. Os municípios que formavam a Capital Regional A (ACP de Campinas) respondiam por 46% dos postos de trabalho dessa categoria, o que reflete o seu importante papel de polo industrial.

Em seguida, aparecem os Centros Locais, com 20,6% dos postos de trabalho na indústria, depois os Centros Sub-regionais (17%), os Centros de Zona (10%) e a Capital Regional C (6,4%), cuja menor participação reflete o fato de tratar-se de uma única municipalidade, que é Piracicaba. Assim sendo, Piracicaba também figura como um importante núcleo em termos de geração de empregos industriais.

O segmento de *Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas* aparece como o segundo maior gerador de empregos na RIC, com 16,3% do total de pessoas ocupadas, o que representa 434.429 pessoas em 2010. A ACP de Campinas concentra quase metade desses empregos, seguida pelos Centros Locais (17,7%), pelos Centros Sub-regionais (16,9%), Centros de Zona (8,6%) e pela Capital Regional C (7,8%). O setor relacionado à *Construção* também desponta como um importante empregador, com 191.477 pessoas ocupadas nessa atividade em 2010 (7,2% do total), com distribuição dos empregos entre os níveis de hierarquia de forma muito semelhante ao do *Comércio*.

O comportamento desses três segmentos – indústria de transformação, comércio e construção – aponta justamente para a forma de distribuição da atividade econômica dentro dessa rede urbana e o sentido de sua hierarquia interna. Por um lado, tem-se a ACP de Campinas concentrando 47,8% das pessoas ocupadas em um desses três segmentos e, por outro, a composição relativa dos demais níveis de hierarquia está consoante com a quantidade de municípios presentes em cada grupo.

Para melhor entendimento, estimou-se uma quantidade média de pessoas ocupadas por município em cada um desses grupos. A estimativa da média de pessoas ocupadas por município nos segmentos de *indústria de transformação, comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas e construção* tem por objetivo demonstrar o sentido da hierarquia urbano-regional. Verifica-se que os núcleos de maior hierarquia têm, em média, um número maior de pessoas ocupadas em alguma dessas atividades, diminuindo em escala à medida que se consideram os centros de menor hierarquia. Por outro lado, observa-se que a cifra de valores médios não corresponde à dinâmica econômica e ao mercado de trabalho interno de cada um dos municípios, tomados isoladamente, visto que eles variam bastante entre si. A variação do número de pessoas ocupadas por município decorre, portanto, do tamanho de sua população total e da população economicamente ativa, bem como da extensão e dinamismo de seu mercado de trabalho.

Em termos de pessoas ocupadas, se observa, hierarquicamente, a Capital Regional A respondendo por 557.856 pessoas ocupadas em alguma dessas três atividades, o que dá uma média de 39.847 pessoas por município. Deve-se atentar, entretanto, para o fator de aglomeração que leva a considerar a área como um grande centro urbano, isto é, como uma região metropolitana. A Capital Regional C destaca-se por concentrar 82.317 pessoas ocupadas em uma dessas três atividades, o que corresponde a 7,0% do total da região. Nos Centros de Zona denota-se a ocorrência de uma média de 15.533 pessoas ocupadas, enquanto os Centros Sub-regionais correspondem a 39.735 postos de trabalho no ano de 2010. Já os Centros Locais respondem, em média, por 4.319

pessoas ocupadas em algum desses três segmentos. Ademais, somente o município de Campinas – núcleo da região metropolitana – concentra 185.902 pessoas ocupadas em um desses setores, o equivalente a um terço do total da Capital Regional A.

Em termos de importância relativa, o setor de *serviços domésticos* aparece em seguida como a atividade com maior número de pessoas ocupadas na região, com 6,8% do total, algo em torno de 180 mil pessoas<sup>9</sup>. O peso relativo e a quantidade de pessoas ocupadas nesse setor chamam a atenção pela natureza desse tipo de atividade, concentrando boa parte da população em atividades que se relacionam a um “terciário pobre”, dado que expressa as marcas do subdesenvolvimento no processo de urbanização brasileiro. Com efeito, nesse quesito, a estatística não difere muito das áreas mais periféricas do país. Nota-se também que cerca de metade dessas pessoas reside na ACP de Campinas.

Verifica-se, ainda, que cerca de 150 mil pessoas estão ocupadas em atividades de *agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura* dentro da RIC no ano de 2010, equivalente a 5,6% do total. A ACP de Campinas concentra uma proporção relevante do número de empregos no setor, com 14,1% do total, refletindo o peso do valor adicionado pela Capital Regional A na região (ver Tabela 7). Já Piracicaba responde por 2,7% dos postos de trabalho nessas atividades, enquanto os Centros Locais concentram aí mais de 55% das pessoas ocupadas.

Quanto às demais atividades relativas ao grande setor de serviços, têm destaque os seguintes segmentos: *educação*, com 5,0% do total de pessoas ocupadas na região em 2010; *transportes, armazenagem e correio* (4,5%); *saúde humana e serviços sociais* (3,8%); *atividades administrativas e serviços complementares* (3,6%); *administração pública, defesa e seguridade social* (3,5%); e *atividades profissionais, científicas e técnicas* (3,0%).

Já em termos de participação relativa por grupos de hierarquia dos núcleos urbanos nesses segmentos, a Capital Regional A lidera principalmente naquelas atividades mais intensivas em conhecimento ou que envolvam uma maior relação de capital investido. São os casos de: *informação e comunicação*, com 71,3% das pessoas ocupadas nessa atividade residentes na ACP de Campinas; *atividades administrativas e serviços complementares* (61,5%); *atividades imobiliárias* (60,9%); *atividades financeiras, de seguro e serviços relacionados* (57%); além de *transporte armazenagem e correio e atividades profissionais, científicas e técnicas*, com 56,7% e 56,4%, respectivamente. Tais características dão, conseqüentemente, o sentido da centralidade de Campinas.

9 Considerando o número de pessoas ocupadas em *Atividades mal especificadas*, de 238.199, ou o equivalente a 8,9% do total, estima-se que o contingente nos serviços *domésticos* seja ainda maior.

**Tabela 9 – RIC: distribuição da população ocupada, segundo a atividade econômica e a participação relativa dos grupos de cidade (2010)**

Atividade Econômica	RIC		Participação relativa (%)					
	Pessoas	%	Capital Regional A	Capital Regional C	Centros Sub-regionais	Centros de Zona	Centros Locais	Total
Agricultura, pecuária, prod. florestal, pesca e aquicultura	148.075	5,6	14,07	2,7	11,0	16,7	55,6	100,0
Indústrias extrativas	4.980	0,2	49,28	3,3	11,8	5,4	30,3	100,0
Indústrias de transformação	546.250	20,5	46,01	6,4	17,0	10,0	20,6	100,0
Eleticidade e gás	4.332	0,2	63,02	5,7	13,1	6,0	12,2	100,0
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos	20.788	0,8	49,06	8,5	15,5	9,7	17,3	100,0
Construção	191.477	7,2	48,73	7,1	17,1	8,6	18,5	100,0
Comércio, reparação de veículos (carros e motos)	434.429	16,3	49,08	7,8	16,9	8,6	17,7	100,0
Transporte, armazenagem e correio	120.471	4,5	56,74	5,8	13,6	7,8	16,1	100,0
Alojamento e alimentação	95.679	3,6	52,49	6,8	13,9	7,8	19,0	100,0
Informação e comunicação	39.194	1,5	71,33	5,8	11,5	4,4	7,0	100,0
Ativ. financeiras, de seguros e serviços relacionados	31.466	1,2	57,03	7,9	14,8	7,9	12,5	100,0
Atividades imobiliárias	12.652	0,5	60,86	10,0	11,8	6,5	10,8	100,0
Atividades profissionais, científicas e técnicas	80.196	3,0	56,43	8,4	16,2	6,9	12,1	100,0
Atividades administrativas e serviços complementares	96.522	3,6	61,47	7,7	14,3	5,5	11,0	100,0
Administração pública, defesa e seguridade social	92.858	3,5	47,70	6,8	14,3	9,2	22,0	100,0
Educação	134.212	5,0	52,38	8,0	15,5	8,0	16,2	100,0
Saúde humana e serviços sociais	101.390	3,8	53,53	7,7	16,4	7,8	14,5	100,0
Artes, cultura, esporte e recreação	20.020	0,8	52,16	7,7	16,9	7,9	15,3	100,0
Outras atividades de serviços	68.256	2,6	53,83	7,1	14,3	8,7	16,1	100,0
Serviços domésticos	180.347	6,8	49,23	7,1	15,4	8,2	20,1	100,0
Organizações internacionais e outras instituições	3	0,0	0,00	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0
Atividades mal especificadas	238.199	8,9	60,19	5,8	12,5	6,4	15,0	100,0
<b>Total</b>	<b>2.661.796</b>	<b>100,0</b>	<b>49,6</b>	<b>6,8</b>	<b>15,3</b>	<b>8,8</b>	<b>19,6</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 2010. Elaborada pelo CEDE.

## 4. Condicionantes da Hierarquia Urbano-Regional na RIC

Nesta quarta e última seção são apresentados e discutidos alguns dos condicionantes da hierarquia urbana na RIC, com base na atualização dos dados de algumas das principais variáveis utilizadas pela Regic (IBGE), de modo que se promova uma visão adequada do movimento de ganhos e perdas de centralidade, dada pelo caráter mais dinâmico que esse tipo de análise pode proporcionar. Para a caracterização da área estudada, optou-se por analisar, inicialmente, as informações referentes à diversidade da oferta de comércio e serviços. Trata-se de uma variável indicativa do grau de centralidade dos centros urbanos e tem como parâmetros os mesmos critérios utilizados pela Regic de 2007.

Buscou-se verificar o grau de diversidade da oferta de comércio e serviços nos municípios da RIC, com base nos dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Para tanto, considera-se o número total de classes de atividades de comércio e serviços relacionados no quarto nível da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0)<sup>10</sup>. Em seguida, verifica-se o número de classes presentes em cada município investigado. Assim, o *grau de diversidade da oferta de comércio e serviços* é obtido a partir do cálculo da razão entre o número de classes de cada município em relação ao total possível. Foram analisados os dados compreendidos entre os anos de 2006 e 2016, o que permitiu verificar tanto a posição atual dos níveis de centralidade dos centros urbanos nesse quesito, como o movimento de ganhos e/ou perdas verificado no período.

### *Setor Terciário: a Diversidade do Comércio e dos Serviços*

A observação do grau de diversidade da oferta de comércio e serviços junto às principais aglomerações urbanas do estado de São Paulo reforça os níveis de hierarquia urbano-regional já verificados pelo IBGE (2008), mostrando-se que, nesse quesito, não aconteceram mudanças estruturais significativas. Isto é, ao longo do período investigado, os indicadores nos principais núcleos da rede foram muito semelhantes.

Os dados da Tabela 10 revelam a RMSP com o maior grau de diversidade entre as aglomerações investigadas – que, aliás, é o nível mais elevado do país. A RMSP apresentou a totalidade das classes de comércio e 226 classes

10 A CNAE 2.0 identifica 95 classes pertencentes à seção de comércio e outras 232 relacionadas a serviços, perfazendo um total de 327 classes nesses dois grupos de atividades. Desse modo, o grau de diversidade da oferta de comércio e serviços de cada núcleo urbano corresponde a uma fração desse total. O indicador varia entre zero e um, de modo que, quanto mais próximo de 1, maior o grau de diversidade da oferta nas cidades investigadas. (IBGE, 2008).

de serviços, de um total de 232 possíveis no ano de 2016, chegando a um indicador do grau de diversidade da oferta de comércio e serviços em 0,979 no referido ano. O desafio é saber se serão bem aproveitados os seus ganhos de integração regional ou entre as demais áreas metropolitanas. Ressalte-se, também, o fato de que a relativa autonomia que essa unidade territorial metropolitana tem é única no que se refere ao acesso da população a uma imensa variedade de bens e serviços, o que só seria passível de comparação internacional.

**Tabela 10 – Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas do estado de São Paulo: grau de diversidade da oferta de comércio e serviços (2006 a 2016)**

UT	Grau de diversidade da oferta de comércio e serviços										
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
AU Jundiaí	0,755	0,761	0,768	0,786	0,801	0,823	0,807	0,798	0,795	0,795	0,786
AU Piracicaba	0,798	0,823	0,823	0,820	0,820	0,829	0,841	0,826	0,817	0,823	0,826
RM Baixada Santista	0,859	0,875	0,881	0,902	0,908	0,905	0,896	0,884	0,881	0,878	0,869
RM Campinas	0,887	0,905	0,890	0,890	0,890	0,899	0,902	0,905	0,896	0,896	0,896
ACP Campinas	0,884	0,902	0,887	0,890	0,890	0,890	0,899	0,905	0,893	0,890	0,890
RM Sorocaba	0,838	0,841	0,844	0,838	0,856	0,869	0,865	0,872	0,865	0,865	0,865
RM VPLN	0,869	0,893	0,893	0,899	0,887	0,890	0,887	0,884	0,887	0,887	0,893
RM São Paulo	0,976	0,979	0,982	0,982	0,979	0,972	0,976	0,969	0,982	0,976	0,979

Fonte: RAIS/MTE, 2006 a 2016. Elaborada pelo CEDE.

Obs.: as Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas seguem o número oficial de municípios.

Com efeito, a RMSP respondia por 61,2% do número de vínculos ativos nessas atividades no ano de 2006, o equivalente a cerca de 4,4 milhões de postos de trabalho. Já em 2016, eram 5,9 milhões de pessoas, ou 59,5% dos empregos no setor terciário do estado, um crescimento de 33,6% durante o período investigado.

Os dados da Tabela 11 revelam, inclusive, que o crescimento dessas atividades, em termos de empregos formais, foi mais intenso nas outras aglomerações investigadas, o que aponta para uma pequena desconcentração do emprego no setor terciário em relação à RMSP dentro do período analisado. Chama a atenção também a queda verificada nos dois últimos anos da série (2015 e 2016) em todas as unidades investigadas, decorrente da severa crise econômica pela qual o país começava a passar a partir daquele momento.

A RMC aparece em seguida com um grau de diversidade da oferta de comércio e serviços num patamar de 0,896 no ano de 2016, o que coaduna

com sua posição hierárquica na rede urbana de São Paulo, como segunda principal aglomeração do estado. Demonstra também a dimensão e a importância do setor terciário junto a esse núcleo urbano, tendo havido certa variação do indicador ao longo do período analisado. Em outra medida, nota-se que a RMC possui grau de diversidade superior ao da ACP de Campinas (0,890), o que também evidencia uma dinâmica positiva em termos de processos de aglomeração, com municípios fora do núcleo principal apresentando atividades não presentes no núcleo.

**Tabela 11 – Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas do estado de São Paulo: crescimento relativo anual do número de vínculos ativos formais em atividades de comércio e serviços (2006 a 2016)**

UT	Taxa de variação anual										Cresc. total
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
AU Jundiaí	11,6	8,1	6,8	9,7	7,9	3,4	4,3	2,5	-2,1	-2,0	61,8
AU Piracicaba	3,1	4,6	5,4	7,1	7,4	3,5	2,7	1,8	-1,0	-1,6	37,9
RM Baixada Santista	8,5	2,5	4,0	7,4	7,1	0,8	3,1	0,9	-2,5	-3,5	31,3
RM Campinas	5,7	6,2	6,3	6,8	6,2	2,3	5,2	1,4	-0,8	-1,9	43,6
ACP Campinas	8,4	7,3	5,4	7,6	6,2	2,5	5,2	2,0	-0,8	-1,4	50,6
RM Sorocaba	4,2	7,9	6,1	9,9	7,4	1,9	5,2	2,7	0,4	-2,3	51,9
RM VPLN	6,1	8,3	6,6	5,5	5,9	2,8	3,3	1,2	-0,4	-1,8	43,8
RM São Paulo	7,6	6,1	3,4	6,4	3,1	4,6	0,9	2,0	-1,7	-2,6	33,6

Fonte: RAIS/MTE, 2006 a 2016. Elaborada pelo CEDE.

Obs.: as Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas seguem o número oficial de municípios.

Diferentemente do grau de diversidade, o crescimento do número de empregos formais nessas atividades foi maior nos municípios da ACP de Campinas, mostrando que estes são, de fato, os núcleos mais dinâmicos dessa região. Assim, a RMC apresentou crescimento de 43,6% do número de vínculos ativos em atividades de comércio e serviços entre 2006 e 2016, enquanto a ACP de Campinas cresceu 50,6%. Com efeito, a maior parte dos empregos formais em comércio e serviços da RMC está concentrada nos municípios da ACP de Campinas, que respondem por quase 95% dos vínculos ativos da metrópole campineira. Além disso, em 2016, a RMC respondia por 6,9% dos empregos terciários formais do estado de São Paulo. A ACP de Campinas também se destacava por ter apresentado o menor ritmo de queda do emprego nesses setores entre as unidades investigadas no ano de 2016, com queda de 1,4% em relação ao ano de 2015.

As demais unidades territoriais analisadas apontam para o bom desempenho das aglomerações urbanas (AU) de Jundiaí e de Piracicaba, que

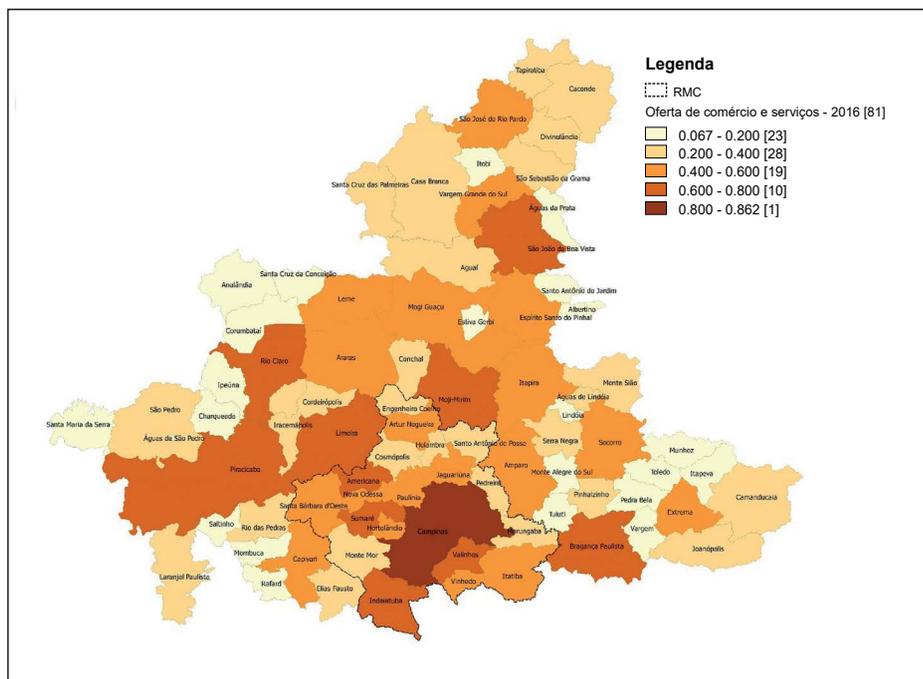
apresentaram as maiores elevações nas cifras investigadas. A AU de Jundiaí elevou seu grau de diversidade da oferta de comércio e serviços de um patamar de 0,755 em 2006, para 0,786 em 2016, enquanto a AU de Piracicaba passou de 0,798 para 0,826 no mesmo período. A AU de Jundiaí também apresentou o maior ritmo de crescimento do número de empregos formais, com aumento de 61,8% durante o período analisado, elevando sua participação no total do estado de 1,4% para 1,7%. Em seguida, aparece a RM de Sorocaba, com crescimento de 51,9% no mesmo período, passando de 2,8% para 3,1% do total do estado, de 2006 para 2016.

As informações sobre o grau de diversidade da oferta de comércio e serviços, complementadas com os dados de emprego formal nesses setores para as principais aglomerações urbanas do estado de São Paulo, demonstram que desempenham funções semelhantes no que se refere à centralidade exercida em suas respectivas áreas de influência. Salienta-se, contudo, que os diferenciais de volume de emprego apontam para a ocorrência de dinâmicas econômicas e demográficas distintas.

A esse respeito, quando se observam exclusivamente os centros urbanos pertencentes à RIC, o indicador aponta para a posição relativa de cada cidade coincidindo com os níveis de hierarquia adotados para este trabalho. Com efeito, o município de Campinas desponta como o único dessa região que apresentava grau de diversidade da oferta de comércio e serviços superior a 80% do número total de classes possíveis, com 0,862 no ano de 2016 (Figura 2). O dado reforça o papel central do núcleo dessa rede, em que pesem os efeitos do processo de aglomeração, no qual a ACP de Campinas e a RMC apresentaram indicadores ainda maiores, conforme já demonstrado.

O município de Piracicaba (Capital Regional C), com grau de diversidade de 0,771 em 2016, aparece em segundo lugar nesse quesito. Em seguida, aparecem Indaiatuba (0,713), Americana (0,706) e Limeira (0,700), sendo que os dois primeiros fazem parte da ACP de Campinas. Já o caso de Limeira, junto com Rio Claro (0,673), que aparece em seguida, reforça a posição dos Centros Sub-regionais dentro dessa rede urbana. Destacam-se, ainda, entre os maiores indicadores, os casos de Bragança Paulista (0,645) e São João da Boa Vista (0,621) – Centros Sub-regionais –, além de Valinhos e Sumaré, com 0,654 e 0,612, respectivamente, pertencentes à ACP de Campinas. Completa a lista dos casos com mais de 60% do total de classes de atividades terciárias o município de Mogi Mirim, com 0,615 no ano de 2016, cuja classificação como Centro Local na hierarquia urbana indica uma dinâmica diferenciada.

**Figura 2 – RIC: grau de diversidade da oferta de comércio e serviços (2016)**



Fonte: RAIS/MTE, 2016. Elaborada pelo CEDE.

No outro extremo, foram identificados 51 municípios com indicador inferior a 0,400, dos quais sete faziam parte da RMC. Destacam-se, entre eles, sete municípios: Monte Mor, com um indicador de 0,339, Pedreira (0,388) e Cosmópolis (0,398), que fazem parte da ACP de Campinas. Os demais<sup>11</sup> foram classificados como Centros Locais, reforçando ainda mais o seu papel dentro da rede de cidades e da região metropolitana. Os menores valores foram encontrados para os casos de Albertina-MG e Mombuca-SP, com 0,067 em ambos os casos.

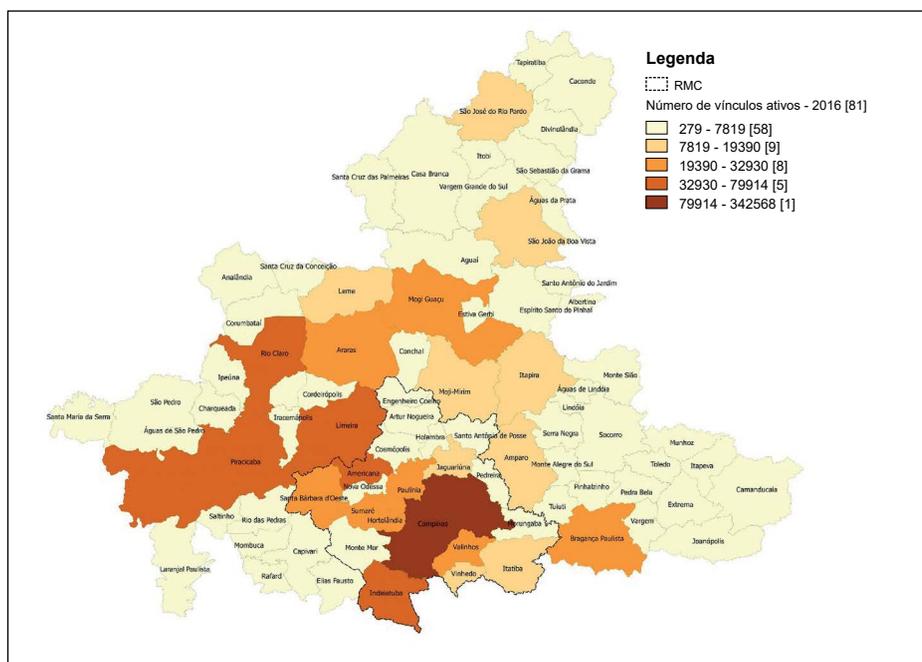
Já em termos do número total de vínculos ativos em atividades de comércio e serviços dentro da RIC, os dados variaram de um mínimo de 279 postos de trabalho em Albertina-MG e 339 em Toledo-MG no ano de 2016, até 342,6 mil vínculos em Campinas, no mesmo ano (Figura 3). Nessa hierarquia, Piracicaba aparece como o segundo, com 79,9 mil postos de trabalho no setor terciário, sucedido por Limeira (49 mil), Americana (46 mil) e Indaiatuba (43 mil), respectivamente. Com efeito, os dados reforçam a distância de Campinas

11 Os Centros Locais que faziam parte da RMC registrados com baixo indicador de diversidade da oferta de comércio e serviços foram: Engenheiro Coelho (0,226), Morungaba (0,232), Holambra (0,327) e Santo Antônio de Posse (0,355).

em relação aos seus pares, concentrando 30,9% dos empregos formais nesses setores no ano de 2016, com Piracicaba em segundo lugar, respondendo por apenas 7,2%.

A Figura 3 indica o sentido em que o emprego nessas atividades se distribui espacialmente por essa rede de cidades. Denota-se um eixo que parte de Campinas, em direção à Piracicaba, passando por Americana e Limeira, subindo em direção a Rio Claro, Araras e Mogi Guaçu. Além desses, destacam-se, principalmente, o entorno de Campinas, com os municípios de Indaiatuba, Valinhos, Hortolândia, Paulínia, Sumaré e Santa Bárbara d'Oeste.

**Figura 3 – RIC: número total de vínculos ativos formais em atividades de comércio e serviços (2016)**



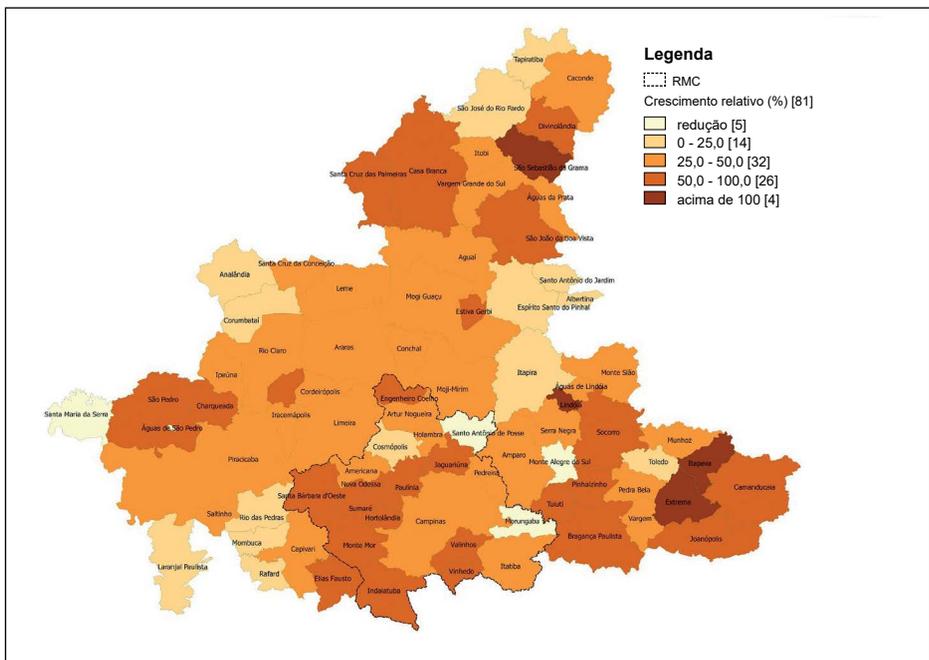
Fonte: RAIS/MTE, 2016. Elaborada pelo CEDE.

Reforça a análise os dados de variação do emprego formal durante o período analisado, tanto em termos percentuais como em variação absoluta. Se, por um lado, os dados analisados anteriormente apontam para a liderança dos principais núcleos da região em termos da oferta de comércio e serviços, por outro, na Figura 4 pode-se observar que a taxa de crescimento do emprego formal nesses setores foi maior nos municípios mais periféricos da rede. Por sua vez, dentro da RMC, nota-se que o crescimento nos municípios situados no entorno de Campinas foi bem mais acelerado do que o do núcleo dessa rede,

demonstrando um movimento de desconcentração do emprego em direção aos demais municípios da região metropolitana.

Verificou-se na RIC que cinco municípios tiveram redução do número de empregos formais no setor terciário, dentre os quais se destacam Morungaba e Santo Antônio de Posse, por pertencerem à RMC e, portanto, apresentarem dinâmica bastante diversa do restante da região metropolitana nesse quesito. O caso de Morungaba chama a atenção pela extensão da queda, com redução de mais de 80% do número de vínculos ativos nesses setores, o equivalente a uma perda de 16,6 mil postos de trabalho<sup>12</sup>. Monte Alegre do Sul apresentou redução de 26,7% durante o período analisado, sendo seguido por Santa Maria da Serra (-25,9%), Águas de São Pedro (-20%) e Santo Antônio de Posse (-6,2%).

**Figura 4 – RIC: crescimento relativo do número de vínculos ativos formais em atividades de comércio e serviços (2006 a 2016)**



Fonte: RAIS/MTE, 2006-2016. Elaborada pelo CEDE.

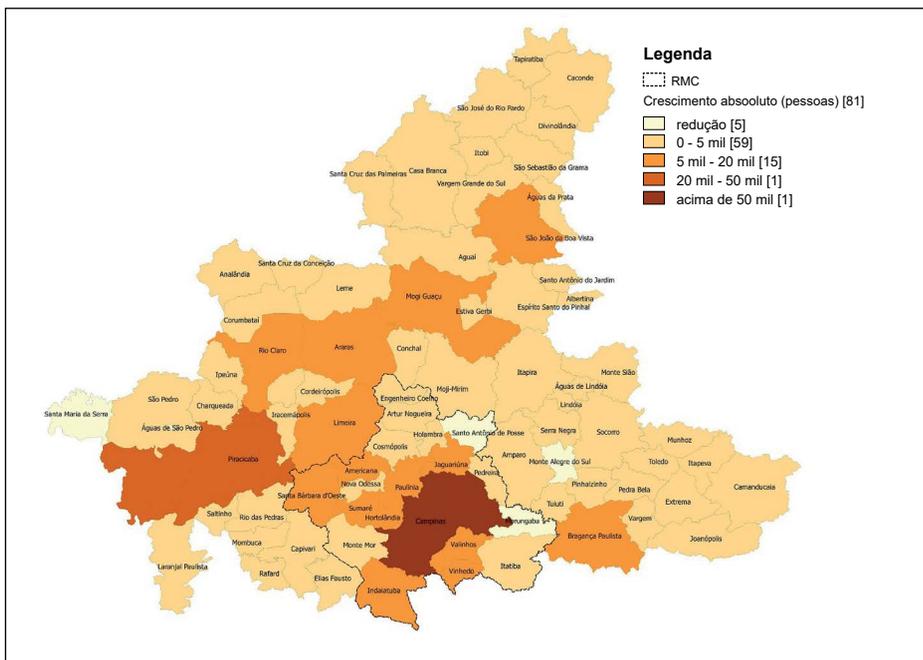
12 A população de Morungaba, no ano de 2015, era estimada em apenas 12.934 pessoas, incompatível, portanto, com a cifra de 16 mil postos de trabalho a menos. Verificou-se que as empresas que atuam nos ramos de serviços de vigilância e de limpeza – típicas atividades terceirizadas – tinham seus funcionários alocados em estabelecimentos que eram registrados na sede do município, mas operavam em outros lugares, tais como Campinas e São Paulo.

Em sentido oposto, quatro municípios apresentaram crescimento superior a 100%, mais do que dobrando o número de postos de trabalho nesses setores. Destaca-se o caso do município de Extrema, em Minas Gerais, com aumento de 131,9%. Em seguida, aparecem Lindoia-SP, com 120,6%, Itapeva-MG (113,8%) e São Sebastião da Gama-SP (104,5%). Outros 26 municípios apresentaram crescimento situado entre 50% e 100%, com destaque para os casos dos municípios metropolitanos, sob a liderança de Engenheiro Coelho (87,8%), Valinhos (84,3%), Indaiatuba (83,2%) e Monte Mor (79,3%).

As informações da Figura 5, no entanto, demonstram que, em termos absolutos, os maiores níveis de crescimento se dão nos principais núcleos dessa rede de cidades. Com efeito, o município de Campinas apresentou um aumento de 104,2 mil postos de trabalho nos setores de comércio e serviços entre os anos de 2006 e 2016, sendo tal aumento bastante superior ao das demais unidades analisadas. O município de Piracicaba, com o segundo maior crescimento, apresentou um acréscimo de 21,5 mil postos de trabalho nesses setores no mesmo período. Em seguida, aparecem Indaiatuba (19,6 mil), Limeira (15,4 mil), Valinhos (13,7 mil), Sumaré (13,6 mil), Hortolândia (11,8 mil), Santa Bárbara d'Oeste (11,2 mil) e Paulínia (10,6 mil), completando o rol de municípios com crescimento superior a dez mil postos de trabalho nos setores de comércio e serviços.

Entre os municípios que tiveram perdas, o caso mais evidente é o de Morungaba, conforme já mencionado. Os demais foram cifras em torno de -322 vínculos ativos no caso de Águas de São Pedro-SP e -191 em Santa Maria da Serra-SP. A maior parte dos municípios teve crescimento situado na faixa entre zero e cinco mil novos postos de trabalho em algum desses setores. Nesse grupo, o menor crescimento foi do município de Toledo-MG, com acréscimo de apenas seis novos vínculos ativos, enquanto o maior foi do município de Leme-SP, com 4,5 mil novos empregos.

**Figura 5 – RIC: crescimento absoluto do número de vínculos ativos formais em atividades de comércio e serviços (2006 a 2016)**



Fonte: RAIS/MTE, 2006-2016. Elaborada pelo CEDE.

O levantamento empreendido nas seções anteriores, ao analisar o desempenho populacional e o nível de atividade econômica junto aos municípios pertencentes à área de influência de Campinas, além de utilizar alguns indicadores de centralidade, corrobora o sentido da hierarquia urbano-regional na área, tal qual identificado pela pesquisa *Regiões de Influência das Cidades* (Regic) do IBGE. Com efeito, o esquema de distribuição da atividade econômica por essa rede urbana revela o papel de liderança da RM Campinas, ao mesmo tempo em que se destacam a forte integração e a interação com os demais centros urbanos que desempenham seus papéis em seus respectivos níveis de hierarquia. Configura, portanto, um quadro interno de divisão espacial do trabalho do qual todo o conjunto regional se beneficia, em que pese o alto nível de concentração econômica e demográfica em seu núcleo principal.

## 5. Considerações finais

Nestas considerações finais, serão resumidos aqueles pontos que chamaram mais a atenção e que dizem respeito aos problemas e desafios relacionados

aos aspectos estruturais do desenvolvimento metropolitano de Campinas e sua região.

Nota-se que há nesse espaço um nível de concentração da atividade econômica superior ao de outras regiões metropolitanas do país. O aspecto mais relevante aqui, entretanto, é o fato de que, em face do dinamismo e do volume de riqueza da região, a concentração econômica em Campinas não se traduz em maiores desequilíbrios internos. Pelo contrário, a dinâmica econômica da região parece se beneficiar do maior dinamismo de seu núcleo, correspondendo a um nível de integração e de divisão interna do trabalho mais equilibrado, caracterizando-se por uma rede urbana mais horizontalizada – isto é, com maior *complementaridade* entre as cidades – do que se verifica geralmente em outras regiões do Brasil, o que certamente tem a ver com aspectos relacionados à sua formação regional.

O fator regional mais problemático é o desempenho industrial, cujo recuo nos últimos dez anos acrescentou graus de heterogeneidade à economia campineira. O processo de “interiorização” da indústria no estado de São Paulo — especialmente a que se dirigiu para a região de Campinas — pode ter sofrido efeitos negativos associados tanto a problemas conjunturais como estruturais. As razões disso, parcialmente discutidas neste texto, relacionam-se a questões de dinâmica setorial: refuncionalização do uso e ocupação do solo em áreas rurais<sup>13</sup>; continuidade da descentralização da indústria, mas com descontinuidades importantes no tecido industrial da região<sup>14</sup>; e espalhamento das heterogeneidades do terciário associado às perdas e ganhos de empregos formais nos diferentes municípios.

Os dados da análise integrada indicam que o valor agregado regional, em termos do PIB, está cada vez mais determinado por atividades tipicamente urbanas, nas quais terá primazia os centros urbanos com maior diversificação na oferta de comércio e de serviços, para além das atividades industriais. Em tese, tal fato pode promover uma reestruturação econômica mais seletiva assim como uma modificação dos padrões de uso e ocupação do solo. Primeiramente, pode-se tornar mais intensivo em termos de degradação ambiental e mais extensivo e precário em termos da inserção social através do emprego; em segundo lugar, existe a possibilidade de ficar mais restrito no que se refere às atividades terciárias avançadas que detenham melhores condições logísticas de infraestrutura; e, por último, pode ocorrer a modificação da posição dos segmentos vinculados à propriedade do solo e à valorização do preço da terra (rural e urbana), fazendo com que uma parte dos municípios dependa mais (ainda que não apenas) da geração de renda da terra.

13 Ver Miranda, Pastre e Porto (2020).

14 Ver Miranda e Porto (2020).

Tais considerações são importantes porque, a partir delas, podem-se vislumbrar alguns dos novos desafios que se apresentam para a região. Tais desafios se dariam graças à nova dinâmica urbana centrada em Campinas, visto o grau de diversidade e de centralidade que o município exerce, o que fortaleceria o seu comando na rede urbana e poderia extrapolar ainda mais os limites metropolitanos oficialmente definidos, aumentando também a atratividade para o entorno do núcleo e reconcentrando a renda regional. Isso pode ter implicações sociodemográficas e socioeconômicas importantes, à medida que ocorrer o avanço da divisão social e territorial do trabalho, ou seja, o nível das especializações e o grau de diversificação da economia que mobilizam pessoas, mercadorias e meios.

Finalmente, considera-se como hipótese a ser aprofundada por esta agenda de pesquisa o fato de os processos de reestruturação econômico-espacial permanecerem como fatores decisivos nessa dinâmica urbano-regional de Campinas, demonstrando que o crescimento do setor de serviços, num contexto de *desindustrialização precoce*,<sup>15</sup> poderá gerar efeitos ainda mais perversos com a continuidade da descentralização da indústria paulista.

---

15 Para saber mais, ver CANO (2014) e SAMPAIO (2017).



## REFERÊNCIAS

A ECONOMIA de Campinas e sua região 2000-2016: diagnósticos, problemas e desafios. **AGEMCAMP, EMPLASA, CEDE.IE/NEPO/UNICAMP**. Campinas: AGEMCAMP, 2018. Disponível em: [https://www.pdui.sp.gov.br/rmc/?page\\_id=755](https://www.pdui.sp.gov.br/rmc/?page_id=755). Acesso em: 9 set. 2019.

AFANASIEV, V. **Fundamentos da filosofia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

ALMEIDA, J. S. G.; NOVAIS, L. F; ROCHA, M. A. **A fragilização Financeira das empresas não financeiras no Brasil pós-crise**. Campinas: IE-Unicamp, 2016. (Texto para Discussão).

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. *In*: SADER, E.; GENTILI, P. (org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

ANDRADE, M. C. de. **A terra e o Homem no Nordeste**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

ARANTES, O.; MARICATO, E.; VAINER, C. **A Cidade do pensamento único**. Petrópolis, Vozes, Coleção Zero à Esquerda, 2001.

ARANTES, P. **Arquitetura na era digital-financeira: desenho, canteiro e renda da forma**. São Paulo, Editora 3, 2012.

ARANTES, P. E. **O Novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era de emergência**. São Paulo: Boitempo, 2014.

ARESTIS, P. SAWYER, M. New consensus macroeconomics and inflation targeting. **Economia e Sociedade**, v. 17, número especial, p. 631-655, dez. 2008.

ARUTO, P. C. **A Formação socioespacial dependente a partir da superexploração da força de trabalho: uma abordagem metodológica**. 2015. 119 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286452>. Acesso em: 27 ago. 2018.

ARUTO, P.C. **Padrão de reprodução do capital e superexploração da força de trabalho no Brasil (2003 - 2016):** uma análise em múltiplas dimensões espaciais. 2019. 1 recurso online (252 p.). Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/333667>, com acesso em: out. 2019.

ASSAF NETO, A. **Estrutura e análise de balanços:** um enfoque econômico-financeiro. 11. ed. São Paulo, Atlas, 2017.

AZEVEDO, A. de. **Vilas e cidades do Brasil colonial:** ensaio de geografia urbana retrospectiva. São Paulo, FFCL/USP (Boletim de Geografia), 1956.

BAER, M. **O Rumo perdido:** a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

BARAN, P. A. **A Economia política do desenvolvimento.** São Paulo: Abril Cultural, 1984.

BARROCAL, A. Na marra. **Carta Capital**, São Paulo, n. 950, p. 16-22, 3 maio 2017.

BATISTA, P. O Consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas Latino- Americanos. **Caderno Dívida Externa.** PEDEX, São Paulo, n. 6, 1994.

BELLUZZO, L. G. M.; GALÍPOLO, G. **Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo.** São Paulo: Contracorrente, 2017.

BELLUZZO, L. G. M.; TAVARES, M. C. Capital Financeiro e Empresa multinacional - o surgimento do capital financeiro. **Revista Temas de Ciências Humanas**, v. 9, 1980. Republicado em: BELLUZZO, L. G. M. Antecedentes da tormenta. Unesp-Facamp, 2009.

BELLUZZO, L. G.; TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. A mundialização do capital e a expansão do poder americano. *In:* FIORI, J. L. **O poder americano.** Petrópolis: Editora Vozes, p. 113-117. 2004.

BERNANKE, B.; MISHKIN, F. Inflation targeting: A New Framework for Monetary Policy? **Journal of Economic Perspectives**, spring, v. 11, n. 2, p. 97-116, 1997.

BERTASSO, B. **Edificações**: impasses da modernização no ciclo de crescimento dos anos 2000. Tese (doutorado). Campinas: IE/Unicamp, 2012.

BIONDI, A. **O Brasil privatizado** (Edição Especial). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

BLANCHARD, O. There a core of usable macroeconomics? **The American Economic Review**, v. 87, n. 2, p. 244-246, maio 1997.

BLEANEY, M. **The Rise and Fall of Keynesian Economics** - an investigation of its contribution to capitalist development. London: Macmillan, 1985.

BLINDER, A. S. Is there a core of practical macroeconomics that we should all believe?. **The American Economic Review**, papers and proceedings of the hundred and fourth annual meeting of the American Economic Association, v. 87, n. 2, p. 240-243, maio 1997.

BORGHI, R. A. Z. **Economia Financeira e Economia Produtiva. O Padrão de Financiamento da Indústria Automobilística**. 2011. Dissertação (Mestrado em Economia). Instituto de Economia – Unicamp, Campinas, 2011.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. 3ª. Reimpressão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. Ltda., 1993.

BOYER, R. **Teoria da regulação - Uma Análise Crítica**. São Paulo, Nobel, 1990.

BRAGA, J. C. de S. **Temporalidade da riqueza** - Teoria da dinâmica e financeirização do capitalismo. Campinas: IE-Unicamp, coleção Teses, 2000.

BRANCO, R. C. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano, **Oikos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 2009. Disponível em: <http://www.revistaoikos.otg/seer/index.php/oikos/article/view/132/111>. Acesso em: 30 jul. 2012.

BRANDÃO, C. A. **Triângulo**: capital comercial, geopolítica e agroindústria. 1989. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gritório e Desenvolvimento. Campinas, Editora da UNICAMP, 2007.

BREDA, D. M. **A transferência de valor no capitalismo dependente contemporâneo**: o caso do Brasil entre 2000 e 2014. 2020. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2020.

BREITBACH, A.C.M. Estudo sobre o conceito de região. **FEE** n. 13, 8/1988, Porto Alegre.

BRESSER-PEREIRA, L. C. De volta ao capital mercantil. *In*: D'INCAO, M. A. **História e ideal**: ensaios sobre Caio Prado Jr. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. *In*: PRADO, L. C. D. (org.). **Desenvolvimento e crise**: ensaios em comemoração aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares. Contraponto: Rio de Janeiro, 2012.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. **Texto para Discussão**, São Paulo, n. 275, nov. 2010. Disponível em: <http://bi-bliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/7726/TD%20274%20-%20Luiz%20Carlos%20Bresser%20Pereira.pdf?sequence=1>. Acesso em: 30 jul. 2012.

CAMPOS, F. A. **A Arte da conquista**: o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-1992). 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

CAMPOS, F. A. Complexo multinacional e “Lei de Remessas de Lucro” (1956-1973), **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 45, p. 10-35, 2016.

CAMPOS, F. A.; COSTA, J. C. A Escala nacional diante da transnacionalização do espaço local, **Argumentum**, v. 4, 2012.

CAMPOS, F.A. **Estratégias de desenvolvimento nacional**: o papel do capital estrangeiro entre o segundo governo Vargas e o governo Castelo Branco (1951-1966). 2003. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2003.

CAMPOS, F. A. Imperialismo, formação econômica russa e Revolução de 1917, **Novos Rumos**, v. 56, p. 1, 2019.

CAMPOS, F. A. Imperialismo e colapso da formação econômica brasileira *In: CAMPOS, F. (org.). Introdução à Formação Econômica do Brasil: herança colonial, industrialização dependente e reversão neocolonial. 2. ed. Marília-SP: Lutas Anticapital, 2020.*

CAMPOS, F. A. Imperialismo e Internacionalização dos Mercados Latino-Americanos nos Anos 1950, **Economia Ensaios**, v. 30, p. 7-34, 2015.

CAMPOS, F. A. **Introdução à Formação Econômica do Brasil: herança colonial, industrialização dependente e reversão neocolonial. 2. ed. Marília-SP: Lutas Anticapital, 2020.**

CAMPOS, F.A. Multinational firms and the regulatory framework in Brazil (1951-1967). **Apuntes**, v. 42, n. 76, p. 137-172, 2015.

CAMPOS, F. A. Quem é Nelson Werneck Sodré? *In: SODRÉ, N. W. (org.). Quem é o povo no Brasil? Marília-SP: Editora Lutas Anticapital, 2019.*

CAMPOS, F. A.; RODRIGUES, F. H. L. Transnacionalização do Capital e os Limites do Desenvolvimentismo: um diálogo com Celso Furtado sobre a Experiência Brasileira (1956- 1982). **História Econômica & História de Empresas**, v. 17, p. 377-414, 2014.

CAMPOS, F. A. Um vírus entre duas crises *In: LIMA FILHO, P. A. et al. (orgs.). Setas contra o capital: sobre pandemônios na pandemia e as revoluções necessárias. 1. ed. Marília-SP: Lutas anticapital, 2020.*

CANO, W. (Des)Industrialização e (Sub)Desenvolvimento. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, Centro Internacional Celso Furtado, n. 15, jul./dez. 2014.

CANO, W. A Desindustrialização no Brasil, **Economia e Sociedade**, v. 21, p. 831-851, 2012.

CANO, W. A Desindustrialização no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, Número especial, v. 21, p. 831-852, dez 2012.

CANO, W. Crise de 1929, Soberania na Política Econômica e Industrialização 2006. *In: CANO, W. Ensaios sobre a formação econômica regional do Brasil. Campinas: Ed. Unicamp, cap. 4, 1ª. reimpressão 2006.*

CANO, W. Crise e Industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a Política Nacional de Desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 3, jul./set. 2015.

CANO, W. **Descontração Produtiva Regional do Brasil 1970-2005**. São Paulo: UNESP, 2008, 294 p.

CANO, W. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil (1930-1970)**. São Paulo: Global/Unicamp, 1981.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1970)**. 3. ed. São Paulo: Unesp, 2007b.

CANO, W. Desindustrialização e Subdesenvolvimento. *In*: TEXTOS para Discussão, Instituto de Economia/Unicamp, 2014.

CANO, W. Dinâmica da economia urbana de São Paulo: uma proposta de investigação. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, jan./mar. 1985.

CANO, W. *et al.* (org.). **Economia paulista: dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005**. Campinas, SP: Alínea, 2007.

CANO, W. Furtado: a questão regional e a agricultura itinerante no Brasil. *In*: CANO, W. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. 1ª. Reimpressão. Campinas: Editora Unicamp, 2006. cap. 5.

CANO, W. Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras (1850-1930). **Estudos Econômicos**, São Paulo, USP/IPE, v. 15, n. 2, p. 291-306, maio/ago. 1985.

CANO, W. Questão Regional e Urbanização no Desenvolvimento Econômico pós-1930. *In*: VI ENCONTRO NACIONAL DA ABEP, **Anais [...]**. Olinda, 1988, v. 2, p. 67-99, 1988.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 5. ed. Campinas: Unicamp. IE, 2007a.

CANO, W. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**: São Paulo: HUCITEC, 3. ed. 1991.

CANO, W. **Soberania e Política Econômica na América Latina**. São Paulo/Campinas: Unesp/Unicamp. Instituto de Economia, 2000.

CANO, W. Subsídios para a reformulação das políticas de descentralização industrial e de urbanização no Estado de São Paulo. *In*: CANO, W (Coord.). **A interiorização do desenvolvimento econômico no estado de São Paulo (1920-1980)**. São Paulo: F. Seade, v. 1, n. 1, 1988.

CANO, W. Uma Agenda Nacional para o Desenvolvimento. **Revista Tempo no Mundo**, Brasília, Ipea, v. 2, n. 2, dez. 2010.

CANO, W. Urbanização: sua crise e revisão de seu planejamento. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 9, n. 1, jan./mar. 1989.

CARACTERIZAÇÃO e tendências da rede urbana do Brasil: desenvolvimento regional e estruturação da rede urbana. **IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR**. Brasília: IPEA, 2001. v. 3, 127 p.

CARCANHOLO, M. D. A Década Mais que Perdida: vulnerabilidade e restrição externas no Brasil nos anos 90. **Economia-Ensaios**, Uberlândia, v. 17, n. 2/v. 18, n. 1, p. 87-102, jul./dez. 2003.

CARDOSO, F H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CARDOSO DE MELLO, J. M.; BELLUZZO, L. G. M. Reflexões sobre a crise atual. *In*: BELLUZZO, L. G. M.; COUTINHO, R. (org.). **Desenvolvimento Capitalista no Brasil - ensaios sobre a crise**. São Paulo, Editora Brasiliense, v. 1, 1982.

CARLOS, Ana Fani. **A condição Espacial**. Editora contexto, São Paulo, Contexto, 2011.

CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em crise**. A economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo, SP: Unesp/IE-Unicamp, 2002.

CARNEIRO, R. Velhos e novos desenvolvimentismos. *In*: FPA discute desenvolvimento. Fundação Perseu Abramo, Julho de 2013.

CARVALHO, J. de. **Aldeota**. 2. ed. Fortaleza: Edit. Demócrito Rocha, 2003.

CARVALHO, J. O. **A economia política do Nordeste: secas, irrigação e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

CGEE. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos-MCT. **Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento**. Brasília, v. I, IV e V, 2008.

CHAKRABARTY, D. **Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference**. Princeton: Princeton U. Press, 2000

CHANG, H. J. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

CHESNAIS, F. (org.). **A Mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã, 1998.

CHESNAIS, F. A Globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. Campinas, **Economia e Sociedade**. Instituto de Economia da Unicamp, n. 5, p. 1-30, dez.1995.

CHESNAIS, F. “A Proeminência da finança no seio do capital em geral”. *In*: CHESNAIS, F. *et al.* (org.). **A finança capitalista**. São Paulo, Alameda, 2010.

CHESNAIS, F. **Finance capital today**. Leiden, Boston, Brill (Historical Materialism Book series), 2016.

CHESNAIS, F. “O Capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos”. *In*: CHESNAIS, F. (org.). **A Finança mundializada**. São Paulo, Boitempo. 2005.

CLEMENTINO, M. L. M. **O Maquinista de algodão e o capital comercial**. Natal: Ed. UFRN, 1987.

COCCO, G.; CAVA, B. **Enigma do Disforme**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2018

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no Campo**. Centro de Documentação Dom Tomás Babuino. CPT Nacional, 1985 a 2019.

COMPANS, R. **Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática**. Editora Unesp; 2005.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE – CNT. **Entraves logístico ao escoamento da soja e milho.** Brasília: CNT, 2015.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE – CNT. **Plano CNT em logística.** Brasília: CNT, 2014.

COSTA, E. V. **Da Senzala à Colônia.** 4. ed. São Paulo: UNESP, 1998.

COSTA, F. N. da. **Os Bancos em Minas Gerais.** 1978. Dissertação (Mestrado em Economia) – IFCH, Universidade estadual de Campinas, Campinas, 1978.

COUTINHO, L.; BELLUZZO, L. G. Financeirização da riqueza, inflação de ativos e decisões de gasto em economias abertas. **Economia e Sociedade**, v. 7, n. 2, p. 11, 1998.

COUTINHO, L. G. A Especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização, *In*: VELLOSO, J. P. R. (org.). **Brasil: desafios de um país em transformação.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

CUNHA, P. R.; CABRAL, F. (org.). **Nelson Werneck Sodré.** Entre o saber e a pena. São Paulo: UNESP, 2006.

CUNHA, P. R. **Um olhar à esquerda:** a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

DALTON, G. Economic Theory and Primitive Society. **American Anthropologist** v. 63. n. 1, 1961.

DAVIDOFF CRUZ, P. Notas sobre o endividamento externo brasileiro nos anos setentas. *In*: BELLUZZO, L. G. M.; COUTINHO, R. **Desenvolvimento capitalista no Brasil:** ensaios sobre a crise. São Paulo, Brasiliense, v. 2, 1983.

DONGHI, T. H. **História da América Latina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

EISENBERG, P. L. **Modernização sem mudança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ESPÓSITO, M. **A Importância do capital internacional nas transformações da estrutura produtiva brasileira:** da industrialização à desindustrialização.

Campinas: 2016. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas.

FAGNANI, E. O Fim de um ciclo improvável (1988-2016). A política social dos governos petistas e a derrocada da cidadania pós-golpe. **Texto para Discussão**. Instituto de Economia da Unicamp, v. 300, p. 1-41, 20217.

FAJNZYLBER, F. **La Industrialización trunca de America Latina**. México: Nueva Imagen, 1983.

FALEIROS, R. N. **Fronteiras do café: fazendeiros e ‘colonos’ no interior paulista (1917- 1937)**. Bauru-SP: Edusc, 2010.

FALETTO, E. Los años 60 y el tema de la dependencia. **Estudios Avanzados da USP**, São Paulo, v. 12, n. 33, p. 109-117, ago. 1998.

FANO, E. Crisi e ripresa economica nel bilancio del New Deal. *In: TELÓ, M. (coord.). Crisi e piano alternative degli anni trenta*. Bari, Itália: DeDonato Edit, 1979. (Movimento, n. 58).

FARIA, V. Cinquenta anos de urbanização no Brasil. São Paulo, **Novos Estudos CEBRAP**, n. 3, 1991, p. 98-119.

FARIA, Vilmar. Divisão Social do trabalho, espacialização e crescimento urbano: o caso da macro-metrópole Paulista. *In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, II, 1980, São Paulo. Anais [...]*. São Paulo: ABEP, 1980. p. 745-773.

FARIA, V. O processo de urbanização no Brasil: algumas notas para seu estudo e interpretação. *In: I ENCONTRO DA ABEP, Anais [...]*. p. 89-110. 1978.

FARIA, V. O sistema urbano brasileiro: um resumo das características e tendências recentes. São Paulo, **Estudos do CEBRAP**, n. 18, p. 91-116, out./dez. 1976.

FERNANDES, A. C.; BRANDÃO, C.; CANO, W. A Região Metropolitana de Campinas: análise integrada. *In: CANO, W.; BRANDÃO, C. (org.). A Região metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, v. 2, p. 399-469, 2002.

FERNANDES, F. **A Revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Global, 2006.

FERNANDES, F. **A Revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FERNANDES, F. **Brasil**: em compasso de espera – pequenos escritos políticos. São Paulo: Hucitec, 1980.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e luta de classes na América Latina**. 9. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FERNANDES, F. **Circuito fechado**: quatro ensaios sobre o “poder institucional”. São Paulo: Hucitec, 1976.

FERNANDES, F. **Florestan Fernandes na constituinte**: leituras para reforma política. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2014.

FERNANDES, F. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FERREIRA, J. S. W. **O Mito da cidade global**. O papel da ideologia na produção do espaço urbano, São Paulo: Vozes, 2007.

FERRO, S. **Arquitetura e trabalho livre**. São Paulo, Cosac Naif, 2006.

FILGUEIRAS, L. **História do Plano Real**: fundamentos, impactos e contradições. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2006a.

FILGUEIRAS, L. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. *In*: NEOLIBERALISMO y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. CLACSO, Buenos Aires. Agosto/2006b.

FILGUEIRAS, L. Projeto político e modelo econômico neoliberal no Brasil: implantação, evolução, estrutura e dinâmica. **Mimeo**, 2005.

FIX, M. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. 2011. 263 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) -, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

FIX, M. **Parceiros da exclusão**: duas histórias da construção de uma “nova cidade” em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada. São Paulo: Boitempo, 2003.

FIX, M. **São Paulo cidade global**: fundamentos de uma miragem. São Paulo, Boitempo, 2007.

FONSECA, C.V.C. **A influência da adesão aos níveis diferenciados de governança corporativa sobre a estrutura de capital das empresas brasileiras de capital aberto (2000-2013)**. Dissertação. (Mestrado em Economia). Instituto de Economia – Unicamp. Campinas, 2015.

FONSECA, P. C. D.; CUNHA, A. M.; BICHARA, J. S. O Brasil na era Lula: retorno ao desenvolvimentismo? **Texto para Discussão**, São Paulo, n. 4 (Rede Desenvolvimentista), maio 2012. Disponível em: [http://www.reded.net.br/index.php?option=com\\_jdownloads&Itemid=183&view=viewdownload&-catid=14&cid=179&lang=pt#.T-f2rLW0z\\_M](http://www.reded.net.br/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=183&view=viewdownload&-catid=14&cid=179&lang=pt#.T-f2rLW0z_M) . Acesso em: 30 jul. 2012.

FREDERICO, C. “40 anos depois” *In*: REIS, D. A., RIDENTI, M.; MOTTA, P. S. (orgs.). **O Golpe e a ditadura**: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru: Edusc, 2004.

FUNDAÇÃO SEADE. **Mapa da Indústria Paulista 2003-2016** (SEADAE 40 anos). São Paulo: FSEADE, 2019.

FURTADO, C. **A economia latino-americana**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1975.

FURTADO, C. **A fantasia desfeita**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

FURTADO, C. **Análise do modelo brasileiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização, 1972.

FURTADO, C. **A Nova Dependência**: dívida externa e monetarismo. Editora Paz e Terra: São Paulo, 1983.

FURTADO, C. **Brasil**: a construção interrompida. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 5. ed. São Paulo: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, C. M. **A Pré-Revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

FURTADO, C. M. **Pequena introdução ao desenvolvimento**: enfoque interdisciplinar. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

FURTADO, C. **O Capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FURTADO, C. **O Mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. **Pequena introdução ao desenvolvimento** – enfoque interdisciplinar. São Paulo: Ed. Nacional, 1981.

FURTADO, C. **Prefácio à nova economia política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FURTADO, C. **Prefácio à nova economia política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FURTADO, C. **Raízes do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GENTIL, D. L. Recessão econômica, privatização e desmantelamento da proteção social: a opção conservadora do governo Dilma Rousseff (2011-2015). *In*: SEMINÁRIO 50 ANOS UNICAMP, **Anais** [...]. Campinas, 2015.

GOMES, G; CRUZ, C. A. S. **Vinte anos de economia brasileira 1995/2015**. Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI: Brasília-DF, 2016.

GOMES JÚNIOR, E.; ARUTO, P. C.; Considerações sobre a apropriação de renda da terra agrícola nas economias dependentes: apontamentos para o Brasil. *In*: IX JORNADAS DE ECONOMÍA CRÍTICA E XI COLÓQUIO DE LA SEPLA. **Anais** [...]. Córdoba, Argentina, v. 1, p. 1-3, 2016.

GOMES JUNIOR, E.; MACEDO, F. C, Aruto, P. C. Território, dependência e luta de classes no Brasil. *In*: MACEDO, R. F. *et al.* (orgs.). **Movimentos**

**Sociais e Crises Contemporâneas:** Volume 3. Marília: Lutas anticapital, 2018, p. 89-124.

GONÇALVES, R. A Economia política do investimento externo direto no Brasil In: MAGALHÃES, J. P. A. *et al.* (orgs.). **Vinte anos de política econômica.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

GONÇALVES, R. **A Herança e a ruptura.** Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

GONÇALVES, R. **Globalização e desnacionalização.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GONÇALVES, R. Governo Lula e o nacional-desenvolvimentismo às avessas, **Revista da Sociedade Brasileira e Economia Política**, São Paulo, n. 31, fev. 2002.

GONZÁLES-CASANOVA, P. Internal colonialism and national development In: HOROWVITZ, I. L.; CASTRO, J.; GERASSI, J. (Ed.). **Latin American radicalism:** a documentary report on left and nationalist movements. New York: Vintage Books, 1969.

GUIMARÃES NETO, L.; GALINDO, O. Quem controla o que na indústria incentivada do Nordeste? In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 20, Campos de Jordão, São Paulo, **Anais [...]**. ANPEC, 1992.

HARAWAY, D. **Simians, Cyborgs, and Woman:** the reinvention of nature. Nova York: Routledge, 1991.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005. 251 p.

HARVEY, David. **Limits to capital.** New York, Verso, 2006.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

HARVEY, D. **Espaços de Esperança.** São Paulo: Edições Loyola, 2004, 382 p.

HERRERA, R. “O Capital Fictício no Centro da Crise”. In: GOMES, H. (org.). **Especulação e Lucros Fictícios:** formas parasitárias da acumulação contemporânea. São Paulo, Outras Expressões, 2015.

HEUSER, B. **The Evolution of Strategy**. Cambridge: Cambridge U. Press, 2010

HILFERDING, R. **El capital financiero**. 1. Reimpresión. Madrid: Tecnos, 1973.

HIRATUKA, C. *et al.* (coord.). **Perspectiva do Investimento na Indústria**. Projeto PIB, Unicamp/UFRJ. 2010.

HOBBSAWM, E. J. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBSON, J. A. **A Evolução do capitalismo moderno**. São Paulo: Ed. Abril, 1993.

HOLANDA, S. B. **Caminhos e fronteiras**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1936.

HYMER, S. **Empresas multinacionais**: a internacionalização do capital. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

IANNI, O. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

IANNI, O. O ciclo da revolução burguesa no Brasil, **Temas de Ciências Humanas**, São Paulo, n. 10, 1981.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto dos Municípios 2010**. Contas Nacionais, nº 39. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto dos Municípios 2015**. Contas Nacionais, n. 69. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de Influência das Cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

JAMESON, F. **The Cultural Turn: select Writings on the Posmodern**. Londres: Verso, 1998.

JINPING, Xi. **A Governança da China**. Beijing: Editora de Línguas Extranqueiras, 2014.

JULIÃO, Francisco. **Que são as ligas camponesas?** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1962.

JURGENFELD, V. F. Diferenças vão do ‘tripé macro’ à política industrial. **Valor Econômico**, São Paulo, 24 out. 2013b. p. A14.

JURGENFELD, V. F. Estratégia de Crescimento Divide Heterodoxos. **Valor Econômico**, São Paulo, 24 out. 2013a. p. A14.

JURGENFELD, V. F.; RODRIGUES, C. H. L. Celso Furtado e Subdesenvolvimento: uma crítica às novas interpretações desenvolvimentistas no Brasil dos anos 2000. In: **Cadernos do Desenvolvimento**, Centro Celso Furtado. Rio de Janeiro: v. 11, n. 18, jan./jun. 2016.

JURGENFELD, V. F. **Teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado: criatividade e contraposição a interpretações neoclássicas**. 2018. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

KINDLEBERGER, C. **La Crisis económica 1929-1939**. Barcelona: Ed. Crítica, 1985.

KONSTANTINOV, F. V. **Los Fundamentos de la filosofía marxista**. México: Grijalbo, 1959.

LAZONICK, W.; O’SULLIVAN **Maximizing shareholder value: a new ideology for corporate governance**, *Economy and Society*, v. 29, n. 1, 2000.

LEFEBVRE, H. **A re-produção das relações de produção**. Porto: Escorpião, 1973.

LENIN, V. Do direito de autodeterminação nacional. *In*: PINSKY, J. (org.). **Questão nacional e marxismo**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

LENIN, V. I. **O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural (Os economistas), 1982.

LENIN, V. **O imperialismo**: fase superior do capitalismo. São Paulo: Global, 1979.

LESBAUPIN, I.; MINEIRO, A. **O Desmonte da nação em dados**. Petrópolis: RJ: Vozes, 2002.

LESSA, C. **A Estratégia do desenvolvimento**: sonho e fracasso. Campinas: Unicamp. Instituto de Economia, 1998.

LESSA, C. **Quinze anos de política econômica**. Campinas: Unicamp. IFCH, 1975. (Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas).

LIMA, M. C. (org.). **Os boêmios cívicos**: a assessoria econômico-política de Vargas (1951-1954). Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado, 2013. (Pensamento Crítico).

LIMA FILHO, P. A.; NOVAES, H. T.; MACEDO, R. F. (orgs.). **Movimentos sociais e crises contemporâneas à luz dos clássicos do materialismo crítico**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

LIMA, M. P. **O Euromercado e a expansão do capital financeiro internacional**. 1985. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1985.

LOPREATO, F. Uma razão a mais para se pensar o porquê de a taxa de juros ser tão alta no Brasil. **Texto para Discussão**. Instituto de Economia da Unicamp, v. 327, p. 1-35, 2018.

LOURAL, M. S. **Investimentos industriais no Brasil**: uma análise setorial do período 1999-2013. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia – Unicamp. Campinas: 2016.

LÖWY, M. **Nacionalismos e internacionalismos**: da época de Marx até os nossos dias. São Paulo: Xamã, 2000.

LUXEMBURGO, R. **A Acumulação de Capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo, Abril Cultural, 1984b.

LUXEMBURGO, R. **A Acumulação de Capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. Tomo II São Paulo, Abril Cultural, 1984a.

MACEDO, F. C. Economia, Transformações Territoriais e Infraestrutura no Brasil. **Conjuntura & Planejamento**, Salvador, jul./set. 2015, p. 43-52. Disponível em: [http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=81&Itemid=110](http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=81&Itemid=110). Acesso em: 22 jan. 2017.

MACEDO, F. C. **Inserção externa e território**: impactos do comércio exterior na dinâmica regional e urbana no Brasil (1989-2008). 2010. 302 fls. Tese (Livre-Docência) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

MAGDOFF, H. **A Era do imperialismo**: a economia norte-americana. Lisboa: Portucalense, 1972.

MALLORQUIN, C. **Celso Furtado**: um retrato intelectual. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

MARICATO, E. **Política habitacional no Regime Militar** – do milagre brasileiro à crise econômica. Petrópolis: Vozes, 1987.

MARICATO, E. **Produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. *In*: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (orgs.). **Ruy Mauro Marini**: Vida e Obra. Expressão Popular, São Paulo, 2005. p. 137-180.

MARINI, R. M. La crisis del desarrollismo. *In*: MARINI, R. M.; MILLÁN, M. (org.). **La teoría social latinoamericana**, tomo II, p. 135-154.

MARINI, R. M. Las razones del neodesarrollismo (respuesta a FH Cardoso y J. Serra). **Revista Mexicana de Sociología**, v. 40, p. 57-106, 1978.

MARINI, R. M. O Ciclo do capital na economia dependente. *In*: OSORIO, J. *et al.* (orgs.). **Padrão de reprodução do capital**. SP: Boitempo, 2012. p. 21-36.

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução**, Florianópolis: Insular, 2012.

MARIUTTI, E. B. Guerra, Complexidade e Informação: Automação da Percepção e os Sistemas Preditivos de vigilância. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 35, n. 74, p. 117-137, maio/set. 2020.

MARIUTTI, E. B. O Capital comercial e a formação da economia-mundo capitalista: dinâmica e padrões de reprodução social. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, BLUMENAU, v. 8, n. 1, 2020b.

MARX, C. **El Capital** – crítica de la economía política. 7. Reimpesión. México: FCE, 1973. Tomo 3.

MARX, K. **O capital**, Volume I, Tomo II. *In*: MARX, São Paulo, Abril Cultural, coleção “Os Economistas”, 1984.

MARX, K. **O capital**, Volume I, Tomo I. *In*: MARX, São Paulo, Abril Cultural, coleção “Os Economistas”, 1983.

MARX, K. **O capital**, Volume III, Tomo I. *In*: MARX, São Paulo, Abril Cultural, coleção “Os Economistas”, 1984.

MARX, K. **O Capital – Crítica da Economia**. Política v. I, São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O Capital**. v. III São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K. “O rendimento e suas fontes”. *In*: MARX, São Paulo, Abril Cultural, coleção “Os Pensadores”, 1983.

MATTEI, L. Gênese e agenda do novo desenvolvimentismo brasileiro, *In*: IV ENCONTRO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA (AKB), **Anais** [...]. Rio de Janeiro, ago. 2011. Disponível em: <http://www.ppgge.ufrgs.br/akb/encontros/2011/10.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2012.

MEDEIROS, C. A. **A China como um duplo pólo na economia mundial e a recentralização da economia asiática**. Rio de Janeiro: UFRJ-IE, maio 2005. Mimeografado.

MELLO, J. M. C. A contra-revolução liberal-conservadora e a tradição crítica latinoamericana. Um prólogo em homenagem a Celso Furtado. **Economia e Sociedade**. Campinas: n. 9, p. 159-64, dez. 1997.

MELLO, J. M. C. **O Capitalismo tardio**: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 11. ed. São Paulo: Editora UNESP; Campinas-SP: FACAMP, 2009.

MERCADANTE, A. **As bases do novo desenvolvimentismo**: análise do governo Lula. Tese (Doutorado em Economia) — Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

MÉSZÁROS, I. **A Crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, I. **Século XXI**: capitalismo ou barbárie. São Paulo: Boitempo, 2003.

MIOTO, B. T. **As políticas habitacionais no subdesenvolvimento**: os casos do Brasil, Colômbia, México e Venezuela (1980/2013). Campinas, SP: [s.n.], tese de doutorado, 2015.

MIOTO, B. T.; PENHA FILHO, C.A. Crise Econômica e o setor imobiliário no Brasil: um olhar a partir das maiores empresas de capital aberto (Cyrela, PDG, Gafisa e MRV). In. SHIMBO, L.; RUFINO, M. (org.). **Financeirização e estudos urbanos na América Latina**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.

MIRANDA, H.; GOMES Jr., E. Urbanização reflexa: a emergência de arranjos urbanos intermediários no Brasil pós-1990. **EURE**: revista latinoamericana de estudios urbano regionales, v. 43, n. 130, p. 207-234, 2017.

MIRANDA, H.; PASTRE, R.; PORTO, L. R. Desenvolvimento urbano-regional (parte 2): características dos vetores produtivos no espaço rural da Região Metropolitana de Campinas, 2000-2016. **Texto para Discussão**. Instituto de Economia da Unicamp, v. 378, p. 1-41, 2020. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/TD/TD378.pdf>. Acesso em: 25 maio 2020.

MIRANDA, H.; PASTRE, R.; PORTO, L. R. Desenvolvimento urbano-regional (parte 2): características dos vetores produtivos no espaço rural da Região

Metropolitana de Campinas, 2000-2016. **Texto para Discussão**. Instituto de Economia da Unicamp, v. 378, p. 1-41, 2020. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/TD/TD378.pdf>. Acesso em: 25 maio 2020.

MIRANDA, H.; PORTO, L. R. Desenvolvimento urbano-regional (parte 3): desafios e incertezas da Indústria na Região Metropolitana de Campinas, 2000-2016. **Texto para Discussão**. Instituto de Economia da Unicamp, v. 392, p. 1-29, 2020. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/TD/TD392.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2020.

MIRANDA, H.; VIRGA, T. Reestruturação econômico-espacial da região metropolitana de Campinas (2000-2017): descentralização socioeconômica e concentração socioespacial. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, XVIII, 2019, Natal. **Anais** [...]. Natal: Anpur, 2019.

MORAES, A. C. R. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Annablume/HUCITEC, 2002, 198 p.

MOURA, C. **Rebeliões da senzala**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988 [1959].

NASSIF, A. A economia indiana no período 1950-2004: da estagnação ao crescimento acelerado. Lições para o Brasil? **Textos para Discussão**. BNDES. n. 107, 2006.

NETO, L. **Getúlio (1882-1930)**: dos anos de formação à conquista do poder. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2012.

NETTO, J. P. **Nelson Werneck Sodr e**: o general da história e da cultura. São Paulo: Ex- pressão Popular, 2011.

NIKITIN, P. **Fundamentos de economia política**. Rio de Janeiro: Civiliza o Brasileira, 1967.

NOVAIS, F. A. “Condi es da Privacidade na Colônia”. *In*: NOVAIS, F. A. **Aproxima es**: ensaios de história e historiografia. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

NOVAIS, F. A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. 6. ed. São Paulo: HUCITEC, 1995.

OLIVEIRA, F. Augusto de. **Economia política das finanças públicas no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2009.

OLIVEIRA, F. de. **A Economia brasileira: crítica à razão dualista**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

OLIVEIRA, F. de. Prefácio. *In*: MARICATO, E. **Produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

OLIVEIRA, F. O Estado e o urbano no Brasil. São Paulo, **Espaço e Debates**, v. 6, p. 36-54, 1982.

OLIVEIRA, G. **Brasil Real, desafios da pós-estabilização na virada do milênio**. São Paulo: Mandarim, 1996.

OLIVEIRA FILHO, V. R. A participação de Werneck Sodré no debate nacionalista da década de 1950. *In*: CUNHA, P. R.; CABRAL, F. (org.). **Nelson Werneck Sodré**. Entre o saber e a pena. São Paulo: UNESP, 2006.

OSORIO, J. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. *In*: OSORIO, J. *et al.* (org.). **Padrão de reprodução do capital**. SP: Boitempo, 2012b, p. 103-133.

OSORIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. *In*: OSORIO, J. *et al.* (orgs.). **Padrão de reprodução do capital**. SP: Boitempo, 2012a, p. 37-86.

PAULANI, L. Acumulação e Rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o Capitalismo Contemporâneo. **Revista de Economia Política**, v. 36, n. 3, 2016.

PAULANI, L. Acumulação Sistêmica, Poupança Externa e Rentismo: observações sobre o caso brasileiro. **Estudos Avançados** (IEA-USP), v. 27, n. 77, 2013.

PAULANI, L. A Inserção da Economia Brasileira no Cenário Mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história. **Boletim de Economia e Política Internacional**, IPEA, n. 10, 2012.

PAULANI, L. **Brasil delivery**. São Paulo, Boitempo, 2008.

PAULANI, L. M. Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. *In: XVII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, XVII, 2012, Rio de Janeiro. Anais [...]*, Rios de Janeiro: SEP, 2012b.

PAULINO, R. **Socialismo no século XX: o que deu errado?** São Paulo: Letras do Brasil, 2010.

PENHA FILHO, C. A. e MIOTO, B. T. Limites da concentração e centralização do capital no imobiliário: um olhar a partir de quatro empresas incorporadoras. *In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, XVII, 2017, São Paulo. Anais [...]*. São Paulo: Anpur, 2017.

PENHA FILHO, C. A. **Estratégias e Dinâmica de Acumulação das incorporadoras listadas (2010/2018)**. 2020. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade estadual de Campinas, Campinas, 2020.

PEREIRA, P. C. X.; RUFINO, M. B. C. Segregação e produção imobiliária na metrópole latino-americana: um olhar a partir da cidade de São Paulo. *In: LENCIONI, Sandra; VIDAL-KOPPMANN, S.; HIDALGO, R.; PEREIRA, P. C. X. Transformações sócio-territoriais nas metrópoles de Buenos Aires, São Paulo e Santiago*, 2011.

PINSKY, J. (org.). **Questão nacional e marxismo**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

PINTO, E. et al. A Guerra de todos contra todos: A Crise Brasileira. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, XXII, 2017, Campinas. Anais [...]*. Campinas: SEP, 2017, p. 1-25. Disponível em: <http://www.sep.org.br/downloads>. Acesso jul. 2017.

PINTO, Nelson Prado A Institucionalidade Financeira. **Crítica Marxista** No. 28, 2009.

PORTO, L. R.; SANTANA JÚNIOR, G.; NASCIMENTO, H. M. Rede urbana do estado da Bahia: o caso de Vitória da Conquista (BA). **Revista de Desenvolvimento Econômico (RDE)**, Ano XIX, v. 2, n. 37, p. 82-110, 2017.

PRADO, E. **Do voo da galinha ao voo do peru. Economia e Complexidade.** São Paulo, 2021. <https://eleuterioprado.blog/2021/03/01/do-voo-da-galinha-ao-voo-do-peru/>, com acesso em: mar. 2021.

PRADO Jr., C. **A Revolução Brasileira.** 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRADO Jr., C. **A Revolução brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1966. A revolução brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1966.

PRADO Jr., C. **Esboços dos fundamentos da teoria econômica.** 4. ed. São Paulo, Brasiliense, 1966.

PRADO Jr., C. **Evolução política do Brasil e outros estudos.** 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.

PRADO Jr., C. **Formação do Brasil contemporâneo.** 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1971.

PRADO Jr., C. **Formação do Brasil Contemporâneo.** 18. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PRADO Jr., C. **Formação do Brasil contemporâneo.** São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000.

PRADO Jr., C. **História Econômica do Brasil.** 26. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PRADO Jr., C. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Círculo do Livro, 1985.

PRADO Jr., C. **História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro.** 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro – a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RIBEIRO, L. C. de Q. **Dos Cortiços aos Condomínios Fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro.** Civilização Brasileira: Rio de Janeiro: IPPUR, UFRJ: FASE, 1997.

ROCHA, M. A. M. **Grupos Econômicos e Capital Financeiro**: Uma história recente do Grande Capital Brasileiro. 2013. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Campinas, 2013.

RODRIGUES, A. M. Ciência e ação política: por uma abordagem crítica. In: OLIVEIRA, F. J. G. de *et al.* (orgs.). **Geografia urbana**: ciência e ação política. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2014, p. 21-44, 2014.

RODRIGUES, C. H. L. **Imperialismo e empresa estatal no capitalismo dependente brasileiro (1956-1998)**. Campinas: 2017. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas.

RODRIGUES, C. H. L.; JURGENFELD, V. F. O neoliberalismo no governo Itamar Franco: uma análise de sua política de privatizações. In: Encontro Nacional de Economia Política, XXV, 2020. **Anais** [...]. Salvador: SEP, 2020.

RODRIGUES, L. M. “Sindicalismo e Classe Operária 1930-1964” In: GOMES, A. M. C. (org.). **O Brasil republicano**: sociedade e política. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, (História Geral de Civilização Brasileira; t. 3, v. 3, v. 10, 1996.

RODRIGUEZ, O. **Teoria do subdesenvolvimento da Cepal**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROSDOLSKY, R. (1968). **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

ROSENTAL, M. **Les Problèmes de la dialectique dans Le capital de Marx**. Paris: Sociales, 1959.

ROYER, L. O FGTS e o mercado de títulos de base imobiliária: relações e tendências, **Cadernos Metrôpole.**, São Paulo, v. 18, n. 35, p. 33-51, abr. 2016.

ROYER, L. O. **Financeirização da política habitacional**: limites e perspectivas. 2009. Tese (Doutorado em arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ROYER, L. O. **Financeirização da política habitacional**. São Paulo, Anna-blume, 2014.

SADER, E. (org.). **Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

SAES, F. A. M. A Controvérsia sobre a industrialização na Primeira República, **Estudos Avançados**, set./dez. 1989.

SAES, F. A. M. **As Ferrovias de São Paulo: 1870-1940**. São Paulo: Hucitec, 1981.

SAES, F. A. M. **Crédito e Bancos no Desenvolvimento da Economia Paulista: 1850-1930**. São Paulo: IPE/USP, 1986.

SAMPAIO, D. P. **Desindustrialização e estruturas produtivas regionais no Brasil**. 2015. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia, Universidades Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

SAMPAIO Jr., P. A. (org.). **Capitalismo em crise: a natureza e dinâmica da crise econômica mundial**. São Paulo: Sunderman, 2009b.

SAMPAIO Jr., P. A. A crise estrutural do capital e os desafios da revolução. *In*: JINKINGS, I.; NOBILE, R. (orgs.). **István Mészáros e os desafios do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011a.

SAMPAIO Jr., P. A. **Crônica de uma crise anunciada: crítica à economia política de Lula e Dilma**. São Paulo: SG-Amarante, 2017.

SAMPAIO Jr., P. A. Desafios do momento histórico e lições do governo Lula. *In*: PAULA, J. A. (org.). **Adeus ao desenvolvimento – a opção do governo Lula**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SAMPAIO Jr., P. A. **Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente**. Petrópolis: Vozes, 1999a.

SAMPAIO Jr., P. A. Furtado e os limites da razão burguesa na periferia do capitalismo. **Economia, Ensaios, Uberlândia**, v. 22, n. 2, 2009a.

SAMPAIO Jr., P. A. Metástase da crise e aprofundamento da reversão neocolonial, **Crítica e Sociedade**, Uberlândia, v. 1, n. 3, 2011b.

SAMPAIO Jr., P. A. O Brasil não é maior do que a crise, **Jornal dos Economistas**, Rio de Janeiro, n. 255, out. 2010.

SAMPAIO Jr., P. A. Origem e desdobramento da crise da teoria do desenvolvimento na América Latina, **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 1-2, jan./jun. 1999b.

SAMPAIO Jr., P. A. **Padrão de reciclagem da dívida externa e política econômica do Brasil em 1983 e 1984**. 1988. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1988.

SAMPAIO Jr., P. S. A. Globalização e reversão neocolonial: o impasse brasileiro In: CAMPOS, F. (org.). **Introdução à Formação Econômica do Brasil: herança colonial, industrialização dependente e reversão neocolonial**. 2. ed. Marília-SP: Lutas Anticapital, 2020.

SANTOS, A. M. dos. **Política, aceleração tecnoeconômica e patentes: Devir tecnológico e futuro do humano**. 2012. Tese (Doutorado em Filosofia) – IFCH, Universidade estadual de campinas, Campinas, 2012.

SANTOS, L. “Do Humanismo ao Pós-Humano”. **Valor Econômico**, 2011.

SANTOS, L. *et al.* **Revolução tecnológica, internet e socialismo**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003b.

SANTOS, L. **Politizar as Novas Tecnologias**. São Paulo: Editora 34, 2003.

SANTOS, R. **História econômica da Amazônia**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SEABRA, O. C. L. **Os Meandros dos rios nos meandros do poder: Tietê e Pinheiros: Valorização dos Rios e das Várzeas na cidade de São Paulo**. 1987. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São paulo, 1987.

SEERS, D. Inflación y crecimiento: resumen de la experiencia en América Latina. **Boletín Económico de América**, Santiago, Cepal, v. VII, n. 1, fev. 1962.

SEGATO, J. A. A Revolução Brasileira. In: CUNHA, P. R.; CABRAL, F. (org.). **Nelson Werneck Sodré**. Entre o saber e a pena. São Paulo: UNESP, 2006.

SGUISSARD, Campinas. Produtivismo e alienação acadêmica: fatores, vínculos e questões. *In*: SEMINÁRIO 50 ANOS DA UNICAMP, **Anais** [...]. 2015.

SICSÚ, J.; PAULA, L. F.; MICHEL, R. **Novo-desenvolvimentismo**: um projeto nacional de crescimento com equidade social. São Paulo: Manole, 2005.

SILVA, L. O. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da Lei de 1850. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

SILVA, M. (org.) **Dicionário crítico Nelson Werneck Sodré**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

SILVA, M. (org.). **Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira**. Bauru/São Paulo: EDUSC/FAPESP, 2001.

SILVA, S. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

SINGH, A. **The Plan**. The market and evolutionary economic reform in China. New York: Unctad, 1993. (**Discussion Papers**, n. 76).

SMITH, N. **The New Urban Frontier Gentrification and the Revanchist City**. Londres, Routledge, 1996.

SMOLKA, M. O. O espaço do espaço na teoria econômica. **Literatura Econômica**, Rio de Janeiro, IPEA, v. 5, n. 6, p. 705-728, nov./dez, 1983.

SODRÉ, N.W. **A farsa do neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Graphia, 1995.

SODRÉ, N. W. **As Razões da Independência**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978a.

SODRÉ, N. W. **Brasil**: radiografia de um modelo. Petrópolis: Vozes, 1975.

SODRÉ, N.W. **Capitalismo e revolução burguesa no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1997a.

SODRÉ, N. W. Era o golpe de 64 inevitável? *In*: TOLEDO, C. N. (org.). **1964**: visões críticas do golpe – democracia e reformas no populismo. Campinas: UNICAMP, 1997b.

SODRÉ, N. W. **Formação histórica do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SODRÉ, N. W. **Fundamentos de economia marxista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968a.

SODRÉ, N. W. **Fundamentos do materialismo histórico**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968b.

SODRÉ, N. W. **História da burguesia brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SODRÉ, N. W. **História da burguesia brasileira**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SODRÉ, N. W. **Introdução à Revolução Brasileira**. 4. ed. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978b.

SODRÉ, N. W. **Panorama do segundo Império**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1939.

SODRÉ, N. W. **Quem é o povo no Brasil?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

SWEEZY, P. The triumph of financial capital. **Monthly Review**, Nova York, v. 46, n. 2, jun. 1994.

TAVARES, M. C. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. 3. ed. Campinas: Unicamp. Instituto de Economia, 1998.

TAVARES, M. C. A retomada da hegemonia americana. *In*: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (org.). **Poder e Dinheiro**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

TAVARES, M. C. A retomada da hegemonia norte-americana. **Revista de Economia Política**, v. 5, n. 2, abr./jun. 1985.

TAVARES, M. C. **Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira**. Campinas: Unicamp. Instituto de Economia, 1998.

TAVARES, M. C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (org.). **Poder e dinheiro**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

TAVARES, M.C.; MELIN, L. E. Pós-escrito 1997: A reafirmação da hegemonia americana. *In*: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (org.). **Poder e Dinheiro**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

TAVARES, R. **A Estrutura de financiamento das empresas brasileiras abertas do setor de construção civil e incorporadoras de empreendimentos imobiliários**: um estudo comparativo. 2008. Tese (Doutorado em Contabilidade) - Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

TAVARES M. C.; ASSIS, J. C. **O grande salto para o caos**: a economia política e a política econômica do regime autoritário. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

TEIXEIRA, A. O movimento da industrialização nas economias capitalistas centrais no pós-guerra. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, **Texto para Discussão**, n. 25, 1983.

TOLEDO, C. N. Nacionalismo e ISEB em Nelson Werneck Sodré. *In*: SILVA, M. (org.). **Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira**. Bauru/São Paulo: EDUSC/FAPESP, 2001.

TOMAZELLI, I.; FERNANDES, A.; GADELHA, I. Fatura para aprovar Previdência chega a R\$ 55 bilhões. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 maio 2017, p. B5.

TONE, B. **São Paulo Século XXI**. Valorização imobiliária e dissolução urbana. 2015. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

TORRES FILHO, E. T. **O mito do sucesso**: uma análise da economia japonesa no pós-guerra (1945-1973). 1983. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia Industrial, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983.

TROTSKY, L. **A História da Revolução Russa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 1, 1978.

U.S. CONGRESS, Office of Technology Assessment. **New Developments in Biotechnology: Patenting Life--Special Report OTA-BA-370** Washington, DC: U.S. Government Printing Office, April 1989.

VIEIRA, C. A. C. **Antigo Regime e transição**: breve estudo em torno do capital mercantil e do absolutismo. 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

VIEIRA, C. A. C. Interpretações da colônia: leitura das contribuições de Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães. **História Econômica & História de Empresas**, v. XI, p. 29-61, 2008.

VIEIRA, C. A. C. **Interpretações da colônia**: leitura do debate brasileiro de inspiração marxista. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, campinas, 2004.

VIEIRA, C. A. C. “Passado colonial e reversão no Brasil contemporâneo” *In*: CAMPOS, Fábio Antonio de (org.). **Introdução à Formação Econômica do Brasil**: herança colonial, industrialização dependente e reversão neocolonial. 2. ed. Marília-SP: Lutas Anticapital, 2020.

VILLAÇA, F. A Terra como capital (ou a terra-localização). **Revista Espaço & Debates**. Ano V, n. 16, 1985.

VIRILIO, Paul **The Vision Machine**. Bloomington, Indiana U. Press, 1994.

WOOD Jr. T. Origens do produtivismo e o caminho do impacto social do conhecimento. *In*: SEMINÁRIO 50 ANOS UNICAMP, **Anais** [...]. Campinas, 2015.

WORLD BANK. **Economic growth in the 1990's**: learning from a decade of reform. Washington, DC, 2005.

WYLY, E. K. *et al.* Kelly. American home: predatory mortgage capital and neighbourhood spaces of race and class exploitation in the united states, **Geografiska Annaler**: Series B, Human Geography, 2006.



# ÍNDICE REMISSIVO

## A

Acumulação 13, 14, 16, 21, 22, 25, 26, 29, 30, 31, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 45, 46, 48, 51, 52, 53, 56, 57, 58, 59, 60, 68, 69, 77, 90, 91, 102, 107, 115, 124, 125, 126, 127, 130, 131, 138, 163, 168, 171, 178, 181, 183, 184, 185, 196, 197, 198, 199, 200, 202, 204, 206, 207, 208, 209, 210, 212, 214, 215, 216, 217, 219, 220, 222, 228, 229, 231, 243, 244, 249, 255, 256, 258, 306, 313, 316, 321, 328

Administração 90, 104, 177, 181, 194, 258, 260, 274, 276, 277, 280, 281, 282, 285, 286, 304, 328, 335, 337, 338

América Latina 12, 14, 43, 47, 51, 54, 55, 68, 75, 90, 97, 98, 101, 102, 109, 124, 125, 126, 138, 165, 174, 195, 203, 207, 212, 302, 305, 307, 319, 321, 325, 326

Atividade Econômica 10, 34, 242, 259, 268, 272, 273, 277, 278, 281, 282, 283, 284, 286, 287, 295, 296

## C

Capitais 22, 30, 31, 32, 34, 65, 69, 94, 96, 131, 137, 145, 147, 152, 153, 154, 155, 156, 163, 166, 167, 168, 170, 171, 176, 185, 189, 190, 191, 194, 195, 199, 217, 218, 220, 221, 222, 225, 229, 230, 237, 238, 246, 247, 251, 258, 264, 268

Capital 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 21, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 66, 67, 68, 71, 74, 75, 76, 77, 78, 82, 88, 91, 96, 97, 98, 99, 102, 103, 104, 106, 107, 109, 112, 113, 114, 115, 124, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 136, 137, 138, 139, 143, 145, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 226, 227, 228, 233, 234, 237, 238, 239, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 256, 258, 259, 264, 265, 266, 267, 268, 271, 272, 278, 279, 280, 281, 283, 284, 285, 286, 290, 300, 301, 302, 303, 306, 308, 310, 312, 313, 316, 317, 318, 319, 321, 323, 324, 328, 329, 330, 335

Capital Internacional 13, 14, 43, 44, 47, 48, 49, 50, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 77, 78, 124, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 136, 143, 192, 302, 308

Capitalismo 7, 12, 13, 14, 15, 16, 21, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 35, 36, 44, 47, 48, 49, 55, 57, 60, 63, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 82, 83, 88, 89, 95, 97, 111, 112, 113, 124, 125, 126, 129, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 159, 163, 166, 167, 171, 184, 185, 190, 197, 198, 199, 202, 205, 214, 221, 222, 224, 232, 237, 301, 302, 306, 309, 311, 313, 315, 318, 321, 323, 324, 325, 327, 328

Capitalista 14, 15, 16, 21, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 36, 40, 41, 43, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 55, 58, 68, 69, 73, 74, 75, 77, 79, 81, 82, 83, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 164, 171, 172, 187, 188, 190, 191,

195, 196, 197, 198, 203, 204, 205, 206, 207, 215, 216, 217, 220, 222, 224, 225, 226, 227, 234, 235, 302, 305, 306, 307, 312, 317, 320

Capitalistas 26, 27, 30, 47, 50, 55, 69, 70, 73, 74, 76, 77, 78, 82, 95, 112, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 166, 168, 170, 172, 175, 198, 201, 208, 211, 216, 234, 329

Capital Mercantil 9, 15, 16, 27, 32, 46, 47, 48, 49, 66, 67, 68, 82, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 179, 180, 181, 182, 209, 210, 220, 302, 329

Capital Regional 264, 265, 266, 267, 268, 271, 272, 278, 279, 280, 281, 283, 284, 285, 286, 290

Classes 9, 13, 16, 45, 47, 48, 54, 56, 65, 66, 67, 68, 71, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 118, 124, 140, 141, 142, 143, 144, 152, 188, 198, 200, 203, 204, 205, 212, 213, 214, 215, 220, 221, 222, 223, 227, 231, 232, 233, 234, 235, 287, 288, 290, 291, 309, 312

Colonial 11, 15, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 53, 54, 60, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 78, 79, 80, 82, 83, 126, 130, 144, 166, 167, 172, 206, 210, 212, 300, 303, 320, 325, 330

Comércio 17, 21, 23, 28, 29, 30, 45, 46, 48, 57, 66, 71, 74, 78, 79, 87, 98, 104, 107, 108, 110, 111, 168, 169, 178, 190, 199, 215, 219, 229, 261, 278, 282, 283, 284, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 294, 295, 296, 316

Construção 8, 13, 14, 15, 16, 47, 48, 67, 81, 87, 90, 94, 125, 165, 177, 178, 179, 180, 181, 184, 195, 196, 197, 200, 218, 220, 237, 238, 239, 240, 244, 245, 252, 282, 284, 286, 307, 310, 311, 328

Consumo 15, 48, 49, 51, 53, 54, 55, 58, 70, 76, 91, 94, 99, 103, 109, 115, 116, 126, 127, 128, 129, 138, 145, 148, 184, 187, 190, 200, 201, 204, 207, 208, 209, 215, 216, 219, 220, 225, 234, 238

Crescimento 15, 22, 43, 65, 66, 69, 72, 77, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 103, 105, 107, 109, 110, 114, 118, 125, 128, 129, 130, 132, 133, 136, 138, 139, 144, 147, 150, 151, 152, 153, 154, 165, 175, 179, 180, 182, 185, 186, 193, 195, 201, 209, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 227, 228, 229, 230, 233, 237, 238, 239, 240, 248, 251, 252, 258, 261, 270, 271, 272, 288, 289, 290, 292, 293, 294, 295, 299, 301, 308, 314, 320, 326

Crise 7, 8, 10, 14, 15, 22, 24, 43, 47, 49, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 64, 65, 67, 68, 70, 72, 73, 74, 75, 77, 82, 83, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 97, 99, 100, 101, 103, 110, 111, 113, 118, 120, 121, 123, 128, 129, 131, 132, 135, 137, 141, 146, 147, 148, 149, 150, 154, 156, 159, 160, 165, 182, 185, 186, 193, 194, 195, 199, 200, 201, 202, 208, 215, 216, 224, 225, 227, 228, 230, 231, 237, 239, 240, 243, 249, 250, 251, 252, 258, 259, 289, 299, 300, 302, 304, 305, 307, 313, 317, 318, 320, 322, 324, 325, 328

## D

Desenvolvimentismo 8, 12, 15, 54, 59, 77, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 133, 301, 302, 303, 310, 312, 318, 326

Desenvolvimento 4, 8, 12, 13, 14, 15, 24, 37, 48, 50, 52, 54, 55, 56, 58, 60, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 81, 82, 83, 85, 87, 88, 89, 91, 93, 94, 95,

105, 106, 112, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 154, 159, 160, 164, 167, 171, 172, 175, 196, 198, 203, 206, 207, 211, 214, 216, 217, 219, 220, 225, 226, 229, 233, 235, 261, 269, 296, 300, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 310, 311, 314, 315, 317, 318, 319, 322, 323, 324, 325, 329, 335, 336, 337, 338

Desenvolvimento Capitalista 14, 15, 52, 55, 58, 73, 75, 77, 79, 82, 83, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 139, 140, 144, 164, 198, 207, 217, 226, 302, 305, 307

Desenvolvimento Econômico 4, 12, 15, 76, 105, 154, 300, 302, 304, 305, 310, 311, 315, 322, 324, 329, 335, 336, 337, 338

Dívida 22, 24, 54, 55, 59, 60, 61, 70, 92, 93, 97, 98, 101, 102, 103, 104, 105, 108, 110, 111, 119, 155, 182, 186, 214, 311

## E

Economia 4, 6, 7, 12, 14, 15, 16, 17, 21, 28, 30, 35, 43, 44, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 58, 59, 60, 61, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 103, 108, 114, 117, 119, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 137, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 149, 150, 151, 154, 156, 157, 163, 164, 166, 167, 171, 176, 183, 184, 187, 198, 200, 205, 206, 209, 210, 213, 215, 216, 218, 220, 223, 227, 228, 229, 232, 233, 237, 238, 242, 258, 261, 262, 269, 273, 296, 297, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 335, 336, 337, 338

Economia Brasileira 14, 15, 43, 44, 47, 51, 52, 53, 58, 59, 60, 61, 76, 87, 93, 128, 129, 130, 131, 132, 139, 140, 141, 149, 151, 209, 218, 227, 228, 237, 261, 273, 305, 311, 318, 320, 321, 336

Economias 27, 31, 43, 47, 48, 50, 51, 54, 57, 58, 59, 70, 73, 74, 77, 95, 97, 99, 124, 125, 129, 137, 138, 139, 140, 143, 146, 148, 157, 159, 165, 166, 204, 207, 208, 209, 211, 213, 214, 215, 217, 226, 234, 307, 312, 321, 329

Econômica 10, 13, 16, 22, 24, 26, 28, 31, 33, 34, 44, 47, 49, 50, 51, 55, 56, 58, 60, 63, 67, 68, 69, 72, 76, 77, 78, 80, 81, 90, 91, 92, 96, 99, 106, 107, 113, 118, 119, 121, 124, 125, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 151, 159, 166, 168, 170, 171, 176, 177, 180, 190, 197, 205, 210, 211, 215, 218, 219, 225, 226, 227, 230, 237, 239, 241, 242, 247, 249, 251, 258, 259, 268, 269, 270, 272, 273, 274, 277, 278, 281, 282, 283, 284, 286, 287, 289, 295, 296, 303, 304, 305, 311, 312, 315, 317, 318, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 329, 330, 335, 336, 337

Econômicas 24, 26, 56, 57, 79, 81, 87, 101, 110, 124, 159, 160, 165, 166, 167, 169, 207, 209, 215, 218, 221, 224, 225, 229, 235, 238, 246, 269, 281, 282, 283, 287, 290, 335, 336, 337, 338

Econômico 4, 10, 12, 14, 15, 16, 17, 38, 39, 43, 44, 47, 49, 52, 54, 56, 57, 61, 76, 88, 89, 91, 95, 105, 123, 125, 127, 128, 130, 132, 144, 150, 152, 154, 163, 164, 166, 168, 170, 172, 173, 177, 196, 206, 214, 215, 217, 220, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 243, 247, 258, 259, 261, 263, 265, 272, 297, 300, 302, 304, 305, 310, 311, 315, 316, 319, 322, 324, 326, 329, 335, 336, 337, 338

Empresa 39, 52, 53, 57, 96, 120, 141, 155, 164, 169, 186, 192, 197, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 300, 323

Empresas 10, 16, 22, 23, 36, 39, 51, 52, 53, 56, 57, 58, 59, 60, 63, 77, 79, 88, 91, 92, 93, 94, 96, 104, 105, 106, 107, 111, 119, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 151, 152, 154, 155, 158, 160, 171, 178, 181, 186, 191, 192, 194, 224, 226, 233, 237, 238, 240, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 293, 299, 303, 304, 310, 313, 319, 321, 328, 329

Estado 16, 22, 23, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 39, 47, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 59, 63, 72, 75, 76, 77, 90, 93, 95, 96, 98, 100, 101, 102, 104, 106, 107, 112, 113, 114, 115, 119, 127, 128, 131, 133, 135, 136, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 164, 166, 168, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 193, 199, 205, 213, 217, 219, 220, 221, 222, 223, 228, 231, 232, 233, 234, 242, 253, 262, 263, 264, 265, 266, 272, 273, 274, 277, 282, 283, 287, 288, 289, 290, 296, 299, 300, 304, 305, 320, 322, 329, 338

Estrutura 28, 41, 43, 45, 49, 51, 53, 54, 65, 67, 68, 69, 71, 76, 77, 78, 83, 90, 91, 92, 93, 94, 104, 107, 108, 118, 136, 141, 148, 158, 159, 160, 166, 168, 170, 172, 174, 179, 181, 191, 204, 205, 206, 209, 210, 211, 213, 214, 216, 218, 221, 225, 227, 244, 246, 257, 258, 259, 300, 308, 309, 310, 324, 328

## F

Financeira 12, 14, 23, 33, 44, 55, 57, 68, 88, 96, 98, 99, 100, 106, 110, 114, 115, 124, 127, 130, 132, 137, 148, 149, 152, 153, 158, 160, 167, 169, 179, 185, 186, 189, 190, 193, 194, 217, 224, 237, 240, 244, 248, 249, 259, 299, 300, 301, 306, 322

Financeirização 9, 16, 22, 44, 94, 99, 103, 183, 184, 185, 186, 190, 192, 193, 195, 200, 201, 237, 301, 307, 310, 319, 324

Financeiro 9, 16, 21, 22, 23, 49, 57, 58, 60, 74, 88, 89, 92, 94, 96, 97, 99, 100, 101, 103, 104, 107, 108, 128, 129, 131, 137, 142, 145, 146, 149, 153, 154, 156, 158, 159, 163, 167, 170, 172, 183, 184, 185, 186, 190, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 201, 203, 226, 239, 240, 248, 257, 258, 300, 316, 323, 328

Financiamento 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 58, 59, 60, 66, 70, 93, 96, 101, 121, 164, 169, 170, 172, 176, 177, 180, 192, 194, 200, 201, 207, 216, 221, 233, 241, 242, 243, 248, 259, 301, 328

## H

História 27, 28, 29, 41, 43, 44, 63, 65, 72, 73, 74, 80, 81, 83, 95, 111, 112, 125, 131, 132, 133, 143, 166, 168, 172, 201, 203, 210, 231, 302, 303, 307, 319, 320, 321, 323, 324, 326, 327, 329, 335, 336, 337

## I

Imobiliário 16, 163, 164, 168, 178, 183, 184, 191, 192, 194, 195, 196, 200, 201, 202, 237, 239, 240, 242, 243, 244, 245, 247, 248, 250, 251, 252, 258, 259, 310, 318, 321

Imperialismo 3, 4, 7, 8, 13, 14, 15, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 38, 39, 40, 43, 44, 49, 52, 53, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 124, 126, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 144, 150, 159, 206, 208, 216, 303, 315, 316, 323

Imperialista 7, 25, 31, 32, 33, 34, 40, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 64, 67, 69, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 81, 82, 125, 138, 141, 144, 203, 215, 220, 225, 234

Indústria 7, 13, 17, 21, 30, 31, 34, 35, 43, 44, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 56, 57, 59, 60, 69, 70, 72, 75, 76, 77, 78, 90, 91, 92, 99, 101, 102, 103, 105, 109, 110, 111, 118, 119, 125, 164, 165, 170, 187, 193, 200, 206, 207, 215, 224, 238, 261, 262, 263, 267, 269, 273, 274, 275, 277, 279, 281, 283, 284, 296, 299, 301, 310, 312, 313, 315, 319, 326

Industrial 7, 16, 21, 29, 31, 33, 44, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 67, 72, 73, 76, 79, 88, 91, 93, 99, 104, 106, 107, 109, 110, 113, 129, 131, 148, 157, 158, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 177, 178, 196, 203, 209, 210, 212, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 262, 267, 273, 274, 278, 281, 283, 296, 304, 305, 307, 314, 329

Industrialização 7, 14, 15, 24, 43, 44, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 58, 59, 60, 68, 74, 75, 83, 87, 88, 90, 91, 92, 94, 112, 120, 124, 125, 127, 128, 143, 165, 166, 168, 171, 182, 210, 211, 215, 216, 217, 218, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 230, 231, 303, 304, 308, 324, 325, 328, 329, 330

Infraestrutura 23, 51, 52, 73, 76, 92, 107, 108, 109, 111, 121, 155, 165, 170, 171, 172, 175, 177, 181, 187, 200, 211, 219, 229, 230, 239, 269, 296, 316, 337

Investimento 17, 48, 49, 51, 58, 94, 101, 102, 104, 109, 110, 112, 113, 119, 121, 130, 139, 155, 186, 192, 199, 211, 218, 219, 227, 228, 229, 238, 240, 258, 261, 312, 313

Investimentos 22, 23, 45, 51, 53, 54, 59, 70, 71, 77, 91, 92, 93, 97, 98, 99, 101, 106, 108, 109, 111, 121, 138, 139, 148, 155, 156, 157, 158, 192, 199, 204, 212, 218, 219, 220, 229, 230, 238, 239, 245, 246, 249, 250, 258, 259, 261, 316

## L

Luta 9, 13, 16, 27, 28, 54, 64, 65, 66, 67, 71, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 124, 136, 171, 188, 203, 205, 212, 213, 214, 215, 221, 222, 223, 231, 232, 233, 234, 235, 309, 312

## M

Mercado 9, 15, 16, 17, 22, 24, 27, 28, 33, 38, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 65, 66, 69, 72, 75, 76, 77, 78, 79, 88, 94, 95, 96, 98, 99, 101, 112, 118, 127, 130, 131, 139, 140, 141, 144, 146, 147, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 165, 169, 173, 176, 183, 184, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 202, 206, 208, 209, 211, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 224, 225, 226, 227, 230, 231, 232, 233, 237, 238, 239, 240, 242, 243, 245, 247, 248, 257, 258, 259, 261, 284, 315, 320, 324

Mercado Interno 47, 50, 51, 52, 54, 55, 58, 59, 66, 69, 72, 75, 76, 77, 78, 79, 127, 130, 131, 139, 151, 208, 209, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 226, 227, 315

Mercantil 7, 9, 14, 15, 16, 24, 27, 28, 32, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 53, 54, 55, 56, 60, 61, 65, 66, 67, 68, 81, 82, 89, 90, 126, 130, 143, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 209, 210, 218, 219, 220, 235, 302, 329

**N**

Neoliberalismo 14, 15, 22, 80, 95, 97, 101, 102, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 127, 128, 135, 136, 137, 149, 150, 152, 156, 158, 159, 160, 299, 309, 323, 327

**P**

Política 14, 16, 24, 25, 28, 30, 31, 33, 46, 49, 55, 59, 60, 68, 69, 78, 79, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 115, 118, 119, 121, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 131, 133, 151, 163, 165, 166, 168, 170, 171, 176, 177, 178, 180, 181, 183, 184, 187, 198, 205, 206, 210, 211, 215, 219, 221, 223, 226, 228, 229, 232, 300, 302, 304, 305, 306, 308, 309, 311, 312, 315, 317, 318, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 328

Política Econômica 16, 24, 49, 78, 90, 92, 99, 106, 107, 113, 119, 121, 125, 127, 128, 131, 133, 151, 170, 205, 211, 215, 219, 226, 304, 305, 312, 315

Políticas 8, 22, 24, 47, 49, 57, 66, 74, 77, 79, 82, 88, 89, 90, 96, 98, 100, 101, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 118, 123, 128, 130, 131, 133, 160, 164, 166, 168, 170, 171, 175, 178, 179, 180, 196, 213, 220, 221, 226, 227, 231, 232, 235, 239, 240, 258, 259, 299, 305, 318

Preço 56, 113, 175, 183, 184, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 196, 197, 200, 201, 207, 222, 227, 228, 230, 297

Produção 12, 16, 17, 21, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 33, 35, 44, 45, 46, 47, 52, 54, 55, 57, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 79, 81, 82, 83, 90, 91, 93, 96, 98, 99, 104, 107, 116, 117, 163, 164, 169, 170, 171, 172, 175, 177, 178, 180, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 214, 215, 216, 217, 221, 222, 224, 225, 226, 228, 229, 231, 233, 234, 235, 237, 239, 240, 241, 242, 243, 245, 246, 247, 248, 249, 252, 255, 257, 258, 259, 282, 285, 309, 312, 315, 317, 320, 321, 323

Produtos 23, 36, 37, 39, 50, 51, 70, 78, 96, 103, 113, 115, 145, 157, 158, 170, 196, 206, 216, 225, 229, 243, 245, 249

**R**

Recursos 24, 30, 33, 41, 57, 59, 98, 104, 105, 112, 127, 139, 146, 147, 148, 151, 153, 156, 164, 177, 183, 191, 192, 194, 195, 200, 231, 242, 243, 246, 249, 251, 256, 257

Reforma 32, 49, 74, 79, 81, 92, 93, 98, 104, 105, 108, 116, 119, 148, 164, 171, 173, 176, 177, 179, 220, 228, 231, 309

Reformas 50, 51, 55, 56, 57, 59, 60, 74, 79, 80, 82, 92, 97, 98, 99, 102, 103, 107, 112, 116, 119, 124, 126, 133, 148, 151, 152, 154, 173, 180, 222, 226, 235, 327

Regionais 15, 47, 57, 97, 166, 167, 168, 171, 175, 176, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 217, 218, 219, 221, 222, 229, 230, 231, 234, 261, 264, 266, 267, 272, 278, 281, 283, 284, 285, 286, 290, 304, 324, 335

Regional 9, 10, 15, 17, 96, 106, 107, 109, 125, 163, 164, 165, 167, 169, 175, 176, 209, 212, 219, 220, 229, 235, 261, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 270, 271, 272, 278, 279,

280, 281, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 290, 295, 296, 297, 299, 302, 304, 305, 316, 317, 319, 321, 336, 337

Reprodução 4, 9, 13, 16, 26, 29, 37, 44, 47, 48, 49, 51, 57, 65, 69, 74, 124, 125, 164, 168, 169, 170, 185, 187, 188, 195, 203, 204, 205, 206, 207, 211, 212, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 222, 224, 225, 233, 234, 300, 317, 321

Revolução 7, 14, 21, 46, 47, 50, 51, 54, 55, 57, 58, 63, 64, 67, 68, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 89, 90, 96, 113, 125, 126, 167, 212, 213, 215, 221, 222, 223, 303, 309, 311, 313, 317, 322, 324, 326, 327, 329

## S

Serviços 17, 22, 27, 35, 54, 69, 71, 90, 91, 92, 98, 102, 104, 105, 106, 108, 109, 113, 114, 115, 116, 158, 163, 167, 168, 177, 180, 219, 220, 225, 226, 227, 229, 230, 233, 267, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 281, 282, 283, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 299

Sociais 8, 12, 24, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 43, 54, 55, 57, 64, 71, 73, 74, 75, 77, 78, 81, 87, 92, 93, 98, 100, 101, 102, 104, 108, 109, 110, 111, 112, 117, 118, 123, 124, 125, 128, 131, 138, 141, 144, 147, 152, 164, 165, 166, 167, 170, 172, 173, 175, 177, 178, 179, 203, 204, 206, 215, 216, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 229, 230, 232, 233, 269, 285, 286, 287, 299, 312, 315, 336

Social 7, 13, 14, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 36, 40, 41, 43, 45, 48, 50, 51, 53, 55, 56, 70, 72, 77, 79, 82, 89, 91, 92, 95, 98, 99, 100, 102, 105, 108, 109, 111, 114, 115, 117, 118, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 137, 138, 140, 141, 142, 144, 145, 148, 153, 154, 159, 160, 166, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 177, 180, 185, 188, 196, 198, 200, 201, 203, 204, 206, 209, 210, 211, 213, 214, 217, 218, 219, 231, 232, 233, 234, 235, 244, 274, 277, 281, 282, 285, 286, 296, 297, 308, 311, 317, 326, 330, 337

Sociedade 13, 21, 26, 27, 31, 34, 44, 54, 65, 66, 67, 68, 71, 73, 74, 77, 78, 82, 83, 87, 93, 94, 95, 103, 108, 112, 113, 115, 116, 123, 124, 125, 126, 130, 133, 139, 140, 142, 143, 144, 145, 148, 157, 159, 163, 166, 169, 178, 180, 198, 204, 212, 218, 235, 264, 299, 302, 303, 306, 307, 309, 312, 318, 323, 325, 335

Subdesenvolvimento 3, 4, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 19, 47, 50, 53, 55, 64, 93, 124, 125, 126, 127, 130, 133, 136, 147, 150, 159, 161, 164, 165, 166, 167, 174, 214, 285, 304, 309, 311, 314, 317, 318, 324

## T

Trabalhadores 23, 31, 48, 55, 56, 72, 93, 98, 105, 109, 115, 119, 133, 151, 169, 170, 188, 196, 197, 200, 201, 204, 207, 208, 213, 214, 216, 217, 218, 222, 223, 227, 231, 232, 233, 234, 235

Trabalho 16, 17, 23, 26, 27, 29, 45, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 61, 64, 65, 66, 67, 69, 72, 79, 82, 83, 93, 96, 97, 99, 100, 102, 105, 108, 112, 113, 115, 118, 119, 124, 125, 126, 127, 129, 132, 135, 136, 141, 144, 145, 152, 153, 167, 168, 169, 172, 173, 176, 178, 180, 181, 183, 185, 187, 188, 189, 190, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 237, 238, 239, 240, 244,

247, 253, 261, 264, 278, 282, 283, 284, 285, 287, 288, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 299, 300, 308, 309

## U

Urbanização 24, 68, 90, 91, 93, 164, 165, 166, 167, 168, 172, 175, 178, 179, 180, 182, 209, 211, 217, 218, 219, 220, 233, 266, 267, 269, 270, 271, 272, 285, 304, 305, 308, 309, 319, 326

## V

Valor 27, 28, 38, 39, 44, 46, 47, 49, 53, 54, 55, 56, 102, 105, 106, 153, 155, 168, 183, 184, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 195, 197, 200, 204, 205, 206, 207, 208, 216, 217, 221, 222, 225, 226, 227, 229, 234, 238, 239, 240, 242, 243, 245, 246, 251, 252, 256, 262, 267, 270, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 285, 296, 302, 314, 326

Valor Adicionado 102, 238, 239, 240, 267, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 285

# SOBRE OS AUTORES

## **Beatriz Tamaso Mioto**

Doutora em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Unicamp e professora adjunta do Bacharelado em Planejamento Territorial da UFABC, Professora Permanente da Pós-Graduação em Gestão do Território e Pesquisadora do Laboratório de Estudos e Projetos Urbanos e Regionais – LEPUR/UFABC. E-mail: beamioto@gmail.com

## **Carlos Alberto Cordovano Vieira**

Graduação em Economia pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEAC/USP), Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Econômico e História Econômica pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp), onde leciona. É professor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico do IE/Unicamp, pesquisador do Centros de Estudos do Desenvolvimento Econômico (CEDE) e do Núcleo Institucional de História Econômica (NIHE). E-mail: cordovan@unicamp.br

## **Carlos Alberto Penha Filho**

Graduado em Ciências Econômicas pela Unesp (2011), mestre (2015) e doutor (2020) em desenvolvimento econômico pelo Instituto de Economia da Unicamp. Atualmente é professor de graduação na Universidade São Judas Tadeu nos cursos de gestão e negócios. E-mail: carlos.penha@yahoo.com.br

## **Carlos Henrique Lopes Rodrigues**

Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Mestrado em História Econômica e Doutorado em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP). Professor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) desde 2008, Coordenador do Grupo de Estudos em Desenvolvimento Econômico Brasileiro (GEDEB) na mesma Instituição e Professor no Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Ambiente e Sociedade (PPGTAS) do ICET/UFVJM. E-mail: chlrodrigues@yahoo.com.br

## **Eduardo Barros Mariutti**

Graduação em Ciências Sociais - Sociologia (1998 IFCH/Unicamp), Mestre em História Econômica (2000), Doutor em Economia (2003), Livre-Docente

em história do pensamento econômico (2017) pelo Instituto de Economia da Unicamp. É professor associado do IE/Unicamp e do programa de pós-graduação San Tiago Dantas (Unicamp, Unesp e PUC-SP). E-mail: mariutti@unicamp.br

### **Evaldo Gomes Júnior**

Graduação (2007) em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), Mestrado (2015) e Doutorado (2019) em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp). É professor do Instituto de Estudos em Desenvolvimento Agrário e Regional da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (IEDAR/Unifesspa). E-mail: evaldo.gomes@unifesspa.edu.br

### **Fábio Antonio de Campos**

Graduação (2000) em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Mestrado (2003) em História Econômica e Doutorado (2009) em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp), onde leciona desde 2012. É professor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico do IE/Unicamp, pesquisador do Centro de Estudos do Desenvolvimento Econômico (CEDE) e do Núcleo Institucional de História Econômica (NIHE). E-mail: fcampos@unicamp.br

### **Fernando César de Macedo**

Graduação (1992) e Mestrado (1997) em Economia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Doutorado em Economia Aplicada (2002) e Livre-Docente (2010) na área de Economia Brasileira pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp), onde leciona desde 2004. É professor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico do IE/Unicamp, pesquisador do Centro de Estudos do Desenvolvimento Econômico (CEDE), do Núcleo Institucional de História Econômica (NIHE) e coordenador do Grupo de Estudos das Transformações Econômicas e Territoriais (GETETE). E-mail: fcmacedo@unicamp.br

### **Humberto Miranda do Nascimento**

Graduação em Ciências Econômicas (1997) pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), com mestrado (2000) e doutorado (2005) em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico e Pesquisador do Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico (CEDE) do IE/Unicamp desde 2009.

Professor-colaborador do programa de Pós-graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional e Urbano na Amazônia (PPGPAM) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA-Marabá). Coordenador do CEDE (2018-2022) e membro do Núcleo de História Econômica no IE/Unicamp; membro titular do Conselho Superior do Núcleo de Estudos de População (NEPO) (2017-2023) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação (NEPA) (2017-2023) na UNICAMP. Coordena o Grupo de Pesquisa em Infraestrutura e Planejamento Urbano-Regional (GIPUR) e o Grupo de Estudos em Economia Africana e Afrodiaspórica (GEEAA). Foi Diretor da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (2017-2019). E-mail: humbmn@unicamp.br

### **Leda Maria Paulani**

Graduação em Economia (1976) pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEAC/USP), Graduação em Comunicação Social – Jornalismo (1981) pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade São Paulo (ECA-USP), Doutorado em Teoria Econômica (1991) pelo Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (IPE/USP) e Livre-Docência (2004) pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEAC/USP). Leciona desde 1985 na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEAC/USP). É bolsista produtividade do CNPq. E-mail: paulani@usp.br

### **Leonardo Rodrigues Porto**

Graduação (2012) em Economia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Mestrado (2016) em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp). É aluno de doutorado do programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico pelo IE/Unicamp e desenvolve pesquisas junto ao Centro de Estudos do Desenvolvimento Econômico (CEDE). Email: lnrdporto@gmail.com

### **Mariana Fix**

Graduação (1996) em Arquitetura e Urbanismo e Mestrado (2004) em Sociologia na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (FFLCH), ambos pela Universidade de São Paulo (USP). Doutorado em Desenvolvimento Econômico (2011) pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp), onde lecionou de novembro de 2012 a março de 2020, na graduação e no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico. Desenvolveu estágio pós-doutoral no Departamento de Economia da FEA-USP, de 2015 a 2017. É professora na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da

USP (FAUUSP), pesquisadora do CEDE e do Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da FAUUSP (LabHab), e coordenadora do Laboratório de Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP (LabFau). E-mail: marianafix@usp.br

### **Pietro Caldeirini Aruto**

Graduado em Ciências Econômicas pela UFSC (2010), mestre (2013) e doutor (2019) em Desenvolvimento Econômico pelo IE/Unicamp. Atualmente, é economista na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Sustentável de Santa Catarina. E-mail: pietro.aruto@gmail.com

### **Plínio de Arruda Sampaio Jr.**

Possui graduação em Economia pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - USP (1979), mestrado em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (1988), doutorado em Economia Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (1994) e livre-docência pelo Instituto de Economia da Unicamp (2012), onde aposentou-se como professor associado. E-mail: pasampaiojr@gmail.com

### **Vanessa Follmann Jurgenfeld**

Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP). Professora do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) desde 2015 e Membro do Grupo de Estudos em Desenvolvimento Econômico Brasileiro (GEDEB-UFVJM). E-mail: vfollmann@hotmail.com

### **Wilson Cano (*in memoriam*)**

Economista pela PUC-SP, doutor, livre-docente e professor titular do Instituto de Economia da Unicamp onde lecionou de 1968 até 2020, mesmo após se aposentar. Foi um dos mais destacados economistas brasileiros dos últimos cinquenta anos. Autor de uma vasta obra em várias áreas da Economia que pode ser acessada em: <https://www.wilsoncano.com.br/>

SOBRE O LIVRO

E-Book não comercializado

Formato: 16 x 23 cm

Mancha: 12,3 X 19,3 cm

Tipologia: Times New Roman 11,5/12/16/18

Arial 7,5/8/9

Papel: Pólen 80 g (miolo)

Royal Supremo 250 g (capa)

# Imperialismo, Subdesenvolvimento e Território

dimensões teóricas, históricas e empíricas

O Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico (CEDE) atua principalmente na realização de estudos e pesquisas acadêmicas sobre as dimensões espacial, teórica e histórica do capitalismo, em especial nas temáticas do imperialismo, do subdesenvolvimento e do território. Dedicar-se a pesquisas sobre as determinações espaciais do desenvolvimento econômico no Brasil e América Latina, através da área de concentração em Desenvolvimento Regional e Urbano, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP). E-mail: [iecede@unicamp.br](mailto:iecede@unicamp.br).

